

20
25



8 A 10 | OUTUBRO | RIO DE JANEIRO/RJ



X FÓRUM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA

**As contribuições da Assistência Social
para a manutenção do poder combatente
nas Forças Armadas brasileiras**



Capitão de Mar e Guerra (T)
Maria Eliâne Alencar Rocha Borges (Organização)

As contribuições da assistência social para a manutenção do poder combatente nas Forças Armadas brasileiras



Ministro de Estado da Defesa

José Mucio Monteiro Filho

Secretária-Geral

Cinara Wagner Fredo

Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais

Idervânio da Silva Costa

Diretora de Saúde e Assistência Social

Brigadeiro Médica Carla Regina Marchon

Coordenadora-Geral de Assistência Social

Capitão de Mar e Guerra (T) Maria Eliâne Alencar Rocha Borges

COMISSÃO ORGANIZADORA DO X FÓRUM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA

CONSEIHO EDITORIAL

Brigadeiro Médica Carla Regina Marchon
Capitão de Mar e Guerra (T) Maria Eliâne Alencar Rocha Borges
Capitão de Corveta (T) Jackeline da Silva Cunha

COMITÊ CIENTÍFICO

Ministério da Defesa: Capitão de Mar e Guerra (T) Maria Eliâne Alencar Rocha Borges e Capitão de Corveta (T) Jackeline da Silva Cunha

Marinha do Brasil: Capitão de Corveta (T) Juan Felipe Alves de Oliveira e Primeiro-Tenente (T) Mariana Carla Saraiva Monteiro

Exército Brasileiro: Tenente-Coronel PSI Suzanne Távora Alencar de Oliveira e Primeiro-Tenente ASS Luana Pereira Carneiro

Força Aérea Brasileira: Brigadeiro aviador R1 Luís Renato de Freitas Pinto, Tenente-Coronel ASS R1 Rita Emília Alves da Silva, Capitão SSO Joyce Pereira de Almeida, Capitão SSO Ester de Almeida Oliveira Mostaro e Primeiro-Tenente SSO Ana Cláudia Kelly Queiroz de Andrade Teixeira

DESIGN E PRODUÇÃO EDITORIAL

Projeto gráfico, capa e diagramação

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM-MD

Revisão

Capitão de Mar e Guerra (T) Maria Eliâne Alencar Rocha Borges e Capitão de Corveta (T) Jackeline da Silva Cunha

Imagens

Abrigo do Marinheiro

Os textos reproduzidos nestes Anais foram cedidos integralmente pelos palestrantes.

Força anfitriã

Marinha do Brasil, representada pela Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM)

Realização

Ministério da Defesa

Apoio

Escola Superior de Guerra (ESG)
Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM)
Assessoria de Comunicação Social (ASCOM-MD)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

X Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa [livro eletrônico] : as contribuições da assistência social para a manutenção do poder combatente nas Forças Armadas Brasileiras / organização Maria Eliâne Alencar Rocha Borges. -- Brasília, DF : Ed. da Autora, 2026. PDF

Vários autores
ISBN 978-65-01-55424-2

1. Assistência social 2. Bibliografia - Catálogos 3. Congressos 4. Forças Armadas 5. Seminários - Brasil I. Borges, Maria Eliâne Alencar Rocha.

26-331357.1

CDD-361

Índices para catálogo sistemático:

1. Assistência social : Bem-estar social 361
Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Apresentação

O X Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa foi realizado no período de 8 a 10 de outubro de 2025, nas dependências da Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro - RJ, tendo a Marinha do Brasil como Força anfitriã, representada pela Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM).

Em sua décima edição, o Fórum teve como tema central "As contribuições da Assistência Social para a manutenção do poder combatente nas Forças Armadas brasileiras", reunindo profissionais de assistência social das Forças Armadas e Forças Auxiliares, gestores, pesquisadores e convidados para refletir sobre as contribuições da assistência social para a manutenção do poder combatente e o bem-estar da tropa.

O evento integrou conferências, mesas-redondas, oficinas temáticas e apresentações de pôsteres, que possibilitaram o compartilhamento de experiências, o fortalecimento do trabalho interforças e o alinhamento das diretrizes de atuação no campo da assistência social militar.

A realização deste Fórum reafirma o compromisso do Ministério da Defesa em promover o aprimoramento técnico e conceitual dos profissionais da área, bem como em valorizar o papel estratégico da assistência social no contexto da Defesa Nacional.

O êxito do evento deveu-se à valiosa contribuição das Diretorias de Assistência Social das três Forças Singulares, aos profissionais participantes, aos convidados e à Escola Superior de Guerra, que prestou irrestrito apoio logístico e institucional para a concretização desta edição.



Nota editorial

Os presentes Anais reúnem as produções submetidas em formato escrito pelos participantes do X Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa, preservando a integridade e a autoria dos textos conforme apresentados.

Registra-se que não integram esta publicação as exposições orais realizadas durante a Conferência de Abertura, a Mesa-Redonda “Saúde mental e Assistência Social: fundamentos para a prontidão e resiliência do poder combatente”, nem as discussões decorrentes das Oficinas Temáticas, que abordaram de forma ampliada os temas “A importância da saúde mental e assistência social para o poder combatente”, “Estratégias de apoio social em situações de emergência e calamidade pública” e “O papel da assistência social na preparação do militar para a prontidão operacional, em situações de mobilização”, tendo a Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira, responsáveis pela discussão e relatoria.

As reflexões e contribuições oriundas dessas atividades, embora não transcritas, foram fundamentais para o aprofundamento das análises e para a consolidação das proposições que emergiram do Fórum, fortalecendo o diálogo entre as áreas técnica e operacional no âmbito do Ministério da Defesa.

Coordenação do X Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa
Rio de Janeiro, outubro/2025.

Sumário

Apresentação	5
Nota editorial	7

Dia 01	11
---------------------	-----------

Abertura

Palavras da Diretora do Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa	12
---	-----------

Painel: A trajetória e evolução da Assistência Social das Forças Armadas brasileiras

Ideias, crenças e representações sociais: continuidades e rupturas na assistência social da Marinha do Brasil	14
A Assistência do Exército Brasileiro: a evolução desta ferramenta de liderança indutora do pronto emprego e do fortalecimento da dimensão humana	28
Formação da assistência social no Comando da Aeronáutica	40

Sessão de Pôsteres

Pôster 1 – A atuação da Equipe de Pronto Emprego da Assistência Social da Marinha do Brasil na Operação Taquari II: um olhar acerca das intervenções na perspectiva da psicologia	62
Pôster 2 – Reflexões acerca da operação grande muralha durante a pandemia da COVID-19.....	73
Pôster 3 – Muito além da missão: intervenção da Assistência Social da Marinha do Brasil a militares e suas famílias durante o combate ao vazamento de petróleo no litoral brasileiro.....	82
Pôster 4 – Desafios e possibilidades: lições aprendidas no trabalho realizado pela equipe interdisciplinar do Núcleo de Assistência Social da Força de Fuzileiros da Esquadra no Haiti.....	95
Pôster 5 – Assistência Social Itinerante: o bem-estar dos militares em missão e a manutenção do poder combatente – uma análise da comissão do Destacamento do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade.....	104
Pôster 6 – O Programa de Valorização da Vida como ferramenta de manutenção do poder de combate no Exército Brasileiro	117
Pôster 7 – A experiência da Assistência Social do Exército Brasileiro na Operação Taquari II	131
Pôster 8 – A Assistência Social do Exército atuando na Operação Acolhida: importante suporte na missão humanitária	142

Pôster 9 – Apoio às missões especiais no Exército Brasileiro: contribuições para a manutenção da operacionalidade da tropa	157
---	------------

Pôster 10 – O Protocolo SAD como ferramenta de apoio ao Comandante na seleção complementar no Exército	166
---	------------

Pôster 11 – O trabalho do Serviço Social do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo II: uma interlocução do Sistema de Serviço Social da Aeronáutica e a manutenção do Poder Combatente.....	179
--	------------

Pôster 12 – Os impactos do laudo social como instrumento técnico-operativo do Serviço Social no assessoramento aos dirigentes da Força Aérea na Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos	193
--	------------

Pôster 13 – As contribuições do assistente social na manutenção da operacionalidade: um estudo de caso na Força Aérea Brasileira	204
---	------------

Pôster 14 – Educação financeira como estratégia de manutenção do poder combatente: a experiência do Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de Recife.....	216
--	------------

Pôster 15 – Operação Taquari II: o olhar do Serviço Social sobre as demandas sociais da tropa e o apoio à manutenção do poder combatente	226
---	------------

Dia 02	239
---------------------	------------

Oficinas de Trabalho: instalação e desenvolvimento das atividades	240
---	------------

Dia 03	243
---------------------	------------

Conferência de Encerramento

Fortalecendo o poder combatente: a Assistência Social como pilar de bem-estar nas Forças Armadas brasileiras	244
--	------------

Palavras de Encerramento

Diretora do Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa	250
---	------------





Divulgação / Marinha do Brasil

DIA 01

ABERTURA

Palavras da Diretora do Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa

Brigadeiro Médica Carla Regina Marchon

Senhoras e Senhores, bom dia.

É com imensa satisfação que lhes dou as boas-vindas ao X Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa.

Agradeço a presença das autoridades já nominadas pelo cerimonial, profissionais de assistência social, elementos de ligação, suboficial-mor, adjuntos de comando, graduados-master das Forças Armadas e demais convidados, que, com dedicação, contribuem para o cuidado e o apoio aos nossos militares e suas famílias.

O planejamento do X Fórum foi realizado em parceria com as diretorias de Assistência Social da Marinha, de Assistência ao Pessoal do exército e de Administração do Pessoal da Aeronáutica, com a participação dos membros titulares e suplentes da Comissão de Assistência Social das Forças Armadas, evidenciando a importância da integração entre as Forças.



O tema deste ano, “As contribuições da assistência social para a manutenção do poder combatente nas Forças Armadas brasileiras”, reforça que o poder de combate não depende apenas de equipamentos ou treinamento, mas do nosso principal recurso: o ser humano.

O fator humano é inseparável do poder combatente, e a assistência social constitui o alicerce que permite aos nossos militares cumprirem suas missões. Essa realidade será demonstrada na exposição de pôsteres que teremos hoje à tarde, onde estarão apresentadas as melhores práticas desenvolvidas pelos profissionais de assistência social em prol da tropa e de suas famílias.

As lições extraídas da atuação das Forças Armadas na calamidade do Rio Grande do Sul, em 2024, ressaltaram esse papel. Como resultado, foi editada a Portaria GM-MD nº 1.635, de 8 de abril de 2025, que institui o protocolo ministerial para o emprego dos profissionais de assistência social em situação de desastre e ação humanitária.

Ao longo dos próximos três dias, teremos palestras, mesas-redonda, oficinas e discussões, visando à atualização das diretrizes de assistência social das Forças Armadas, alinhando-as aos desafios atuais. Para abrilhantar o encerramento, teremos ainda a apresentação especial do Fuzibossa, proporcionando um momento cultural de integração e celebração.

Agradeço à Escola Superior de Guerra, pelo apoio logístico e pela disponibilização das instalações, e à Marinha do Brasil, na pessoa do Contra-Almirante Leonardo Pacheco Vianna, diretor de Assistência Social da Marinha, força anfitriã desta edição.

Que este Fórum seja um espaço de aprendizado, troca de experiências e inovação, e que ao final possamos sair mais fortes na nossa missão de promover o bem-estar dos militares e de suas famílias.

Declaro aberto o X Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa. Muito obrigada!



PAINEL: A trajetória e evolução da Assistência Social das Forças Armadas brasileiras

Ideias, crenças e representações sociais: continuidades e rupturas na assistência social da Marinha do Brasil

Juan Felipe Alves de Oliveira¹

Resumo

O trabalho discute a trajetória da assistência social da Marinha a partir da abordagem cognitiva de análise de políticas públicas. Como principal contribuição, o estudo aponta a permanência, ainda na década de 2020, de elementos do quadro cognitivo compartilhado pelos atores desde os anos 1940.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Marinha do Brasil; Políticas Públicas; Abordagem Cognitiva; Política Social.

Introdução²

Ao longo de quase 80 anos, a assistência social da Marinha passou por diversas reformulações. De modo geral, a literatura que aborda essa trajetória histórica situa e organiza as alterações institucionais observadas nesse campo em quatro momentos.

O primeiro, situado na década de 1940, refere-se ao processo de surgimento da assistência social como um conjunto de serviços desenvolvidos por órgãos pertencentes à estrutura administrativa da Marinha. O segundo momento, que abrange as décadas de 1960, 1970 e 1980, diz respeito a fase de gradual profissionalização da assistência social em estrito diálogo com os pro-

1. Capitão de Corveta da Marinha do Brasil. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, serve na Diretoria de Assistência Social da Marinha. E-mail: juan.doc.uff@gmail.com.

2. O presente artigo traz, de forma bastante reduzida, algumas das discussões encaminhadas pelo autor em sua tese de doutorado intitulada A trajetória histórica da institucionalização da assistência social da Marinha do Brasil apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Política Social.

cessos em andamento na profissão de Serviço Social, sobretudo após o ingresso das primeiras assistentes sociais militares na Marinha no início da década de 1980. O terceiro, circunscrito à década de 1990, é identificado como um período de mudanças resultantes de processos reflexivos sobre as experiências gestadas pela instituição no campo da assistência social. Por fim, o quarto momento, localizado nos anos 2000, refere-se ao estágio atual de desenvolvimento da assistência social da Marinha.

Observa-se, nessa forma preponderante de caracterizar o desenvolvimento da assistência social da Marinha, a construção de uma linha evolutiva, na qual cada período é representado a partir da identificação e superação de determinados desafios. Ou seja, o percurso da assistência social da Marinha é apresentado como uma sequência de saltos qualitativos, em que cada novo momento alcança um nível superior de maturidade institucional.

Em que pese toda contribuição e o esforço dos autores que se dedicam à pesquisa da assistência social na Marinha, os estudos existentes apresentam lacunas importantes, sobretudo quando se trata da comparação entre diferentes períodos históricos, tendo em vista que a análise dos estados temporais do fenômeno investigado deve se ocupar dos seus dois extremos, a saber: tanto da mudança como também da permanência. Nessa direção, chama a atenção o fato de não se observar na literatura sobre a trajetória histórica da assistência social da Marinha a identificação das permanências que podem ter se instaurado como resistência aos processos de mudança experimentados nesse campo.

Nessa direção, o objetivo deste trabalho é apresentar elementos que permitam estabelecer comparações entre os diferentes momentos da assistência social da Marinha indicados na literatura e identificar tanto rupturas como continuidades.

Abordagem cognitiva de análise das políticas públicas

O conjunto de preceitos teóricos que orientou o trabalho situa-se no campo da abordagem cognitiva de análise das políticas públicas. Mais especificamente, o estudo se desenvolveu tendo como fundamento o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987).

Para os referidos autores, a visão de mundo que organiza a forma como os atores percebem os problemas, formulam soluções e definem modos de agir constitui a principal referência da ação pública. Nesse sentido, a partir da noção de referencial, Jobert e Muller (1987) defendem que uma política pública é elaborada tendo como base um conjunto de prescrições que permitem compreender e agir sobre uma realidade específica.

Dessa forma, como “representação que se faz de determinado setor, bem como do seu lugar e do seu papel na sociedade” (JOBERT e MULLER, 1987, p. 63, tradução nossa), o referencial de uma política pública pode ser formalmente dividido em três elementos: referencial global, referencial setorial e a integração entre o setorial e o global.

O referencial global diz respeito ao conjunto de valores fundamentais em torno do qual são ordenadas e hierarquizadas as diferentes representações setoriais. Trata-se, como diz Muller (2018), da imagem que uma sociedade constrói sobre sua relação com o mundo e de sua capacidade de autorregulação por meio da ação pública.

O referencial setorial, por sua vez, corresponde à representação que estabelece as fronteiras do setor. Nesse sentido, considerando que coexistem diversas concepções sobre a natureza e a extensão dos limites setoriais, Jobert e Muller (1987) apontam que esse elemento deve ser apreendido como uma construção social tensionada constantemente pela correlação de forças entre os grupos em disputa.

O terceiro componente, ainda segundo Jobert e Muller (1987), se refere à relação global-setorial. Descrita como um processo de ajuste entre as representações globais e setoriais, essa etapa decisiva da construção de uma política pública evidencia a necessidade de serem identificados os atores capazes de operar tal articulação.

Para os autores, são esses agentes mediadores os verdadeiros responsáveis pela construção do referencial da política pública, tendo em vista que desempenham uma dupla função:

decodificar a RGS [relação global-setorial], ou seja, torná-la inteligível aos atores em presença, por meio da elaboração de uma filosofia da ação; e recodificar essa RGS em termos susceptíveis de atuação sobre a realidade, ou seja, em normas e critérios de intervenção política (JOBERT e MULLER, 1987, p. 71, tradução nossa).

Muller (2018) aponta que essa estrutura de sentido articulada pelos mediadores comporta quatro níveis de percepção do mundo que devem ser distinguidas. O primeiro refere-se aos valores, que congregam as representações mais fundamentais sobre o que é bom ou mal, desejável ou não, definindo o quadro global da ação pública. O segundo se refere às normas, que estabelecem as diferenças entre a realidade percebida e a realidade almejada, bem como princípios de ação. O terceiro diz respeito aos algoritmos, que são as relações causais que exprimem uma teoria da ação. O quarto se remete às imagens, que são recursos cognitivos cujos sentidos são identificados imediatamente, constituindo vetores implícitos dos valores, das normas e dos algoritmos.

Sendo assim, os discursos dos atores recebem especial atenção nos trabalhos filiados a essa vertente teórica, uma vez que são considerados portadores de significados que permitem identificar as representações compartilhadas pelos diferentes grupos e os conhecimentos que dão corpo às políticas públicas.

1940: Institucionalização da assistência social da Marinha

Na literatura sobre a assistência social da Marinha, a estrutura administrativa que se desenvolveu para acomodar as ações da instituição nesse campo é descrita como um estágio posterior a iniciativas gestadas fora do seu arcabouço organizacional e normativo. Além desse aspecto sequencial, que define o que veio primeiro e o que surgiu depois, os trabalhos nesse campo de pesquisa admitem as ações de natureza privada e as intervenções que passaram a ser desenvolvidas pela Marinha como partes de um mesmo processo evolutivo.

Nesse sentido, a institucionalização da assistência social da Marinha tem sido estudada como um processo dividido em duas etapas, tendo como critério de diferenciação a condição atribuída à intervenção. As iniciativas realizadas a título de voluntariado e sem a obrigação formal de responderem às orientações da Administração Naval, mesmo quando os seus autores são militares da ativa, são consideradas externas à Marinha. Aquelas desenvolvidas independentemente da disposição pessoal do autor e incluídas como responsabilidade de um órgão pertencente à estrutura administrativa da instituição, são caracterizadas como ações internas e, portanto, reconhecidas como uma intervenção própria da Marinha.

De modo geral, o principal exemplo de ação privada presente nos estudos sobre o tema é a fundação da Associação Abrigo do Marinheiro (AMN) em 1919. No que diz respeito às ações internas da Marinha, observa-se a frequente menção à criação da Divisão de Conforto e Assistência da Diretoria de Pessoal da Armada (DPA), em 1946, como sendo a primeira medida da Marinha nessa direção.

Os elementos que permeiam a organização da assistência social da Marinha a partir da criação da Divisão de Conforto e Assistência expressam importantes mudanças de percepção dos atores envolvidos no que se refere à origem dos problemas a serem endereçados pela intervenção institucional. Os dados históricos analisados permitem afirmar que, nesse momento, para além de uma perspectiva responsabilizadora do indivíduo sobre suas dificuldades de subsistência, aparece o reconhecimento de que os desafios econômicos enfrentados pelo país constituem obstáculos de difícil resolução para os segmentos de mais baixos rendimentos da Marinha.

Embora ainda se observe a preocupação com as questões de cunho moral e com os problemas relativos à educação, principalmente em relação aos filhos dos militares, ganham destaque as ações voltadas para a redução do custo de vida caracterizadas pela oferta de facilidades para acesso a bens e serviços. Diferentemente das iniciativas anteriores, o plano de assistência social implementado nesse período tem como foco a mitigação direta da situação de hipossuficiência financeira experimentada pelos militares e não apenas a busca pela construção de uma realidade futura mais vantajosa por meio do abandono de práticas sociais consideradas inadequadas e da dedicação ao aperfeiçoamento educacional e profissional.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à expectativa institucional em relação aos resultados provenientes do investimento na assistência social. A ideia defendida é que a assistência social constitui um recurso à disposição da Administração Naval para garantir, ao menos, a manutenção do rendimento esperado dos militares no desenvolvimento de suas atividades no trabalho. A lógica então seria afastar o pessoal da Marinha das preocupações cotidianas, mormente daquelas atinentes à subsistência de suas famílias, para que, livres de qualquer distração, pudessem se dedicar ao máximo às exigências institucionais.

Vale mencionar que o regulamento da Diretoria do Pessoal em vigor à época, datado de 7 de Maio de 1924, já previa como responsabilidade do referido órgão a tarefa de “procurar por todos os meios ao seu alcance elevar o moral do pessoal da Marinha e promover a sua educação physica [...]” e, especificamente em relação aos militares dos segmentos mais baixos da escala hierárquica, de “tratar dos assumptos de conforto e moral”, conforme consta na alínea j do art. 3º e no inciso 9º da alínea c do art. 15 do Decreto nº 16.461, de 7 de Maio de 1924 (BRASIL, 1924), respectivamente.

Assim, é possível dizer que a preocupação com o desenvolvimento de ações voltadas para a questão da disposição psicológica dos militares para o trabalho já estava presente na instituição, no entanto, é a partir do regulamento de 1946 (BRASIL, 1946) que pode ser identificado um processo de agrupamento dessas ações sob o termo assistência social.

O conjunto de ações desenvolvidas pela Marinha a partir de 1946 expressam um novo sentido e um novo lugar atribuído à assistência social na instituição. Não se tratava mais de ações promovidas por voluntários movidos por valores como patriotismo e amor ao próximo, embora esses conteúdos pudessem ainda estar presentes, nem de medidas voltadas para afastar os militares de práticas consideradas inadequadas. O que se coloca como propósito da assistência social nesse momento é garantir para a Marinha a plena dedicação dos militares no exercício de suas funções.

Concebida a partir de um viés marcadamente instrumental, a assistência social passa a ser reconhecida na instituição como um assunto técnico, que atende uma demanda institucional específica, diferenciada de outros setores de prestação de serviços existentes na Marinha. Assim, as mudanças nas concepções dominantes a respeito dos problemas a serem endereçados pela assistência social, da função institucional a ser desempenhada pelas ações desenvolvidas, das estratégias de intervenção que deveriam ser privilegiadas e dos resultados esperados conformam as bases para construção de uma inédita estrutura organizacional e institucional na Marinha.

1980: Centralidade do Serviço Social

A década de 1980 inicia para a assistência social da Marinha, literalmente, com a publicação da SOCIOMARINST nº 10-01 no dia 1º de janeiro (BRASIL, 1980). De acordo com esse documento normativo, a prestação de assistência social se destinava ao pessoal militar, aos servidores civis, aos ex-combatentes, bem como aos respectivos dependentes.

No entanto, o acesso do público aos serviços prestados deveria seguir uma ordem de prioridade estabelecida conforme o tipo de atividade exercida e/ou a situação funcional do indivíduo. Em primeiro lugar deveriam ser atendidos os militares embarcados, ou seja, lotados nos meios operativos da Marinha, e seus dependentes; em segundo lugar os militares e servidores civis do serviço ativo e seus dependentes; e em terceiro lugar os militares da reserva, os servidores civis aposentados, pensionistas, ex-combatente e seus dependentes.

Nota-se, portanto, que a proposta da assistência social era intervir, prioritariamente, nas situações que poderiam afetar o potencial de trabalho do seu pessoal. Assim, recai sobre a assistência social a missão de manter o pessoal em serviço ativo, sobretudo aqueles empregados em atividades consideradas sensíveis, em condições de se dedicarem ao trabalho e corresponderem às expectativas da instituição em termos de qualidade laboral.

A SOCIOMARINST nº 10-01 estabelece também que a assistência social deveria ser prestada obedecendo a dois conceitos principais cuja finalidade era educar o beneficiário e fazê-lo sentir-se responsável pela solução dos seus problemas. Assim, os auxílios ofertados pela assistência social deveriam ser temporários, ou seja, ter um prazo estabelecido para o seu encerramento e serem focalizados nos períodos de maior dificuldade; e deveriam ser limitados, quer dizer, ser prestados sempre de forma parcial, não cobrindo as solicitações apresentadas por completo.

A indicação desses conceitos revela a preocupação da instituição em não isentar os beneficiários de participarem ativamente dos processos interventivos, responsabilizando-os, em certa medida, pela superação da situação que gerou a demanda apresentada.

Observa-se também que, no início da década de 1980, a assistência social da Marinha se configurava como um conjunto de serviços e ações que não eram executados, exclusivamente, por uma determinada categoria profissional. Tal condição expõe que, apesar de ser reconhecida como uma tecnologia social cujo propósito institucional era bem definido, os requisitos para atuação nesse campo não estavam relacionados, necessariamente, a formação profissional dos agentes.

Seguindo o percurso do arcabouço normativo da assistência social da Marinha, a SOCIOMARINST nº 10-01-A, de 20 de maio de 1988 (BRASIL, 1988), traz como assunto a prestação de Serviço Social na Marinha. Nesse sentido, fica evidente que a instituição, ao longo da década de 1980, passou por um processo cujo resultado se expressa na identificação daquilo que vinha sendo designado como assistência social com o exercício e, de maneira mais geral, com a profissão de Serviço Social.

Observa-se que o Serviço Social é entendido como uma profissão interventiva cuja finalidade é produzir mudanças na forma dos indivíduos interpretarem as situações que vivenciam como dificuldades para o exercício de sua autonomia. Assim, a ênfase recai no caráter pedagógico da intervenção, uma vez que o resultado esperado seria alcançado por meio de um processo educativo no qual o público atendido deveria adquirir habilidades para fazer uso proveitoso dos recursos postos a sua disposição e elaborar, por si mesmo, soluções para as contingências sociais.

A partir dessa forma de conceber o Serviço Social, a assistência social é qualificada como uma ferramenta, ou seja, um instrumento a ser utilizado pelo assistente social para promover a educação dos indivíduos ao mesmo tempo que permite fazer frente as situações objetivas que justificam a intervenção, sobretudo aquelas relacionadas à garantia dos meios de subsistência.

1990: A assistência integrada como inovação tecnológica

Na década de 1990, a assistência social da Marinha experimentou uma ampla reformulação. Segundo Maia e Miranda (1996), as alterações implementadas nesse período foram resultado da adoção de uma visão holística do ser humano que negava a possibilidade de enfrentamento integral das necessidades do indivíduo por apenas um tipo de especialista.

No entanto, embora seja defendida como um avanço de natureza teórica, a literatura apresenta a formulação da chamada assistência integrada como uma iniciativa promovida, em 1993, pelo Comandante-em-Chefe da Esquadra, o então Vice-Almirante Carlos Augusto Bastos de Oliveira, e não pelos profissionais efetivamente envolvidos na execução da assistência social.

Além de ter sua origem em uma proposta interventiva idealizada por um oficial general cuja formação profissional não se situava no campo das ciências humanas e sociais, outro aspecto sobre a construção da assistência integrada que chama a atenção diz respeito ao fato de que o Comando-em-Chefe da Esquadra não era o órgão competente para expedir normas para a organização e o funcionamento da assistência social da Marinha. Sendo assim, considerando que esta era uma atribuição à época de responsabilidade do Serviços de Assistência Social da Marinha (SASM), observa-se a presença de diferentes concepções de assistência social em disputa na instituição e que o lugar ocupado pelos atores na estrutura administrativa e, sobretudo, na estrutura hierárquica da Marinha é um fator determinante para o estabelecimento da dominância de um dado quadro cognitivo.

Nesse sentido, em 1994, após assumir a direção da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM), o Almirante de Esquadra Carlos Augusto Bastos de Oliveira ampliou o modelo inaugurado com o Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Esquadra (SAIPE) por meio da criação do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (SAIPM).

De acordo com a PESSOMARINST nº 40-03, de 30 de junho de 1994 (BRASIL, 1994), o SAIPM, sob a supervisão técnica do SASM, destinava-se a prestação de assistência religiosa, jurídica, social, psicológica e psiquiátrica ao pessoal militar e civil, em serviço ativo, e, desde que estritamente necessário, aos seus respectivos dependentes. Sendo instituídas como uma extensão dos serviços e ações já desenvolvidos na instituição no campo da assistência social, inicialmente, as atividades do SAIPM ficaram restritas ao Estado do Rio de Janeiro e foram implementadas por meio de três Núcleos do SAIPM (N-SAIPM) localizados em centros de grande concentração de pessoal.

A imagem de modelo inovador atribuída à assistência integrada foi construída, de modo geral, com base em dois princípios, a saber: descentralização e integração dos serviços prestados. A descentralização referia-se à implantação dos órgãos de execução em diferentes organizações militares da Marinha, sobretudo aquelas com maior concentração de pessoal, com o objetivo de facilitar o acesso dos beneficiários aos locais de atendimento. A integração, por sua vez, remetia à busca de emprestar aos serviços ofertados um caráter multidisciplinar ou interdisciplinar.

Caracterizada pelo emprego de equipes multidisciplinares e pela busca de ofertar atendimento o mais próximo possível do local de trabalho dos beneficiários, a assistência integrada é qualificada por Maia e Miranda

(1996) como uma estratégia cujo propósito seria a “psicoprofilaxia do homem que, uma vez em condições ótimas – saúde física e mental, atendimento das necessidades básicas e satisfação profissional –, atinge um perfeito equilíbrio, constituindo-se em fonte de sucesso para a instituição” (MAIA e MIRANDA, 1996, p. 212).

Observa-se então que, à medida que a concepção de assistência social vai se tornando mais abrangente e, conseqüentemente, as atribuições impostas a esse campo se ampliam, os serviços e ações a ele vinculados passam a ser cada vez mais diferenciados entre si. Tal diferenciação dificulta o reconhecimento de características compartilhadas por essas diversas atividades que vão gradualmente sendo incorporadas à assistência social e, em última instância, cria a imagem de tratar-se de um setor de prestação de serviços capaz de absorver qualquer demanda atinente ao ser humano.

Vale chamar a atenção para o uso que se faz na DGPM-501 – Normas sobre Assistência Integrada na Marinha do Brasil, documento por meio do qual a assistência integrada foi definitivamente generalizada em 1996 (BRASIL, 1996), da expressão apoio completo, uma vez que ela dá sentido ao propósito institucional da assistência social, a saber: “propiciar a manutenção de boas condições biopsicossociais dos militares e servidores civis da MB” (BRASIL, 1996, p. 1-5), bem como permite compreender as razões que justificam uma concepção de assistência social que vincula diferentes saberes profissionais e eixos de intervenção.

Veja-se que, uma vez que o objetivo atribuído institucionalmente à assistência social é prestar um apoio completo ao pessoal da Marinha, considerando que o êxito reside então em manter os beneficiários em condições adequadas de vida, faz sentido que a instituição busque conjugar várias “modalidades de assistência” (expressão utilizada em documentos normativos da assistência social da Marinha na década de 1940). Assim, compõem a assistência integrada: assistências jurídica e judiciária, assistência psicológica, assistência psiquiátrica, assistência de Serviço Social e assistência religiosa. Nesse sentido, para o desenvolvimento de suas ações, o SAIPM previa a atuação de bacharéis em Direito, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e capelães militares.

A assistência social se configura então como um conjunto de ações e serviços cujo propósito, em última instância, é perseguir um estado ideal de normalidade e harmonia no qual os militares e servidores civis em serviço ativo tenham condições de dedicar sua energia exclusivamente ao trabalho e aqueles já aposentados e/ou transferidos para a reserva, embora desobrigados de qualquer responsabilidade laborativa, permaneçam nos padrões considerados adequados pela instituição.

2020: Estrutura atual da Assistência Social da Marinha

Desde a publicação da primeira edição da DGPM-501 em 1996, o funcionamento da assistência social da Marinha passou por várias mudanças. A alteração mais recente ocorreu em 2020 com a publicação da 7ª revisão da DGPM-501 (BRASIL, 2020), agora denominada “Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil”.

Permanecem como ideias norteadoras os elementos referentes à descentralização e à integração dos serviços prestados, tal como defendido na década de 1990. Observa-se, que, em relação à descentralização, busca-se restringir o seu sentido ao aspecto da distribuição no território dos locais de atendimento ao público beneficiário e às questões atinentes à execução propriamente dita das ações e dos serviços ofertados. No que diz respeito à integração, o sentido é ampliado referindo-se não apenas à complexidade do sujeito biopsicossocial, mas também à necessidade de coordenar os esforços dos diferentes atores que atuam nesse campo com vistas a obtenção de melhores resultados.

Nota-se uma ampliação do rol de questões a serem endereçadas por meio das ações e serviços da assistência social da Marinha. Como verificado em documentos anteriores, a preocupação com as condutas consideradas de risco e, conseqüentemente, o investimento em atividades de prevenção permanecem como características marcantes da intervenção institucional nesse campo.

Nessa direção, em relação às ações propostas, observa-se que a assistência social da Marinha constitui um instrumento de disseminação de padrões de comportamento. Embora estejam presentes intervenções para viabilizar o acesso a bens e serviços de primeira necessidade e outras formas de enfrentamento de situações de vulnerabilidade socioeconômica, a perspectiva pedagógica é um traço bastante pronunciado.

Observa-se ainda que, muito mais do que desenvolver ações com vistas a garantir meios de subsistência, o sentido conferido ao termo assistência social parece estar vinculado à designação de tudo aquilo que se refere ao humano ou, de forma coloquial, ao social. Vale mencionar, por exemplo, a presença insistente desse atributo no léxico compartilhado na Marinha, como nas expressões problema social, motivo social e necessidade social. Ou seja, tudo que se refere ao indivíduo e que não encontra enquadramento em outras políticas institucionais é considerado de natureza social e, conseqüentemente, de responsabilidade da assistência social.

Pode-se dizer que a assistência social se constitui como um campo cujas fronteiras se movem continuamente para o exterior, em virtude da admissão de novas responsabilidades que ampliam seu escopo de atuação, e no qual são depositadas questões tanto da vida privada como aquelas atinentes às relações

interpessoais que se desenvolvem no ambiente do trabalho e que, potencialmente, podem causar prejuízos para a capacidade laborativa dos servidores da Marinha ou criar situações inconvenientes para a instituição.

Em que pese não se tratar necessariamente de uma novidade a menção a esse tipo de focalização, o documento apresenta uma conceituação ampliada de vulnerabilidade e estabelece distinções entre o que chama de “situações de vulnerabilidade social ligadas à vida financeira” (BRASIL, 2020, p. 10-1), que estariam relacionadas diretamente à insuficiência de renda ou a dificuldades de acesso a bens e serviços, e as situações de extrema vulnerabilidade social, que extrapolariam essas questões incluindo déficits relacionais.

Contudo, o documento não estabelece parâmetros que permitam identificar as situações de vulnerabilidade social, sendo essa tarefa realizada, na maioria dos casos, pelos assistentes sociais por meio de estudo socioeconômico e pela equipe multiprofissional mediante avaliação sociofamiliar.

No que diz respeito à concepção de assistência social, verifica-se a centralidade da noção de qualidade de vida. Ao apresentar a perspectiva de trabalho interdisciplinar que deve ser priorizada nas ações desenvolvidas pela assistência social, a 7ª revisão da DGPM-501 chega a estabelecer que o cumprimento da missão da assistência social da Marinha se resume na elevação da qualidade de vida do seu pessoal.

Considerações finais

A trajetória histórica da assistência social da Marinha é marcada por momentos em que se busca de fato operar mudanças significativas não só no que se refere às ações propostas como também na própria forma de organização do seu funcionamento. No entanto, fica evidente a permanência ao longo do tempo de certos elementos no quadro cognitivo a partir do qual esse campo se desenvolve, sobretudo em relação às justificativas e aos resultados esperados das intervenções implementadas.

Nessa direção, ao passo em que se observa uma constante expansão de suas atribuições, diversas alterações em sua estrutura organizacional e mudanças na forma de explicar a necessidade das ações propostas, a assistência social da Marinha é caracterizada pela crença permanente de que intervir nas condutas dos militares e servidores civis, afastando-os de hábitos considerados prejudiciais a si próprios e à imagem social da instituição, e garantir a esses o acesso a bens e serviços julgados indispensáveis para uma existência digna de acordo com os padrões de cada época produz um estado de normalidade no qual a ausência de preocupações com as dificuldades do cotidiano se reverte em condições ideais para ao desempenho das atividades profissionais. Ou seja,

a assistência social da Marinha, em todos os períodos analisados, se baseia em um ideal de militar e servidor civil – disponível, engajado, satisfeito com sua condição de vida –, na factibilidade de uma existência sem percalços – na qual tudo está em ordem e funciona em perfeita harmonia –, na capacidade institucional de promover as melhores soluções para as situações adversas que podem surgir contra a vontade do pessoal da Marinha – e, conseqüentemente, na viabilidade de se produzir o retorno ao estado de normalidade que foi perturbado –, bem como na existência de uma relação direta de causa e efeito entre uma política institucional de caráter pedagógico-protetivo e o atingimento de melhores resultados por parte dos militares e servidores civis.

Os estudos sobre a assistência social da Marinha apresentam o estado atual desse setor como o resultado de sucessivos aprimoramentos. As mudanças observadas são descritas como avanços obtidos por meio de rupturas com as formas anteriores de organização das ações e serviços ofertados ao público. Assim, a literatura sobre esse tema constrói uma imagem de ascensão gradual da qualidade da intervenção, de amadurecimento da lógica de funcionamento e de aprofundamento do domínio sobre as demandas institucionais confiadas à assistência social da Marinha.

A perspectiva deste trabalho não deixa de reconhecer que, efetivamente, o setor em questão experimentou transformações significativas ao longo de sua trajetória histórica. No entanto, a abordagem adotada exige que sejam identificados também os processos de permanência que permitem que elementos estabelecidos se perpetuem na assistência social da Marinha mesmo em contextos de significativas mudanças na sua estrutura institucional e organizacional.

Nesse sentido, o primeiro ponto a ser comentado se refere aos valores mais elevados da assistência social. Observa-se a transição de um estado em que se perseguia tão somente ofertar bens e serviços indispensáveis à reprodução biológica para um estado em que o julgamento do público beneficiário sobre si mesmo e sobre sua forma de existir no mundo passa ter centralidade, sendo a noção de qualidade de vida o elemento mais importante nesse estágio atual da assistência social da Marinha.

Seguindo nessa trilha, observa-se, conseqüentemente, a mudança daquilo que se constrói enquanto realidade almejada, bem como princípios de ação básicos. Ou seja, no que diz respeito às normas, nota-se que oferecer os meios necessários para que os militares cumpram seus deveres em relação à imagem social da Marinha e à provisão da subsistência de suas famílias deixa de ser suficiente sendo preciso disponibilizar também recursos capazes de garantir proteção contra contingências que possam afetar negativamente seu bem-estar biopsicossocial de modo que sua percepção sobre esses aspectos seja satisfatória em relação a suas próprias expectativas.

Como relações causais que exprimem uma teoria da ação, que Jobert e Muller (1987) chamam de algoritmos, tem-se que a ideia que se enraíza na instituição é a de que, caso a assistência social cumpra sua função de prover esses recursos protetivos, os militares e servidores civis terão plenas condições de alcançar o máximo proveito em suas atividades laborativas. Esse aspecto diz respeito a uma das crenças mais significativas no âmbito da assistência social da Marinha e que configura um elemento de permanência que atravessa toda a trajetória histórica desse setor.

Em todos os períodos analisados, está presente a ideia de que a assistência social tem o condão de apaziguar as emoções dos militares, seja pela comunicação da mensagem de que seus familiares restarão amparados em sua ausência ou por meio da resolução objetiva de dificuldades da vida material. Assim, nota-se que a crença de que esse setor efetivamente pode converter proteção contra os problemas cotidianos em manutenção e/ou aumento da capacidade laborativa dos militares – até mesmo em termos de combatividade – é um traço que caracteriza o que se pensa sobre a assistência social na instituição.

No entanto, não foram encontrados no arcabouço normativo da assistência social da Marinha mecanismos destinados a aferir se essa ideia pode ser efetivamente confirmada, bem como até que ponto mudanças positivas observadas no engajamento dos militares e servidores civis em suas atividades laborais podem ser atribuídas aos esforços da assistência social. Ou seja, trata-se de uma crença forte o suficiente para dispensar qualquer tipo de confirmação de sua veracidade e cuja reprodução se dá longe de qualquer questionamento.

No que diz respeito às imagens, ou seja, aos recursos cognitivos que constituem vetores implícitos dos valores, das normas e dos algoritmos, tem-se a mesma continuidade observada em relação aos princípios de ação, a saber: o servidor que tem suas necessidades biopsicossociais atendidas e que está satisfeito com seu ambiente de trabalho está em condições ideais para corresponder às exigências inerentes ao meio militar.

Nota-se que, de modo geral, o quadro cognitivo compartilhado pelos atores é fortemente marcado por duas ideias. A primeira é a de que as adversidades da vida são inegavelmente fatores que degradam a capacidade laborativa dos militares. A segunda ideia é a de que a assistência social é a ferramenta capaz de afastar as causas do baixo engajamento no trabalho e contribuir para uma maior produtividade dos militares e servidores civis em suas atividades, principalmente aquelas cuja atenção plena é um elemento essencial.

Referências

- BRASIL. Decreto nº 16.461, de 7 de maio de 1924. **Aprova e manda executar o regulamento para a Diretoria do Pessoal do Ministério da Marinha**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 07 mai. 1924. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16461-7-maio-1924-513674-republicacao-89699-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 20.974, de 12 abril de 1946. **Aprova e manda executar novo Regulamento para a Diretoria do Pessoal da Armada**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 12 abr. 1946. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20974-12-abril-1946-332826-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2023.
- BRASIL. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-01: **Prestação de Assistência Social na Marinha**. Rio de Janeiro: SASM, 1980.
- BRASIL. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-01A: **Prestação de Serviço Social na Marinha**. Rio de Janeiro: SASM, 1988.
- BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. PESSOMARINST nº 40-03: **Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da MB (SAIPM)**. Rio de Janeiro: DGPM, 1994.
- BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. DGPM-501: **Normas sobre a Assistência Integrada na Marinha do Brasil**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: DGPM, 1996.
- BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. DGPM-501: **Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil**. 7ª. rev. Rio de Janeiro: DGPM, 2020.
- JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'Etat en action: Politique publiques et corporatismes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- MAIA, Marta Nolding; MIRANDA, Erice da Silva. **Assistência Integrada na Marinha: Uma filosofia assistencial inovadora**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 116, n. 7/9, p. 209-217, jul./set., 1996.
- MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. 12ª. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2018.

PAINEL: A trajetória e evolução da Assistência Social das Forças Armadas brasileiras

A Assistência do Exército Brasileiro: a evolução desta ferramenta de liderança indutora do pronto emprego e do fortalecimento da dimensão humana

Luana Pereira Carneiro¹

Resumo

A construção da Assistência Social do Exército Brasileiro é permeada por marcos históricos, cuja centralidade, desde seus primórdios, sempre foi perene e indissolúvel: o apoio à Família Militar. Desta forma, este artigo apresenta a evolução e o aprimoramento da Assistência Social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Evolução Histórica; Exército Brasileiro; Regulamentos.

Introdução

Descrever a trajetória da Assistência Social no âmbito do Exército Brasileiro remete à estruturação da assistência voltada ao público interno da Força Terrestre, oferecendo apoio social ao combatente e aos seus respectivos familiares.

Sendo assim, este artigo tem por finalidade apresentar, de forma sintetizada, a trajetória histórica e o percurso das ações que fomentaram a Assistência Social no contexto institucional do Exército Brasileiro.

Com o intuito de apresentar a organização e a gestão vigentes da Assistência Social, objetiva-se iniciar pelos primórdios dessa atuação no Exército, partindo dos registros históricos e das normativas que tratam do tema.

A seguir, será abordado o escopo do atual Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx), que expressa o desenvolvimento de todo o percurso histó-

1. Capitão do Exército Brasileiro. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciências Militares pelo Centro de Estudos do Exército Brasileiro. Atualmente, serve na Diretoria de Assistência ao Pessoal. E-mail: luanacarneiro@yahoo.com.br.

co de aprimoramento e tecnicidade voltado à prestação da Assistência Social à Família Militar.

Sobre este tema, torna-se indispensável abordar as conjunturas históricas, bem como explicitar as legislações e normativas vigentes que regem as ações voltadas ao atendimento das demandas socioassistenciais do público-alvo da Força.

Dessa forma, desde o ano de 1950, a Assistência Social, além de ter como fundamento principal a oferta de bem-estar à Família Militar, constitui-se em ferramenta de liderança indutora do pronto emprego e do fortalecimento da Força Terrestre, com vistas à manutenção da prontidão operacional e ao incremento do poder de combate.

Breve resgate histórico da proteção social do Exército Brasileiro

A evolução cronológica da Diretoria de Assistência ao Pessoal

A organização da Assistência Social no Exército Brasileiro está centralizada na Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP). Para compreender a trajetória percorrida por estruturas anteriores, apresenta-se, a seguir, a formação histórica que resultou na atual conformação dessa Diretoria.

Inicialmente, por meio do Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (BRASIL, 1860), foram criadas quatro diretorias de caráter técnico-administrativo, voltadas para o desenvolvimento de recursos humanos, dentre as quais se destaca a Diretoria-Geral e Gabinete do Ministro.

Entretanto, foi apenas no ano de 1934 que o Ministério da Guerra organizou e centralizou os negócios da Administração Federal relativos ao Exército, criando a Diretoria do Serviço Militar e da Reserva (BRASIL, 1934), subordinada ao Departamento de Pessoal.

Paralelamente, em 1938, implementou-se a Divisão do Pessoal Civil, subordinado ao Departamento do Pessoal do Exército, com a finalidade específica de tratar dos assuntos referentes aos servidores civis.

O marco normativo que institucionaliza o Serviço Social no Exército surgiu em 1950, precisamente em 14 de outubro, data da criação da Comissão Especial de Serviço Social do Exército, conforme o Aviso Ministerial nº 654 (BRASIL, 1950).

Dentre as principais atribuições da Comissão, destacavam-se o planejamento de obras sociais, considerando as necessidades e os recursos disponíveis no Exército, além da proposição de medidas que pudessem ser aproveitadas e enquadradas em ações preexistentes no Ministério.

Outro objetivo da Comissão era estabelecer normas equitativas para a distribuição de benefícios às guarnições mais desprovidas de recursos, ajustan-

do a proporcionalidade conforme a relação entre os encargos familiares e os vencimentos dos beneficiários.

Sendo assim, a criação dessa Comissão representa o início da institucionalização da Assistência Social no Exército.

Posteriormente, em 1956, a estrutura dos órgãos do Exército foi reorganizada pela Lei nº 2.851 (BRASIL, 1956), que instituiu o Departamento-Geral do Pessoal (DGP), incorporando as diretorias relacionadas a assuntos de pessoal. Dessa forma, a Comissão Especial de Serviço Social foi extinta, dando lugar à Diretoria de Assistência Social (DAS).

Em 1971, ocorreu nova reestruturação do DGP, por meio da qual a DAS passou a subordinar-se ao Departamento-Geral de Serviços. Na mesma ocasião, houve a fusão da Diretoria do Pessoal da Ativa, da Divisão do Pessoal Civil e das subdiretorias de Recrutamento e de Reserva ao DGP, resultando em nova denominação: Diretoria de Recrutamento, de Inativos e Pensionistas, de Movimentações e do Pessoal Civil.

Conseqüentemente, o Decreto nº 68.277 (BRASIL, 1971) reorganizou o DGP, criando a Diretoria de Inativos e Pensionistas (DIP) e a Diretoria de Pessoal Civil (DPC). A posterior fusão dessas diretorias atribuiu à DIP a gestão dos assuntos referentes aos militares veteranos, aos servidores civis aposentados e aos pensionistas de ambos os segmentos. A Diretoria de Assistência Social perpetua no Decreto de nº 3.652 (BRASIL, 2000), mas sofre alteração no ano de 2002.

Em 2002, o Decreto nº 4.288 promoveu nova estruturação do DGP (BRASIL, 2002), integrando ao Departamento-Geral do Pessoal o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), com o intuito de atender à Família Militar nas áreas de assistência social, religiosa e de saúde. Essa junção resultou na mudança de nomenclatura da DAS para Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP).

Em 2004, por determinação do Decreto nº 4.963, de 28 de janeiro, a DIP passou a denominar-se Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas (DCIP).

Posteriormente, em 2010, a DCIP foi transformada na Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS), ou seja, a assistência social foi incluída aos demais segmentos, por meio do Decreto Presidencial nº 7.299, de 10 de setembro de 2010, sem incluir o SAREx em sua composição.

A partir do Decreto Presidencial nº 11.097, de junho de 2022, foi instituída nova denominação, reconfigurando a DAP com atribuições sobre Civis, Aposentados, Pensionistas, Veteranos, Pessoal da Reserva e Assistência Social. Em janeiro de 2023, o SAREx foi novamente incluído na composição da DAP.

Portanto, os marcos históricos da DAP se resumem conforme a seguir:



Figura 1: Linha do tempo das Diretorias anteriores à DAP. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/007446684d6a0708b2b44>. Acessado em 01 de junho de 2025.

E para desfecho da trajetória apresentada, no ano de 2022, por intermédio da normativa expedida pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), a Portaria nº 179, de 20 de julho de 2022, a DAP recebeu a denominação histórica “Diretoria Dona Rosa da Fonseca”, tendo por patrona Dona Rosa da Fonseca².

A evolução histórica Assistência Social do Exército Brasileiro

Ao abordar o desenvolvimento da Assistência Social no Exército Brasileiro, em paralelo às iniciativas de proteção social voltadas à Família Militar, é relevante destacar o processo de estruturação e padronização da incipiente atuação socioassistencial.

O primeiro regulamento normativo foi instituído em 7 de dezembro de 1978, com a aprovação das Instruções Gerais para o Funcionamento do Serviço de Assistência Social (BRASIL, 1978). Esse documento estabelecia os objetivos do Serviço de Assistência Social do Exército (SASEx), nos seguintes termos: “prestar assistência social ao pessoal militar e a seus dependentes; e possibilitar

² Rosa da Fonseca casou-se em 1824 com o Major do Exército Imperial Manoel Mendes da Fonseca, cuja união, nasceram dez filhos, dos quais oito eram homens e duas mulheres. A história registra que todos os oito filhos de D. Rosa da Fonseca seguiram os passos do pai e tornaram-se militares no Exército Imperial, dentre eles, sete foram enviados para lutarem pelo país na Guerra da Tríplice Aliança. A história de sacrifício e abnegação de D. Rosa da Fonseca, inspirou a DAP, no que se refere ao servir à Família Militar. Portanto, desde o ano de 2016 Dona Rosa da Fonseca tornou-se patrona da Família Militar e o dia 18 de setembro é reservado para comemorar o Dia da Família Militar.

que os serviços responsáveis pelo apoio administrativo e logístico do Exército sejam liberados dos encargos assistenciais, permitindo que se dediquem exclusivamente às suas atividades-fim”.

À época, o SASEx estava subordinado à Diretoria de Assistência Social (DAS) e recebia recursos financeiros conforme a dotação orçamentária, os quais eram destinados ao repasse de auxílios. A portaria citada, no entanto, não detalhava os procedimentos técnicos necessários à execução das atividades-fim. Registros históricos indicam que a principal atribuição da assistência consistia, predominantemente, no controle de auxílios financeiros aos militares.

De forma pioneira, a Assistência Social passou a ter status de política no âmbito das Forças Armadas com a publicação da Portaria do Ministério da Defesa que instituiu a Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA). Segundo a norma: “A Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA) tem a finalidade de orientar as atividades de assistência social no âmbito das Forças Armadas, garantindo o bem-estar social do seu público” (BRASIL, 2006)³.

Desde então, as ações socioassistenciais passaram a ser orientadas com vistas à consolidação como política pública, substituindo práticas pontuais e fragmentadas.

Ao prosseguir com a análise da progressão normativa da Assistência Social, observa-se que entre 1978 e 2005 houve um hiato na publicação de novas diretrizes. A retomada ocorreu em 2006, com a aprovação das Instruções Gerais para Concessão do Auxílio Financeiro, por meio da Portaria C Ex nº 565, de 25 de agosto de 2006 (IG 30-13). No ano seguinte, foi publicada a Portaria DGP nº 049, de 19 de março de 2007 (IR 30-50), que aprovou as Instruções para Concessão do Auxílio Financeiro.

Em 2008, alinhado às diretrizes do Ministério da Defesa, o Exército Brasileiro promoveu a normatização da área de Assistência Social, mediante a publicação da Portaria nº 884, de 4 de novembro de 2008. Essa norma introduziu avanços significativos, ao estabelecer critérios para a organização dos recursos humanos, materiais e financeiros, bem como ao normatizar os procedimentos técnicos do Serviço Social e a execução de ações voltadas à Família Militar.

Em decorrência dessas regulamentações, foram estruturadas ações específicas para pessoas com deficiência e para a preparação de militares e servidores civis para a inatividade. Nesse contexto, foi publicada a Portaria DGP nº 226, de 24 de setembro de 2008 (IR 30-53), que aprovou as Instru-

ções para Assistência aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais. Em 2010, instituiu-se o Programa de Preparação para a Reserva, por meio da Portaria DGP nº 222, de 31 de março.

Em 2011, a Portaria DGP nº 031, de 28 de fevereiro, aprovou as Normas Técnicas da Assistência Social. Embora mantivesse o conteúdo da normativa anterior, trouxe como avanços a padronização das solicitações e das avaliações para concessão de benefícios socioassistenciais.

Apesar do avanço normativo, havia lacunas no escopo das atividades, sobretudo em relação às ações preconizadas pela PASFA. Com isso, em 2012 iniciaram-se etapas de planejamento, projetos-piloto e avaliações para a implantação de programas sociais voltados às demandas da Família Militar.

Como resultado, foram publicadas, em 2015, portarias instituidoras de programas conforme determinação do Comando do Exército: o Programa de Prevenção à Dependência Química (PPDQ), o Programa de Apoio (PASE) e o Programa de Preparação e Apoio para a Reserva e Aposentadoria do Exército Brasileiro (PPREB).

Em 2016, foi aprovada a Portaria DGP nº 114, de 14 de junho, que instituiu as diretrizes para o funcionamento do SASEx. A normativa estabeleceu os parâmetros para organização, planejamento, supervisão e execução da política de Assistência Social, dirigida aos militares, servidores civis (ativos e inativos), seus dependentes e pensionistas.

Atualmente, o funcionamento do SASEx é regido pela Portaria C Ex nº 1.971, de 25 de abril de 2023, que aprovou as Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social. O documento define, entre outros aspectos, a composição das equipes técnicas, integradas por assistentes sociais e psicólogos, sob a chefia de militares com posto de até coronel (sem exigência de formação na área psicossocial).

Ainda em 2016, quatro oficiais assistentes sociais foram formados na atual Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEEx). Esses profissionais constituem os primeiros militares formados em Serviço Social integrantes do Quadro Complementar de Oficiais (QCO).

Dessa forma, ao considerar a conformação técnica da estrutura de Assistência Social do Exército, verifica-se que ela se encontra em estágio de desenvolvimento gradual, com avanços ocorrendo conforme as demandas e os contextos institucionais.

Os recursos que financiam a Assistência Social são oriundos do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx). Conforme estabelece a Portaria vigente, a fonte de arrecadação dos recursos financeiros destinados às ações socioassistenciais do Exército é claramente definida, sendo o Departamento-Geral do Pessoal (DGP) o responsável por sua distribuição à Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP), órgão gestor do fundo no âmbito da Assistência. A DAP, por sua vez, realiza a descentralização de créditos às Organizações Militares executoras das ações previstas no PASEx.

Planejamento estratégico: uso da identidade visual e divulgação de conteúdo

No que diz respeito à gestão, a reestruturação do SASEx elevou a Assistência Social a um novo patamar, especialmente a partir do princípio do planejamento centralizado e da execução descentralizada, com integração das ações socioassistenciais.

Nesse sentido, a DAP, enquanto órgão normativo, elabora, em parceria com o canal técnico das Seções de Assistência Social (SAS), materiais de cunho socioeducativo, com enfoque na prevenção e no enfrentamento de questões sociais que afetam a Família Militar.

As SAS, de forma descentralizada e integrada, executam as ações socioassistenciais previstas, com o propósito de promover apoio e proteção social à Família Militar.

Dessa forma, um dos principais instrumentos de comunicação com o público-alvo da Assistência Social são os Cadernos de Orientação, elaborados com base em temas contemplados pelo PASEx, bem como em demandas emergenciais que requeiram abordagem preventiva ou interventiva diante de cenários sociais excepcionais e contemporâneos, que exigem pronta resposta técnica para a proteção social da Família Militar.



Figura 3: Exemplos de Cadernos de Orientação da SAS

Os Cadernos de Orientação são caracterizados por uma escrita de fácil leitura com uso de linguagem não muito técnica, mas com evidências científicas sobre o assunto tratado. O acesso ao material é de fácil manejo, por meio do

endereço eletrônico da DAP <https://www.dap.eb.mil.br/index.php/pt/>, portanto, o acervo está disponível para todos, sendo público-alvo da Assistência ou não.

A finalidade do Caderno de Orientação é de tratar, sumariamente, sobre o assunto previsto, dando atribuição de o que fazer a respeito. A distribuição de tarefas incube à DAP, às Regiões Militares, por intermédio das SAS e às Organizações Militares.

São diversificadas frentes de atividades previstas nos Cadernos de Orientação: divulgação de material em meio digital em redes sociais e/ou intranet, distribuição de materiais gráficos, realização de palestras e instruções a quem de direito, realização de atividades individuais ou em grupos, dentre outras ações.

Por fim, estes foram os principais fatores que deram nova estrutura à Assistência Social. Podemos então concluir que a Assistência foi redesenhada pela reestruturação da Assistência Social por intermédio do PASEx, em aplicabilidade ao SASEx com vistas de aprimorar, ampliar e otimizar a prestação da Assistência à Família Militar.

Considerações finais

Com base nas considerações apresentadas neste artigo, conclui-se que a Assistência Social, desde 1950, tem sido instrumento essencial para o fortalecimento da Dimensão Humana no âmbito da Força Terrestre.

Como demonstrado, a trajetória da Assistência Social foi marcada por diversos fatores determinantes: as reestruturações entre as diretorias, conforme as conjunturas institucionais; as normativas que orientaram a execução das ações socioassistenciais voltadas à Família Militar; e a inserção ainda tímida de militares do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) nas equipes técnicas do SASEx.

Atualmente, a Assistência Social está sob a coordenação da Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP), subordinada ao Departamento-Geral do Pessoal (DGP), cuja missão é planejar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relativas à execução das ações socioassistenciais, realizadas por meio das Seções de Assistência Social (SAS), regionais e de guarnição, localizadas nas principais cidades do país.

Nesse contexto, o planejamento centralizado das ações socioassistenciais está a cargo da SAS da DAP, responsável por coordenar e promover essas ações de forma integrada, visando mitigar os efeitos de situações sociais e psicológicas adversas que possam comprometer os recursos humanos do Exército Brasileiro, proporcionando bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Além da estruturação técnico-administrativa, é relevante destacar que o avanço da Assistência Social está atrelado à Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA), instituída pelo Ministério da Defesa, a qual re-

presentou um marco fundamental para a evolução das iniciativas no campo assistencial. Ainda que revogada, sua implementação conferiu direcionalidade estratégica às ações da área, em consonância com as atuais Diretrizes de Assistência Social das Forças Armadas (BRASIL, 2021).

Esse progresso torna-se evidente com a qualificação dos serviços prestados, especialmente após a implantação dos Programas Sociais que norteiam as ações da área.

Dessa forma, o Plano de Assistência Social do Exército (PASEx) representa a materialização do aprimoramento da gestão e da sistematização das ações, tendo como objetivo central a oferta de uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar à Família Militar.

A estrutura da Assistência Social está voltada, prioritariamente, à prevenção de impactos que possam afetar as famílias em decorrência das especificidades da carreira militar. Nesse sentido, a implementação das atividades previstas no SASEx contribui diretamente para o cotidiano dessas famílias, que frequentemente precisam se reorganizar em função dos deslocamentos geográficos, os quais influenciam na educação e formação cultural, na projeção patrimonial, na inserção do cônjuge no mercado de trabalho local, entre outros aspectos.

A peculiaridade da Assistência Social do Exército reside na oferta de proteção social à Família Militar - público que, socialmente, é reconhecido como representante de valores simbólicos associados ao heroísmo, coragem e patriotismo. Atrás dessa imagem de bravura, encontra-se a retaguarda institucional responsável por assegurar, por meio das ações socioassistenciais, as condições necessárias à manutenção do poder de combate.

Assim, as Portarias e regulamentações que orientam a organização e o funcionamento dos Programas de Assistência Social, como o PASEx (2023-2026), são os instrumentos normativos que estabelecem direitos, benefícios e procedimentos para a prestação de assistência à Família Militar.

Por fim, para consolidar a trajetória da Assistência Social no Exército, é importante destacar que a área tem respondido com prontidão às dinâmicas e demandas sociais. Em qualquer contexto institucional, o foco da Assistência Social permanece inalterado: oferecer apoio e proteção social permanentemente à Família Militar.

Referências

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956. **Dispõe sobre a organização básica do Exército**. Revogada. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Diário Oficial da União, seção 1, p. 16305, 28 ago. 1956.

BRASIL. Decreto nº 68.277, de 19 de fevereiro de 1971. **Reorganiza o Departamento-Geral do Pessoal do Ministério do Exército e dá outras providências**. Revogado. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 fev. 1971.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 1.173, de 6 set. 2006. **Aprova a Política de Assistência Social das Forças Armadas**. Boletim do Exército nº 37, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 884, de 4 de nov. 2008. **Aprova as Normas para a Assistência Social no Exército**. Boletim do Exército, Brasília, DF, nº 45, de 7 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 881, 26 mai. 2010. **Aprova as Diretrizes para o desenvolvimento dos Programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GM-MD nº 1740, de 14 abr. 2021. **Aprova as Diretrizes de Assistência Social das Forças Armadas**, Brasília, DF, 2021.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social e Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Portaria nº 1.067, de 8 de set. 2014. **Aprova as Instruções Gerais para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos**. Boletim do Exército, nº 37, p. 14, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 265-EME, de 22 de outubro de 2015. **Instrução Reguladora para a Gestão do Conhecimento Doutrinário do Exército Brasileiro**. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria DGP nº 114, de 04 de jul. 2016. **Aprova as instruções reguladoras para o funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército**. Boletim do Exército, nº 27, p. 40, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria DGP nº 151, de 4 ago. 2016. **Aprova o Programa de Valorização da Vida**. Revogado. Boletim do Exército, nº 32, p. 97, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria DGP nº 650, de 10 jun. 2016. **Aprova a Diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e implantação do Dia da Família Militar**. Boletim do Exército, nº 24, p. 11, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 1.737, de 30 dez. 2016. **Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Programa Educar é a Nossa História**. Boletim do Exército, nº 1, p. 11, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (**Estatuto dos Militares**) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 2019.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar. Um Antropólogo na Caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CELESTINO, Sabrina (org.). **Políticas Públicas, Forças Militares**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 27 ed., São Paulo: Cortez, 2021.

PAINEL: A trajetória e evolução da Assistência Social das Forças Armadas brasileiras

Formação da assistência social no Comando da Aeronáutica

Rita Emília Alves da Silva¹

Resumo

Este estudo investiga a história do Serviço Social no Comando da Aeronáutica desde 1941. O trabalho objetiva compreender os avanços da profissão, destacando a expansão para ensino e operações militares humanitárias, e o compromisso com qualificação e produção de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Formação; Comando da Aeronáutica.

Introdução

O presente trabalho tem como horizonte contribuir para as análises históricas da inserção do Serviço Social no Comando da Aeronáutica (COMAER), um percurso marcado por desafios e possibilidades para a profissão ao longo dos anos. O referido processo tem como principal referência a criação do Ministério da Aeronáutica no ano de 1941, em meio às demandas da II Guerra Mundial, o qual estabeleceu o contexto inicial para a possível emergência do Serviço Social na instituição, para atendimento aos veteranos de guerra. Foi justamente nesse contexto, que a LBA - Legião Brasileira de Assistência - foi fundada, no Governo Vargas, em 28 de agosto de 1942, sob a liderança da primeira-dama Darcy Vargas. Nesse sentido, a trajetória do Serviço Social nessa Força Armada evidencia um campo de atuação profissional com vastas possibilidades, entretanto ainda pouco explorado no âmbito das discussões acadêmicas.

¹ Tenente-Coronel da Reserva da Força Aérea Brasileira. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-RJ. É pós-doutora em Serviço Social pelo mesmo Programa. Atualmente, é adjunta da Assessoria de Governança e Chefe da Avaliação Institucional do Ensino da Universidade da Força Aérea, além de docente e pesquisadora na área de políticas de defesa nacional. E-mail: rita.emilia.as@gmail.com.

É oportuno destacar a particularidade da construção do conhecimento no âmbito militar, onde a apropriação do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social não decorre de análises externas, mas, sim, de um processo coletivo protagonizado pelos seus próprios profissionais. Esses, ao longo de décadas, têm sistematizado experiências, sínteses de pesquisas e investigações em programas de pós-graduação, gerando uma produção intelectual que articula teoria e prática.

Nesse contexto, destaca-se a importância de visibilizar os percursos do Serviço Social na Aeronáutica, considerando-o um relevante espaço de atuação profissional desde a década de 1940, a partir do seu resgate histórico, na perspectiva de compreender os processos sociais e institucionais que reforçam as alterações sofridas na dinâmica e nos aportes do trabalho profissional. Nesse âmbito, considera-se que a história do Serviço Social na referida instituição militar é marcada por avanços e desafios, refletindo tanto o contexto histórico mais amplo quanto as especificidades institucionais. A compreensão dessa trajetória requer considerar a complexidade da inserção profissional no universo particular das Forças Armadas.

É importante detalhar as definições legais e constitucionais relacionadas à Aeronáutica no Brasil, esclarecendo os conceitos de Aeronáutica, Força Aérea Brasileira (FAB) e Comando da Aeronáutica (COMAER). Dessa forma, tendo como referência os estudos de Jasper (2013), destacamos aspectos relevantes, considerando a definição Constitucional de 1988, onde é estabelecida a Aeronáutica como uma das Forças Armadas, encarregada da defesa da pátria. Por sua vez, a Lei Complementar nº 97 define a Força Aérea como parte da organização Aeronáutica, com base em instruções do Comando da Aeronáutica e regulamentações, como o Decreto 60.521 de 1967.

Já no caso do Comando da Aeronáutica (COMAER), este se posiciona como uma estrutura administrativa, um órgão do Executivo, utilizado pela Aeronáutica para gerir seus negócios e cumprir a função de defesa da pátria, conforme conceitos do Direito Administrativo. A clarificação desses conceitos evidencia a importância do marco legal e constitucional na definição das atribuições e da estrutura da Aeronáutica e do COMAER no contexto da defesa nacional brasileira (Jasper, 2013, p. 63).

Feitas essas considerações iniciais, parte-se do pressuposto de que o exercício profissional dos assistentes sociais no COMAER é atravessado por múltiplas determinações conjunturais, históricas e estruturais da sociedade. Particulariza-se, ainda, pela construção das mediações necessárias entre as políticas públicas propostas pelo Estado brasileiro e aquelas operadas no âmbito da Defesa Nacional.

Será neste âmbito, atravessado de desafios oriundos do cotidiano, que as respostas profissionais também se redimensionam e qualificam, em face das múltiplas e complexas demandas que chegam ao assistente social nos diversos

espaços sócio-ocupacionais, como no caso da instituição em questão, a qual configura campo legítimo de atuação profissional desde a década de 1950, apesar de indícios da preocupação com a área da assistência social aos efetivos já serem observados ainda na criação do então Ministério da Aeronáutica, com a entrada das primeiras assistentes sociais civis para compor os quadros das especializações necessárias, na época, nos seus hospitais e demais unidades militares.

O Serviço Social no Comando da Aeronáutica: contribuições sobre o tema

Para contextualizar a trajetória histórica do Serviço Social no COMAER, nos diversos âmbitos dos programas e projetos previstos no atual marco regulatório, é essencial revisitar brevemente as determinações que vêm incidindo na construção e reconstrução desse espaço sócio-ocupacional desde a década de 1940. Para tal, partiremos, inicialmente, da premissa de que a Aeronáutica, junto com o Exército e a Marinha, compõe as Forças Armadas brasileiras, configurando instituições estatais que implementam políticas públicas de amplo espectro em diversos contextos.

No âmbito das políticas de proteção social, dirigidas tanto ao contingente interno quanto à sociedade brasileira em geral, a Aeronáutica, assim como as outras Forças Armadas, trilhou um caminho marcado pela elaboração de marcos normativos e pela articulação com diferentes segmentos da sociedade civil, demonstrando uma trajetória de engajamento e interação com questões sociais mais amplas.

Nesse sentido, o grande desafio é abrir espaço para discussões que possibilitem repensar tanto a concepção como a operacionalização das políticas na área da proteção social das Forças Armadas e, em especial, da Aeronáutica. Para tal, é importante, inicialmente, destacar a natureza institucional das Forças Armadas como entidades nacionais, permanentes e regulares, cuja missão constitucional abrange a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, a manutenção da lei e da ordem. Nesse contexto, é relevante salientar o disposto no inciso I, do Art. 31, da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, que estabelece o Estatuto Militar, prevendo como dever militar a “dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, integridade e instituições devem ser defendidas mesmo com sacrifício da própria vida” (BRASIL, 1980), evidenciando o compromisso profundo e o sentido de responsabilidade inerentes à atuação militar. Essa perspectiva ressalta a importância da missão das Forças Armadas e o ethos² que orienta a conduta dos militares em sua atuação

² O Ethos militar, segundo Celso Castro (1990), é um conceito central em sua obra “O Espírito Militar”, fruto de uma pesquisa antropológica pioneira realizada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Castro argumenta que a construção da identidade militar se dá através da oposição simbólica a um “mundo civil”, destacando elementos como disciplina, hierarquia e obediência como fundamentais na formação do ethos militar.

institucional. Diante disso, a complexidade do espaço sócio-ocupacional da Aeronáutica se expressa, entre outros aspectos, na multiplicidade de demandas decorrentes dos diversos campos e atividades assumidos ao longo da carreira militar. Tal realidade aponta para a necessidade de abordagens que considerem as interconexões entre a vida profissional militar e as dinâmicas sociais e familiares, bem como as interfaces entre carreira militar, relações sociais e esfera privada, para um melhor atendimento e apoio aos militares e suas famílias.

Ao considerar que a missão-fim da referida Força Armada é “manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria” (BRASIL, 2018, p.20), será nesse âmbito que o profissional de Serviço Social é requerido a elaborar respostas em face das múltiplas necessidades sociais dos efetivos civis e militares que compõem os quadros funcionais da instituição. As referidas questões configuram pauta estratégica no atual marco regulatório das políticas da área de defesa e potencial espaço para atuação dos assistentes sociais, ao considerar que a Aeronáutica, assim como outras Forças Armadas, precisa garantir a continuidade operacional, sem negligenciar as diversas necessidades sociais dos efetivos - uma perspectiva que converge para o conceito da Dimensão Humana, previsto como um dos objetivos setoriais da defesa no atual Planejamento Estratégico Setorial da Defesa (2024-2035).

Sobre esse aspecto, Celestino (2024) destaca a complexidade e a abrangência do conceito da Dimensão Humana, inspirado em produções e normativas do Exército americano. Para a autora, o referido conceito abrange uma ampla gama de aspectos que influenciam a performance militar, incluindo fatores sociais, psicológicos, socioantropológicos, históricos, educacionais, organizacionais e culturais. Esses aspectos têm um impacto significativo no cotidiano dos militares e de suas famílias (CELESTINO, 2024, p. 10).

É necessário, portanto, compreender o papel institucional do Serviço Social, que, inserido no contexto das Forças Armadas e, na Aeronáutica em especial, é chamado a desempenhar mediações para o atendimento das necessidades sociais do efetivo e o alcance da missão institucional. Atuando, assim, de forma a contribuir para a reprodução integral do trabalhador militar, abrangendo dimensões que extrapolam o mero desempenho funcional. Portanto, apreender a profissão e os seus desafios postos numa esfera estatal, que possui o monopólio legítimo da violência, configura uma tarefa nada fácil, ao considerar o distanciamento ainda presente entre o espaço sócio-ocupacional nas Forças Armadas e a Academia.

Tal aspecto pode ser comprovado na necessidade de ampliar a produção científica do Serviço Social na área da Defesa Nacional, ao considerar a criação do então Sistema de Assistência Social, que ocorreu ainda no ano de 1985. A tentativa de superar a lacuna de mais de trinta anos na área

da produção de conhecimento no campo militar, pelo Serviço Social, vem ocorrendo principalmente nos anos em que as políticas de defesa nacional inauguram requerimentos até então inéditos aos assistentes sociais, ao considerar a complexificação das demandas sociais do efetivo, o incremento às funções subsidiárias das Forças Armadas e às ações intersetoriais com a sociedade civil.

Um exemplo dessa preocupação é evidenciado no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), como também nos documentos intitulados Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa:

[...] as unidades militares das Forças Armadas, presentes em todas as regiões do País, relacionam-se com as comunidades nas quais se integram. Os militares participam da vida da população, quer pelo envolvimento em eventos comunitários, por meio de ações cívico sociais, quer por campanhas de saúde pública e apoio em casos de calamidade. Além das atribuições subsidiárias gerais, a LC nº 97/1999 prevê o emprego das Forças Armadas, nas atribuições subsidiárias particulares [...] (BRASIL, 2012, p.130).

Nesse campo, as proposições reflexivas apresentadas por Raichelis (2009) convergem com os intentos analíticos por nós desenvolvidos, que visam destacar a singularidade da prática profissional do Serviço Social no âmbito das instituições militares. Tais instituições configuram-se como espaços institucionalizados por dinâmicas peculiares, onde os profissionais, ao se inserirem, reconhecem uma hierarquia de identidades que privilegia, primordialmente, sua condição de militares, em detrimento de sua identidade como técnicos ou assistentes sociais.

Sendo assim, é possível afirmar que, em razão de sua própria singularidade, mas também da parca produção de conhecimento nacional sobre o assunto pelo Serviço Social, a dinâmica institucional das organizações militares costuma “escapar” aos olhos dos estudiosos da referida área, de uma forma geral, mantendo-se como um assunto distante das preocupações mais urgentes no âmbito das discussões da profissão.

Analisar, portanto, a história da profissão a partir dos seus marcos legais, em conexão com as políticas de defesa do país, torna-se um desafio, na medida em que a defesa nacional, historicamente, não faz parte do rol de políticas públicas que, tradicionalmente, estariam mais próximas à profissão, apesar da sua legitimação nas Forças Armadas há mais de três décadas como espaço sócio-ocupacional, no que se refere aos profissionais militares. Sobre essa questão é oportuno reforçar, ainda, que a trajetória do Serviço Social nas instituições

militares da Aeronáutica, como será visto no decorrer deste estudo, antecede o período da inserção dos militares com essa especialidade técnica.

Diante disso, destacamos os nexos entre políticas sociais e políticas de defesa nacional, conexões relevantes para compreender os limites e possibilidades da profissão de Serviço Social frente a requerimentos historicamente novos no âmbito militar. Tais requerimentos desafiam a formação profissional e apontam para a necessidade de fortalecimento do espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais nesse contexto específico. A busca por essas conexões sugere um esforço de apreensão das particularidades da inserção do Serviço Social no campo militar, considerando as dinâmicas próprias das políticas de defesa nacional e suas interfaces com as políticas sociais.

É importante ressaltar as implicações para a atuação profissional dos assistentes sociais, visando potencializar intervenções e consolidar a presença da profissão nesse espaço institucional. Uma condição para isso emerge com a possibilidade de diálogo entre políticas de defesa e políticas de proteção social, considerando a defesa como setor estratégico para o desenvolvimento nacional, o que coloca como prioridade explorar as mediações estabelecidas nesse campo e as especificidades da atuação, na perspectiva do delineamento de estratégias e fortalecimento da atuação.

Sobre esse aspecto, é oportuno destacar que o emprego da Forças Armadas em missões subsidiárias, além da Constituição de 1988, encontra amparo no artigo art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 97 de 1999, a qual estabelece que: “Sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe também às Forças Armadas o cumprimento das atribuições subsidiárias explicitadas nesta Lei Complementar.” E, ainda, no artigo 16 da referida lei, onde determina que: “Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.” A aproximação com o referido dispositivo legal pode favorecer o entendimento sobre a crescente participação das Forças Armadas em âmbito civil e em questões internas, por meio do emprego recorrente das instituições militares nos referidos assuntos, relacionando tais processos às condições sociopolíticas prevaletentes antes dos anos 2000.

Dessa forma, observamos a expansão do papel das Forças Armadas em diversas áreas que compõem as missões subsidiárias, com destaque para aquelas que demandam maior atuação dos assistentes sociais, como a do segmento humanitário. Considera-se que, o novo cenário nas Forças Armadas e, em especial a Aeronáutica, contribuiu para reconfigurar o trabalho e o perfil dos profissionais militares, especialmente aqueles envolvidos na operacionalização das políticas protetivas incluindo os assistentes sociais. Defende-se desse modo, que as particularidades da profissão nas referidas instituições, devem

ser compreendidas a partir das dinâmicas e processos mais amplos relacionados ao reordenamento global das questões de defesa e seus impactos nas instituições militares brasileiras.

Outro aspecto-chave nessa discussão é que os conflitos armados engendram uma economia particular, ligada a investimentos, receitas e gastos militares, levando a uma organização de recursos direcionados à preservação da vida em setores como saúde, educação, economia e tecnologia, mesmo que com o objetivo último de sustentar a nação em guerra. Diante disso, é sempre importante lembrar, assim como o faz Danziato (2008), que, no que se refere aos gastos militares – por terem como objetivo propiciar a defesa da pátria – devem ser pensados como um bem público, nacional e permanente, que não pode ser privatizado ou delegado, da mesma maneira que não pode ser descentralizado. Outra questão fundamental, na ótica do autor, é que a defesa do país transcende a área militar, cujos benefícios seriam distribuídos a toda sociedade (DANZIATO, 2008).

Segundo Marques (2003), após o fim da União Soviética, foram identificados como “inimigos” o narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado transnacional, o tráfico de armas, a devastação ambiental, as corridas armamentistas regionais, os conflitos étnicos, as correntes migratórias internacionais, o desrespeito aos direitos humanos e a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas de destruição em massa. Nessa nova conjuntura, ocorreu a substituição do conflito Leste-Oeste pelas tensões Norte-Sul (Marques, 2003, p.69). No que se refere a assistência social nesse contexto, Celestino (2023) destaca o fato de que várias nações envolvidas em conflitos bélicos implementaram iniciativas para lidar com situações emergenciais e oferecer apoio a grupos indiretamente afetados, como mulheres e crianças. Segundo a autora, no Brasil, assim como em outros países, a assistência social foi estruturada de maneira objetiva em resposta às demandas geradas pelo contexto de guerra, embora suas expressões iniciais estivessem vinculadas a práticas caritativas e filantrópicas (CELESTINO, 2023, p.10).

As conexões entre a guerra e instituições de referência na área da assistência social no Brasil, podem ser vistas em Iamamoto e Carvalho (2006), quando os autores destacam a Legião Brasileira de Assistência (LBA) como a primeira grande instituição nacional criada em decorrência da participação do país na Segunda Guerra Mundial. É oportuno destacar que a LBA tinha como foco o atendimento às famílias dos soldados brasileiros, o que ilustra a influência do contexto bélico no desenvolvimento da assistência social brasileira. Os autores apontam que a instituição, fundada em 28 de agosto de 1942 pela Primeira-dama Darcy Vargas, nasceu com o objetivo de atender às demandas das famílias dos Pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), da qual participaram militares da FAB. O ideário da LBA era amparar os soldados brasileiros e seus familiares, contando com a colaboração de “brasileiros de boa vontade”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Diante dessas considerações, pode-se inferir que a conexão entre contextos de guerra e o desenvolvimento de ações de assistência social permite compreender como situações extremas podem fomentar a organização e a profissionalização das respostas sociais. Nesse contexto, destaca-se a importância da Legião Brasileira de Assistência (LBA), como já destacado na estruturação da assistência social no Brasil em função da Segunda Guerra Mundial, relacionando a história da profissão com eventos históricos significativos. Originada de um pensamento filantrópico, a LBA atuou apoiando famílias de soldados e colaborando com o governo federal na promoção da assistência social até sua extinção em 1995, com destaque para a expressiva participação voluntária de mulheres na instituição (CELESTINO, 2023, p.11).

Cabe destacar, ainda, o fundamental papel da Cruz Vermelha no referido período e, nesse âmbito, a atuação da assistente social e educadora Maria Esolina Pinheiro, que evidenciou esforços de mobilização em ações para o apoio em situações de conflito, contribuindo para o esforço de guerra e demonstrando a capacidade de organização e resposta naquele momento. Sua atuação reflete a interconexão da profissão com as demandas sociais emergentes em contextos históricos específicos, como o da Segunda Guerra Mundial. Atuando como professora de Serviço Social na Escola da Cruz Vermelha Brasileira, a referida profissional estruturou um plano visando apoiar o esforço de guerra, considerando os riscos e desafios impostos naquele período. As propostas da referida assistente social refletiram, na época, uma visão estratégica sobre a atuação feminina em contextos de guerra, enfatizando organização, capacitação e resposta a necessidades emergenciais em saúde, âmbito doméstico, nutrição e logística, conforme Kneodler et al. (2017). As preocupações da Assistente Social Maria Esolina podem ser evidenciadas no seu discurso: “... as guerras não são ganhas apenas nos campos de batalha, mas também na retaguarda...” (KNEODLER et. al., 2017, p. 430)

A partir da perspectiva de que ações para além do front de batalha envolvem organização e apoio em diversas frentes, que são fundamentais para o enfrentamento de situações de conflito, estabelece-se uma coerência entre as ações propostas, além de refletir uma compreensão abrangente das necessidades e respostas em situações críticas. As considerações até aqui empreendidas oportunizam a possibilidade de se ampliar o conhecimento da história da profissão no contexto da Segunda Guerra Mundial, caracterizado por um período de avanços, rupturas e de mudanças pragmáticas acerca da formação e prática profissional. Além disso, torna-se importante destacar a necessidade de se debater as circunstâncias econômicas e políticas, para a construção de representações sobre a identidade profissional de tempos passados que, em geral, tendem a ser invisibilizados no presente, contudo fundamentais quando se discute a relevância do papel da profissão no espaço sócio-ocupacional do Comando da Aeronáutica.

Nessa perspectiva, compartilha-se das análises que sublinham a importância do contexto histórico e as demandas específicas de cada período para compreender o percurso do Serviço Social na instituição. Nesse âmbito, as demandas por ações protetivas nas instituições militares se conectam aos processos que moldam o Serviço Social e as políticas de assistência social no Brasil, indicando que a compreensão da evolução dessas áreas requer considerar os cenários específicos e as necessidades emergentes de cada época.

A perspectiva contextual, dessa forma, revela-se fundamental para uma compreensão aprofundada das inter-relações entre eventos históricos, tais como conflitos armados, e a elaboração de respostas sociais engendradas pela profissão. Simultaneamente, essa abordagem sustenta uma visão crítica, na qual não se configura uma apologia à guerra, conforme argumenta Celestino (2023), mas, antes, um discernimento de como situações de crise podem atuar como catalisadores de transformações, impulsionando a implementação de iniciativas orientadas ao bem-estar, ainda que permeadas por significativos desafios e dilemas éticos. A compreensão da história do Serviço Social e das políticas sociais e suas conexões no âmbito das políticas de defesa nacional deve, portanto, levar em conta contextos complexos e multifacetados que serão brevemente apresentados a seguir.

Inicialmente, a assistência social estava contemplada nas legislações do Comando da Aeronáutica (COMAER) como um componente integrante da Política Aeronáutica do Pessoal, conforme preconizado pelo Decreto nº 64.451/1969. Essa disposição normativa evidenciava um enfoque direcionado ao bem-estar social dos servidores, abrangendo tanto os quadros civis quanto militares da instituição. Tal contexto inaugural refletia uma abordagem incipiente, que começava a delinear e estruturar ações específicas voltadas aos servidores da Aeronáutica, denotando um reconhecimento da importância da assistência social no âmbito da política de pessoal da organização.

No que concerne à incorporação de profissionais de Serviço Social na instituição militar, apesar da escassez de referências na literatura especializada, os documentos encontrados indicam que parte dos primeiros assistentes sociais da FAB pode ter sido originária de profissionais previamente lotados na Legião Brasileira de Assistência (LBA). Adicionalmente, tendo como contexto a área da saúde na instituição militar, Cavalcanti (1987) esclarece que a inserção de assistentes sociais no âmbito institucional ocorreu por meio da contratação de servidoras civis no final da década de 1950. A análise dos estudos da autora destaca, adicionalmente, a atuação pioneira de Ada Nolding Grafreé e os contextos de contratação e áreas de atuação desses profissionais na instituição militar. A esse respeito, o estudo ainda revelou que o desenvolvimento do Serviço Social no Comando da Aeronáutica aparenta ter sido influenciado por fatores

como a provável ligação das profissionais com instituições antecedentes, tais como a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Ademais, as dinâmicas de institucionalização impostas nesse contexto específico podem ter moldado as expressões da atuação profissional do Serviço Social, conforme evidenciado pela presença do Serviço Social do Galeão, no Rio de Janeiro, já constatada em 1954.

A obra de Zacaron (2011) apresenta uma análise do Serviço Social no Comando da Aeronáutica, abordando os elementos socioinstitucionais, teórico-metodológicos e ético-políticos que caracterizam a atuação dos profissionais na instituição. Nesse estudo, são apresentados elementos inéditos que contribuem para uma compreensão mais aprofundada acerca do espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais no Comando da Aeronáutica. A autora explora aspectos que permeiam os diversos campos de atuação profissional, com destaque especial para o campo da saúde, permitindo uma apreensão mais próxima das dimensões que configuram a prática do Serviço Social nesse contexto institucional específico.

No que concerne às profissionais de Serviço Social alocadas nas instituições de saúde no final da década de 1950, Zacaron (2011) esclarece que as atividades desenvolvidas eram características do Serviço Social Médico, com ênfase específica na área de psiquiatria. Nessa perspectiva, as assistentes sociais, na condição de servidoras civis, integravam equipes interdisciplinares, desempenhando ações focadas no estudo de casos com vistas à readaptação e reintegração do doente mental à sociedade. O levantamento das legislações que pautavam a ação profissional nesse período, denominadas Instruções do Ministério da Aeronáutica (IMA), dividia-se em Auxílios Funeral, Saúde e Financeiro. As legislações do período norteavam a atuação profissional prioritariamente por meio de benefícios concedidos na forma de “ajuda” temporária, que deveria ser restituída ao então Fundo de Assistência Social da Instituição.

A inserção profissional inicial legitimava a atuação do assistente social em consonância com interesses da instituição militar, direcionando-se principalmente às necessidades emergenciais de servidores civis e soldados. Nesse contexto, a normatização das ações profissionais restringia-se a benefícios financeiros e auxílios pontuais, refletindo características comuns à atuação profissional da época no âmbito institucional.

A trajetória da assistência social no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) é caracterizada por transformações significativas ao longo das décadas de 1970 a 2000. Um marco relevante da profissão, nesse contexto, ocorre com a aprovação do Sistema de Assistência Social (SAS), na década de 1980. Este foi instituído com o propósito de promover o bem-estar social dos servidores. O SAS foi organizado em um formato sistêmico, no qual uma Organização Militar (OM) assumia responsabilidades de gestão e normatização das ações de assistência social.

Paralelamente, a partir de 1982, registra-se o ingresso de militares especializadas em Serviço Social no Quadro Feminino de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (QFO), contribuindo para a ampliação do quadro profissional na área. Destaca-se que a presença de assistentes sociais como oficiais da Comando da Aeronáutica foi estabelecida no referido período, marcando um novo patamar na inserção profissional, após aproximadamente quatro décadas de atuação predominantemente civil dentro da organização.

Esse momento histórico foi marcado por uma conjuntura de profundas transformações políticas, econômicas e sociais, com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e a inserção das mulheres nos quadros militares das Forças Armadas, evidenciou alterações substanciais no cenário institucional. Uma análise crítica dessa evolução sugere que o Serviço Social na FAB enfrentou e superou desafios, adaptando-se às especificidades de um contexto institucional militar, marcado por suas próprias dinâmicas e exigências. Esse percurso reflete a complexidade inerente aos processos de institucionalização e atuação profissional em ambientes com características peculiares, como os das Forças Armadas, o que pode ilustrar o intervalo significativo entre o ingresso da profissão no Comando da Aeronáutica e a aprovação do primeiro Plano de Assistência Social da Aeronáutica, ocorrida somente no final dos anos 1990, e que será detalhado no decorrer deste estudo.

Em relação aos avanços no campo normativo, a aprovação de legislações específicas contribuiu para a legitimação e visibilidade da profissão no período, além de estabelecer uma base de financiamento para a área de assistência social na FAB, marcando um avanço importante na consolidação do Serviço Social nesse âmbito. O referido movimento teve os seus alicerces iniciais forjados, ainda no final dos anos de 1980, com o protagonismo da atuação profissional dos seus assistentes sociais, que contribuíram de maneira fundamental na reconfiguração da assistência social no Comando da Aeronáutica (COMAER).

É oportuno destacar, nesse sentido, a criação do Grupo de Assessoria Técnica em Serviço Social, no referido período, que formado por assistentes sociais militares e civis, configurou em instância técnica que fomentou reflexões críticas e aportou subsídios fundamentais para redirecionar as intervenções profissionais no âmbito da assistência social militar. (CASQUEIROS, 2001). Movimento esse que recebeu maior fôlego nos anos 2000, impulsionado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). O COMAER, por meio do seu Sistema de Assistência Social, empreendeu um processo de transformação, buscando contribuir no processo de legitimação institucional, que redefiniu o espaço sócio-ocupacional do Serviço Social nas Organizações Militares do COMAER. Outrora marcado por uma cultura institucional que potencializava a reprodução de ações assistencialistas, após a aprovação da ICA 163-1/2006, os

espaços para as ações do referido Sistema passaram a refletir uma concepção mais ampla e integrada de política social, promovendo uma abordagem mais abrangente e contextualizada da assistência social.

A análise contextual revela que a aproximação com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a parceria com profissionais acadêmicos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) constituíram pilares relevantes que respaldaram e potencializaram as mudanças empreendidas. Tais elementos convergiram para uma reconfiguração do Sistema de Assistência Social do COMAER, orientada por uma abordagem mais estruturada e consonante com as diretrizes contemporâneas da política social, denotando um esforço de alinhamento às perspectivas daquele período no campo do Serviço Social.

Esse processo ilustra a capacidade dos assistentes sociais de promoverem mediações técnicas e teóricas significativas em contextos institucionais específicos, contribuindo para uma ressignificação das práticas de assistência social no âmbito das Forças Armadas, em sintonia com debates e normativas mais amplas do campo profissional.

A lacuna existente entre a prática profissional e a discussão acadêmica no contexto das Forças Armadas e, em particular, na Aeronáutica, suscita reflexões importantes acerca da relação entre a formação profissional e a atuação nesses espaços. É relevante destacar que esse esforço de articulação entre prática e teoria não se desenvolve de forma linear ou desprovida de contradições. Como assinala Mota (2008, p. 159), a complexidade dessa relação é marcada por tensões e desafios que merecem ser considerados em análises mais aprofundadas sobre o tema. De acordo com a autora, nesse contexto de tensionamento, os limites impostos pelas condições objetivas de trabalho são particularmente relevantes em instituições militares, onde a natureza estatal e a missão de defesa da pátria agregam particularidades adicionais.

Para Mota (2008, p. 159), as tensões enfrentadas pelos assistentes sociais somam-se as possibilidades de intervenção em processos sociais diretamente relacionados à sua capacidade de compreender a realidade e propor alternativas. Essa perspectiva destaca a importância da análise crítica da realidade para a intervenção profissional. Outro aspecto fundamental para entender a trajetória da profissão na FAB foi o reforço com a chegada das turmas de mulheres militares no ano de 1982, conhecida como Turma Demoiselle, incorporada por meio do concurso público para o Quadro Feminino de Oficiais (QFO), cujo estágio de adaptação à vida militar foi realizado no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro. O referido estágio de adaptação, nos anos posteriores das turmas do QFO, passou a ser realizado

no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica – CIAAR, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, até o ano da extinção do referido Quadro, no ano de 1990.

É importante ressaltar que o Quadro Feminino de Oficiais incorporou assistentes sociais até o ano de 1989, com a formação da 6ª turma QFO, denominada Águila, configurando a última turma com o perfil requerido para a estabilidade no serviço ativo da FAB nessa especialidade, que podia alcançar até o posto de Tenente-Coronel. Na época, o referido Quadro de Oficiais abrangia as especialidades técnicas não formadas nas Escolas Militares da Aeronáutica, tais como: Serviço Social, psicologia, estatística, fisioterapia, enfermagem e outras áreas consideradas de apoio técnico.

A criação do QFO pode ser compreendida como um processo de expansão e diversificação das oportunidades profissionais no âmbito da FAB, mas também de desafios que marcaram uma etapa significativa na trajetória de inclusão e atuação de profissionais de Serviço Social em contextos militares.

A partir da década de 1990, as referidas especialidades, como direito, psicologia e educação física, fisioterapia, entre outras, passaram a ser inseridas nos concursos para o Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA), que passou a incorporar assistentes sociais e as demais especialidades em ambos os sexos, por meio de concursos para Oficiais temporários. No ano de 1998, era formada a primeira turma do QCOA, no CIAAR.

Nesse novo contexto, os referidos profissionais são convocados para o serviço ativo durante um período de oito anos, após o qual são dispensados. Esse cenário não sofreu modificação até o ano de 2013, quando foi aprovado, pela Lei nº 12.797, de 4 de abril de 2013, o Quadro de Apoio para a Aeronáutica (QOAp), por meio do qual os militares teriam, novamente, a estabilidade no serviço. Contraditoriamente ao processo de estabilização de algumas carreiras técnicas – incluindo o Serviço Social – a Aeronáutica, no ano de 2014, abriu processo seletivo para um novo Quadro de Oficiais temporários convocados, denominado de QOCON. Nesse mesmo ano, somente na especialidade de Serviço Social, foram integrados à instituição 56 novos oficiais.

No caso dos servidores civis, a dinâmica de ingresso de assistentes sociais no âmbito da instituição em questão apresenta particularidades relevantes. No que concerne aos profissionais civis, o último concurso público para assistentes sociais ocorreu em 2004, contemplando um total de 4 vagas para o Serviço Social. Diante desse panorama, observa-se uma tendência, persistente até a atualidade, que privilegia a incorporação de profissionais militares e temporários.

A composição atual dos profissionais no âmbito do espaço sócio-ocupacional no COMAER compreende, militares nos Quadros de Oficiais de Apoio (QOAp), que possuem uma carreira com estabilidade, podendo chegar até o

posto de Coronel, Quadro de Oficiais Convocados (QOCon) temporários, Oficiais já na Reserva Remunerada em Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) e servidores civis concursados. Soma-se, ainda, ao referido universo de assistentes sociais, profissionais contratados mediante regime celetista, isto é, sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tal contratação ocorre por intermédio de instrumento de parceria formalizado entre o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e a Fundação de Serviços de Defesa e Tecnologias de Processo (SDTP), entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

A atual heterogeneidade de vínculos dos profissionais de Serviço Social que compõem o quadro técnico no COMAER convive com as complexas manifestações da questão social no âmbito das diversas Organizações Militares, que são potencializadas pelos desafios regionais e estruturais. Nesse cenário, são determinadas novas bases para o estabelecimento das mediações que fortaleçam e qualifiquem os serviços ofertados.

Vale ressaltar que a heterogeneidade de vínculos revela-se um aspecto central na conformação do trabalho e no perfil dos profissionais militares, ao considerar que aqueles que não possuem estabilidade representam, hoje, a maior parte do corpo técnico dos assistentes sociais da Aeronáutica. Considera-se, portanto, que a história para a composição dos recursos humanos do Serviço Social do COMAER é caracterizada por avanços e desafios, espelhando tanto o contexto histórico mais amplo da sociedade brasileira quanto as particularidades e demandas específicas da instituição militar.

Pode ser observado, portanto, que entender a trajetória do Serviço Social na instituição militar determina aliar o olhar da documentação histórica e dos regulamentos à apropriação das dinâmicas, da cultura e das estruturas que moldaram e continuam a influenciar o Serviço Social na instituição militar. Revelando desse modo, um processo que é marcado por pioneirismo e redimensionamentos permanentes em face de demandas conjunturas, institucionais e sociais. Sob o ponto de vista da sua dimensão histórica, as ações sociais desenvolvidas no âmbito das instituições militares, inicialmente com um foco externo, direcionado a populações em situação de pobreza e vulnerabilidade, também abrangiam segmentos do próprio efetivo militar, como servidores civis e praças.

A atuação descrita pode revelar uma interface onde a instituição militar buscou responder a questões sociais, possivelmente refletindo tanto pressões externas quanto uma percepção interna da relevância de uma atuação socialmente engajada, demonstrando a interconexão entre o papel da Aeronáutica e o contexto social onde se localizavam diversas Organizações Militares. Tal percepção se torna mais nítida quando se revivem as experiências de projetos e programas sociais na área de atenção às crianças e adolescentes, coordenados

pelos profissionais de Serviço Social nas décadas de 1990, e que ainda podem ser encontrados na versão do Programa Segundo Tempo, denominado nas Forças Armadas como Forças nos Esportes, em Organizações Militares das três Forças.

O Comando da Aeronáutica, na década de 1990, assumiu, entre outros desafios para o Serviço Social, das bases aéreas, parques de material entre outros, um papel marcado pela emissão do Aviso Ministerial nº 008/GM/028 de junho de 1995, mediante o qual o então Ministro da Aeronáutica ratificou a importância da implantação e manutenção de projetos e programas de assistência a adolescentes nas Organizações Militares subordinadas. Esse dispositivo legal impulsionou experiências focadas em crianças e adolescentes residentes em áreas circunvizinhas às Organizações Militares da Aeronáutica.

Tal questão pode ser entendida no marco legal e histórico do papel ampliado das Forças Armadas, por meio das missões subsidiárias que se concretizam no âmbito das ações destinadas ao apoio da sociedade civil. Neste contexto, uma análise mais cuidadosa sobre a ampliação do espaço profissional do assistente social nas Forças Armadas e, em especial, na Aeronáutica, demonstra que o referido processo vem sendo marcado por uma dupla exigência: por um lado, em razão das novas funções das Forças Armadas, que determinam, cada vez mais, ações que ultrapassam os muros dos quartéis; por outro, pelas demandas sociais que exigem respostas qualificadas. Tal movimento pode ser observado nos programas sociais do governo, implementados nas instituições militares, acrescidos das demandas das missões subsidiárias de caráter humanitário e social.

Nesse contexto, ao refletir sobre o percurso histórico dos assistentes sociais nas Forças Armadas, e, em especial, na Aeronáutica, emergem questionamentos pertinentes acerca da articulação entre as políticas de defesa e outras políticas públicas propostas pelo Estado brasileiro, bem como sobre os caminhos para estabelecer mediações eficazes entre essas políticas e a prática profissional dos assistentes sociais.

Diante disso, recai a importância de abordagens que privilegiem a complexidade das inter-relações entre defesa nacional e políticas públicas, indicando que a atuação dos assistentes sociais nas Forças Armadas transcende fronteiras tradicionais de intervenção, exigindo uma compreensão ampliada das dinâmicas de proteção e segurança. A reflexão proposta contribui para debates sobre a inserção do Serviço Social em contextos de defesa, apontando para a necessidade de diálogos interdisciplinares e intersetoriais. Nesse sentido, as considerações até aqui desse estudo, pode-se inferir que a história da profissão foi construída a partir de múltiplas experiências, olhares e práticas observadas a partir de trajetórias descritas tanto nos acervos históricos e documentos, tendo como principais referências os relatórios da época - resultado das primeiras visitas sistêmicas do Órgão Central, então representado pela Diretoria de Intendência da Aeronáutica (DIRINT, hoje

DIRAD) às Organizações Militares (OM) subordinadas, ainda na década de 1990. Nesse contexto, podemos destacar a atuação dos profissionais nas escolas militares, parques de manutenção, além de bases aéreas, hospitais e COMAR, entre outras OM da FAB, na busca de novas referências para o desenvolvimento de propostas de trabalho mais próximas das demandas das realidades de seus efetivos.

Nos referidos campos de atuação, a busca pela autonomia profissional, mesmo considerando os desafios da inserção da profissão, já indicava propostas de ações coletivas por assistentes sociais que, mesmo sem encontrar uma base legitimadora na época, em normativos da Aeronáutica ou da área da Defesa Nacional, buscavam trilhar caminhos para além dos benefícios pontuais previstos.

No que se refere à estruturação do então Sistema de Assistência Social da Aeronáutica (SAS), é importante ressaltar que as décadas de 1980 e 1990 configuraram um marco para a profissão, a partir do redimensionamento do arcabouço legislativo protetivo na instituição, em face às demandas socioassistenciais emergentes, derivadas das alterações ocorridas nas condições de vida e trabalho do contingente civil e militar atendido pelo Serviço Social.

De fato, houve uma inovação para a formação de um olhar coletivo acerca dos desafios que permeiam o cotidiano de atuação, abrangendo tanto a instrumentalização técnica dos profissionais engajados no atendimento direto aos efetivos localizados nas diversas Organizações Militares, quanto daqueles envolvidos na gestão e no planejamento do Sistema de Assistência Social do Órgão Central. Alicerçando, desse modo, a construção de um sistema normativo voltado para a qualificação dos serviços, gestão descentralizada e, ao mesmo tempo, em sintonia com as particularidades regionais e demandas dos efetivos. Dessa forma, pode-se inferir que as mudanças observadas na trajetória da profissão no Comando da Aeronáutica acompanham o leque de transformações contemporâneas que moldam e redefinem competências e atribuições profissionais, tal qual ocorre nos demais espaços onde atua o Serviço Social. Desse modo, se nas instituições civis as novas determinações à profissão se concretizam como respostas aos novos modelos e formatos que assumem os programas e serviços sociais, no espaço militar as dinâmicas se forjam, principalmente, a partir das requisições presentes nas novas políticas de defesa e as suas determinações no âmbito da Aeronáutica e no seu sistema de Serviço Social.

Considerações finais

Ao apresentarmos as considerações finais deste relato, lançaremos um novo olhar sobre os principais temas abordados, em um movimento destinado a refletir sobre as indagações iniciais com os elementos que emergiram durante a análise dos aspectos que incorporaram a trajetória do Serviço Social no COMAER.

Dessa forma, buscou-se avançar nos limites de uma área que permanece pouco explorada pelo Serviço Social: A história da profissão no COMAER, intrinsecamente vinculado às políticas de defesa do país. A reflexão buscou revelar as singularidades presentes nesse universo de trabalho, que podem ser de importância para a compreensão dos desafios e possibilidades encontradas no percurso histórico da profissão. O referido processo teve como principal referência a criação do Ministério da Aeronáutica no ano de 1941, em meio às demandas da II Guerra Mundial, o qual estabeleceu o contexto inicial para a possível emergência do Serviço Social na instituição. A partir disso, as análises até aqui empreendidas permitiram sublinhar aspectos importantes sobre a trajetória do Serviço Social no Comando da Aeronáutica, revelando-a como processo contínuo de redimensionamento ao longo do tempo, que, transcendendo o âmbito inicial da saúde e assistência social, passou a incorporar áreas como o ensino, as operações militares de caráter humanitário, entre outras, aliadas ao compromisso de qualificar os processos formativos dos seus recursos humanos e, principalmente, de ampliar a produção de conhecimento do Serviço Social no campo militar.

Ao debruçarmos sobre os elementos históricos que fizeram parte do caminho percorrido pela profissão nesse âmbito, evidenciam-se dinâmicas complexas que referenciaram a construção e reconstrução das práticas profissionais no campo do Serviço Social, particularizando esse espaço sócio-ocupacional, mas que, ao mesmo tempo, o aproximam dos dilemas e desafios enfrentados em outras esferas de atuação do assistente social.

Enfatizamos, portanto, que o espaço sócio-ocupacional do Serviço Social na Aeronáutica apresenta elementos comuns a outras esferas de atuação tradicional dos assistentes sociais. Entre esses, podem-se destacar: a necessidade histórica de visibilizar o papel dos assistentes sociais na instituição; a diferenciação entre as políticas de assistência social e as demais políticas públicas operadas pelos assistentes sociais; e a distinção entre essas políticas e as práticas meramente assistencialistas, por exemplo. Autores como Iamamoto e Carvalho (2014), Sposati (2007), Raichelis (2009), Celestino (2024), entre outros, aportaram referenciais teóricos relevantes que contextualizam as concepções e práticas desse espaço de atuação profissional, permitindo uma compreensão mais aprofundada das nuances e desafios inerentes à atuação do Serviço Social em ambientes institucionais particulares, como o de uma Força Armada.

A superação de visões restritas de assistência social e a busca por um alinhamento com as políticas sociais vigentes, bem como sua interlocução com as políticas públicas da área da defesa nacional, ilustram a capacidade dos profissionais de Serviço Social de promoverem o redimensionamento em suas intervenções, respondendo às demandas e especificidades do contexto das Forças Armadas.

Esse processo denota a importância da reflexão crítica e da fundamentação teórica no processo de reconfiguração das práticas profissionais, contribuindo para o enfrentamento das expressões da “questão social” no âmbito das organizações militares, o que reforça o debate teórico do Serviço Social nesse campo.

Muitos foram os avanços no sistema de Serviço Social na Força Aérea Brasileira e, por esse motivo, registramos aqui, nosso relato para que essa história não se perca.

Referências

- BRASIL. Decreto nº 64.451, de 2 de maio de 1969. **Aprova o Regulamento do Comando-Geral do Pessoal**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 5 mai. 1969.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. **Dispõe sobre o Estatuto dos Militares**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez. 1980.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Brasília: MPAS/SAS, 1993.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 1999.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos>. Acesso em: 25/09/2025.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria DIRINT nº08/DIRINT, de 22 de fevereiro de 2006. **Aprova a edição que estabelece as Instruções Reguladoras das ações sociais do Comando da Aeronáutica (ICA 163-1)**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n 45, 08 mar 2006.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria SDEE nº 9/EE4-SEC, de 10 de março de 2014. **Aprova a reedição da Instrução, que trata da Regulamentação das Ações Sociais do Comando da Aeronáutica (ICA 163-1)**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n 70, 11 abr 2014.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria SDEE nº 10/EE4-SEC, de 10 de março de 2014. **Aprova a reedição da Instrução, que dispõe sobre a Gestão e Aplicação dos Recursos da Assistência Social (ICA 161-1)**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n 70, 11 abr 2014.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. **Aprova a reedição da DCA 11-45 “Concepção Estratégica - Força Aérea 100” (DCA 11-45)**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n 180, 15 out 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 93/GM3, de 24 de janeiro de 1985. **Institui o Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 10, 28 jan. 1985.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 933/GC4, de 4 de junho de 2019. **Reformula o Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n 97, 06 junho 2019.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria COMGEP nº 12/ALE, de 28 de fevereiro de 2020. **Aprova a reedição “Serviço Social no âmbito do Comando da Aeronáutica (NSCA 163-1)**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n 39, 14 fev 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Planejamento Estratégico Setorial de Defesa 2024-2035**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br>. Acesso em: 03/09/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.

CAVALCANTI, L. F. **Experiência do Serviço Social no atendimento às famílias dos pacientes alcoolistas com passagem pelo Hospital Central da Aeronáutica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1987.

CASQUEIRO, A. M. S. **Síntese da trajetória histórica da Assistência Social no COMAER**. Apostila. Diretoria de Intendência (DIRINT). Rio de Janeiro, 2001.

CELESTINO, S. Dimensão humana nos estudos de defesa. In: CAMINHA, V. M.; NASCIMENTO, C. P. (org.). **Abordagens em segurança, desenvolvimento e defesa: a pesquisa no LAB-SDD**. Brasília: Projeção, 2024. p. [10-22]. 207 p.

CELESTINO, Sabrina (org.). **O Serviço Social no Campo Militar**. Curitiba: CRV, 2023 320 p.

Jasper, F. N. H. Aeronáutica, Força Aérea ou Comando da Aeronáutica? **Revista da Universidade da Força Aérea**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 32, p. 59 - 67, jul. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/387247595>. Acesso em: 26/09/2025.

SILVA, R.E.A, da. Zacaron, S. S. da, OLIVEIRA. A. L. S. da. A atuação do Assistente Social da Força Aérea Brasileira no HAITI: repensando o exercício profissional em situações de desastres, emergências e ações humanitárias. In: CELESTINO, Sabrina (org.). **O Serviço Social no Campo Militar**. Curitiba: CRV, 2023 320 p.

SILVA, R.E.A da. Forças Armadas, Intersetorialidade e Políticas Públicas: os novos desafios do espaço sócio-ocupacional da Defesa Nacional In: CELESTINO, Sabrina (org.). **Políticas Públicas e Forças Militares**. Rio de Janeiro. Gramma, 2019.

SILVA, R. E. A da. **Serviço Social na Força Aérea Brasileira: a política de defesa nacional e as novas requisições para a profissão no espaço militar**, Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

SPOSATI, A. Assistência Social: de ação individual a direito social. In: **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC: 2007, n.10, p. 435-458.

RAICHELIS, Raquel. **O Trabalho do Assistente Social e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

Kneodler TS, Paes GO, Porto FR, Nassar PRB, Oliveira AB. A enfermagem em tempos de guerra: propaganda política e valorização profissional (1942-1945). **Revista Brasileira de Enfermagem** [Internet]. 2017;70(2):407-14. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0440>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben>. Acesso em: 25/09/2025.





PÔSTER 1

A atuação da Equipe de Pronto Emprego da Assistência Social da Marinha do Brasil na Operação Taquari II: um olhar acerca das intervenções na perspectiva da psicologia

Naiara Duque da Silva Brito¹

Jéssica Daniele Moreira Marques²

Resumo

No contexto da Operação Taquari II, o presente artigo discutirá a atuação da Equipe de Pronto Emprego da Assistência Social da Marinha, com especial atenção à intervenção da Psicologia junto aos militares e às vítimas afetadas pelo desastre ocasionado pelas chuvas no Rio Grande do Sul, em 2024.

PALAVRAS-CHAVE: Marinha do Brasil; Operação Taquari II; Equipe de pronto emprego; Intervenção psicológica em desastres; Psicologia.

Introdução

Devido a fatores como mudanças climáticas, urbanização desordenada, desmatamento e outros impactos ambientais, emergências e desastres têm se tornado mais frequentes. Essa situação é agravada sobretudo nas periferias urbanas e em regiões historicamente negligenciadas em termos de infraestrutura e planejamento ambiental, onde esses elementos têm produzido cenários de risco cada vez mais dinâmicos e vulneráveis (CUNHA, 2022).

Nesse contexto, a presença da Marinha do Brasil (MB) tem se consolidado como uma peça fundamental em apoio à Defesa Civil na gestão de crises e na

¹ Primeiro-Tenente da Marinha do Brasil. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Psicologia Clínica pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante. Mestre em Psicologia pela UFF. Atualmente, serve na Diretoria de Assistência Social da Marinha. E-mail: naiara.duque@marinha.mil.br.

² Primeiro-Tenente da Marinha do Brasil. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pela Child Behavior Institute of Miami. Mestre em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, serve no Centro de Instrução Almirante Alexandrino. E-mail: marques.daniele@marinha.mil.br.

assistência às comunidades afetadas por esses desastres. A MB tem demonstrado sua capacidade de mobilização, empregando recursos humanos, materiais e tecnológicos para oferecer suporte às populações em crise. Na Operação Taquari II, em 2024, foi possível visualizar essa presteza em operações de resgate, transporte de suprimentos, atendimentos médicos, sociais e psicológicos, assim como ações de limpeza e recuperação de áreas afetadas (MARINHA DO BRASIL, 2025).

Reconhecendo a capacidade de prontidão e logística da MB, este artigo dará protagonismo à atuação da Equipe de Pronto Emprego da Assistência Social (EPE-AS) na Operação Taquari II. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar e discutir a atuação da EPE-AS, com destaque para as intervenções sob a perspectiva psicológica. O foco versará em torno do trabalho desenvolvido pelas psicólogas que compuseram o primeiro contingente da missão, considerando que as profissionais desempenharam um papel fundamental na atenção às vítimas e aos próprios militares, oferecendo suporte psicológico, além de orientações essenciais para o enfrentamento emocional diante da situação de crise.

Segundo Franco (2015, p. 200), a intervenção em contextos de desastres deve se basear em “uma resposta humana de suporte para uma pessoa que está em sofrimento ou precisa de acolhimento”. Para isso, é essencial que as práticas psicológicas sejam orientadas por princípios éticos e técnicos, com respeito à diversidade e à dignidade das pessoas atendidas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Esse trabalho, no entanto, vai além do atendimento individual, englobando também ações comunitárias que reconheçam a potência e o protagonismo da população (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021).

Portanto, a presença da psicologia se faz importante para a promoção de uma assistência humanizada, contribuindo para o bem-estar e a resiliência das pessoas afetadas e dos profissionais que presenciam tamanho sofrimento. Essa perspectiva é corroborada por Souza (2012), que ressalta que a intervenção psicológica em desastres precisa ser estratégica, portanto, o foco do profissional deve estar no contexto em que o desastre ocorreu, e não apenas no evento em si.

A Equipe de Pronto Emprego da Assistência Social (EPE-AS)

A EPE-AS tem como objetivo atuar em situações de emergência, calamidade pública, desastre ou ação humanitária. A equipe é composta, no mínimo, por dois assistentes sociais e dois psicólogos, sendo um titular e um reserva de cada área, podendo incluir mais profissionais conforme a necessidade da missão. A atuação desses profissionais deve pautar-se no respeito aos interesses e necessidades das pessoas afetadas, direta ou indiretamente, por esses eventos, bem como na defesa da garantia de seus direitos.

A equipe é designada por uma portaria da Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM) por um período de prontidão de quatro meses, e seus membros são selecionados entre assistentes sociais e psicólogos, preferencialmente do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM). Os profissionais são designados com base na antiguidade e passam por capacitações anuais para aprimorar suas habilidades em atuar em situações de emergência. A atuação desses profissionais deve ser subsidiária às ações dos órgãos governamentais locais, atuando quando essas forem insuficientes, esgotadas ou colapsadas, garantindo a proteção e condições mínimas vitais para a população afetada. Para isso, é fundamental a articulação com a rede psico-socioassistencial local para oferecer o suporte necessário.

Além de colaborar em ações voltadas para a população atingida, a presença da EPE-AS é fundamental para apoiar os militares envolvidos na missão, contribuindo para a prontidão, o bem-estar psicológico e social, assegurando a manutenção operacional da tropa. Essa atuação garante que os profissionais estejam preparados para enfrentar as demandas do teatro de operações, promovendo a resiliência e o equilíbrio emocional dos militares em situações de estresse.

Por sua vez, para que ocorra o acionamento da EPE-AS, a Organização Militar (OM) responsável pela missão deve enviar uma solicitação à DASM, informando o objetivo, o local da operação e um oficial de contato. Assim, a DASM, de forma célere, é responsável por acionar os técnicos do SiASM de prontidão no período, formalizando posteriormente, o acionamento por mensagem à OM do profissional designado.

Quando acionada, a EPE-AS atua em conjunto com as equipes de saúde, estando administrativamente subordinada ao oficial mais antigo da equipe no teatro de operações. Para aprimorar essa atuação, a DASM mantém diálogo com o Centro de Medicina Operativa da Marinha (CMOpM), incluindo os oficiais de assistência social no adestramento da Equipe de Pronto Emprego da Saúde (EPE-Saúde). A EPE-AS participa de treinamentos no CMOpM e de visitas aos meios operativos onde podem ser empregadas como Hospitais de Campanha (HCamp) e navios, geralmente o Navio Doca Multipropósito Bahia ou Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico.

Além disso, para garantir que as ações em situações de emergência e desastre sejam bem-organizadas, a DASM elaborou um protocolo de atuação específico. O referido protocolo orienta e resguarda a atuação dos técnicos do SiASM, detalhando suas atribuições e as responsabilidades dos Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha (OES) da região afetada. O protocolo aponta ações previstas acerca do que deve ser feito e seus respectivos responsáveis, o que contribui para a promoção de respostas mais eficientes, seguras e coordenadas em momentos críticos. Assim, o documento

funciona como um guia que une e orienta todo o SiASM, garantindo que todos estejam preparados para desempenhar seu papel de forma alinhada.

Operação Taquari II

A Operação Taquari II, iniciada em 30 de abril de 2024, consistiu em uma mobilização emergencial das Forças Armadas do Brasil, coordenada pelo Ministério da Defesa, para prestar apoio humanitário ao estado do Rio Grande do Sul (RS), severamente atingido por chuvas intensas e enchentes. Sob coordenação do Comando Operacional Conjunto, liderado pelo Exército Brasileiro, a operação visou fornecer suporte logístico, resgatar vítimas, transportar insumos essenciais e prestar assistência em saúde e infraestrutura. A MB desempenhou papel de destaque na operação, transportando, ao longo do período de mobilização, mais de 390 toneladas de doações e 130 mil litros de água, além de mobilizar aproximadamente dois mil militares, nove navios de guerra, 50 embarcações, 11 helicópteros e 70 viaturas (MARINHA DO BRASIL, 2025).

Inicialmente, em abril de 2024, a Força mobilizou o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais em Apoio à Defesa Civil (GptOpFuzNavDefCiv), que se deslocou do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul com mais de 300 militares, viaturas e equipamentos especializados, reforçando significativamente as ações de apoio às populações afetadas (MARINHA DO BRASIL, 2024b).

Além disso, a MB instalou um HCamp no município de Guaíba, onde foram oferecidos atendimentos médicos, psicológicos e sociais às vítimas da tragédia (MARINHA DO BRASIL, 2025).

Atuação da EPE-A na Operação Taquari II

No dia 6 de maio de 2024, a EPE-AS foi acionada pelo GptOpFuzNavDefCiv para integrar o contingente de assistência às vítimas da tragédia. Diante da magnitude da operação, foram mobilizados tanto os profissionais titulares de prontidão do período quanto os reservas, formando uma equipe inicial composta por dois psicólogos e dois assistentes sociais. Após a fase inicial de preparação e organização dos materiais necessários, a equipe embarcou na aeronave da Força Aérea Brasileira no Rio de Janeiro-RJ e desembarcou em Canoas-RS no dia 10 de maio de 2024, seguindo posteriormente para Guaíba, onde a operação se concentrou no início.

O trajeto do Aeroporto da Força Aérea Brasileira (FAB), em Canoas, até a Universidade Luterana Brasileira (ULBRA), base de apoio da MB em Guaíba, permitiu uma compreensão geral da realidade local. Ainda na chegada foi possível observar o efeito devastador das chuvas: casas inundadas até o telha-

do, veículos flutuando nas águas e uma quantidade considerável de pessoas acampadas ao longo das estradas, sem aparatos básicos de sobrevivência. Um cenário de total ruptura com a realidade anterior à enchente, que forçou os moradores a reinventarem seus modos de vida e a ocuparem o território de maneiras distintas, a partir da tragédia. As cenas presenciadas reforçaram, desde o primeiro momento, a importância do trabalho da assistência social e do apoio humanitário que viria pela frente.



Figura 1: EPE-AS e Capelão Naval com o Padre Diego em visita ao Abrigo na Igreja Nossa Senhora de Fátima

Após a chegada ao município de Guaíba, a equipe estabeleceu três frentes principais de atuação, voltadas a atender às necessidades emergenciais e de suporte à população afetada pelo desastre. A primeira frente estava relacionada ao papel subsidiário da EPE-AS em ações de emergência e desastres. Para cumprir esse papel de forma eficaz, fez-se fundamental construir uma relação sólida com a rede psicossocioassistencial local. Assim, foram realizadas reuniões com gestores municipais e atores importantes da comunidade, incluindo lideranças religiosas que estavam coordenando doações, abrigos e ações de apoio às vítimas. Nesse sentido, o papel do Capelão Naval foi fundamental para realizar o mapeamento das instituições religiosas que estavam apoiando a população. A segunda frente de atuação teve como foco a colaboração com a EPE-Saúde, especialmente no HCamp, onde foram realizados mais de 1.200 atendimentos de Psicologia e Serviço Social ao longo da missão. Um aspecto importante dessa atuação foi o reconhecimento institucional do valor do trabalho da EPE-AS. A equipe contou com uma sala própria dentro do HCamp para a realização dos atendimentos, sendo reconhecida como uma parte complementar e fundamental para o cuidado integral às vítimas.



Figura 2: Atendimento às vítimas das enchentes na sala da EPE-AS no HCamp

Por fim, a terceira frente refere-se ao suporte psicossocioassistencial oferecido pela EPE-AS aos militares envolvidos na operação. Além de recursos específicos para o gerenciamento do estresse, como o acompanhamento psicológico, foram também desenvolvidas iniciativas voltadas para o apoio social, bem como orientações para lidar com as mudanças e desafios decorrentes da missão. Essas ações visavam não apenas preservar a saúde mental dos profissionais, mas também promover um ambiente de apoio e solidariedade, contribuindo para a resiliência individual e coletiva. Dessa forma, a EPE-AS atuou para que os militares mantivessem sua prontidão operacional, agindo de forma eficiente, segura e com o suporte necessário para enfrentar as adversidades, tanto no âmbito psicológico quanto social.

A intervenção da psicologia da EPE-AS na Operação Taquari II

No contexto de fragilidade emocional, permeado pelas perdas materiais e humanas, a atuação da psicologia se apresentou como indispensável. Inicialmente, sob uma perspectiva de gestão, o apoio psicológico contribuiu com o Serviço Social para o mapeamento das demandas, a estruturação das ações e a articulação das atividades nos municípios atingidos. Afinal, conforme orienta o Conselho Federal de Psicologia (2021), uma resposta ética e eficaz em contextos de desastre exige uma avaliação situacional precisa, o reconhecimento das necessidades locais e a articulação intersetorial.

Para tanto, é fundamental conhecer o território onde a atuação ocorrerá, identificando as redes já existentes e as possibilidades de articulação por parte da equipe. O mapeamento da estrutura previamente instalada e das condições

operacionais desses recursos é essencial, sobretudo porque a atuação da EPE-AS tem caráter subsidiário às gestões locais. Assim, sua presença visa contribuir e somar esforços diante das deficiências e das necessidades emergenciais da região, considerando que, muitas vezes, essas próprias instituições e seus profissionais também são diretamente impactados pelo desastre.



Figura 3: Reunião com gestores e profissionais do município de Guaíba, além de voluntários, onde uma das psicólogas da EPE esteve presente para avaliar a demanda de atendimento psicológico

A etapa inicial de reconhecimento da situação permitiu que as psicólogas designadas pela EPE-AS delineassem a estratégia de atuação mais adequada, direcionando, a partir dessa análise, os atendimentos para o HCamp. Assim, a presença no HCamp ampliou significativamente a interlocução com diversos atores da rede de atenção às vítimas, favorecendo articulações espontâneas e valiosas, como o contato com pessoas dispostas a doar medicamentos, oferecer informações sobre outros abrigos ou mesmo colaborar como intérprete de Libras. Essa rede informal, construída a partir da escuta atenta e da convivência cotidiana, possibilitou um suporte mais abrangente e sensível às múltiplas demandas. A atuação das psicólogas manteve-se integrada ao Serviço Social, com foco em ações emergenciais, pontuais e centradas na escuta e no acolhimento imediato do sofrimento das pessoas atendidas.



Figura 4: Psicólogas do primeiro contingente da EPE-AS no HCamp

Partindo do exposto até aqui, após avaliação do campo e estruturação teórica da prática, a atuação da psicologia no HCamp foi estruturada em três frentes principais:

- 1. Atendimentos em sala de espera:** modalidade mais expressiva em termos de número de atendimentos. Nesta frente, a escuta era oferecida de forma espontânea, enquanto pacientes e familiares aguardavam atendimento médico. Mesmo em um ambiente de passagem, o acolhimento proporcionado pelas psicólogas criava um espaço de alívio emocional, troca de experiências e humanização. A intervenção consistia, muitas vezes, em validar emoções, orientar e oferecer presença empática, elementos que ajudam na reorganização interna diante do caos vivido.
- 2. Atendimentos no leito:** ocorriam quando a equipe médica identificava sinais de sofrimento psíquico nos pacientes. Nesses casos, o psicólogo se deslocava até o local de atendimento médico, realizando um acolhimento mais individualizado, respeitando o ritmo e o sofrimento de cada paciente. Essa intervenção visava reduzir a sobrecarga emocional e possibilitar que o paciente expressasse sentimentos, muitas vezes difíceis de verbalizar.
- 3. Atendimentos na sala de psicologia (focal):** destinados a situações que exigiam maior reserva, como crises intensas de ansiedade ou relatos de abuso. Esses atendimentos ocorriam em espaços protegidos, permitindo ao paciente maior liberdade para se expressar. A confidencialidade e o acolhimento adequado foram fundamentais para estabilizar emoções e oferecer uma resposta imediata, mas limitada ao contexto emergencial. Essas intervenções não buscavam se aprofundar em abordagens terapêuticas prolongadas, mas sim oferecer suporte psicológico pontual e encaminhamentos quando necessário.

É importante ressaltar que, em contextos de emergência, a prática psicológica se adapta à realidade do momento. Não há, muitas vezes, condições ideais de privacidade ou silêncio, e o profissional precisa lidar com interferências e improvisos sem perder a qualidade da escuta (FRANCO, 2015). Ainda assim, essa presença qualificada tem um valor simbólico e técnico crucial para a reorganização psíquica de quem vivencia o desastre.

Além da escuta e do acolhimento, a atuação da psicologia em contextos de desastre possibilita uma leitura crítica e ampliada da realidade social. Conforme aponta Souza (2012), os desastres devem ser compreendidos como produto e processo de dinâmicas sociais e ambientais, sendo reflexo das formas de ocupação, or-

ganização do espaço e desenvolvimento que, muitas vezes, geram ou aprofundam situações de vulnerabilidade para desastres. Assim, eventos como o ocorrido no Rio Grande do Sul não podem ser entendidos apenas como fenômenos naturais isolados; eles revelam e intensificam desigualdades estruturais já existentes. Nesse sentido, torna-se fundamental um olhar atento para a identificação e priorização dos grupos mais vulneráveis, conforme orienta o protocolo de atuação da EPE-AS.

O atendimento psicológico voltado às pessoas impactadas por desastres e emergências tem como principal objetivo aliviar o estresse intenso provocado pelo evento e contribuir para a retomada da capacidade de adaptação dessas pessoas. Nesse contexto, as intervenções buscam restabelecer o controle cognitivo sobre as respostas emocionais, apoiar a reestruturação do funcionamento das instituições sociais e da própria comunidade, e favorecer a compreensão racional do que ocorreu. Além disso, é essencial criar condições para que os afetados identifiquem e utilizem redes de apoio, sejam elas familiares ou comunitárias, bem como orientar sobre o que esperar nos próximos momentos. Outro aspecto importante é permitir que os sobreviventes consigam organizar mentalmente os acontecimentos e atribuir sentido à experiência vivida (FRANCO, 2015).

Nesse sentido, observa-se que a atuação da psicologia no HCamp, no contexto do desastre no Rio Grande do Sul, demonstrou a importância de uma presença sensível, prática e comprometida. Mesmo no ambiente caótico, pequenas ações, como oferecer um copo d'água, orientar sobre onde buscar ajuda ou apenas ouvir, podem representar os primeiros passos para a reconstrução do sentido e da dignidade das pessoas afetadas (FRANCO, 2015). A escuta empática, o acolhimento das emoções e a articulação com a rede de apoio tornam-se, nesse contexto, ferramentas potentes de cuidado.

Ressalta-se que, além das ações voltadas à população afetada, um aspecto igualmente essencial do trabalho desenvolvido pela equipe de psicologia foi o suporte oferecido aos militares envolvidos na missão. Em articulação com o Serviço Social e o Comando da Operação, foram planejadas e implementadas estratégias voltadas ao bem-estar psicossocial dos integrantes da tropa, com o objetivo de preservar sua saúde mental e, conseqüentemente, garantir a prontidão e a eficácia operacional durante todo o período de atuação.

Reconhecendo que o equilíbrio psicológico dos militares é um fator determinante para que a força mantenha sua capacidade de resposta e cumpra com eficiência sua missão, investiu-se em ações preventivas e de acolhimento. Como parte desse esforço, foram distribuídos, em diversos pontos das instalações da ULBRA, local onde a tropa estava concentrada, QR Codes, que direcionavam os militares ao contato direto com as psicólogas da missão, possibilitando atendimentos individualizados e acolhimento de demandas emocionais de forma privada, conforme a necessidade de cada um.

Considerações Finais

A atuação em uma situação de calamidade é, ao mesmo tempo, profundamente desafiadora e absolutamente transformadora. Para as militares que integraram a EPE-AS, essa experiência já está incorporada de forma marcante em suas trajetórias pessoais e profissionais. A experiência representou um intenso processo de aprendizado coletivo e crescimento humano. Permitiu o desenvolvimento de novas competências profissionais, fortaleceu habilidades pessoais e exigiu, cotidianamente, o exercício da resiliência. A superação desses obstáculos exigiu mais do que preparo técnico, demandou comprometimento por parte de todos os envolvidos. Foi justamente esse comprometimento firme, mesmo diante das adversidades, que possibilitou a eficácia da missão.

A atuação da EPE-AS foi além do suprimento de carências materiais imediatas; tratou-se de uma abordagem pautada por um atendimento humanizado, sensível às dimensões sociais e emocionais das vítimas da tragédia. Cada ação executada no contexto da calamidade no Rio Grande do Sul teve impacto direto e significativo na vida das pessoas atendidas. Isso ficou evidente no reconhecimento e na gratidão da população. A receptividade do povo gaúcho foi notável. Por onde a equipe passava, nas ruas, nos abrigos, no HCamp, era possível perceber a confiança depositada no trabalho da MB. Essa gratidão funcionava como um combustível diário para a equipe, lembrando a todos do real alcance de suas ações e do impacto positivo gerado na vida de tantas pessoas.

Nesse contexto, nota-se que a presença da Psicologia se apresenta como parte essencial da resposta da EPE-AS. O trabalho desenvolvido pelas psicólogas, no contexto aqui detalhado, foi pautado por uma escuta qualificada, sensível e atenta ao sofrimento humano. No HCamp, a atuação das profissionais permitiu o fortalecimento da rede de atenção às vítimas, ampliando a capacidade de resposta por meio de intervenções em sala de espera, no leito e em sala reservada. A escuta e o acolhimento imediato funcionaram como dispositivos de contenção e reorganização psíquica, mesmo diante das limitações de privacidade, silêncio e estrutura.

Essas ações, embora focadas em demandas emergenciais, tiveram impacto significativo ao oferecer alívio emocional, validação de sentimentos, orientação e, sobretudo, uma presença empática.

Além da população, a atuação junto aos militares que participaram da operação também se revelou fundamental. Enfrentando jornadas exaustivas, exposição constante ao sofrimento e desafios pessoais, esses profissionais estavam com sua saúde física e mental expostas a todo momento. O suporte oferecido aos militares não apenas contribuiu para seu bem-estar individual, mas também para a manutenção da eficácia da missão, consolidando, assim, a

EPE-AS como um elemento estratégico no contexto operacional, ao transformar a assistência social em poder combatente.

A atuação sensível e comprometida das psicólogas, assim como de toda a equipe, representou uma resposta humanizada diante da situação delicada, na qual ações simples, como ouvir ou orientar, se transformam em gestos potentes de reconstrução do sentido, da dignidade e da vida. Essa experiência reafirma o papel essencial da Psicologia dentro da EPE-AS e a necessidade de sua inclusão estruturada nas estratégias de resposta a desastres.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de ética profissional do psicólogo. Brasília: CFP, 2005. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres**. Brasília: CFP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Crepop-RT-Emergencias-e-Desastres-web_v2.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

CUNHA, F. A. Urbanização e vulnerabilidade socioambiental: desastres e a lógica de gestão de riscos no Brasil. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 17, n. 1, p. 74–90, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/geopantanal/article/view/16754>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

FRANCO, M. H. P. (Org.). **A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática**. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

LOPES, R. C. **O emprego da Marinha do Brasil em operações de resposta a desastres**. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MARINHA DO BRASIL. **Maior navio da Marinha chega ao RS com toneladas de doações**. [S. l.]: Agência Marinha de Notícias, 2024a. Disponível em: <<https://www.agencia.marinha.mil.br/cuidando-da-nossa-gente/maior-navio-da-marinha-chega-ao-rs-com-toneladas-de-doacoes>>. Acesso em: 25 maio 2025.

MARINHA DO BRASIL. **Operação Taquari 2: várias frentes de atuação dos Fuzileiros Navais no RS**. [S. l.]: Agência Marinha de Notícias, 2024b. Disponível em: <<https://www.agencia.marinha.mil.br/cuidando-da-nossa-gente/operacao-taquari-2-varias-frentes-de-atuacao-dos-fuzileiros-navais-no-rs>>. Acesso em: 25 maio 2025.

MARINHA DO BRASIL. **Um ano da Operação “Abrigo pelo Mar-RS”**: o papel da Marinha na reconstrução do Rio Grande do Sul. [S. l.]: Agência Marinha de Notícias, 2025. Disponível em: <<https://www.agencia.marinha.mil.br/cuidando-da-nossa-gente/um-ano-da-operacao-abrigo-pelo-mar-rs-o-papel-da-marinha-na-reconstrucao-do>>. Acesso em: 25 maio 2025.

SIRTULI, E. M. **O papel da Marinha do Brasil na gestão de emergências geradas por desastres naturais**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, N. L. F. A atuação da Psicologia em desastres e emergências: uma visão estratégica. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 27, n. 55, p. 81–93, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v27i55.227>>. Acesso em: 25 maio 2025.

PÔSTER 2

Reflexões acerca da operação grande muralha durante a pandemia da COVID-19

Thalyta Peres dos Reis¹

Resumo

O artigo analisa a atuação do Serviço Social na pandemia da COVID-19, com foco na Operação Grande Muralha, destacando ações integradas de apoio à família naval e os impactos sociais, econômicos e na saúde, além da coleta de dados para mitigar efeitos da crise.

PALAVRAS-CHAVE: Operação Grande Muralha; Marinha do Brasil.

Introdução

Ao analisar o poder de combate da Marinha do Brasil (MB) durante a pandemia de COVID-19, observa-se que a instituição atuou de maneira incisiva em múltiplas frentes no enfrentamento desse inimigo invisível. Dentre essas áreas de atuação, o presente artigo tem como objetivo examinar, de modo específico, a atuação da assistência social da MB na mitigação das diversas manifestações da questão social advindas da pandemia de COVID-19 na sociedade brasileira.

A pandemia de COVID-19 constituiu uma crise socio sanitária (na qual definimos como um período de agudização das expressões da questão social no contexto de crise sanitária, em que os sujeitos sociais em situação de precarização do trabalho/vulnerabilidade social não conseguiram meios de prover a própria subsistência), sem precedentes, não apenas para a sociedade brasileira, mas para toda a humanidade. A COVID-19 configurou-se como uma enfermidade de impacto global, responsável por gerar consequências intangíveis e de difícil mensuração, tornando incalculáveis os danos impostos à população mundial. Os efeitos adversos decorrentes da pandemia ainda se fazem presentes, evidencia-

¹ Primeiro-Tenente da Marinha do Brasil. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Plínio Leite. Mestre em Educação Profissional em Saúde na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente, serve no Hospital Central da Marinha. E-mail: thalyta.peres@marinha.mil.br.

dos, entre outros fatores, pela significativa redução de postos de trabalho e pelo consequente aumento dos índices de desemprego. Ademais, inúmeras pessoas continuam a enfrentar repercussões em sua saúde física e mental. Vale destacar que a Marinha do Brasil, por meio de suas policlínicas e da Unidade Integrada de Saúde Mental (UISM), oferece um atendimento multidisciplinar especialmente voltado à saúde mental da Família Naval. Essa iniciativa demonstra o compromisso da instituição em lidar com as possíveis expressões da questão social mencionadas, buscando garantir acolhimento e cuidado a quem serve.

Além disso, os serviços disponibilizados priorizam a prevenção, o diagnóstico precoce e o acompanhamento contínuo, assegurando que militares e seus dependentes recebam o suporte necessário. Isso tudo reforça a preocupação da Marinha do Brasil com a qualidade de vida de seu efetivo, reconhecendo a importância da saúde mental para o bem-estar e a harmonia no ambiente familiar e profissional.

A intervenção profissional esteve ancorada em estratégias intersetoriais, integrando ações com os campos da saúde, educação e segurança alimentar, em consonância as normativas institucionais da Marinha. O planejamento e a execução de programas de apoio psicossocial, distribuição de cestas básicas e orientação socioeducativa, foram fundamentais para o enfrentamento das vulnerabilidades acentuadas pela pandemia. Dessa forma, a assistência social da MB reafirmou seu compromisso com a garantia de direitos e a promoção da cidadania, contribuindo de maneira significativa para a superação dos desafios impostos pela crise socio sanitária.

Operação Grande Muralha – O poder de combate da Marinha do Brasil

A Operação Grande Muralha foi conduzida pela MB com o propósito de compreender como a família naval foi impactada pelas consequências da pandemia da COVID-19, cujo status de pandemia foi declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. O diretor-geral Tedros Adhanom Ghebreyesus afirmou:

A OMS está avaliando esse surto 24 horas por dia e nós estamos profundamente preocupados com os níveis alarmantes de disseminação e gravidade e com os níveis alarmantes de falta de ação. Portanto, avaliamos que a COVID-19 pode ser caracterizada como uma pandemia. Pandemia não é uma palavra a ser usada de forma leviana ou descuidada. É uma palavra que, se mal utilizada, pode causar medo irracional ou aceitação injustificada de que a luta acabou, levando a sofrimento e morte desnecessários.

Ao mencionar expressões da questão social faço referência não apenas às repercussões na esfera da saúde, mas também aos impactos sociais e econômicos desencadeados pela pandemia. Nesse contexto, a Operação Grande Muralha teve como objetivo a proteção integral da família naval, por meio da implementação de mecanismos socioassistenciais e de saúde, articulados em um conjunto de medidas protetivas intersetoriais. Destaca-se, nesse processo, a sistematização e coleta de dados referentes aos militares acometidos pela doença, realizada de forma descentralizada por cada Órgão de Execução do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha (OES), que se encontra presente nas Organizações Militares da MB, que de acordo com sua estrutura administrativa podendo ser classificados, a se exemplificar, como: “...Serviços de Assistência Social na Saúde (SAS-Saúde); e os Núcleos de Assistência Social (NAS).”

A atuação da Marinha do Brasil durante a pandemia do novo coronavírus foi marcada por uma mobilização intensa em múltiplas áreas, especialmente no que diz respeito ao suporte social aos seus integrantes e familiares. Entre as iniciativas, merece destaque a Operação Grande Muralha, desenvolvida para analisar e minimizar os impactos da crise sanitária não apenas na saúde, mas também nas condições socioeconômicas da comunidade naval.

A Operação Grande Muralha consistiu em um esforço sistemático de levantamento de dados sobre os membros da Marinha afetados pela COVID-19, realizado através dos órgãos de assistência social da instituição, em todos os Distritos Navais. A partir dessas informações, foram implementadas ações de apoio como a distribuição de cestas básicas e auxílio para pagamento de despesas essenciais, além da orientação sobre direitos e encaminhamentos necessários.

É importante notar que a definição oficial da Marinha do Brasil para a Operação Grande Muralha destaca seu caráter humanitário e seu foco no fortalecimento do Sistema de Saúde da Marinha durante a pandemia de COVID-19. Segundo publicação institucional: “Em fevereiro, foi ativada a Operação ‘Grande Muralha’ - Força-Tarefa comandada pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, que utiliza todos os recursos disponíveis para proteger a família naval” (BRASIL, 2020, p. 4).

Complementando, pode-se afirmar que a Operação Grande Muralha não se limitou à esfera da saúde, abrangendo também o levantamento de dados sobre os militares e familiares afetados, a concessão de auxílio socioassistencial, a orientação sobre direitos e acesso a benefícios, além do apoio psicológico e logístico aos profissionais envolvidos, configurando-se como uma resposta integrada e abrangente da Marinha do Brasil diante da pandemia (BRASIL, 2020)

Cada Organização Militar realizou o levantamento dos militares afastados em virtude da COVID-19, coletando dados estatísticos que subsidiaram ações de apoio socioassistencial aos integrantes da Marinha. Tal auxílio visava mitigar as expressões da questão social que pode ser definida como:

A questão social é o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

A operação Grande Muralha, atuou também, com a concessão de cestas básicas e a compreensão da realidade social vivenciada por cada militar, de modo a oferecer suporte adequado e reduzir os impactos negativos da crise sanitária. Além disso, foram identificadas necessidades como o pagamento de despesas essenciais - energia elétrica, água e aluguel -, entre outras demandas. No cenário da pandemia de COVID-19, a atuação da Assistência Social da Marinha do Brasil revelou-se um pilar estratégico, fundamental para o suporte integral aos militares diante das múltiplas manifestações de vulnerabilidade social que emergiram. Essa contribuição foi decisiva para o fortalecimento da tropa naval perante o desafio invisível que o vírus representou, garantindo não apenas a continuidade da prontidão operacional, mas também a salvaguarda do bem-estar social e emocional dos seus efetivos.

A crise sanitária impôs obstáculos sem precedentes aos militares, que, além de estarem na linha de frente do combate à pandemia, lidavam com a constante apreensão de transmitir a doença aos seus familiares. Soma-se a isso, o fato de que a maioria desses profissionais constitui o principal arrimo financeiro de seus lares. Com a subsequente perda ou diminuição da renda de outros membros da família, a responsabilidade de prover o sustento recaiu, em grande medida, sobre os militares, resultando em significativo aumento do endividamento e da exposição a vulnerabilidades socioeconômicas.

Nesse contexto desafiador, a Assistência Social da Marinha emergiu como um mecanismo crucial de amparo e proteção. Ofereceu suporte material, psicológico e social que possibilitou aos militares preservarem a estabilidade de seus núcleos familiares. Importante ressaltar que essa rede de apoio se estendeu não apenas aos militares e servidores civis da ativa, mas também aos veteranos, pensionistas e seus dependentes, por meio dos Núcleos de Assistência Social designados, assegurando um atendimento abrangente e contínuo.

A contribuição da Assistência Social foi diretamente proporcional à manutenção da coesão e do moral da tropa, elementos indispensáveis para a eficácia das operações militares em um período de crise. Ao mitigar os impactos sociais e econômicos da pandemia, a Assistência Social consolidou a resiliência institucional da Marinha, configurando-se como um verdadeiro agente de combate na superação dos desafios impostos pela COVID-19. Tal aspecto foi reforçado pela Marinha do Brasil que publicou a seguinte notícia:

A Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), por meio de seus Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha (OES), esteve empenhada diariamente em sua missão de apoiar a Família Naval em todo o território nacional, especialmente diante dos desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus. Foram assistidas cerca de mil famílias, com ações voltadas à identificação de usuários em situação de vulnerabilidade e à realização de intervenções sociais, buscando oferecer o suporte necessário para o enfrentamento da crise sanitária e econômica instalada no país (BRASIL, 2020).

Essa dinâmica exemplifica a multifacetada importância das Forças Armadas em contextos de crises sociohumanitárias e ambientais. Para além de sua missão primordial de defesa da soberania nacional, as Forças Armadas demonstram ser protagonistas essenciais na resposta a emergências complexas como pandemias e desastres naturais, mobilizando recursos logísticos e humanos com notável agilidade e eficácia. Tal capacidade de adaptação e intervenção ressalta a relevância contemporânea das Forças Armadas, que integram ações de proteção social, saúde pública e gestão ambiental, contribuindo intrinsecamente para a segurança e a resiliência do país.

Em síntese, a atuação da Assistência Social da Marinha do Brasil durante a pandemia constituiu um vetor estratégico de suporte humano e social. Sua relevância transcende o escopo assistencialista, firmando-se como um alicerce indispensável para a manutenção da capacidade operacional e do espírito de corpo da tropa naval em um momento de extrema adversidade. Essa experiência sublinha a urgência de políticas sociais robustas e integradas no âmbito das Forças Armadas, especialmente em cenários de crise, e reflete o papel ampliado das Forças Armadas na resposta eficaz às demandas sociais, humanitárias e ambientais que desafiam a nação.

Pode-se indagar a razão pela qual militares, detentores de remuneração fixa, necessitariam de auxílio socioassistencial. Ocorre que, diante do elevado índice de desemprego durante a pandemia, muitos militares tornaram-se o principal provedor de suas famílias, sendo compelidos a arcar com despesas de parentes que perderam suas fontes de renda, bem como, a aquisição de medicamentos e outras necessidades emergenciais. Esse contexto resultou em significativo endividamento da categoria, tornando imprescindível o apoio oferecido pela Marinha do Brasil a seus membros e familiares.

A Operação Grande Muralha também se preocupou em prestar suporte aos profissionais da assistência social, psicologia e direito que atuavam nas organizações militares e nos serviços de saúde, como as Organizações Militares Hospitalares (OMH), as Organizações Militares com Facilidades Médicas

(OMFM) e os Serviço de Assistência Social da Saúde (SAS-Saúde). Foram providas reuniões periódicas para acompanhamento psicológico das equipes envolvidas diretamente no combate à COVID-19.

Durante esse período, o Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD) destacou-se como referência nacional no atendimento a casos graves de COVID-19, recebendo militares de todo o território nacional, especialmente aqueles em estado mais crítico. Tal dado é reforçado por meio da seguinte publicação:

O Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), no Rio de Janeiro, foi referência no atendimento aos casos mais graves de COVID-19, recebendo militares de todo o território nacional, especialmente aqueles em situação clínica mais delicada, uma vez que se trata de um hospital de grande complexidade, capaz de atender demandas que outros hospitais militares não poderiam absorver” (MAGALDI; MONTEIRO, 2020, p. 106).

Ademais, em situações como o surto ocorrido no estado do Amazonas, diversos militares foram transferidos para o Rio de Janeiro, onde o Serviço Social da Marinha desempenhou papel fundamental ao promover a comunicação entre pacientes e familiares, uma vez que as visitas hospitalares estavam proibidas em razão das medidas de isolamento. Além disso, por se tratar de um hospital de referência nacional para a Família Naval, o HNMD dispõe de recursos hospitalares mais amplos, o que tornou necessária a transferência de pacientes de outros estados para tratamento no Rio de Janeiro. Diante disso, a Marinha do Brasil mobilizou toda a sua estrutura, inclusive a logística, com o objetivo de resguardar a Saúde Naval.

O Serviço Social atuou, portanto, como elo entre os pacientes internados e suas famílias, assegurando o fortalecimento dos vínculos afetivos mesmo diante da distância imposta pela pandemia. Essa atuação contribuiu significativamente para o acolhimento das famílias, que se encontravam angustiadas e desorientadas em um momento de grande incerteza. Ressalta-se que esse contexto se estendeu a diversos países, configurando, ousadamente, uma verdadeira guerra mundial contra um inimigo invisível. Foi nesse cenário que a Assistência Social da Marinha promoveu uma intervenção intersetorial, permitindo que cada OES atuasse conforme suas especificidades, utilizando de forma estratégica os Programas Sociais desenvolvidos pela Marinha do Brasil.

A Operação Grande Muralha teve como propósito garantir que os pacientes acometidos pela doença tivessem acesso à informação, orientação e suporte, inclusive em questões burocráticas, como o acesso a instituições bancárias e regularização de procurações, situações que se tornaram frequentes devido ao afastamento dos provedores familiares por motivo de internação.

Além do auxílio material, o Serviço Social orientou as famílias quanto ao acesso a medicamentos de alto custo, direitos socioassistenciais e encaminhamentos necessários a outras instituições, sempre buscando minimizar o sofrimento e a vulnerabilidade social da família naval.

Outro aspecto relevante foi o apoio oferecido aos próprios profissionais do Serviço Social, que enfrentaram jornadas de trabalho extenuantes, especialmente no HNMD, onde o horário de saída era condicionado ao atendimento integral das famílias dos pacientes internados. Apesar da sobrecarga, esses profissionais mantiveram o compromisso ético e político, respeitando seu código de ética e priorizando o bem-estar dos assistidos. Dessa forma, cabe mencionar que:

O projeto ético-político consiste no projeto profissional de caráter coletivo que fundamenta a formação e o exercício do trabalho do Assistente Social. A priori, sustenta-se na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93), no Código de Ética de 1993 e Diretrizes Curriculares de 1996, pauta-se em valores fundantes como a liberdade com valor ético central, articulados à defesa da democracia, como valor ético-político em favor da equidade e justiça social (IAMAMOTO, apud UFPB, 2014, p. 27).

Cumprir ressaltar que esses trabalhadores também vivenciaram medos, incertezas e perdas pessoais, pois estavam igualmente expostos ao risco de contaminação e, em muitos casos, tiveram familiares acometidos pela doença. A pandemia não pode ser esquecida, tampouco o impacto sobre aqueles que atuaram na linha de frente, a relevância das reuniões periódicas e o apoio prestado pela Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM).

O poder de combate exercido pela Marinha do Brasil foi de extrema importância não apenas para os militares, mas para a sociedade como um todo, uma vez que a instituição integra a sociedade brasileira e contribuiu efetivamente para o enfrentamento da pandemia. O trabalho do Serviço Social transcende o atendimento imediato, pois atua na prevenção de outras expressões da questão social e na redução de danos futuros para as famílias assistidas.

A Operação Grande Muralha e o engajamento da Marinha do Brasil no combate à COVID-19 foram de suma relevância para o enfrentamento da doença. Sem esse apoio, outras problemáticas poderiam ter surgido, como o agravamento de doenças relacionadas à saúde mental. Portanto, a atuação da Marinha foi crucial para amenizar o estresse, a ansiedade e as preocupações das famílias, garantindo-lhes acesso a necessidades básicas e promovendo o bem-estar coletivo.

Em síntese, a Operação Grande Muralha representou o principal instrumento de combate à COVID-19 no âmbito da Marinha do Brasil, sendo fundamental para a sociedade brasileira diante de uma crise sanitária sem precedentes.

Considerações finais

A atuação da Marinha do Brasil, por meio da Operação Grande Muralha, evidenciou a centralidade do Serviço Social na mediação das múltiplas expressões da questão social intensificadas pela pandemia de COVID-19. Entendemos que esse assunto não pode ser esquecido pela humanidade e, por isso, deve ser constantemente retomado, devido ao impacto trazido para a sociedade. Ressaltar o trabalho da Marinha do Brasil durante o referido período dessa guerra é de extrema importância para que possamos preservar, em nossa memória, os inúmeros aprendizados que esse momento histórico trouxe à nossa corporação.

É indubitável que a resposta institucional articulou ações socioassistenciais de orientação, de apoio psicossocial e logístico, fundamentadas no compromisso ético-político da profissão e na defesa dos direitos sociais dos militares e de seus familiares, que refletiu em toda a sociedade brasileira. O Serviço Social, ao atuar como elo entre usuários, equipes multiprofissionais e a instituição, contribuiu para o fortalecimento dos vínculos familiares, a minimização das vulnerabilidades sociais e a garantia do acesso a direitos, reafirmando sua instrumentalidade teórico-metodológica e técnico-operativa frente às demandas emergenciais. Cumpre ainda destacar que a família naval integra a sociedade brasileira, sendo seu bem-estar diretamente refletido no cenário nacional. Tal constatação reforça o papel essencial das Forças Armadas na defesa e proteção do país, como também o compromisso ético-político dos assistentes sociais na relação com os usuários de seus serviços, que conforme emanado no código de ética profissional, devemos trabalhar visando condições dignas de vida para a classe trabalhadora.

O contexto evidencia a importância da assistência social na Marinha como um instrumento estratégico de enfrentamento das adversidades, reforçando o cuidado necessário ao militar em situações desafiadoras. Com isso, o Serviço Social contribuiu diretamente para o fortalecimento dos vínculos familiares e para a promoção do bem-estar da família naval, reafirmando o papel fundamental da assistência social no âmbito das forças armadas, que é fortalecer o poder de combate da tropa naval.

Referências

- BRASIL. **Marinha no combate ao novo coronavírus**. NoMar Especial, n. 4, 2020. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/nomar_especial_-_edicao_4.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Serviço de Assistência Social da Marinha desenvolve ações de apoio à Família Naval durante a pandemia**. Marinha do Brasil – Notícias, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/servico-assistencia-social-marinha-desenvolve-acoes-de-apoio-familia-naval-durante-pandemia>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- IAMAMOTO, M. V. **Projeto ético-político do Serviço Social**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Projeto ético-político do Serviço Social. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 27.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **OMS caracteriza COVID-19 como pandemia**. 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 14 maio 2025.
- MAGALDI, M. A. B.; MONTEIRO, D. O. **Serenidade e firmeza – A MB no combate à Covid-19 – Parte III**. Revista Marítima Brasileira, v. 140, n. 4, p. 101-113, 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/download/4070/3942>. Acesso em: 14 maio 2025.

PÔSTER 3

Muito além da missão: intervenção da Assistência Social da Marinha do Brasil a militares e suas famílias durante o combate ao vazamento de petróleo no litoral brasileiro

Lucidalva Santos da Silva¹

Camila Cardoso de Melo Dantas²

Resumo

O artigo aborda a atuação da Assistência Social da Marinha para minimizar o impacto sociofamiliar do afastamento de militares em 2019, durante o combate ao vazamento de petróleo no litoral. Destaca as especificidades da vida militar e a relevância desse apoio para o pronto emprego da Força.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Marinha do Brasil; Apoio; Poder Combatente; Família Naval.

Introdução

No final de agosto de 2019, o Brasil enfrentou uma crise ambiental sem precedentes, decorrente da aparição de óleo cru derivado de petróleo ao longo do litoral nordestino. Tratava-se de um evento inédito na história nacional, tanto pela extensão geográfica quanto pela sua longa duração - setembro de 2019 a fevereiro de 2020. Estima-se que mais de 5.000 toneladas de óleo e resíduos oleosos foram recolhidos entre os estados do Ma-

¹ Capitão de Corveta da Marinha do Brasil. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-Graduada Lato Sensu: MBA em Gestão de Projetos e Programas Sociais pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente, serve na Diretoria de Hidrografia e Navegação. E-mail: lucisantos1976@gmail.com.

² Capitão-Tenente da Reserva Não-Remunerada da Marinha do Brasil. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Graduada Lato Sensu: MBA em Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional pelo Centro Universitário Jorge Amado. Especialista em Política, Estratégia e Planejamento Estratégico pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - Delegacia da Bahia (ADESG-BA) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Email: camilamelosps@hotmail.com.

ranhão e Rio de Janeiro³, atingindo mais de 4.300 quilômetros de extensão de nossa costa e afetando 11 estados, 130 municípios e 1.009 localidades⁴.

Diante da magnitude do acidente, e com o objetivo de ampliar a capacidade de resposta, minimizar os danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública, o Plano Nacional de Contingência foi ativado, sendo acionado o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), formado pela Marinha do Brasil (MB), pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O GAA atuou em conjunto com o Exército Brasileiro, a Força Aérea Brasileira, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Polícia Federal, a Petrobras, a Defesa Civil, além de empresas, comunidades científicas, universidades e voluntários civis.

Reconhecido como um dos maiores desastres ambientais da história do litoral brasileiro, o vazamento de 5.000 toneladas de petróleo provocou impactos significativos não apenas ao meio ambiente, mas também à economia e à sociedade.

Eventos dessa magnitude têm requerido uma participação cada vez maior das Forças Armadas (FA), que empregam efetivos e meios operacionais para atuarem em apoio aos órgãos de defesa civil. Em relação ao emprego das FA em situações de desastre, Cunha (2012) destaca que:

[...] a necessidade de rapidez e mobilidade que a situação exige, principalmente em seus primeiros momentos, onde as FA mostram-se sempre presentes valendo-se, eminentemente, de sua capilaridade nacional. A Marinha do Brasil (MB), com o emprego de seus meios, aí incluídos navais, fluviais, aeronavais e de fuzileiros navais e pelas características intrínsecas do Poder Naval, mobilidade, versatilidade, permanência e flexibilidade, apresenta-se como uma força adequada para este tipo de apoio, com a possibilidade de transportar grande quantidade de carga, chegando a locais que não estariam acessíveis com meios de outra força, tornando-se parte integrante e fundamental do sistema, quando a característica da área colapsada assim o exigir (CUNHA, 2012, p. 10).

Desde o surgimento das primeiras manchas de óleo no litoral brasileiro, a MB prontamente empregou seus meios (pessoal, navais, aeronavais e de fuzileiros navais), com o objetivo de mitigar os impactos do desastre ambiental.

³ Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/combate-ao-oleo/sobre>.

⁴ Vistoria em áreas com localidades oleadas no litoral brasileiro, ocorrida entre os dias 04/03 e 19/03/2020 (fonte: IBAMA). Disponível em <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>.

Dentre as principais ações adotadas, destacam-se: – inspeções ao longo do litoral das regiões Nordeste e Sudeste; – divulgação da publicação “Aviso aos Navegantes”, solicitando a informação tempestiva da identificação de poluição hídrica através de navios em trânsito nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB); – realização de Patrulha Naval; – monitoramento dos navios que passaram pelas AJB; e – execução da Operação “Amazônia Azul” no litoral do País.

No âmbito do Comando do 2º Distrito Naval (Com2ºDN)⁵, os meios operativos atuaram de forma ininterrupta nas ações de monitoramento e contenção das manchas de óleo no litoral, com especial atenção às áreas de preservação ambiental, como o Arquipélago de Abrolhos, situado a cerca de 70 quilômetros do município de Caravelas, na Bahia. Dentre os meios empregados, foram utilizados três navios subordinados ao Com2ºDN, que atuaram em regime de prontidão na missão intitulada “Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida”.

Ressalta-se que um desses navios estava retornando de um exercício de adestramento, inicialmente previsto para durar três dias, quando foi prontamente redirecionado para a missão de contingenciamento do óleo. Tal situação resultou no afastamento inesperado dos militares de seus núcleos familiares por mais 26 dias, gerando impactos significativos. Por se tratar de uma missão inopinada, algumas dessas famílias não estavam adequadamente preparadas – seja do ponto de vista financeiro, seja emocionalmente – para lidar com a ausência prolongada desses profissionais que, em sua maioria, exercem um papel central na dinâmica familiar.

Com a finalidade de mitigar os problemas psicossociais ocasionados pelo afastamento dos militares envolvidos na referida missão e assegurar o amparo às suas famílias, a Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM) emitiu diretrizes orientando os Núcleos de Assistência Social (NAS)⁶ a atuarem, em suas respectivas áreas de jurisdição, nas frentes de prevenção, mitigação, preparação e resposta. Essas ações visaram evitar situações de vulnerabilidade na Família Naval, em consonância com as diretrizes para “Atuação da Assistência Social em situações de emergência, desastre e no Grupo Embarcado de Assistência Social”, estabelecidas nas Normas sobre Assistência Social na MB (DGPM-501, BRASIL, 2024a).

⁵ Comando de área da Marinha do Brasil, com sede em Salvador, cuja área jurisdicional abrange os estados da Bahia e do Sergipe. Assim como os demais Distritos Navais, está subordinado ao Comando de Operações Navais (ComOpNav).

⁶ O Núcleo de Assistência Social é um Órgão de Execução do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha (OES), destinado a prestar assistência (Serviço Social, Direito e Psicologia) ao pessoal lotado em sua Organização Militar (OM) e em OM assistidas. Situado, preferencialmente, em local de grande concentração de pessoal da Marinha, tem como público-alvo militares e servidores civis (ativos e veteranos), seus dependentes e pensionistas.

Conforme apresentado por Mattedi (2008), compreender os fatores considerados ameaçadores é uma importante estratégia para a construção de comunidades mais seguras. O autor destaca que:

Não se pode tratar separadamente a situação de emergência da situação pré-impacto: desastres constituem, primariamente, um fenômeno social, e, portanto, deveriam ser identificados em termos sociais. Trata-se, portanto, de caracterizar as especificidades da unidade social impactada e os padrões de resposta compreendidos. Assim, por exemplo, no tempo-1, pré-impacto, destacam-se ações de preparação e reação; no tempo-2, pós-impacto, as medidas de recuperação e mitigação. (MATTEDI, 2008, p. 166)

Em consonância com essa visão, o presente artigo trata das ações sociais desenvolvidas pelo Núcleo de Assistência Social do Com2ºDN, em parceria com o Serviço de Assistência Social e o Serviço de Psicologia do Hospital Naval de Salvador (HNSa), com o objetivo de minimizar os impactos sociofamiliares decorrentes do afastamento prolongado dos militares envolvidos no combate ao vazamento de petróleo no litoral brasileiro ocorrido em 2019, em razão do regime de prontidão dos meios operativos da MB. Nesse contexto, o foco da assistência concentrou-se nos três meios navais subordinados ao Com2ºDN, em função do protagonismo da tripulação nas ações de monitoramento e contenção das manchas de óleo no litoral da Bahia e de Sergipe, com ênfase na área marítima do Arquipélago de Abrolhos.

Trata-se de um estudo documental e bibliográfico, realizado por meio de pesquisa e análise de conteúdo, utilizando como base os questionários, prontuários e entrevistas realizadas durante o período da ação, bem como artigos científicos, publicações, diretrizes e legislações que permitiram um maior aprofundamento e reflexão sobre o tema.

O artigo encontra-se organizado da seguinte forma: a primeira parte refere-se às peculiaridades da carreira militar e a influência na vida familiar; a segunda aborda o contexto da intervenção, enfocando a situação desencadeadora, bem como apresentando as ações empreendidas para enfrentamento das dificuldades suscitadas, considerando a realidade em que essas famílias estão inseridas e suas várias expressões sociais. Por fim, refletiremos acerca da importância da atuação da Assistência Social da Marinha no apoio aos militares e seu núcleo familiar, para mitigar as adversidades e especificidades da vida militar.

Especificidades da carreira militar e suas repercussões na família

A carreira militar é caracterizada por diversas exigências e especificidades⁷ inerentes à natureza da profissão, que são alheias à vontade daqueles que a compõem, gerando repercussões sociais significativas na vida dos militares e de suas famílias. Dentre essas particularidades merecem destaque:

- a) Risco de vida:** O risco iminente de morte ou o de comprometimento da integridade física são características permanentes da profissão, pois, ao incorporar a carreira militar, o indivíduo assume o compromisso de dedicar-se inteiramente e de sacrificar a própria vida a serviço da Pátria.
- b) Disponibilidade integral e exclusiva ao serviço:** O militar não pode exercer qualquer outra profissão, devendo manter-se disponível, ao longo das 24 horas do dia, a serviço da Instituição, já que poderá ser acionado a qualquer momento para o cumprimento de uma missão, imperando as necessidades do país.
- c) Sujeição à mobilidade geográfica:** O militar pode ser movimentado, a sua revelia, e em qualquer época do ano, para diferentes regiões do país. Tal condição pode implicar residir em locais inóspitos e destituídos de infraestrutura, impactando diretamente na qualidade de vida familiar.

Nesse contexto, Gabriel e Sattler (2019) afirmam que as exigências impostas pela profissão repercutem diretamente na dinâmica familiar dos militares. Para as autoras, devido a característica de disponibilidade permanente para o serviço, é comum que militares sejam deslocados para outras regiões do país ou até mesmo para o exterior, resultando afastamentos prolongados do seio familiar. Esses períodos de ausência impedem a participação em datas comemorativas, eventos sociais e atividades cotidianas, além de limitar o apoio direto nas resoluções das adversidades do dia a dia.

Diante do exposto, conclui-se que o conjunto de exigências inerentes à carreira militar repercute significativamente na dinâmica familiar dos militares, influenciando sua organização cotidiana e interferindo em suas escolhas pessoais e profissionais. Essas repercussões são “[...] mais adensadas quando associadas à necessidade da mobilidade geográfica, na medida em que comprometem o desenvolvimento educacional da família, a composição do orçamento e a construção do patrimônio familiar” (LIMA, 2013, p. 2).

Considerando que a vida dos familiares está intrinsecamente vinculada à profissão do cônjuge militar, é possível afirmar que a família estabelece uma relação muito peculiar com a instituição castrense. Isso porque o desempenho pleno das funções militares exige elevado comprometimento e apoio irrestrito dos membros familiares, sobretudo dos cônjuges, os quais, segundo Lima, muitas vezes:

acabam por assumir as demandas familiares sozinhos, tendo em vista que é marca da profissão militar o afastamento do lar, seja pelas escalas de serviço, seja pelos horários de saída do trabalho, que são condicionados pelas tarefas e atividades e não por definição prévia de carga horária, ou ainda pelas missões que os afastam da sua família, de sua cidade, de seu estado ou, de seu país. Os cônjuges – por assumirem integralmente as tarefas da família, de educação e atenção à saúde dos filhos, os processos de adaptação a novas cidades – têm sua formação educacional, o ingresso e a manutenção no mercado de trabalho impossibilitados ou prejudicados (LIMA, 2013, p. 30).

A dinâmica das famílias de militares encontra-se, portanto, condicionada às disposições e peculiaridades da carreira. As constantes transferências exigidas pela profissão geram, por conseguinte, situações de vulnerabilidades sociais à classe, especialmente aos familiares. Tais vulnerabilidades decorrem, principalmente, das seguintes situações: dificuldade de adaptação a cada nova cidade; dificuldade de inserção e permanência do cônjuge no mercado de trabalho, em virtude das constantes transferências do militar; distanciamento das famílias de origem e da terra natal, além da ausência recorrente do militar no convívio familiar.

As dificuldades com as mudanças, com o emprego e a solidão que muitas esposas sentem, pelo fato de os maridos militares quase sempre estarem cumprindo atividades em lugares distantes, são consideradas características intrínsecas pelas quais as famílias de militares precisam passar e, sobretudo, se adaptar (SILVA, 2010, p. 12).

Ademais, como aponta Silva (2012), as limitações impostas pelas características da profissão militar expõem a família a perdas de oportunidades e realizações, tanto de cunho profissional quanto pessoal, favorecendo o surgimento de conflitos no cotidiano conjugal.

Ressalta-se que, diante das vulnerabilidades sociais mencionadas, os militares e seu núcleo familiar constituem público-alvo prioritário da Assistência Social das Forças Armadas. Nesse sentido, o Planejamento Estratégico da Marinha (PEM 2040) e o Plano de Direção Setorial do Setor de Pessoal (PDS

2040) preveem, como uma de suas diretrizes, o aprimoramento do apoio às famílias dos militares, visando minimizar as interferências de situações sociais, psicológicas e jurídicas adversas que possam comprometer a disponibilidade e o desempenho dos recursos humanos da Força.

A Assistência Social da Marinha, nesse contexto, constitui-se como uma ferramenta estratégica de apoio à Família Naval. Sua atuação está fundamentada nas Normas sobre a Assistência Social da Marinha do Brasil (DGPM-501) e no Plano de Assistência Social (PASM) – documentos normativos elaborados em estrita consonância com os objetivos e diretrizes do PEM 2040 e do PDS 2040.

Por meio de programas, projetos e ações interdisciplinares, a Assistência Social da MB tem como missão contribuir para a qualidade de vida da Família Naval. O objetivo é assegurar o bem-estar social dos integrantes da Força, prevenindo toda e qualquer situação que possa comprometer sua vida pessoal, profissional e, conseqüentemente, a prontidão operativa dos recursos humanos da Marinha.

Atuação da Assistência Social da Marinha no Contexto do Vazamento de Petróleo no Litoral brasileiro

Considerando o regime de prontidão dos meios operativos da MB para atuar no combate ao vazamento de petróleo no litoral do Nordeste brasileiro, em 2019, e com o objetivo de mitigar os impactos do afastamento prolongado dos militares de seus lares, a DASM estabeleceu diretrizes específicas, que foram executadas pelos NAS em suas respectivas áreas de jurisdição. As principais ações adotadas foram:

1. Identificação, com o apoio dos Comandos, de situações de possível fragilidade familiar que demandassem acompanhamento aproximado.
2. Organização imediata de estrutura de atendimento psicossocial e jurídico aos militares envolvidos nessa missão e às respectivas famílias, por meio da elaboração de um Plano de Atendimento adequado às situações específicas.
3. Estabelecimento de um canal direto de comunicação entre os NAS e os familiares, de modo a fornecer informações claras e objetivas sobre a missão.

Diante da situação emergencial e da necessidade de uma atuação rápida por parte da Assistência Social, foi constituído um grupo de trabalho especializado, composto por três assistentes sociais, duas psicólogas e um bacharel em Direito. Esses profissionais, que pertenciam ao efetivo do Núcleo de Assistência Social do Com2ºDN e do HNSa, atuaram de forma coordenada no enfrentamento das demandas psicossociais decorrentes da missão.

A intervenção foi fundamentada nas diretrizes previstas na DGPM-501, especialmente no Programa de Atendimento em Missões e nas orientações sobre a Atuação da Assistência Social em Situações de Emergência, Desastre e no Grupo Embarcado de Assistência Social. Tais diretrizes reforçam o papel da Assistência Social como componente do esforço institucional para garantir a disponibilidade e a prontidão dos recursos humanos da Força.

O Programa de Atendimento em Missões, conforme a DGPM-501, orienta a atuação da Assistência Social junto aos militares e servidores civis empregados em operação real ou em exercício, bem como no suporte contínuo às suas famílias (Brasil, 2024a). Entre os seus objetivos estão: preparar os familiares para o afastamento do militar/servidor civil, oferecer o suporte necessário durante as missões e orientar quanto às demandas afetas à Assistência Social quando do término da missão.

Quanto às orientações para a Atuação da Assistência Social em situações de emergência, desastre e no Grupo Embarcado de Assistência Social, a DGPM-501 prevê que a intervenção dos profissionais do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM) seja pautada em cinco fases: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

O programa e diretrizes supracitados fundamentaram o plano de contingência desenvolvido, permitindo uma abordagem sistêmica de acolhimento, monitoramento e prevenção de intercorrências sociais, psicológicas e jurídicas.

Inicialmente, foi realizado um mapeamento do perfil dos usuários, com base na análise dos prontuários de atendimentos prestados, nos últimos três anos, para as tripulações e dependentes das embarcações empregadas. Posteriormente, foi requisitado ao Comando das embarcações o fornecimento do endereço e do contato telefônico dos familiares dos militares, viabilizando a criação de um canal de comunicação direta e especializada. Uma assistente social e uma psicóloga efetivaram o contato telefônico com esses dependentes, promovendo acolhimento inicial, triagem de necessidades e identificação de fragilidades no seio familiar.

Na sequência, foi realizado um encontro de acolhimento, em que foi apresentado o caráter da missão e disponibilizado suporte psicossocial e jurídico. A metodologia dessa intervenção foi organizada em quatro etapas:

- a) palestra informativa sobre o contexto da missão, abrangendo o desastre ambiental, a atuação da MB no Plano de Contingência Nacional e o emprego dos meios;
- b) aplicação de questionário semiestruturado para levantamento do perfil e demandas das famílias;
- c) realização de entrevistas individuais para identificação de casos que requeriam apoio e acompanhamento continuado da Assistência Social; e

- d)** atendimento focal das demandas socioassistenciais, com enfoque na mitigação de intercorrências sociais, psicológicas e jurídicas apresentadas.

A palestra, como instrumento de sensibilização, reforçou a importância institucional da missão e apresentou o NAS como rede de apoio e elo de comunicação entre os militares e suas respectivas famílias. Esse vínculo foi essencial para promover a segurança emocional e a percepção de cuidado institucional, conforme defendem Paulino e Sant'Ana (2018).

A análise dos dados obtidos, por meio do questionário semiestruturado e das entrevistas realizadas, revelou que:

- a)** foram atendidos 68 usuários, dentre militares e seus familiares, oriundos das cinco regiões do país. Destes, 27 eram naturais da Bahia; 14, de outros estados do Nordeste; 17, do Sudeste; dois, da região Norte; e um, da região Sul do país;
- b)** apenas 26 famílias declararam contar com rede de apoio local; e
- c)** 45,9% das famílias residiam em Próprio Nacional Residencial (PNR).

Sobre o tipo de residências denominado de PNR, este corresponde às unidades habitacionais destinadas à moradia de militares da ativa, também conhecidas como vilas militares. O convívio no PNR se destacou como importante ferramenta de suporte mútuo entre as famílias militares, uma vez que favoreceu o estabelecimento de redes de apoio informais, especialmente em contexto de afastamento do cônjuge e pelo fato de muitos estarem longe das famílias de origem. Conforme destacam Gabriel e Sattler (2019), os vínculos estabelecidos no cotidiano permitem que colegas prestem auxílio emocional e prático entre si, quando surgem dificuldades.

Outro dado relevante refere-se à ocupação das esposas: menos de 25% possuíam vínculo empregatício, formal ou informal. A análise da situação revelou uma elevada dependência econômica do cônjuge militar, que, na maioria dos casos, acumulava as funções de provedor exclusivo e de único responsável pela organização e controle total das finanças familiares. Essa centralização pode resultar em uma significativa dependência econômica e social da esposa/companheira, limitando suas possibilidades de autonomia.

A análise da situação evidenciou diferentes cenários de gestão da finança familiar no contexto do afastamento do militar durante a missão:

- a)** famílias com contas conjuntas mantiveram a organização financeira;
- b)** aquelas que dependiam de transferências bancárias e pagamento de contas pela internet, enfrentaram dificuldades financeiras, devido à restrição de uso de celulares em alto-mar; e

- c)** famílias que possuíam somente cartão de crédito com limite baixo precisaram reduzir o padrão de consumo.

As famílias que apresentaram situação de vulnerabilidade financeira foram inseridas no Programa de Apoio Socioeconômico, com atendimento interdisciplinar e concessão de benefícios sociais, visando diminuir os efeitos negativos das dificuldades vivenciadas. Além disso, quatro dependentes participaram da Oficina de Consumo Consciente, que promoveu reflexão sobre endividamento e noções sobre planejamento financeiro familiar.

A experiência evidenciou que a vida dos dependentes está intrinsecamente ligada à carreira militar do cônjuge. Com isso, as imposições relacionadas à carreira afetam as condições de sobrevivência da família, ocasionando dificuldades de adaptação, de empregabilidade para as esposas/companheiras, bem como o distanciamento da cidade natal e da família de origem.

No geral, pôde-se observar que o afastamento súbito dos militares para o combate ao vazamento de petróleo no litoral brasileiro, ocorrido em 2019, repercutiu na dinâmica familiar. Embora os deslocamentos sejam algo normativo e esperado, tais eventos impactam o sistema familiar, suscitando “[...] tarefas e desafios emocionais específicos às famílias militares” (BÓIA, 2014, p.4).

Sobre esse assunto, foram identificadas algumas situações, tidas como estressantes por parte das esposas/companheiras. Do ponto de vista emocional, a inquietação com o súbito afastamento físico, agravada pela dificuldade de comunicação com o cônjuge, foi recorrente nos discursos das esposas durante as entrevistas de acolhimento psicossocial. Bóia (2014) salienta que o bem-estar físico e mental das famílias pode ser comprometido com os desafios impostos pela ausência do militar. Para a autora, “As esposas deparam-se com todas as exigências de manutenção da casa, assumem o papel de mãe solteira e experienciam tensão na relação conjugal perante a ausência do parceiro” (BÓIA, 2014, p. 6). Apesar de muitas esposas estarem acostumadas com a rotina de viagens de seus cônjuges, inclusive em missões consideradas especiais – assim denominadas pela distância ou período de duração –, o caráter inesperado desse afastamento pode ter impactado a percepção dessa experiência, uma vez que foram forçadas a reorganizar a dinâmica familiar. No entanto, esta experiência, ainda que desafiadora para muitas, possibilitou que algumas esposas assumissem, temporariamente, determinadas tarefas que antes eram exclusivas do seu cônjuge, proporcionando o desenvolvimento da autonomia, sendo considerada por elas uma experiência positiva.

Nos relatos colhidos durante as entrevistas, observou-se que as esposas/companheiras que já haviam vivenciado experiências anteriores de afastamentos do cônjuge militar apresentaram maior resiliência e capacidade adap-

tativa frente à missão em curso. Por outro lado, aquelas que enfrentavam essa situação pela primeira vez relataram maior dificuldade em lidar com a ausência, o que demandou atenção ampliada da equipe da Assistência Social.

Diante do contexto apresentado, foram realizadas diversas intervenções psicológicas, sociais e jurídicas voltadas ao apoio do núcleo familiar dos militares envolvidos. A equipe da Assistência Social do Com2ºDN atuou de forma multi e interdisciplinar, coordenando, quando necessário, ações com o apoio da estrutura de saúde existente na área, por entender que a Família Naval precisava ser atendida na sua totalidade biopsicossocial.

Nessa avaliação interdisciplinar, foram identificadas 16 famílias em situação de vulnerabilidade, que demandaram uma maior atenção social, das quais algumas foram assistidas com a concessão de cestas básicas. Além disso, foi elaborado, em conjunto com essas famílias, um plano de reorganização do orçamento familiar. Houve também encaminhamentos de dependentes para atendimento médico ambulatorial no HNSa e a inserção destes em projetos e ações socioeducativas executados pelo NAS.

Além da atuação imediata para mitigar os efeitos da fragilidade psicossocial entre os familiares dos militares que já estavam cumprindo a missão, o NAS do Com2ºDN desenvolveu ações preventivas junto às tripulações das embarcações que passariam a integrar a Operação “AMAZÔNIA AZUL – Mar limpo é vida!”. Assim, antes de demandarem para a missão, os militares e seus familiares participaram de orientações técnicas e acolhimento psicossocial, com o intuito de prepará-los para a missão. Nessa ocasião, a equipe do NAS reafirmou o compromisso com a operação.

As palestras realizadas a bordo abordaram a estrutura de apoio estabelecida pela DASM, com foco na organização da dinâmica familiar durante o afastamento do militar. Em seguida, foi realizado o levantamento das demandas pessoais, por meio do preenchimento de fichas cadastrais e de entrevistas individuais, com vistas à identificação de demandas específicas. Essa atuação preventiva está em conformidade com os princípios da Assistência Social da MB e visa ampliar a capacidade de enfrentamento da Família Naval diante de eventos adversos, caracterizados por sua natureza emergencial e imprevisível.

Essa abordagem, integrada e orientada por princípios previstos na DGPM-501, no Plano de Assistência Social da Marinha e alinhada às diretrizes do PEM 2040 e do PDS 2040, evidencia a importância de preparar preventivamente a Família Naval diante de contextos de crise e situações adversas. Por meio de ações fundamentadas nos pilares da prevenção, resposta e reorganização, o NAS/Com2ºDN atuou de forma estratégica para ampliar a capacidade de enfrentamento da Família Naval, assegurando suporte técnico e emocional em todas as fases da missão.

Dessa forma, o conjunto de intervenções empreendidas não apenas mitigou danos e prestou assistência em caráter primário, como também promoveu a integração e o fortalecimento da comunidade afetada. Como resultado, observou-se a reorganização emocional, social e financeira dos núcleos familiares, além da valorização da Assistência Social como elo institucional essencial entre a Força e seus integrantes. A experiência analisada reafirma que o apoio à Família Naval é elemento estruturante para a manutenção da disponibilidade do efetivo e, por conseguinte, para a prontidão operativa da Marinha do Brasil.

Considerações finais

A crise ambiental decorrente do derramamento de óleo no litoral do Nordeste, em 2019, constituiu um dos maiores e mais graves desastres ambientais já registrados no país, tanto pela extensão geográfica da área atingida quanto pelo tempo de duração e pela complexidade da resposta operacional exigida.

Dada a magnitude desse evento, a Marinha do Brasil mobilizou recursos humanos e materiais para atuar na mitigação dos danos ambientais. Dedicando-se ao bom aprestamento dos meios para garantir a preservação do ambiente marítimo do Brasil, muitos militares empreenderam numa missão que, para alguns, custou a preocupação e o bem-estar de suas famílias. Verificou-se que o afastamento inesperado dos militares para a missão impactou diretamente a dinâmica familiar, exigindo uma adaptação social, financeira e emocional.

Considerando o ineditismo da situação, o tempo de duração e a imprevisibilidade de término, os profissionais da Assistência Social atuaram de forma articulada para oferecer suporte psicossocial e jurídico às famílias.

Dentre os diversos programas estabelecidos na DGPM-501, foi dado destaque ao Programa de Atendimento em Missões e ao de Atuação da Assistência Social em Situações de Emergência, Desastre e no Grupo Embarcado de Assistência Social, que nortearam a atuação da equipe junto aos militares e seus núcleos familiares. Assim, a equipe da Assistência Social do Comando do 2º Distrito Naval empreendeu ações de apoio aos militares e seus familiares, fornecendo informações precisas, promovendo acolhimento, identificando situações de fragilidade familiar, organizando uma estrutura de atendimento psicossocial e jurídico prioritário, e criando canais de comunicação, atuando, dessa forma, tanto na mitigação quanto na prevenção de agravamentos sociais e emocionais.

Essa experiência suscitou algumas reflexões acerca dos desafios inerentes à carreira militar, suas repercussões nas relações conjugais e as exigências na organização da dinâmica familiar, a fim de contribuir para o melhor aprestamento e o pronto emprego dos militares da Marinha do Brasil. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de fomentar a preparação contínua e sistematizada das famílias, sobretu-

do das mulheres, promovendo o desenvolvimento de repertórios de enfrentamento de situações adversas, autonomia na gestão da vida cotidiana e fortalecimento da rede de apoio comunitária. Essa preparação é especialmente importante para os períodos de mobilização imediata, que exigem o pronto emprego dos militares.

Destarte, alinhada aos documentos estratégicos e normativos da MB, a Assistência Social da Marinha consolida-se como instrumento importante para a manutenção do poder combatente. Ao contribuir para qualidade de vida da Família Naval, desenvolvendo ações voltadas para mitigar os impactos das exigências da carreira militar na esfera familiar e social, a Assistência Social contribui diretamente para garantir o aprestamento da Força, bem como para melhorar o desempenho dos recursos humanos no cumprimento da missão institucional.

Referências

BÓIA, A. F. D. **O impacto das missões internacionais na dinâmica dos casais militares portugueses: um estudo exploratório**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2020.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano de Direção Setorial de Pessoal (PDS PESSOAL 2040)**. Rio de Janeiro, RJ: Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, 2021.

BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. **Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil – DGPM-501**. 8. rev. Rio de Janeiro: DGPM, 2024a.

BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. **Plano de Assistência Social da Marinha**. Rio de Janeiro: DGPM, 2024b.

CUNHA, L. C. B. **Necessidade de estabelecimento de doutrina para atuação em catástrofes: perspectivas para a Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2012.

GABRIEL, M. R.; SATTler, M. K. **As especificidades do casal militar: uma contribuição à psicoterapia conjugal**. Porto Alegre: Pensando Famílias, 2019.

LIMA, V. P. **Política de Assistência Social das Forças Armadas: uma análise da agenda pré-decisória e dos desafios do processo de implementação**. 2013. 152 f. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2013.

MATTEDI, M. A. **A abordagem psicológica da problemática dos desastres: um desafio cognitivo e profissional para a psicologia**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, 2008.

PAULINO, A. F.; SANT'ANA, F. G. F. **A atuação do psicólogo frente a emergências e desastres**. Alagoas: Ciências Humanas e Sociais, 2018.

SILVA, C. R. **Famílias de militares: uma análise sobre o ethos nômade, a construção das relações e as configurações de família no Exército**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ANPOCS, 2010.

SILVA, E. N. P. da. **Mulheres esposas: dinâmicas conjugais e individualidades a partir da experiência de mulheres casadas com militar**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012.

PÔSTER 4

Desafios e possibilidades: lições aprendidas no trabalho realizado pela equipe interdisciplinar do Núcleo de Assistência Social da Força de Fuzileiros da Esquadra no Haiti

Fernanda Frade de Mello¹
Paloma Henriques Maricato²

Resumo

O artigo relata as lições aprendidas com a atuação do Núcleo de Assistência Social Itinerante no Haiti, que ofereceu apoio psicossocial aos militares do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, ajudando a lidar com o afastamento familiar e a melhorar o desempenho nas missões de paz.

PALAVRAS-CHAVE: Missão de Paz; Assistência Social; Haiti.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo descrever, sucintamente, as lições aprendidas ao longo dos 13 anos de permanência no Haiti, a partir da execução do Projeto Núcleo de Assistência Social (NAS) Itinerante, vinculado ao Programa de Atendimento em Missões. O NAS Itinerante foi realizado entre 2012 a 2017, com a realização de seis visitas, com o propósito de identificar demandas psicossociais dos militares que compunham o Contingente dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais no Haiti (GptOpFuzNav-Haiti), intervir nas situações-problema e orientar in loco os militares, privilegiando a

¹ Capitão-Tenente da Marinha do Brasil. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, serve no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra. Email: fernanda.frade@marinha.mil.br.

² Primeiro-Tenente da Marinha do Brasil. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Atualmente, serve no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra. Email: paloma.maricato@marinha.mil.br.

construção conjunta de possibilidades de soluções. Também foram observadas as condições de rotina de trabalho, lazer e os relacionamentos interpessoais, como fonte para sistematização do conhecimento empírico.

A justificativa para a execução do projeto relaciona-se ao longo período de ausência dos militares de seus lares, à possibilidade de surgimento de demandas emergentes no cotidiano do Contingente e à necessidade de subsidiar a melhoria na qualidade dos serviços prestados à família naval, bem como nos processos de orientação e preparação para a missão. A equipe permanecia na Base de Fuzileiros Navais do Haiti Acadêmica Rachel de Queiroz por cerca de dez dias, acompanhando a rotina dos militares. O público-alvo era composto pelos militares integrantes dos GptOpFuzNav-Haiti.

O Programa de Atendimento em Missões tem como objetivo contribuir para a preparação do militar durante o período de afastamento da família, apoiar o militar e seus familiares durante a missão e oferecer orientação psicossocial ao término dela. Está estruturado em três fases: preparação, apoio e desmobilização.

A primeira fase é caracterizada pela preparação dos militares e de seus familiares, com o objetivo de minimizar as intercorrências sociais, psicológicas e jurídicas, considerando que tais fatores podem interferir no desempenho do militar. Nessa fase, realizam-se encontros de orientação psicossocial com os militares e seus familiares, abordando questões inerentes ao afastamento do militar do ambiente doméstico.

A fase de apoio ocorre ao longo da missão, por meio do acompanhamento dos militares e de seus familiares pela equipe técnica da Assistência Social. Essa fase compreende ações que vão desde o contato telefônico com as famílias até atendimentos presenciais no NAS. Já nas visitas da equipe técnica ao teatro da missão, são realizadas palestras socioeducativas, rodas de conversa, dinâmicas de grupo e atendimentos individuais nas áreas de Serviço Social e Psicologia.

Por fim, a fase de desmobilização ocorre no retorno do militar ao seu local de origem. A fase inclui orientações e auxílio às famílias quanto às demandas próprias do término da missão, favorecendo a reintegração do militar à rotina cotidiana. Nessa etapa, também são realizadas avaliações das atividades desenvolvidas anteriormente, com vistas à melhoria contínua e à análise dos impactos psicossociais da experiência para os militares e seus familiares.

Contextualizando a missão

O Haiti configura-se como um dos países mais empobrecidos das Américas. Alguns autores afirmam que é a nação mais pobre do hemisfério ocidental, em decorrência de sua história marcada pela utilização da mão de obra escravizada, pelo bloqueio econômico que perdurou por mais de 60 anos após o pro-

cesso de libertação do domínio francês³ e pelo pagamento de uma indenização de 90 milhões à França em função da sua independência (BEZERRA, 2019).

Outro traço a ser considerado é a instabilidade política que o país enfrenta ao longo da história. Desde a independência, poucos presidentes conseguiram finalizar o mandato. Conforme menciona Bezerra (2019), a maioria dos presidentes sofreu intercorrências: morreu no cargo, deposição, assassinato, renúncia ou fuga do país por motivos políticos.

O governo mais tenebroso do Haiti deu-se em 1957, com a ditadura de François Duvalier. Em 1964, o então ditador promulgou uma constituição que tornou seu cargo vitalício, sendo seu filho, Jean Claude Duvalier, seu sucessor. Em 1971, François faleceu, e seu filho assumiu o poder aos 19 anos, permanecendo no cargo até 1986, quando foi deposto pelos militares, que promoveram eleições livres e retiraram o país da ditadura.

Contudo, de acordo com Bezerra (2019), entre os anos de 1986 e 1990, a Presidência foi alterada seis vezes. Em 1991, um padre salesiano, Jean-Bertrand Aristide, foi eleito e meses após sofreu um golpe que o retirou do poder, agravando o cenário de instabilidade política. Neste momento, o emprego de tropas no país, como a dos Estados Unidos da América (EUA) e, em seguida, a da Organização das Nações Unidas (ONU) iniciaram as intervenções.

Dessa forma, foi nesse contexto que as Nações Unidas iniciaram as ações de paz. Assim, em 2004, foi criada pela ONU a Missão das Nações Unidas para a Estabilização Política no Haiti (MINUSTAH), com anuência do Governo Haitiano.

Principais aspectos observados pela equipe técnica do NAS

Neste tópico, abordam-se os principais aspectos e desafios enfrentados pela equipe ao longo de sua atuação. Além disso, apresenta-se uma sistematização das atividades desenvolvidas, como rodas de conversa, dinâmicas de grupo e acompanhamento da tropa, destacando os pontos mais significativos que compunham o cotidiano dos militares.

Construção de confiança e vínculo com a tropa

Um dos desafios observados relacionou-se ao contato inicial da equipe com a tropa, já que alguns militares demonstravam receio em se expressar emocionalmente, por temerem possíveis prejuízos em suas avaliações. No entanto, esse obstáculo foi gradualmente superado à medida que a equipe conseguiu estabelecer um vínculo de confiança com os atendidos, utilizando, inclusive, dinâmicas de integração e quebra-gelo. Foi necessário um tempo para que a tropa compreendesse a

³ Em 1804 o Haiti se torna a primeira nação pós-colonialista liderada por negros no mundo.

real proposta de atuação do NAS que, em um primeiro momento, era interpretada por alguns como uma ouvidoria e, por outros, com certa desconfiança, especialmente quanto à exposição de aspectos emocionais e a interferência nas avaliações.



Figura 1: Dinâmica de "quebra gelo"

Atuação participante da equipe nas atividades rotineiras

Outro aspecto observado refere-se à importância de a equipe acompanhar, in loco, as atividades da tropa, vivenciando seus desafios cotidianos, ainda que por um curto período. Essa experiência mostrou-se necessária, pois a observação direta permite identificar demandas que as fases de apoio ou de desmobilização não captam, além de favorecer o estabelecimento de vínculos significativos para o trabalho, por meio do estreitamento dos laços e da construção de confiança entre os militares e a equipe técnica. Conforme pontuam Loureiro e Fernandes:

Os NAS entraram em sintonia com a realidade operativa e expedicionária, deixaram o conforto das atividades burocráticas e tornaram-se parte e expressão da realidade vivenciada. Nada mais desafiador que decifrar a realidade e desenvolver atividades capazes de preservar e efetivar direitos, tendo como pano de fundo um cotidiano árduo e real. Os profissionais que trabalharam nesses projetos experimentaram do próprio discurso: 'Ninguém volta do Haiti igual!' (2017, p. 30).



Figuras 2 e 3: A foto à esquerda foi registrada em um local conhecido como "Ponto Forte" onde foi possível conhecer as instalações e a rotina dos militares que guarnecem o local. Enquanto a foto à direita foi registrada no início de uma patrulha na cidade de Porto Príncipe, onde foi possível verificar as condições de miserabilidade da população, principalmente no que se refere às necessidades básicas de sobrevivência.

Além dos registros acima, a equipe realizou o acompanhamento das atividades internas e externa do Grupamento, com o propósito de conhecer as peculiaridades da missão e as condições ambientais e sociais às quais o grupo estava submetido, identificando possíveis fatores estressores. Dentre as atividades externas, a equipe observou a venda e consumo de alimentos em meio a grandes poças de água, esgoto e lixo, com uma população vivendo condições extremamente precárias. Quanto às atividades internas, observou-se a rotina dos militares responsáveis pela manutenção e conservação da Base, bem como as atividades administrativas.

Aspecto cultural – "Entre Mundos"

O choque cultural é, antes de tudo, um desconforto, momento em que o conhecido abre espaço para o inusitado e as certezas hesitam diante de uma cultura diversa e adversa, como é o caso do Haiti. O choque cultural, vivenciado diante de costumes distintos, culturas singulares, um clima inóspito e a complexidade de uma região marcada por conflitos foi profundamente analisado e acolhido pela equipe técnica.

A partir das observações e experiências acumuladas durante a atuação no Haiti, foi possível construir intervenções junto aos militares contextualizadas pelas particularidades locais e pelas dinâmicas sociais que atravessam aquele território, impactando diretamente a vivência e a subjetividade dos militares. Abaixo, segue o registro de uma atividade promovida pelo NAS Itinerante referente à convivência entre diferentes realidades culturais.



Figura 4: Dinâmica de grupo: Entre Mundos

Aspecto financeiro

Uma das principais motivações para a participação na missão, além da experiência e do enriquecimento profissional, era a possibilidade de melhoria na vida financeira da família. Diante disso, alguns militares optavam por permanecer confinados na Base, com o objetivo de economizar recursos financeiros.

O atendimento psicossocial voltado a esses militares mostrou-se imprescindível, diante do desgaste emocional gerado pela rotina a bordo e pelo ambiente inóspito. Nessas ocasiões, trabalhava-se também com os militares reflexões sobre possibilidades de uso do recurso financeiro, expectativas e a importância de alinhar os sonhos pessoais com os da família.

Manejo do estresse diante da realidade encontrada na missão

Foi possível observar, pelas equipes, as diferentes emoções vivenciadas pelos militares ao longo da missão, especialmente, diante das situações de pobreza extrema no país. Lidar com uma população que sofre diversas violações de direitos mobiliza sentimentos diversos, e o trabalho psicossocial é fundamental para evitar que tais emoções interfiram negativamente no andamento da missão e no trato com a população local.

Nesse contexto, as atividades voltadas ao manejo do estresse tornaram-se essenciais para garantir que a interação com a população se mantivesse dentro dos limites legais, evitando posturas radicais – entre o messianismo (a crença de que o militar resolverá todos os problemas sociais) e o fatalismo⁴ (a ideia de que nada pode ser feito). Qualquer uma dessas posturas pode gerar frustração, sendo, portanto, necessário trabalhar os limites e possibilidades reais da atuação naquele território.

Preparação para o retorno

A missão previa o afastamento do militar da família por um período de seis meses. Durante esse tempo, ao se ausentar das funções cotidianas, como a administração do lar e a participação na educação dos filhos, tais responsabilidades passavam a ser assumidas, em geral, por outros membros da família, com destaque para as esposas. O retorno do militar ao convívio familiar, portanto, exigia um processo de readaptação, considerando que, muitas vezes, a dinâmica familiar havia sido reorganizada durante a ausência do militar.

Antecipando tais transformações, as atividades psicossociais promovidas no âmbito do Programa buscaram preparar os militares para as mudanças decorrentes do afastamento. Considerando que as tarefas antes compartilhadas pelo casal passaram a recair, em grande parte, sobre a esposa, foi fundamental abordar os impactos dessa redistribuição de papéis. Tal mudança de postura observada nas esposas pode estar relacionada, inclusive, à fase de preparação do Programa, que enfatizava aspectos ligados ao desenvolvimento da autonomia familiar.

⁴ Os termos utilizados são apropriados da autora Marilda Vilela Iamamoto ao se referir sobre as diferentes posturas profissionais que devem ser evitadas pelo assistente social no seu cotidiano. Dessa forma, as autoras do presente artigo se utilizaram da referida análise para adaptá-los ao cotidiano dos militares.

As experiências vivenciadas ao longo da missão permitiram a identificação de importantes lições relacionadas não apenas ao desempenho operacional dos militares, mas também às implicações psicossociais decorrentes do afastamento prolongado do ambiente familiar. Evidenciou-se que a preparação prévia, por meio de atividades voltadas à reestruturação de papéis dentro da família, é fundamental para minimizar os impactos da ausência do militar e facilitar sua reintegração ao retorno. Além disso, destacou-se a importância do fortalecimento da autonomia e da resiliência dos familiares, especialmente das esposas, que assumem papel central na manutenção da rotina familiar. Tais aprendizados reforçam a necessidade de programas contínuos de apoio psicológico e social, tanto na fase preparatória quanto no pós-missão, como estratégia essencial para o bem-estar integral dos militares e de suas famílias.



Figura 5: Ações realizadas no âmbito da missão de paz no Haiti

Lições aprendidas

Entre as lições aprendidas, destaca-se a necessidade de maior valorização da assistência social em campo, a partir da sensibilização das lideranças militares quanto à relevância do trabalho realizado pelo NAS. As atividades do Núcleo mostraram-se fundamentais ao longo de todas as fases da missão – preparação, apoio e desmobilização, contribuindo diretamente para o bem-estar biopsicossocial dos militares e de seus familiares. Um dos principais papéis desempenhados pela assistência social foi a identificação precoce e o acom-

panhamento de militares em sofrimento psíquico, o que se revelou essencial para a prevenção de quadros mais graves relacionados a questões familiares, financeiras e de saúde mental. Esse suporte ganha ainda mais relevância no contexto das Operações de Paz, conforme descrito na DGPM-501 (8ª Revisão):

No que se refere às Operações de Paz, quando nossos militares são submetidos às diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), faz-se necessário um olhar mais detalhado. Estas missões configuram-se como um instrumento dinâmico, desenvolvido para apoiar os países devastados por conflitos, de modo a criar condições propícias para o restabelecimento da paz. Nesse contexto, exige-se dos militares uma estabilidade emocional que possibilite um automonitoramento de suas ações, bem como uma capacidade significativa de adaptação a situações nunca antes vivenciadas, nas quais precisam, muitas vezes, abdicar de suas próprias necessidades para desempenhar o papel que lhe foi designado (2024, p. 9-1).

Desse modo, tais missões exigem dos militares elevada estabilidade emocional, capacidade de adaptação a contextos adversos e habilidade de abdicar de suas próprias necessidades em prol do cumprimento do dever. Nesse cenário, a atuação do NAS torna-se um instrumento estratégico para a promoção do equilíbrio emocional e social dos militares, contribuindo também para a eficiência das tropas em campo.

Durante a missão, observou-se que a intervenção do NAS também teve papel preventivo no que tange a possíveis conflitos familiares no pós-missão, além de colaborar para a mitigação de riscos financeiros e o enfrentamento do adoecimento mental. Conforme orientações da DGPM-501 (8ª Revisão), é imprescindível que as ações socioeducativas contemplem temas como estresse, motivação, trabalho em equipe, redes de apoio, vulnerabilidades psicoemocionais e aspectos culturais e geográficos do território de missão. Essa abordagem integrada fortalece o aprestamento e a prontidão das tropas.

A presença *in loco* da equipe técnica foi especialmente relevante para o acompanhamento de militares que apresentavam níveis elevados de estresse, com impactos perceptíveis nas relações interpessoais e no desempenho das atividades cotidianas, como observado no contexto da missão no Haiti. Um ponto de destaque foi a temporalidade da intervenção, que tradicionalmente ocorria na metade da missão, momento em que os militares já acumulam experiências intensas, manifestam saudade da família e apresentam sinais de desgaste emocional. Nessas ocasiões, as atividades do NAS abordaram temas como o distanciamento familiar, o enfrentamento de dificuldades pessoais e a vivência da realidade local,

frequentemente marcada pelo pauperismo. Os relatos dos militares evidenciaram que esses momentos também funcionavam como espaços de descontração e alívio emocional, fortalecendo o vínculo entre os participantes e a equipe técnica.

Um aspecto relevante a ser destacado refere-se à temporalidade da atuação da equipe. Observa-se que a intervenção pontual, realizada por profissionais que não permanecem de forma contínua na missão, possibilita uma contribuição mais crítica e apurada quanto à identificação das especificidades do ambiente. Isso ocorre porque esses profissionais não estão imersos cotidianamente na realidade local, o que os distancia de processos de naturalização e automatização de práticas que, por sua frequência, tendem a ser naturalizadas. Nessa perspectiva, é possível considerar que a permanência prolongada em um mesmo contexto pode produzir o que se denomina “*olhar viciado*”, ou seja, uma percepção insensibilizada diante de situações que demandam problematização e intervenção.

A atuação pontual, portanto, permite o exercício de um olhar diferenciado – denominado por vezes de “*olhar estrangeiro*” – capaz de captar nuances e contradições que passam despercebidas por aqueles que se encontram inseridos rotineiramente no cenário. Tal olhar contribui para uma intervenção mais qualificada, crítica e ética, ao promover o estranhamento necessário frente às práticas naturalizadas. Assim, a ausência de uma convivência prolongada favorece a problematização das dinâmicas do cotidiano, evitando que o olhar técnico se acomode diante de situações que exigem atenção e intervenção qualificada.

Conclui-se, portanto, que a atuação do NAS foi decisiva para reduzir os impactos psicossociais do afastamento dos militares de suas famílias, além de oferecer subsídios importantes para a sistematização do conhecimento e o aprimoramento das práticas da assistência social no contexto das missões. As experiências acumuladas indicam que o fortalecimento e a valorização dessa atuação, especialmente com apoio das lideranças, constituem estratégias indispensáveis para o êxito das futuras operações.

Referências

- BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. **DGPM-501: Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil**. 8ª Revisão. Rio de Janeiro: DGPM, 2024.
- BEZERRA, Ricardo. **Missão Haiti: 7 lições de liderança**. Barueri, SP: Figurati, 2019.
- GPTOPFUZNAV-HAITI. **Revista Informativo Pou La Pé**, edição nº 5, Porto Príncipe-Haiti, p. 6, outubro de 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Prática social: a ultrapassagem do fatalismo e do messianismo na prática profissional**. 13 ed. São Paulo: Cortez, p. 133-139, 2013.
- LOUREIRO, Cesar Lopes; FERNANDES, Joelma de Elizeu. O Haiti sob enfoque da Família Naval. **O Anfíbio**: revista do Corpo de Fuzileiros Navais, v. 35, p. 26-31, 2017.

PÔSTER 5

Assistência Social Itinerante: o bem-estar dos militares em missão e a manutenção do poder combatente – uma análise da comissão do Destacamento do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade

Priscila Rocha Mendonça da Frota¹

Camilla Garcino da Silva²

Rebecca Jaccoud Amaro Figueiredo³

Resumo

Este artigo analisa a atuação do Serviço de Assistência Social da Marinha na comissão do Destacamento do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade, por meio de equipe itinerante. O estudo demonstra a contribuição da assistência social para a manutenção do poder combatente, ao fortalecer a saúde mental e desenvolver estratégias frente às adversidades do ambiente operacional isolado.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social Militar; Saúde Mental; Clima Organizacional; Poder Combatente; Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade.

Introdução

A atuação das Forças Armadas em ambientes operacionais adversos exige não apenas preparo técnico e físico, mas também suporte psicológico e social adequados. A Marinha do Brasil (MB), por meio do Serviço de Assistência

¹ Capitão-Tenente da Marinha do Brasil. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Saúde pelo Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Atualmente, serve no Serviço de Assistência Social da Marinha. Email: Priscila.frota@marinha.mil.br.

² Primeiro-Tenente da Marinha do Brasil. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto. Mestre em Serviço Social pela UERJ. Atualmente, serve no Serviço de Assistência Social da Marinha. E-mail: camilla.gracino@marinha.mil.br.

³ Primeiro-Tenente da Marinha do Brasil. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Gestão de Projetos Sociais pela Faculdade Futura. Especialista em Competências Profissionais e Direitos Sociais pela Faculdade Futura. Atualmente, serve no Serviço de Assistência Social da Marinha. E-mail: rebecca.figueiredo@marinha.mil.br.

Social da Marinha (SASM), tem desenvolvido ações voltadas à promoção da saúde integral dos militares e de seus familiares, reconhecendo que o bem-estar da tropa é elemento fundamental para a manutenção do poder combatente. O presente artigo analisa as ações implementadas, no âmbito do Programa de Atendimento em Missões, durante a comissão do Destacamento do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade, em agosto de 2024, sob essa ótica, destacando os efeitos positivos da assistência social itinerante.

O SASM e o Programa de Atendimento em Missões

O SASM é uma Organização Militar da Marinha do Brasil, subordinada à Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), situada no Complexo do Comando do 1º Distrito Naval (Com1ºDN), no Rio de Janeiro, e realiza atividades voltadas à Assistência Social. Suas principais tarefas são: prestar assistência social, jurídica e psicológica aos militares e servidores civis das Organizações Militares (OM) assistidas, aos veteranos, bem como a seus dependentes e pensionistas.

Atualmente, o SASM é o maior órgão de execução do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM) e é composto por uma equipe interdisciplinar que presta assistência social, jurídica e psicológica às tripulações de 93 OM, localizadas na área do 1º Distrito Naval (DN) e no exterior. Adicionalmente, é referência de atendimento aos veteranos (militares na reserva e reformados), servidores civis aposentados do Comando da Marinha e pensionistas da área do Com1ºDN, totalizando um público em potencial de aproximadamente 180 mil usuários. A equipe do SASM é formada por oito assistentes sociais, três psicólogas e um bacharel em Direito, além de pessoal de apoio, gestão, diretoria e setor administrativo.

O SASM executa os sete programas da Assistência Social da Marinha, por meio das Normas sobre a Assistência Social na MB (DGPM-501, BRASIL, 2024a). Entre eles, destaca-se o Programa de Atendimento em Missões, que tem como objetivo orientar a atuação da Assistência Social no ambiente de missões, no que se refere ao atendimento, preparação e apoio de militares e servidores civis quando empregados em operações reais ou em exercícios, bem como no suporte às suas famílias em eventuais intercorrências. O programa também contempla orientações quanto às demandas sociais, psicológicas e jurídicas.

A Comissão Destpoit e o SASM Itinerante 2024

O Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT) constitui um destacamento isolado do Com1ºDN. Situada na extremidade oriental da Cadeia Vitória-Trindade, a ilha configura-se como um território geograficamente remoto, de difícil acesso e com significativas limitações estruturais.

O Destacamento do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (DestPOIT) é tripulado por cerca de 36 militares, sendo 33 praças de diversas especialidades e três oficiais (Chefe, Ajudante do Chefe e um médico). As trocas de turma ocorrem a cada dois meses, com a substituição de 50% do contingente, permitindo a passagem de serviço entre os grupos. O tempo de permanência dos militares na Ilha é de quatro meses para algumas especialidades e dois meses para outras.

Entre as atribuições do destacamento, destacam-se: assegurar a presença nacional naquela porção do território, contribuindo para a ampliação da Zona Econômica Exclusiva brasileira; realizar observações meteorológicas; executar ações de vigilância; cooperar com o monitoramento do tráfego marítimo e com a preservação ambiental, entre outras. O DestPOIT também oferece apoio logístico para a realização de pesquisas científicas em parceria com universidades públicas e órgãos governamentais de proteção ambiental.

O SASM realiza o acompanhamento contínuo da missão DestPOIT e busca, por meio da proximidade com as tripulações designadas, identificar e intervir em aspectos sociais, psicológicos e jurídicos que possam comprometer o desempenho dos militares, com o objetivo de subsidiar ações preventivas. Tais tarefas estão em consonância com o Plano de Assistência Social da Marinha (PASM), que apresenta como uma das diretrizes de atuação da assistência social na MB o “foco na prevenção”:

Tendo como propósito maior a promoção da qualidade de vida da Família Naval, recaem sobre o SiASM demandas socioassistenciais que englobam uma vasta gama de questões, como: prevenção à dependência química; preparação para a reserva/aposentadoria; atenção à pessoa idosa e à pessoa com deficiência; vulnerabilidade social decorrente de dificuldades financeiras; dentre outras. (PASM, 2020, p. 26).

Ademais, o acompanhamento visa também à divulgação da Assistência Social nos meios operativos, considerando que os militares empregados em navios e destacamentos frequentemente enfrentam dificuldades de acesso às estruturas assistenciais da Força, devido ao afastamento geográfico.

Considera-se, portanto, que a equipe interdisciplinar do SASM deve empenhar-se em compreender a realidade de seu público, com o intuito de avaliar e planejar estratégias mais adequadas para a implementação dos programas, por meio de projetos e planos de intervenção voltados aos militares assistidos. Conforme Coelho (2010), o conhecimento da realidade implica o desvelamento da aparência para apreender a essência, a fim de capturar as mediações que conectam os complexos sociais constitutivos e constituintes da totalidade do ser social.

Dentre as possibilidades de atuação dos Núcleos de Assistência Social (NAS) da Marinha no Programa de Missões, destaca-se o NAS Itinerante. Essa é uma modalidade de atuação in loco nas missões, que conta com a presença de uma equipe técnica de referência, cuja composição deve ser adequada às demandas da missão. A ação pode ser desenvolvida por meio de atendimentos individuais, trabalhos em grupo, gerenciamento do estresse, entre outras estratégias, podendo ser empregada a partir do embarque em missões operativas, apoio aos contingentes de operações de paz, acompanhamento de tropas em manobras, dentre outras situações.

Nesse contexto, entre os dias 1º e 11 de agosto de 2024, o SASM realizou a ação denominada “SASM Itinerante”, com o objetivo de conduzir uma análise situacional da missão DestPOIT. Aproveitou-se a comissão de abastecimento que ocorre bimestralmente, realizada com o apoio do Navio Patrulha Oceânico Amazonas (NpaOcAmazonas), como oportunidade para a execução da atividade. Na ocasião, foram designadas uma assistente social e uma suboficial para exercer atividades de apoio. Vale destacar, que esta ação vem sendo realizada anualmente, sempre com um assistente social e outro profissional, que pode ser um psicólogo ou uma praça.



Figura 1 Posto Oceanográfico Ilha da Trindade

Ações desenvolvidas e demandas apresentadas

Durante os 11 dias de comissão, foram executadas diversas atividades pela equipe, a fim de cumprir os objetivos definidos para o SASM Itinerante. Conforme defende GUERRA,

buscou-se, no planejamento, tratar a instrumentalidade como uma mediação, não só visando uma atuação profissional crítica e competente, como também, por meio dela, negar a ação puramente instrumental, imediata e espontânea, mas reelaborá-la em nível de respostas socioprofissionais. Esse movimento intenciona ir além da mera requisição instrumental-operativa ao atender às demandas dos usuários e da instituição, mas qualificar-se para novas competências e buscar novas legitimidades. Ou seja, uma ação profissional que se desenvolva para além de sua eficiência operativa e seja comprometida eticamente com a mudança da realidade social. (GUERRA, 2007, p.12).

O planejamento das ações visou trabalhar com três temas principais junto às tripulações atendidas: promover o conhecimento sobre os programas da Assistência Social e facilitar o acesso dos militares; prevenção e educação em saúde mental; e fortalecer os vínculos familiares frente ao afastamento geográfico inerente à missão no POIT.

Nesse contexto, as ações alcançaram um total de 122 militares, por meio das seguintes atividades:

- a) Palestras de Divulgação da Assistência Social e Gerenciamento do Estresse;
- b) Distribuição de material socioeducativo – cartilhas sobre prevenção ao suicídio, educação financeira e integração das mulheres nos meios operativos;
- c) Rodas de conversa com as tripulações do POIT;
- d) atendimentos individuais para orientação e encaminhamento a serviços e programas intra e extra-Marinha;
- e) Pesquisa de campo sobre condições de conforto e clima organizacional do POIT, por meio de observação participante e abordagem; e
- f) Evento alusivo ao Dia dos Pais, com transmissão de vídeo de familiares e entrega de presentes, realizado com o incentivo e apoio da DASM.



Figura 2 Roda de conversa com a tripulação do DestPOIT a bordo do Navio Patrulha Oceânico Amazonas

Limites e possibilidades

Entre os principais desafios da atuação em ambientes operativos está a compatibilização das atividades propostas com os períodos disponíveis na rotina de trabalho do navio, o que dificulta o contato da equipe técnica do SASM com os militares. Além disso, a realização de palestras também depende das condições do mar. De forma semelhante, com a chegada do navio à Ilha da Trindade, é imediatamente iniciada a “faina⁴” de abastecimento do Posto Oceanográfico, o que envolve toda a tripulação, tanto do navio quanto do POIT. A referida “faina” demanda atenção integral e elevado esforço físico por parte dos militares diretamente envolvidos.

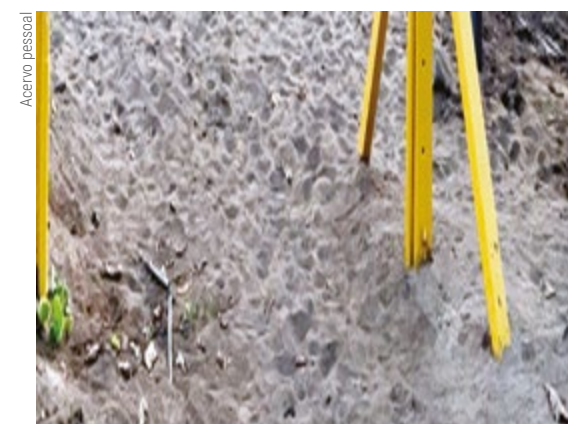


Figura 3 “Faina” de Abastecimento do POIT

Não obstante, a observação *in loco* das condições e rotinas de trabalho é essencial para que a equipe técnica do SASM identifique oportunidades de aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Atendimento em Missões. A investigação no âmbito do exercício profissional fornece elementos fundamentais para a compreensão e explicação da realidade, além

⁴ Fainas são os trabalhos e tarefas executados pela tripulação.

de se configurar como meio de resposta aos desafios colocados à profissão, num “esforço no sentido de viabilizar uma produção de conhecimentos que permita ultrapassar as práticas espontâneas e as reflexões que se confinam em ações pontuais”, como destaca BAPTISTA (2006, p. 43).

Nesse sentido, a comunicação direta com as chefias e seus imediatos foi essencial para encontrar os horários e oportunidades de diálogo com as tripulações (NpaOcAmazonas e DestPOIT), bem como para viabilizar a estrutura e a divulgação necessária à realização das palestras. A intervenção junto à tripulação do DestPOIT, por sua vez, foi realizada de forma breve, no período da noite, e por meio de abordagem da profissional durante os momentos de descanso e intervalos das tarefas. Cabe, portanto, ao profissional, ciente de sua relativa autonomia, identificar os limites e, principalmente, as possibilidades da atuação profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 738).

Divulgação da Assistência Social

No decorrer das atividades, foi possível sistematizar os principais aspectos sociais identificados e as demandas apresentadas pelas tripulações da seguinte maneira:

- a) esclarecimentos e orientações sobre os Programas executados pelo SASM, principalmente – Programa de Permanência, Movimentação ou Remoção por Motivo Social, Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, Programa de Atendimento em Missões e Programa de Apoio Socioeconômico⁵;
- b) percebeu-se que ainda há necessidade de aprimorar a fase de apoio durante o afastamento dos militares, diante da demanda por atendimento social e psicológico demonstrada pelos militares destacados; e
- c) identificou-se a necessidade de maior aproximação com os meios operativos, devido ao desconhecimento dos Programas executados pela Assistência Social da Marinha.

As demandas identificadas reforçam a reflexão trazida por IAMAMOTO (2008, p. 323) sobre a imagem do assistente social ainda ser, muitas vezes, associada a práticas filantrópicas ou assistencialistas, o que esvazia o caráter crítico e interventivo da profissão. Nesse sentido, a presença desse profissional nos meios operativos configura-se como oportunidade não só para a garantia de acesso dos militares aos direitos, serviços e benefícios, mas como uma ação de cunho pedagógico, ao estimular a reflexão sobre seu lugar na instituição e na sociedade.

⁵ Programas normatizados pela DGPM-501 (8ª Rev.) Normas para Assistência Social na Marinha.

Identificação dos fatores estressores e prevenção em saúde mental

No que tange ao clima organizacional e à prevenção em saúde mental, a experiência do SASM Itinerante 2024 proporcionou a oportunidade de compreensão da realidade dos militares na missão. De acordo com CHIAVENATO (2014), o conceito de clima organizacional foi criado originalmente para descrever a atmosfera social predominante na organização, bem como as percepções, sentimentos e atitudes das pessoas a respeito de processos sociais.

Verificou-se, por meio da abordagem e da observação, uma elevada motivação inicial entre os grupos, diretamente relacionada à oportunidade de participação em uma missão de grande relevância institucional. Os militares são voluntários e aguardam por cerca de dois anos para serem efetivamente convocados para a comissão, após passarem por um processo seletivo e por uma inspeção de saúde criteriosa. Portanto, é perceptível a motivação dos grupos recém-chegados à ilha.

Observa-se que a troca de grupos na Ilha pode ser um momento sensível para o clima organizacional. Os grupos que já estão na ilha apresentam um nível menor de motivação, embora não o suficiente para prejudicar a realização das tarefas demandadas. No entanto, a saída de um grupo e chegada de novos integrantes requer um novo esforço de adaptação. Nesse sentido, é necessária atenção especial ao grupo que permanece por quatro meses e está na metade do período da comissão. Verifica-se, portanto, o que é afirmado por CHIAVENATO (2014): o clima organizacional está relacionado ao nível de motivação dos trabalhadores, uma vez que representa a percepção coletiva sobre o funcionamento do ambiente laboral, influenciando diretamente as atitudes e comportamentos dos indivíduos nesse contexto.

O esforço para entender os fatores de estresse é essencial como ponto de partida para um trabalho de prevenção em saúde mental. Conforme OBRENOVIC et al. apud SANTOS e FERREIRA (2020, p. 28): “reconhecer os agentes estressores ocupacionais e oferecer um ambiente de trabalho que acrescente experiências emocionais e positivas aos trabalhadores podem influenciar a equipe e toda a organização como uma “espiral ascendente”.

Dessa forma, realizou-se o levantamento dos principais fatores estressores característicos da missão DestPOIT, cuja sistematização visa estimular a reflexão durante o processo de preparação para a comissão. Intenciona-se que, junto aos militares designados, haja apropriação das informações que os incentivem ao comportamento preventivo. Dentre os pontos identificados, destacam-se:

- a) refletir sobre os impactos dos aspectos geográficos e climáticos da Ilha, bem como reforçar a missão operativa do POIT, a natureza das atividades ali executadas e os desafios relacionados à falta de privacidade e limitação de recursos;

- b) realizar orientações sobre atenção durante as trocas de grupo e chefia, e os possíveis impactos no clima organizacional;
- c) incentivar o contato prévio com os militares que irão substituir na Ilha, com o objetivo de antecipar a passagem de serviço e possibilitar uma preparação mais adequada às funções que serão assumidas, dada a especificidade das atividades realizadas no local; e
- d) reforçar a compreensão sobre o apoio prestado aos pesquisadores e as diferenças de cultura organizacional entre a Marinha do Brasil e as universidades.



Figura 4 Tripulação do DestPOIT e pesquisadores

Ainda sobre essa temática, identificou-se a oportunidade de abordar, junto às chefias de cada grupo, os seguintes aspectos nos processos de preparação:

- a) incentivo, por parte das chefias, à realização de momentos de lazer e integração em grupo, como a retomada de eventos esportivos que os militares denominaram de “OlimPOIT”, com atividades recreativas e gincanas, visando favorecer a coesão do grupo, principalmente entre “cabritadas⁶” diferentes;
- b) estimular, no momento da assunção da função, uma transição gradual no estilo de liderança, a fim de facilitar o esforço de adaptação da tripulação a cada troca de grupo.

Esses conteúdos foram incorporados aos processos de preparação dos grupos subsequentes ao SASM Itinerante 2024. Ademais, com o objetivo de monitorar o clima organizacional, será realizada nova verificação desses fatos no próximo SASM Itinerante, em 2025.

⁶ Cabritada: nome informal dado aos grupos que se revezam a cada dois meses. Os militares que cumprem comissão por 4 meses convivem com 2 grupos diferentes que ficam por 2 meses cada. A troca dos grupos requer um processo de adaptação.

Fortalecimento de vínculos em situação de afastamento familiar

A atuação do SASM junto às famílias de militares em situação de afastamento decorrente de missões operativas em localidades remotas inicia-se no momento da preparação, com a realização de entrevista para levantamento da situação sociofamiliar do militar e a identificação das redes de apoio em que a família está inserida. Neste momento, também são oferecidas orientações com o objetivo de estimular a autonomia antes, durante e após a comissão. Conforme MIOTO (2010, p. 174):

os processos sócio-assistenciais correspondem às ações profissionais desenvolvidas diretamente com as famílias. Sua lógica reside em atendê-las enquanto sujeitos e não como objetos terapêuticos. Assim, busca-se responder às suas demandas/necessidades numa perspectiva de construção da autonomia. Autonomia que lhes permitam um engajamento ativo (...).

Durante a comissão, no entanto, é necessário buscar estratégias voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares. Tais estratégias visam minimizar os efeitos da separação prolongada e da distância física, frequentemente associadas ao aumento de tensões emocionais, sentimentos de solidão e desafios na organização da rotina familiar.

Tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a centralidade da família no âmbito da Assistência Social parte do pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir é necessário, em primeiro lugar, garantir condições para tal. O SASM Itinerante é uma oportunidade para realizar ações que promovam o sentimento de pertencimento, mesmo vivenciando a distância física. Ao reconhecer a família como unidade central de proteção social, independente de suas diversas formas de composição, busca-se preservar sua coesão, mesmo diante das exigências impostas pela natureza da carreira militar.

Nesse sentido, com o apoio e orientação da DASM, foi realizada, durante a comissão, a exibição de um vídeo com mensagens enviadas pelos familiares aos militares e entrega de um presente simbólico, em um momento de confraternização. A mesma ação foi realizada, simultaneamente, com a tripulação do Grupo Base da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)⁷.

⁷ A EACF é a base brasileira na Antártica, situada em um território geograficamente remoto, de difícil acesso e sujeito a severas limitações climáticas. Localiza-se na Península Keller, na Baía do Almirantado, Ilha Rei George, no arquipélago das Shetland do Sul, na latitude 62°05' Sul e longitude 058°24' Oeste. Inaugurada em 1984 e reconstruída após um incêndio ocorrido em 2012, a estação constitui um relevante centro de pesquisas científicas, com atuação estratégica no contexto polar.

Como forma de entender a percepção dos militares, quanto à ação executada, foram feitas perguntas abertas e registradas em vídeo. Destacamos algumas das diversas falas que demonstram o resultado positivo da ação:

“Sentimos o calor e o carinho dos nossos filhos”

“Esse gesto nos faz sentir mais próximos”

“Parabéns pela iniciativa! Que ela se repita em outros lugares, por que na Marinha temos muitas missões isoladas como essa”

“Ações como essa são muito importantes, isso motiva e nos dá um acalanto”

A experiência demonstra o argumento trazido por LAZARUS e FOLKMAN, apud UMANN (2017, p.82): “Assim, o suporte recebido da família e da sociedade em geral pode minimizar o estresse ocupacional por funcionar como uma estratégia de enfrentamento que minimiza os efeitos dos eventos estressores do trabalho”.



Figura 5 “Cabritadas” na ação alusiva ao Dia dos Pais no POIT

Ações empreendidas após o SASM Itinerante

Como fruto do trabalho contínuo junto ao DestPOIT, além do referido aprimoramento do processo de preparação, o SASM realizou as seguintes ações:

- a) ampliação do apoio psicossocial por meio de atuação contínua, com a criação de linha telefônica para contato direto dos militares destacados com o SASM durante a missão. Ademais, o SASM implementou a prática de realizar busca ativa aos militares, remotamente, como forma de manter o canal de comunicação com a assistência social aberto e contínuo; e

- b) desenvolvimento de material informativo sobre a missão POIT, a partir das informações coletadas durante o SASM Itinerante.

Adicionalmente, observou-se a necessidade de que a Força mantenha atenção às condições físicas dos alojamentos e áreas de lazer. A construção de novo alojamento, em planejamento pelo Comando do 1º Distrito Naval, evidencia a preocupação institucional com a habitabilidade e bem-estar das tropas.

Considerações Finais

A presença da equipe itinerante, mesmo que breve, permitiu intervenções assertivas, identificação de demandas reais e proposição de soluções com potencial de transformar a vivência operacional.

Ao considerar que o conceito de poder combatente engloba não apenas a capacidade material e operacional das tropas, mas também sua coesão moral, motivação e resiliência, conclui-se que a Assistência Social pode contribuir de forma consistente como suporte essencial. Nesse sentido, por meio de ações itinerantes durante missões operativas, a assistência social pode promover intervenções que favorecem a saúde mental, a adaptação às condições do meio, prevenção e manejo de situações de estresse, bem como o fortalecimento de vínculos. Tais ações são consideradas essenciais para o bem-estar dos envolvidos, e, de modo indireto, para a manutenção da prontidão e do poder combatente da tropa.

Assim, a valorização da dimensão humana nas missões é um tema que requer maior atenção e uma demanda percebida no âmbito dos meios operativos. Nesse cenário, o SASM assume papel fundamental ao articular cuidado, escuta qualificada e intervenção social ao cumprimento da missão.

Referências

- BAPTISTA, M. V. **A investigação em Serviço Social**. Lisboa; São Paulo: CPIHTS, 2001.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2005.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.
- GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Distrito Federal: CFESS/ABEPSS-UNB, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. **Normas sobre Assistência Integrada na Marinha do Brasil - DGPM – 501**. 8ª Rev. Rio de Janeiro: DGPM, 2024a.

BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. **Plano de Assistência Social da Marinha**. Rio de Janeiro: DGPM, 2020.

MIOTO, R. C. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Serviço Social em Revista, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 163–16, 2010.

SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM DESEMPENHO HUMANO OPERACIONAL (3.: 2021: Rio de Janeiro). **Anais do III Seminário de Pesquisas em Desempenho Humano Operacional**. Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea, 2021. Organização: Helder Guerra de Resende; Gilberto Pivetta Pires.

UMANN, J. **Resiliência, estresse ocupacional, capacidade para o trabalho e presenteísmo em militares do Exército Brasileiro atuantes em uma corporação do Rio Grande do Sul**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Porto Alegre, 2017.

PÔSTER 6

O Programa de Valorização da Vida como ferramenta de manutenção do poder de combate no Exército Brasileiro

Suzanne Távora Alencar de Oliveira¹

Leonardo de Almeida Pinto²

Resumo

A saúde mental é um desafio crescente na saúde pública e, no meio militar, agrava-se por fatores específicos. O Programa de Valorização da Vida, instituído em 2016, visa prevenir suicídios e promover saúde mental. Este estudo analisa ações do Programa (2023-2025), seus impactos e avanços na cultura preventiva militar.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Prevenção ao suicídio; Programa de valorização da vida; Sistema de Assistência Social; Exército Brasileiro.

Introdução

Desde a década de 1980, a saúde mental consolidou-se como um dos principais desafios de saúde pública global, devido à alta prevalência de sofrimento psíquico, impacto funcional sobre os indivíduos e expressivos custos sociais e econômicos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 970 milhões de pessoas conviviam com transtornos mentais em 2019, com predomínio dos quadros depressivos e ansiosos (OMS, 2022; OPAS, 2022).

Partindo dos dados dos principais órgãos públicos que fazem vigilância sobre saúde mental, estima-se que, anualmente, mais de 720 mil pessoas morram por suicídio em todo o mundo, o que corresponde a uma taxa global de mortalidade padronizada de 9,2 por 100 mil habitantes (OMS, 2025).

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Psicopedagogia pela Associação Educacional Dom Bosco. Atualmente, serve na Diretoria de Assistência ao Pessoal. Email: suzanne.tavora@eb.mil.br.

² Segundo-Tenente do Exército Brasileiro. Graduado em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Veiga de Almeida. Atualmente, serve na 1ª Região Militar. Email: leonardo.almeida@eb.mil.br.

No cenário brasileiro, o Ministério da Saúde explica que, embora a taxa de suicídio esteja abaixo da média mundial, os dados revelam um crescimento contínuo, passando de 4,2 por 100 mil habitantes em 2000 para 7,4 em 2021. O suicídio é apontado, ainda, como a segunda principal causa de morte entre adolescentes de 15 a 19 anos e a quarta entre jovens de 20 a 29 anos (BRASIL, 2024a).

No âmbito das Forças Armadas, a questão da saúde mental adquire contornos ainda mais delicados, considerando-se as especificidades da atividade militar: intensas exigências físicas e psicológicas, acesso a meios letais e distanciamento dos vínculos familiares. Somada à cultura organizacional que associa sofrimento psíquico à fraqueza, o medo da estigmatização relacionado aos transtornos mentais constitui fator estressor adicional no contexto militar, potencializando a vulnerabilidade psicossocial dos militares e dificultando a expressão do sofrimento e a busca por ajuda qualificada (HOGE et al. 2004, p.15).

Outro fator de vulnerabilidade relevante refere-se ao perfil demográfico do Exército Brasileiro (EB): majoritariamente composto por homens jovens entre 19 e 29 anos (mais de 72% do efetivo de militares da ativa - Base de Dados Corporativa de Pessoal - BDCP), grupo que, segundo diversos estudos epidemiológicos, apresenta as maiores taxas de suicídio e adoecimentos psíquicos. Diante dessa realidade, é imperativo reconhecer que estratégias de saúde mental devem considerar a complexidade do sofrimento psíquico e as especificidades institucionais e culturais dos grupos envolvidos.

No âmbito do Exército Brasileiro, os cuidados com a saúde mental são coordenados pela Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP), em conformidade com as Diretrizes do Comandante do Exército 2023-2026, com destaque para as ações voltadas ao fortalecimento da Família Militar. Tal orientação está expressa no item 14 do referido documento: “Fortalecer as ações voltadas para o bem-estar da Família Militar, a fim de ampliar a coesão e satisfação do público interno, otimizando o Sistema de Assistência Social [...]” (BRASIL, 2023g, p.29).

Nesse contexto, o conceito de Família Militar é claramente definido pelo próprio Exército Brasileiro como:

[...] os militares, da ativa e veteranos, os servidores civis, ativos e aposentados, e os respectivos dependentes e pensionistas, todos vinculados ao Comando do Exército. Esta é a FAMÍLIA MILITAR! (BRASIL, 2023d, p.8).

Sob essa orientação, ações preventivas e de promoção da saúde mental tornaram-se um dos focos estratégicos das políticas institucionais da DAP.

Nesse contexto, uma ferramenta fundamental para a operacionalização dessas ações preventivas é o Programa de Valorização da Vida (PVV),

que atua como instrumento normativo para o planejamento, coordenação e execução das iniciativas socioassistenciais previstas no Plano de Assistência Social do Exército (PASEx). O PVV representa um marco na institucionalização do cuidado psicossocial, contribuindo para a construção de um ambiente militar mais acolhedor, resiliente e comprometido com o bem-estar biopsicossocial de seus integrantes.

O Programa foi estruturado com o objetivo de desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde mental, e “orienta a realização de atividades que contribuam para o equilíbrio das funções mentais necessárias para o enfrentamento e a superação de estados psíquicos de vulnerabilidade” (BRASIL, 2023d, p.5).

Na promoção da saúde mental, são orientadas atividades educativas, grupos de apoio, campanhas institucionais e disponibilidade de orientação especializada.

O presente estudo tem como objetivos apresentar dados quantitativos que possibilitem o mapeamento e a análise da produção de materiais socioeducativos desenvolvidos no âmbito do Programa de Valorização da Vida (PVV), no período de 2023 a 2025, e avaliar a proporção da população-alvo efetivamente exposta às intervenções propostas. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa e descritiva, com tratamento estatístico dos dados, envolvendo também a análise documental referente às ações socioassistenciais desenvolvidas como atividade de promoção à saúde mental.

Para tanto, abordaremos o tema sob três aspectos principais: a contextualização histórica e normativa do PVV; a reestruturação do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx); e a análise da produtividade e do alcance do PVV como programa de ações preventivas em saúde mental.

Apresentação da linha do tempo do Programa de Valorização da Vida

Antes da formalização do PVV por meio de Portarias, o Exército Brasileiro (EB) já empreendia iniciativas pontuais voltadas à promoção da saúde mental, como campanhas internas de prevenção ao suicídio, palestras educativas e atendimentos psicossociais. Contudo, essas ações apresentavam limitações quanto à padronização, à abrangência territorial e à efetividade, exigindo a construção de uma política institucional estruturada e integrada.

Diante do cenário de complexidade e da necessidade de promoção da saúde mental dos militares, o EB assumiu o compromisso com os integrantes da Força ao elaborar e implementar ações que priorizassem essa dimensão do cuidado. Nessa perspectiva, o Exército adotou uma postura pioneira ao criar o Programa de Valorização da Vida (PVV), instituído pela Portaria nº 893-Cmt Ex, de 25 de julho de 2016. Posteriormente, essa portaria foi substituída pela nº 151-DGP, de 4 de agosto de 2016, que aprovou as Instruções Reguladoras

(IR) do PVV no âmbito do Comando do Exército, estabelecendo diretrizes voltadas à promoção da saúde mental, à prevenção do suicídio e ao fortalecimento do apoio psicossocial dentro da instituição.

A implementação do programa fundamentou-se em dispositivos legais e institucionais existentes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) e documentos estratégicos do Exército como a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que institui o Estatuto dos Militares, e a Portaria nº 114/DGP, de 4 de julho de 2016, que aprova as Instruções Reguladoras para o funcionamento do SASEx. A criação do PVV consolidou, ao longo dos anos, uma cultura voltada à escuta ativa, ao cuidado e à oferta de suporte emocional aos integrantes da Força Terrestre.

Com diretrizes específicas voltadas à prevenção, acolhimento e intervenção precoce, o programa passou a ser um importante instrumento de cuidado coletivo e individual, alinhando-se às diretrizes de saúde mental definidas pela OMS. A promoção da qualidade de vida, o fortalecimento dos laços afetivos e a proteção da vida humana figuravam entre os objetivos principais das Instruções Reguladoras.

Em 19 de setembro de 2023, o PVV foi atualizado pela Portaria DGP/C Ex nº 460, que revogou a normativa anterior, reafirmando sua relevância como programa permanente no âmbito do SASEx. Essa atualização introduziu aperfeiçoamentos significativos, como a adequação ao PASEx 2023-2026, o fortalecimento do papel das Regiões Militares como instâncias executoras e a ampliação das ações voltadas à prevenção, à intervenção e à pós-venção. O PVV passou a ser orientado por quatro objetivos estratégicos definidos no PASEx:

Prevenir o uso abusivo de álcool e outras drogas entre os integrantes da família militar; prevenir os casos de suicídio e automutilação entre os integrantes da família militar; reduzir os estados mentais de risco para transtornos mentais e comportamentais entre os integrantes da família militar; e promover o cuidado com a saúde mental. (PASEx 2023–2026, 2023d, p.10).

Esses objetivos visam fortalecer uma abordagem sistêmica e integrada, com foco no cuidado em saúde mental como elemento essencial para o bem-estar da tropa. Essas iniciativas adotadas a partir de 2016, têm estabelecido uma base sólida para a promoção do PVV, que por meio da sua implantação consolidou o compromisso institucional com o tema.

Nesse sentido, diversas ações têm sido executadas em âmbito nacional, tais como: a capacitação continuada de psicólogos, assistentes sociais, comandantes e militares em temáticas relacionadas à saúde mental e à prevenção ao suicídio; a criação de núcleos de apoio psicossocial nos comandos regionais; a realização de

campanhas educativas, como o “Setembro Amarelo” e o “Janeiro Branco”; a implantação de protocolos voltados ao acolhimento e à escuta qualificada; a produção de materiais informativos (cadernos de orientação, folders e vídeos) referentes à Capacitação PEL (Pergunte, Escute e Leve), ao Meu Canga e aos programas de prevenção ao suicídio, à dependência de jogos de aposta e ao abuso de álcool e outras substâncias psicoativas; o monitoramento estatístico de indicadores de saúde mental; e a melhoria do fluxo de atendimento em situações de crise.

Essas ações reafirmam e evidenciam o papel institucional do Exército Brasileiro como agente ativo na promoção da saúde mental de seus integrantes, promovendo a conscientização e a criação de redes de apoio internas. Ainda que persistam desafios significativos, como o estigma cultural que envolve a saúde mental, observa-se, ao longo do tempo, uma evolução positiva desde a implementação do programa, com aumento na procura por serviços de apoio psicológico e fortalecimento da atuação preventiva dos comandos militares. Além disso, nota-se maior envolvimento da cadeia de comando na promoção do bem-estar da tropa, o que sinaliza uma transformação paradigmática em andamento.

O Programa de Valorização da Vida a partir da reestruturação do SASEx

Historicamente, a assistência social no Brasil evoluiu de ações isoladas e filantrópicas para uma política de caráter universalista. Como política pública, exerce papel fundamental na mitigação da pobreza, na garantia dos direitos básicos e na ampliação da universalidade desses direitos. Tal percurso também é observado no âmbito das Forças Armadas, inclusive no Exército Brasileiro. Inicialmente fragmentadas, as ações assistenciais evoluíram para uma estrutura sólida voltada ao público interno e ao fortalecimento da família militar (CARNEIRO, 2021).

Essa estruturação da assistência social no Exército Brasileiro (EB) foi favorecida pelo entendimento de que seu patrimônio mais valioso é a dimensão humana, conforme ressaltado no Plano Estratégico do Exército de 2024 - 2027, o qual especifica, como ação estratégica, a implantação e a otimização do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx) (BRASIL, 2023b).

A Portaria EME nº 969, de 9 de fevereiro de 2023, que institui a Diretriz de Pessoal do Exército Brasileiro (2023–2027), reafirma e reconhece que o verdadeiro poder do Exército reside nas pessoas que o compõem, militares da ativa, veteranos, servidores civis e seus respectivos dependentes, que representam o principal capital humano da instituição. Seu fortalecimento envolve ações voltadas ao desenvolvimento de recursos humanos, com vistas a ampliar a capacidade institucional do Exército para o cumprimento de suas missões (BRASIL, 2023c).

Esse entendimento expressa uma diretriz estratégica fundamental: em qualquer cenário de operação militar, são os recursos humanos, motivados, bem cuidados e coesos, que constituem o principal fator de desequilíbrio de poder no combate. Portanto, investir nesses profissionais é investir diretamente na eficácia operacional da Força Terrestre.

Por essa razão, torna-se indispensável a implementação de políticas e ações voltadas à promoção da saúde integral dos militares e de suas famílias. Entender o papel protetivo da assistência social e a necessidade de sua sistematização no âmbito do Exército Brasileiro, resultou na edição da Portaria C Ex nº 1.971, de 25 de abril de 2023, que regulamenta e aprimora o SASEx, consolidando um modelo mais abrangente e estruturado de apoio aos integrantes da Força, em consonância com as diretrizes estratégicas do Exército (BRASIL, 2023e).

Atualmente, o Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx) é organizado por órgãos diretores e por um órgão técnico-normativo, a Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP). Os órgãos executores são compostos por 12 Seções de Assistência Social Regionais (SAS-R) e 7 Seções de Assistência Social de Guarnição (SAS-Gu), já implantadas, o que evidencia a capilaridade e o alcance do sistema. Além do efetivo administrativo, o sistema conta com 37 assistentes sociais e 26 psicólogos, bem como, elementos de ligação e adjuntos de comando espalhados por mais de 600 Organizações Militares em todo o território nacional. Esses profissionais atuam na linha de frente do atendimento e constituem a principal rede de apoio ao público-alvo da Assistência Social do Exército (Banco de dados da SAS/DAP).

O Plano de Assistência Social do Exército (PASEx 2023-2026), aprovado pela Portaria DGP C Ex nº 442, de 12 de maio de 2023, é fruto dessa reestruturação e está organizado visando a uma gestão mais ampla e eficiente, prevendo monitoramento contínuo, avaliações anuais e revisão geral no último ano de execução, com o objetivo de aprimorar continuamente o atendimento à família militar. O desenvolvimento das ações socioassistenciais de promoção da saúde está pautado no princípio de que “a educação em saúde é uma ferramenta poderosa para desestigmatizar os transtornos mentais e encorajar a população a procurar ajuda quando necessário” (BRASIL, 2023a).

Orientado à promoção do bem-estar biopsicossocial da família militar, o PASEx está estruturado em três programas: o Programa de Valorização da Vida (PVV), o Programa de Apoio à Família Militar (PAFAM) e o Programa Ambiente Seguro (PAS). Cada um desses programas está organizado em eixos de atuação, os quais são operacionalizados por meio de ações socioassistenciais voltadas à prevenção de agravos mentais, à promoção da inclusão social e ao fortalecimento de vínculos familiares, priorizando grupos em situação de risco ou vulnerabilidade social, em conformidade com os princípios fundamentais da assistência social (BRASIL, 2023d, p.6).

O PVV constitui o foco central deste estudo e, nos últimos anos, consolidou-se como uma prioridade estratégica para o Exército Brasileiro, sendo também um dos programas de destaque da DAP. Essa centralidade reflete uma crescente conscientização institucional a respeito dos desafios psicossociais relacionados à saúde mental no ambiente de trabalho militar. Regulamentado pela Portaria DGP/C Ex nº 460, de 19 de setembro de 2023, o PVV reconhece o papel essencial das lideranças militares, em todos os níveis hierárquicos, na identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico, possibilitando intervenções oportunas e eficazes, bem como o adequado encaminhamento aos serviços especializados (BRASIL, 2023f).

O programa tem como propósito fomentar uma cultura organizacional que valorize a vida, promova a construção de redes de apoio sólidas e eficientes, contribua para a superação do estigma associado ao sofrimento psíquico e capacite agentes multiplicadores aptos a identificar fatores de risco, sinais de alerta para o suicídio e acolher com empatia e escuta qualificada (BRASIL, 2023d, p. 5).

Além do PVV, que tem foco direto na saúde mental, os demais programas previstos no PASEx, como o “Apoio à Família Militar” e o “Ambiente Seguro”, contribuem de forma indireta – porém significativa – para a prevenção de agravos psíquicos. A educação financeira, o enfrentamento da violência doméstica, a prevenção ao assédio moral e sexual e o estímulo à convivência social saudável atuam como fatores protetivos amplos, capazes de reduzir o isolamento, a insegurança e o sentimento de desamparo – aspectos frequentemente relacionados a fatores de risco para o comportamento suicida, conforme destacam Botega (2023, p. 83) e Bertolote (2012, p. 72).

O PVV apresenta como iniciativa prioritária no enfrentamento ao suicídio a Capacitação PEL, Caderno de Orientação que tem como proposta central a formação de agentes multiplicadores capazes de identificar sinais de sofrimento psíquico, compreendendo os fatores de risco, sinais de alerta, fatores protetivos e o passo a passo numa situação de crise suicida, numa linguagem direta e adequada ao ambiente militar. Complementando essa ideia e no mesmo eixo de atuação, a Capacitação “Meu Canga” se configura como uma iniciativa que simboliza a solidariedade coletiva e o suporte mútuo frente às dores emocionais. “Meu Canga” cria ambientes seguros de acolhimento e escuta qualificada, funcionando como espaço social que reforça a importância de vínculos e pertencimento para a prevenção do sofrimento psíquico.

Associa-se e reforça esse eixo de atuação de prevenção ao suicídio, o Caderno de orientação, os produtos de divulgação como palestras, vídeos, panfletos, banners, e-cards e os cursos à distância que são disponibilizados e reco-

mendados como capacitação aos componentes das SAS, adjuntos de comando, elementos de ligação e demais multiplicadores das ações socioassistenciais previstas no PVV, o que demonstra que cada integrante da Força Terrestre pode atuar como multiplicador do programa.

Diversos Cadernos de Orientação, como *Janeiro Branco*, *Saúde Mental*, *Prevenção à Dependência Química*, *Prevenção aos Estados Mentais de Risco* e *Prevenção ao Jogo Patológico*, têm como objetivo fomentar a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida no meio militar. Essas publicações orientam a construção da resiliência, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento em contextos adversos, o fortalecimento de habilidades de autorregulação emocional e o gerenciamento do estresse, contribuindo para a prevenção de transtornos psíquicos e comportamentos autodestrutivos ou de risco.

Outras estratégias complementares à prevenção ao suicídio são a posvenção e a autópsia psicológica, voltadas ao cuidado de enlutados por suicídio e à análise retrospectiva de casos, visando o entendimento do fenômeno do suicídio e à prevenção de novos episódios.

A posvenção ao suicídio busca oferecer suporte emocional e psicológico às pessoas afetadas pelo suicídio de um colega ou familiar, reduzindo o impacto do luto e prevenindo possíveis efeitos secundários, como o aumento da vulnerabilidade ao suicídio entre os sobreviventes (MARTIN, 2022, p. 127).

A autópsia psicológica, por sua vez, consiste na investigação detalhada dos fatores que levaram ao suicídio, permitindo a identificação de padrões de risco entre militares e a formulação de estratégias mais eficazes de prevenção nesse contexto. No PVV, cada desfecho em suicídio é previsto ser acompanhado da autópsia psicológica, partindo da concordância da família.

Estudos indicam que ações de promoção da saúde mental, combinadas à aplicação das técnicas de posvenção e autópsia psicológica, contribuem para a redução dos danos e incidência de suicídio, tendo em vista maior compreensão do público-alvo e contexto situacional, possibilitando ajuste das ações preventivas e aprimoramento das ações institucionais voltadas à saúde mental que podem ser mais bem direcionadas (MARTIN, 2022, p.127).

Análise da produtividade e alcance populacional das ações socioassistenciais do PVV

Conforme recomendado no PASEx 2023-2026 que especifica a necessidade de monitoramento e avaliação dos programas e ações desenvolvidas para aprimorar diretrizes, ajustar ações em andamento e otimizar ações futuras, torna-se necessária uma reflexão sistemática dos dados coletados no monitoramento das ações socioassistenciais, ao longo do processo de implementação.

Este estudo adota uma abordagem quantitativa e descritiva, com o objetivo de analisar a efetividade (produtividade e alcance populacional) das ações socioassistenciais voltadas à promoção da saúde mental, no âmbito do PVV. A investigação utilizou dados coletados em base de dados da DAP e relatórios institucionais, tendo como base os anos de 2023, 2024 e 2025 (até a data de 31 de maio).

Foram utilizados indicadores previamente definidos, tais como: ampliação da rede de atendimento psicossocial; produção de materiais orientadores e educativos; grau de alcance ou visibilidade da família militar sobre o programa e suas ações.

A análise da capacidade técnico-pedagógica do programa se evidencia na produção sistematizada de materiais educativos e de apoio. Entre os anos de 2023, 2024 e 2025 (até a data de 31 maio), foram produzidos diversos materiais e atividades educativas e de apoio do PVV nas diversas ações socioassistenciais.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos materiais produzidos conforme o objetivo estratégico a que se vinculam, incluindo diferentes formatos como cadernos de orientação, vídeos, panfletos, posts, cursos EAD, palestras e cartazes.

Tabela 1 – Produtividade técnico-educativa do Programa de Valorização da Vida (PVV) por objetivo estratégico (2023–2025)

Objetivo Estratégico	Tipo de Ação/Material	Total Produzido
1. Prevenir o uso abusivo de álcool e outras drogas	Cadernos de orientação, cursos EAD, vídeos, informativos, panfletos, cartazes, posts.	46
2. Prevenir os casos de suicídio e automutilação	Cadernos, vídeos, cursos EAD, posts, cartazes, manuais, palestras prontas, materiais de posvenção.	57
3. Reduzir os estados mentais de risco para transtornos mentais e comportamentais	Cadernos de orientação, folders, vídeos, cartazes, posts, oficinas, palestras e planejamentos de atividades e oficinas.	34
4. Promover o cuidado com a saúde mental	Cadernos de orientação, vídeos, cursos EAD, posts, banners, palestras, materiais de apoio.	64
Total		201

Fonte: Base de dados da DAP (Autoria própria)

A maior concentração de materiais foi registrada no eixo “Promover o cuidado com a saúde mental”, responsável por 64 dos 201 materiais produzidos. Em seguida, destacam-se os esforços voltados à prevenção do suicídio e da automutilação, com 57 materiais desenvolvidos, incluindo campanhas educativas como “Setembro Amarelo” e ações voltadas à prevenção e posvenção. Esses dados demonstram o compromisso do programa com a construção de uma cultura organi-

zacional de valorização da vida e promoção da saúde mental, por meio da diversificação de estratégias educativas e da capilaridade das ações a nível nacional.

Foram desenvolvidos também, três cursos de Educação à Distância (EAD), disponíveis no portal de ensino do EB e voltados à capacitação sobre prevenção ao suicídio, dependência química e gestão emocional, com 7.216 inscritos, dos quais 6.021 (83,4%) participaram especificamente da Capacitação PEL/Meu Canga, curso voltado à prevenção ao suicídio (Base de dados do Portal da educação do EB), mostrando o interesse do público sobre o tema.

Quanto à abrangência da rede de atendimento psicossocial, percebe-se uma contínua ampliação da rede SASEx, que já possuía 12 SAS regionais e atualmente conta com 19 SAS ativas, significando um aumento de 58% do número de SAS em áreas de maior efetivo do EB. Existe ainda em processo de implantação, duas novas SAS de Guarnição, o que representa também um aumento no número de profissionais técnicos atuando na Assistência Social do Exército e conseqüentemente ampliação do número de ações e atendimentos ofertados e melhoria do acesso à assistência social do Exército.

Outro aspecto relevante refere-se ao alcance populacional das ações do PVV, significando verificar quanto da população-alvo foi de fato alcançada pelas ações socioassistenciais, o que é determinante para inferir o potencial de efetividade social de uma política de saúde mental.

Nesse contexto, a população considerada corresponde a aproximadamente 760 mil pessoas, componentes da Família Militar. A pesquisa utilizou uma amostra de 11.990 respondentes, considerando um nível de confiança de 99% e margem de erro amostral estimada de $\pm 1,16\%$, permitindo interpretar os dados com alta confiabilidade em relação aos valores reais da população. Dos respondentes, mais de 75% declararam conhecer o PVV, demonstrando elevado nível de conhecimento populacional sobre o programa e a efetividade das estratégias e ações desenvolvidas pelo programa.

Tabela 2 – Alcance populacional das ações socioassistenciais do PVV

Ações socioassistenciais	Nº de respondentes	Porcentagem
Prevenção a estados mentais de risco	3.177	35%
Prevenção de dependência química	3.636	40%
Prevenção ao suicídio	8.211	90,43%
Prevenção ao vício em apostas	4.866	53,59%
Saúde mental	5.328	58,68%
Total da população pesquisada		11.990

Fonte: Base de Dados da DAP (Autoria própria)

Considerando os dados da pesquisa realizada, mais de 90% dos respondentes afirmaram conhecer as ações socioassistenciais relativas à prevenção do suicídio, evidenciando que o PVV está amplamente associado à prevenção do suicídio e com nível bastante elevado de disseminação entre o público-alvo. O alcance de conhecimento observado na amostra indica que os esforços da DAP, de disseminação, promoção em saúde mental, capacitação de profissionais e fortalecimento da rede de cuidado, têm alcançado efetividade.

A análise integrada dos dados das Tabelas 1 e 2, permite compreender de forma mais ampla a atuação do Programa de Valorização da Vida (PVV), tanto do ponto de vista da produtividade técnico-educativa quanto do alcance populacional de suas ações no período de 2023 a 2025.

Observa-se que a maior concentração de materiais produzidos se deu no eixo “Promover o cuidado com a saúde mental”, com 64 dos 201 materiais registrados, evidenciando a prioridade atribuída à promoção do bem-estar psíquico e à prevenção de transtornos mentais no contexto militar. Essa diretriz estratégica se reflete também nos dados de alcance populacional, uma vez que mais de 58% dos respondentes declararam ter conhecimento das ações voltadas à saúde mental.

A convergência entre a elevada produção de conteúdos e a ampla disseminação das ações nesta temática indica uma articulação eficiente entre planejamento, produção e implementação. O segundo maior volume de materiais produzidos corresponde ao objetivo de “Prevenir os casos de suicídio e automutilação”, com 57 materiais, abrangendo não apenas ações preventivas, mas também iniciativas de posvenção. Este resultado é particularmente expressivo quando associado ao dado de que mais de 90% da população pesquisada foi alcançada por ações nesta área. Esse resultado reforça a efetividade das campanhas preventivas do PVV e sua penetração junto ao público-alvo, possivelmente impulsionado pela importância dada ao tema de prevenção ao suicídio pela instituição e por estratégias diversificadas, como por exemplo o curso EAD “PEL/Meu Canga”, que sozinho mobilizou 6.021 inscritos. Essa ação mostra o poder das ferramentas educativas e da disseminação digital para capacitação da rede de apoio militar.

Já no eixo de “Prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas”, foram produzidos 46 materiais, e, apesar de ser um número expressivo, o alcance populacional aferido foi de 40%, apontando para uma possível necessidade de aprimoramento na disseminação dessa ação. Já o objetivo de “Reduzir os estados mentais de risco para transtornos mentais e comportamentais” teve menor produtividade, com 34 materiais produzidos e menor alcance populacional (35%).

Essa correlação sugere que, apesar de sua produção diversificada (incluindo cartazes, cursos, vídeos e cadernos) demonstrando um esforço de cobertura temática, sua produtividade e disseminação ainda são um desafio. De forma geral, a análise conjunta revela que o PVV adota uma abordagem multidimensional, utili-

zando variados formatos de materiais para atingir objetivos estratégicos distintos, priorizando a prevenção e promoção à saúde mental. A ênfase na produção de cadernos de orientação (12 unidades) atende a diretriz de planejamento centralizado, com padronização das práticas técnico-educativas, reforçando a coesão institucional das ações preventivas. O índice de mais de 75% de conhecimento declarado sobre o PVV comprova o alcance institucional significativo do programa, aumentando as chances de prevenção efetiva, educação em larga escala e redução de danos relacionados a comportamentos de risco, como ideação e tentativa suicida, além do uso abusivo de substâncias psicoativas. Em síntese, os dados demonstram que o PVV tem alcançado resultados relevantes tanto em termos de produção quanto de efetividade das ações socioassistenciais, com destaque para a integração das ações de saúde mental e foco preventivo conforme diretrizes do PASEx.

Considerações finais

Desde 2015, a crescente conscientização e comprometimento institucional em relação à saúde mental têm impulsionado seu reconhecimento como eixo estratégico para a manutenção da capacidade operacional e do bem-estar dos militares. Nessa perspectiva, a DAP tem desenvolvido ações sistemáticas voltadas à saúde mental e à prevenção do sofrimento psíquico, por meio de elaboração e atualização de normativas internas, bem como da aplicação de conhecimentos técnicos voltados à promoção da saúde mental da Família Militar.

A consolidação do PVV como eixo estruturante da Assistência Social no Exército Brasileiro reflete o amadurecimento institucional frente às complexas demandas psicossociais que afetam a Família Militar. A expressiva produção de materiais técnicos e educativos, aliada à expansão da rede de atendimento e à utilização estratégica das mídias digitais, demonstra o compromisso efetivo com ações preventivas em saúde mental, transcendendo a retórica institucional e se concretizando em iniciativas de prevenção, acolhimento e cuidado.

Considerando o volume e a diversidade das iniciativas implementadas, especialmente aquelas voltadas à valorização da vida e à promoção da saúde mental, evidencia-se uma atuação consistente e sensível às especificidades do ambiente militar. O contexto castrense é marcado por exigências físicas intensas, desafios emocionais, acesso a meios letais e, sobretudo, pelo estigma que ainda permeia o sofrimento psíquico e o temor de estigmatização ao se buscar ajuda psicológica.

Ao fomentar uma mentalidade preventiva no contexto do trabalho e incentivar a escuta empática, o PVV contribui para a superação de paradigmas historicamente associados ao silêncio institucional acerca do sofrimento psíquico, iniciando uma nova fase de liderança com foco na promoção de bem-estar e prevenção do sofrimento emocional.

Destaca-se, ainda, que as ações socioassistenciais desenvolvidas no âmbito do PVV revelam não apenas a preocupação com a manutenção da capacidade operativa da tropa, mas, sobretudo, o compromisso com a valorização da vida, a construção de redes de apoio e melhoria das condições psicossociais nos ambientes de convivência e laborais.

Nesse sentido, observa-se uma transição significativa na concepção da Assistência Social no âmbito do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx), que deixa de ser compreendida como ação meramente assistencialista para assumir um papel estratégico no fortalecimento da coesão grupal, na preservação de vínculos familiares e na construção de uma cultura institucional mais sensível às questões de saúde mental.

A partir das evidências aqui descritas, recomenda-se a continuidade do fortalecimento das estratégias de comunicação digital, o monitoramento sistemático de situações de risco psicossocial e transtornos mentais emergentes, a produção de materiais técnico-educativos e a intensificação das ações de escuta ativa e mobilização junto à Família Militar. Tais medidas ampliam a efetividade do PVV, especialmente no tocante à prevenção de quadros de sofrimento emocional e risco suicida no ambiente institucional.

Em última análise, verifica-se que o cuidado com a saúde mental tem recebido da Instituição atenção equivalente à dedicada ao preparo físico do combatente, reconhecendo-se a saúde mental como componente essencial e indissociável da prontidão operacional. Essa mudança de paradigma evidencia a compreensão de que o desempenho integral das atividades militares depende não apenas da aptidão física, mas também do equilíbrio emocional e psíquico, reforçando o compromisso institucional com o bem-estar integral de seus efetivos.

Dessa forma, o PVV consolida-se como uma ferramenta estratégica para a preservação do poder de combate no Exército, fortalecendo a confiança dos militares em sua rede de apoio e contribuindo para o estado de prontidão e para a excelência operacional da Força Terrestre.

Referências

- | BERTOLOTE, J. M. **O suicídio e sua prevenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- | BOTEGA, N. J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- | BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental em Dados** – 2023. Brasília: 2023a.
- | BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico**, n. 4, v. 55, 6 fev. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-04.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025. Brasília-DF: 2024a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Portaria N° 114-DGP, de 4 de julho de 2016. **Aprova as Instruções Reguladoras para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército*** (EB30-IR-50.011). Brasília: 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria Geral do Exército. Portaria C Ex N° 2.150, de 20 de dezembro de 2023. **Aprova o Plano Estratégico do Exército 2024–2027**. Brasília-DF: 2023b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria – EME N° 969, de 9 de fevereiro de 2023. **Aprova a Diretriz de Pessoal do Exército Brasileiro 2023-2027** (EB20-D-01.028). Brasília-DF: 2023c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria DGP/C Ex n° 442, de 12 de maio de 2023. **Aprova o Plano de Assistência Social do Exército (PASEx) 2023–2026**. Brasília-DF: 2023d.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria - C Ex N° 1.971, de 25 de abril de 2023. **Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército** (EB10-IG-02.013), 3.ed. 2023e.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento-Geral de Pessoal. Portaria - DGP/C Ex N° 460, de 19 de setembro de 2023. **Aprova o Programa de Valorização da Vida** (EB30-P50.004). 1.ed. 2023f.

BRASIL, Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz do Comandante do Exército 2023 – 2026**. Brasília-DF, 2023g.

BRASIL, Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento-Geral de Pessoal. Diretoria de Assistência ao Pessoal. **Caderno de Orientação: Capacitação PEL**. Brasília: 2024b.

BRASIL, Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento-Geral de Pessoal. Diretoria de Assistência ao Pessoal. **Caderno de Orientação: Prevenção ao Suicídio**. Brasília-DF: 2024c.

BRASIL, Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento-Geral de Pessoal. Diretoria de Assistência ao Pessoal. **Caderno de Orientação: Meu Canga**. 2.ed. Brasília-DF: 2025a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento-Geral de Pessoal. **Base de dados corporativa de pessoal (BDCP)**. Acesso em 30 de abril de 2025.2025b.

CARNEIRO, Luana. **Análise da sistematização da Assistência Social do Exército Brasileiro** [Dissertação]. Rio de Janeiro: 2021.

HOGE, C. W. et al. **Combat duty in Iraq and Afghanistan, mental health problems, and barriers to care**. The New England Journal of Medicine, v. 351, n. 1, p. 13-22, 2004.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Dados atualizados sobre suicídio**. Disponível em: [who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide). Acesso em: 16 maio 2025. Genebra - Suíça: 2025.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Disorder mental**. Disponível em: [who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders). Acesso em: 16 maio 2025. Genebra - Suíça: OMS, 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS e OIT fazem chamado para novas medidas de enfrentamento das questões de saúde mental no trabalho**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/28-9-2022-oms-e-oit-fazem-chamado-para-novas-medidas-enfrentamento-das-questoes-saude>. Acesso em: 16 maio 2025. Genebra - Suíça: 2022.

MARTIN, Isabela dos Santos, et al. **Prevenção do risco de suicídio: guia para profissionais da saúde** / Organizadoras Isabela dos Santos Martin, Aline Conceição Silva, Laysa Fernanda Silva Pedrollo, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

PÔSTER 7

A experiência da Assistência Social do Exército Brasileiro na Operação Taquari II

Vânia Regina Dutra Vargas¹

Resumo

O artigo apresenta as ações da Assistência Social do Exército Brasileiro (EB) na Operação Taquari II, com destaque ao apoio à população e à Família Militar nas enchentes de 2024, no Rio Grande do Sul, com foco no acolhimento emergencial e na concessão do Auxílio Emergencial Financeiro (AEF).

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social do Exército; Calamidade pública; Operação Taquari II; Auxílio Emergencial Financeiro.

Introdução

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul (RS) entre abril e maio de 2024 configuraram-se como um dos maiores desastres naturais da história do estado. A combinação de chuvas intensas, associadas ao fenômeno El Niño, bem como às vulnerabilidades estruturais, como a insuficiência de drenagem urbana, agravaram os impactos. A rápida destruição de infraestrutura, a interrupção de serviços essenciais e a perda de vidas humanas evidenciaram a necessidade urgente de uma resposta coordenada e eficaz, capaz de mitigar danos e restaurar a normalidade social.

Em resposta à gravidade da situação, o Governo do Estado do RS declarou estado de calamidade pública por meio do Decreto Estadual n° 57.596, de 1° de maio de 2024. A adoção dessa medida refletiu a urgência de implementar ações coordenadas de resposta, viabilizando a mobilização de recursos e a articulação de estruturas operacionais em distintos níveis da administração pública.

¹ Segundo-Tenente do Exército Brasileiro. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Pós-graduada em Residência Multiprofissional em Urgência e Emergência e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Atualmente, serve no Comando da 3ª Região Militar. E-mail: vvargas@3rm.eb.mil.br.

Em complemento às ações estaduais e considerando a dimensão do desastre, o Governo Federal autorizou a atuação das Forças Armadas – Exército Brasileiro (EB), Marinha do Brasil (MB) e Força Aérea Brasileira (FAB) – por meio da Portaria GM-MD nº 2.309, também de 1º de maio de 2024. Essa normativa regulamentou, de forma temporária e episódica, o emprego de meios militares nas operações de apoio logístico às atividades de proteção e defesa civil nos municípios da Região Sul afetados pela calamidade pública.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro (EB) mobilizou o Comando Operacional Conjunto da Operação Taquari II, com o objetivo de coordenar o apoio logístico e humanitário, em articulação com os órgãos de segurança pública e as entidades civis envolvidas na resposta ao desastre. Além disso, a Operação Taquari II conseguiu integrar eficientemente os diversos recursos das Forças Armadas, desempenhando um papel central no deslocamento das equipes de resgate e na coordenação do envio de pessoal e equipamentos para os pontos mais críticos. Também foi responsável pelo patrulhamento de segurança nas áreas afetadas, garantindo a ordem pública e a proteção dos cidadãos, muitas vezes em regiões ainda alagadas ou de difícil acesso. A atuação das tropas incluiu, ainda, a organização de postos de apoio para o atendimento às vítimas, nos quais foram distribuídos alimentos, medicamentos e itens de primeira necessidade.

No âmbito dessa Operação, o Comando Militar do Sul, por intermédio da 3ª Região Militar (3ª RM), ficou responsável pelo suporte da Força-Tarefa Logística Humanitária, que exerceu um papel estratégico, atuando por meio de ações emergenciais voltadas à mitigação dos efeitos dos eventos adversos, à preservação da integridade humana e à reestabilização do tecido social. No campo da assistência social, coube atuar em dois eixos: por meio de ações de cunho assistencial e espiritual, no apoio à sociedade civil e à Família Militar.

Destarte, este artigo tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas pela assistência social do EB durante a Operação Taquari II, em suas duas fases: a primeira, voltada ao apoio à população civil e aos militares do EB; e a segunda – foco desta discussão –, dedicada exclusivamente ao apoio à Família Militar, uma vez que as tropas empregadas nos resgates também foram vítimas da calamidade. Destaca-se o Auxílio Emergencial Financeiro (AEF), benefício previsto nas ações socioassistenciais do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx), destinado a militares da ativa e da reserva remunerada que, em razão de sinistros – como desastres e situações de calamidade –, perderam bens essenciais. Nesse contexto, o repasse do benefício teve como objetivo contribuir para a recuperação do bem-estar social, garantir condições mínimas de vida e proteger os direitos fundamentais dos atingidos.

A primeira fase da Operação Taquari II: apoio emergencial à população civil e à família militar

As primeiras ações de assistência social e apoio espiritual foram imediatamente desencadeadas pela Seção de Assistência Social da 3ª RM (SAS/3), em resposta à situação emergencial provocada pelo desastre climático. Para ampliar a capacidade de atendimento, a SAS/3 contou com o reforço de oficiais de Psicologia das Organizações Militares (OM) da guarnição de Porto Alegre e do Serviço de Assistência Religiosa, vinculado ao Comando Militar do Sul (CMS). Essa mobilização conjunta foi fundamental para a prestação de acolhimento, escuta ativa e amparo, em um momento de extrema vulnerabilidade.



Figura 1 Visita da assistência religiosa e psicossocial a militares atingidos

O apoio psicossocial e religioso às famílias afetadas e aos militares envolvidos nas operações de resgate constituiu uma ação essencial durante o enfrentamento da crise. As equipes forneceram suporte espiritual, conforto emocional e fortalecimento da fé, especialmente diante do cenário marcado por perdas materiais significativas e sofrimento coletivo.

Nos primeiros momentos da elevação abrupta do nível do Rio Guaíba, tornou-se necessária a evacuação imediata dos pacientes hospedados nas instalações do Hotel de Trânsito de Porto Alegre. Foram atendidos militares e seus dependentes, oriundos de evacuações médicas realizadas no âmbito da 3ª RM e de outras regiões militares do país, os quais se encontravam em Porto Alegre, aguardando o retorno às suas cidades de origem, após procedimentos ou consultas médicas realizadas no Hospital Militar de Área de Porto Alegre (HMAPA) e em instituições hospitalares conveniadas.

Diante da situação crítica, o Clube Grêmio Expedicionário Geraldo Santana acolheu prontamente os pacientes, que foram realocados temporariamente, até que seus retornos às residências pudessem ser organizados, considerando que as principais vias de acesso, inclusive o Aeroporto Internacional

Salgado Filho, estavam interditadas. Para viabilizar esse deslocamento, houve apoio logístico do EB e da Força Aérea Brasileira (FAB), que realizaram o transporte dos evacuados.

Paralelamente, com o emprego de tropas do EB na região da Orla do Guaíba, foram realizadas visitas in loco aos pontos de resgate da população civil residente nos municípios de Eldorado do Sul-RS e Guaíba-RS. Nessas ações, a SAS/3 prestou acolhimento e apoio direto aos militares empregados na operação, contribuindo para a manutenção do bem-estar e da capacidade operacional das equipes empregadas na Operação.

A atuação da SAS/3 também se estendeu à sociedade civil, por meio de visitas técnicas aos abrigos provisórios e centros de acolhimento instalados nas áreas afetadas. O principal objetivo dessas visitas era identificar, de forma rápida e precisa, as necessidades mais urgentes das famílias desabrigadas, com foco no recebimento e na distribuição de itens de primeira necessidade, como alimentos, água potável, roupas, materiais de higiene e limpeza. As informações obtidas in loco foram sistematizadas e transmitidas diariamente ao Comando Operacional Conjunto, o qual, por sua vez, se articulava com a Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil. Essa integração interinstitucional teve como objetivo garantir que as doações e os recursos emergenciais fossem distribuídos com agilidade e eficácia, minimizando os impactos do desastre sobre a população atingida.

No âmbito da Família Militar, foi realizado um levantamento dos militares atingidos, por meio de formulários em plataforma on-line, com o objetivo de localizá-los, identificar suas necessidades imediatas, perdas materiais e familiares, bem como avaliar a necessidade de resgate e alojamento provisório. Esse mapeamento inicial foi crucial para subsidiar o planejamento das ações socioassistenciais da Força, possibilitando uma estimativa preliminar das solicitações de processos de AEF. A partir dos dados coletados, realizaram-se visitas técnicas às Organizações Militares (OM) com maior número de efetivo atingido, priorizando-se os atendimentos coletivos e individuais aos militares e seus dependentes. Muitos desses militares foram acolhidos em alojamentos, hotéis de trânsito e imóveis do tipo Próprio Nacional Residencial (PNR) vinculados às suas respectivas OM.

Devido à alta demanda, houve a necessidade de reforço das equipes técnicas. Para atender a essa exigência operacional, a Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP) coordenou, em conformidade com as demandas da 3ª RM, o rodízio do efetivo e disponibilizou assistentes sociais e psicólogos provenientes das 1ª, 2ª, 5ª e 11ª Regiões Militares, o que contribuiu significativamente para ampliar a capacidade de resposta e aumentar a eficácia das intervenções assistenciais.

Simultaneamente, mantiveram-se as visitas técnicas aos abrigos e às OM, além da realização de visitas aos Hospitais de Campanha (HCamp), coordenados pelo Exército Brasileiro. As equipes de saúde identificaram a necessidade

de mapear os recursos locais não supridos nesses hospitais. Dessa forma, foram realizadas visitas aos centros de acolhimento municipais, com o objetivo de integrar as redes de apoio assistencial e de saúde existentes nas áreas afetadas. Essa iniciativa promoveu a integração entre as estruturas militares e civis, contribuindo significativamente para o acolhimento das populações atingidas, o encaminhamento adequado das demandas emergenciais e a ampliação do acesso aos serviços institucionais e psicossociais.



Figura 2 Visita técnica ao abrigo temporário

No próximo item, serão apresentados os dados estatísticos referentes aos militares atingidos pela cheia, bem como a consolidação do AEF. Além disso, será apresentada a proposta de apoio emergencial aprovada pela DAP e pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP), demonstrando o contínuo comprometimento institucional com a proteção, o bem-estar e a valorização da Família Militar.

A segunda fase da Operação Taquari II: AEF, apoio e equilíbrio social para os militares do EB

A segunda fase da Operação Taquari II teve início com a coleta e análise dos dados relativos aos danos causados pelas enchentes no estado do RS, visando ao processamento dos pedidos de AEF por parte dos militares afetados. Nesse contexto, o AEF configura-se como uma estratégia fundamental de proteção social no âmbito do EB, especialmente em situações de crise e calamidade pública. Seu objetivo central é mitigar os efeitos socioeconômicos adversos que comprometem a estabilidade dos militares e de seus dependentes.

Essa iniciativa está inserida no escopo do Programa de Apoio à Família Militar (PAFam), conforme delineado no Plano de Assistência Social do Exército (PASEx 2023-2026). A coordenação do programa é de responsabilidade da

DAP, que atua por meio do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx), responsável pela implementação das políticas assistenciais de forma integrada e intersetorial, alinhado às diretrizes das políticas públicas nacionais. O foco principal está na prevenção e mitigação de fatores sociais que possam impactar o desempenho funcional ou desestruturar relações familiares dos militares.

O AEF destina-se a militares do EB – da ativa, da reserva remunerada ou reformados – e tem como finalidade custear despesas relacionadas à saúde ou à reparação de danos materiais causados por sinistros. Sua concessão visa garantir condições mínimas de segurança, bem-estar e estabilidade socioeconômica, funcionando como instrumento de apoio na superação de vulnerabilidades agravadas por desastres. Dessa forma, o benefício contribui para o restabelecimento da dignidade e da qualidade de vida dos militares e de suas famílias, fortalecendo a coesão institucional em momentos críticos (BRASIL, 2022).

A base normativa que regula o AEF é a Portaria DGP/C Ex nº 152, de 24 de novembro de 2022, que estabelece, em seu artigo 16, um conjunto detalhado de documentos obrigatórios para instrução do processo. Tradicionalmente, entre esses requisitos, destacam-se a instauração de sindicância, a matrícula em curso de educação financeira e diversos comprovantes relacionados aos danos. No entanto, em função do estado de calamidade pública decretado, o DGP e a DAP promoveram alterações nos procedimentos de concessão do AEF.

Com o objetivo de agilizar a tramitação e garantir a liberação rápida dos recursos, foi aplicado o disposto no Despacho Decisório Nº 002, de 20 de maio de 2024, do Chefe do DGP, que autorizou o pagamento do benefício a todos os militares atingidos, mediante comprovação do sinistro. Diante da excepcionalidade da situação, alguns requisitos foram flexibilizados, como a suspensão da obrigatoriedade da sindicância e do curso de educação financeira.

O processo manteve a exigência de documentos essenciais, como o requerimento formal, o termo de consentimento, o relatório simplificado do sinistro, três orçamentos relativos a bens ou serviços e registros fotográficos. Foi vedado o acúmulo do AEF com outros auxílios emergenciais concedidos pela União, exigindo-se do requerente uma declaração de próprio punho de que não recebeu benefícios similares. Essa medida assegurou a integridade da política de assistência e evitou a duplicidade de concessões.

Para garantir organização e padronização na tramitação, cada OM foi orientada a designar um ou mais militares como Gestores Financeiros. Esses gestores ficaram responsáveis por centralizar e orientar os procedimentos relacionados à solicitação, além de realizar as visitas às residências atingidas, assegurando maior eficiência e uniformidade no atendimento. A orientação repassada aos militares era para que o AEF fosse solicitado com o objetivo de restabelecer condições mínimas de habitabilidade, mediante a aquisição de itens essenciais, como móveis,

eletrodomésticos, roupas de cama e outros bens de uso doméstico. Essa medida teve como finalidade assegurar a legitimidade das solicitações e evitar a concessão indevida do benefício em situações que não configurassem perdas materiais.

Para a análise das solicitações, a DAP coordenou a distribuição dos processos entre os técnicos assistentes sociais lotados nas 12 Regiões Militares. Foi elaborado o documento “Memória para Decisão”, que serviu como despacho do Comandante da 3ª RM para a concessão do benefício. A prestação de contas dos valores recebidos ocorreu a partir da aplicação dos recursos, no prazo de 90 dias após o recebimento do auxílio, conforme previsto no artigo 20 da portaria.

Essas alterações foram indispensáveis para compatibilizar a norma vigente com a urgência e a complexidade do cenário enfrentado, assegurando rapidez na análise e liberação do benefício, sem comprometer a legalidade dos trâmites administrativos.

Inicialmente, foram recebidas 1.678 respostas, com base nos dados extraídos dos formulários preenchidos durante o levantamento emergencial. As informações foram coletadas nas OM que possuíam militares residentes nas áreas atingidas. O gráfico abaixo apresenta o percentual de famílias afetadas, conforme os dados obtidos:

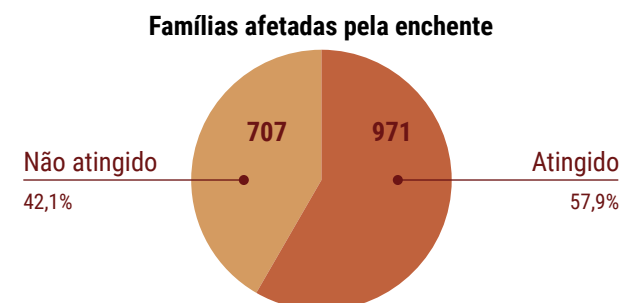


Figura 3 Gráfico de percentual de famílias atingidas pela enchente
Fonte: Militares atingidos pela catástrofe climática. Google Forms, 2024

Conforme o gráfico, observa-se que 57,2% das famílias foram impactadas de alguma maneira, enquanto 42,8% das famílias não relataram impactos diretos.

A partir desses dados, extraídos dos formulários, estimou-se o recebimento de 971 requerimentos de AEF. Entretanto, ao final do processo, apenas 399 pedidos foram formalmente protocolados junto à SAS/3. Desses, 342 foram deferidos e 57, indeferidos. Em relação à situação funcional dos requerentes, 300 são militares da ativa, e 42 pertencem a militares da reserva remunerada.

A diferença entre o número estimado e os pedidos efetivamente formalizados pode ser atribuída a diversos fatores, especialmente à natureza das perdas relatadas. Os formulários permitiram a classificação das perdas materiais em três categorias: graves, médias e leves. Verificou-se que muitos militares

que sofreram perdas consideradas leves ou médias optaram por não dar seguimento à solicitação do AEF, possivelmente por não atenderem aos critérios de vulnerabilidade social. O gráfico a seguir apresenta o número de militares da ativa que solicitaram o AEF.

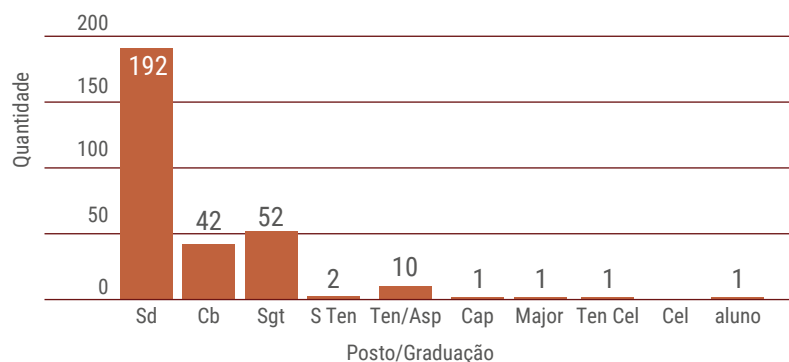


Figura 4 Gráfico de militares da ativa que solicitaram o AEF e foram deferidos

Fonte: Militares atingidos pela catástrofe climática. Google Forms, 2024

O gráfico evidencia que a maior parte das solicitações partiu dos Soldados (Sd), com 190 do total de pedidos, seguidos pelos Sargentos (Sgt), com 52, e pelos Cabos (Cb), com 42 solicitações, além de duas feitas por Subtenente (S Ten). Já os Tenentes e/ou Aspirantes (Ten/Asp) registraram números significativamente menores: apenas dez solicitações foram realizadas, duas por Subtenentes (S Ten), e houve apenas um pedido de Capitão (Cap), um de Major (Maj), um de Tenente-Coronel (Ten Cel) e um de Aluno (Al). Nenhuma solicitação foi feita por Coronéis (Cel).

As solicitações referentes aos militares da reserva remunerada divergiram das realizadas dos militares da ativa, conforme o gráfico abaixo.

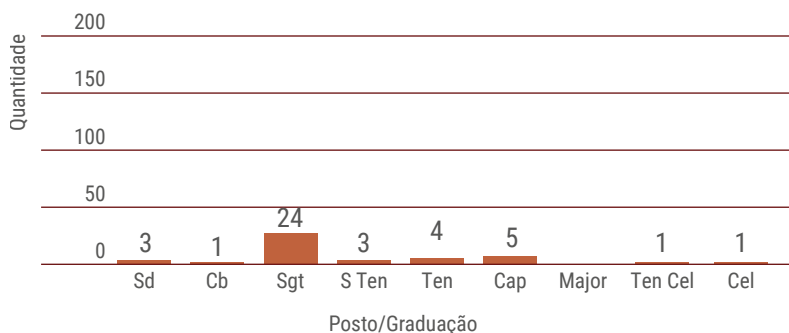


Figura 5 Gráfico de militares da reserva remunerada que solicitaram o AEF e foram deferidos, conforme o Posto/Graduação

Fonte: Militares atingidos pela catástrofe climática. Google Forms, 2024

O gráfico evidencia a predominância de solicitações entre Sgt – 24 –, seguidos por Cap – cinco, Ten – quatro –, S Ten e Sd – três cada –, além de um Cel., um Ten Cel e um Cb. Não foram registradas solicitações por oficiais do posto de major.

Os dados analisados revelam o perfil predominante dos solicitantes do AEF, evidenciando uma maior demanda entre os militares de menor posto e graduação, tanto da ativa quanto da reserva remunerada. Essa disparidade no número de solicitações está diretamente relacionada à localização das residências dos requerentes, em sua maioria situadas em bairros populares e regiões periféricas, mais suscetíveis aos impactos das enchentes. Essa tendência reforça a necessidade de manutenção e ampliação das políticas de assistência social, especialmente em contextos de crise.

A implementação coordenada do AEF, no contexto da Operação Taquari II, demonstrou a eficácia das ações de assistência social do Exército Brasileiro em situações de calamidade. A articulação entre diferentes setores, a mobilização célere de recursos humanos e a padronização dos procedimentos permitiram não apenas a mitigação dos impactos imediatos das enchentes sobre a Família Militar, mas também o fortalecimento da rede de apoio institucional.

Essa resposta integrada reforça o compromisso contínuo da Força Terrestre com a proteção, o cuidado e a valorização de seus integrantes, especialmente em cenários de vulnerabilidade e crise humanitária.

Considerações finais

As ações realizadas durante a Operação Taquari II evidenciaram o papel fundamental da assistência social do EB em contextos de crise e desastre. As enchentes que assolaram o RS em 2024, dada sua magnitude e extensão dos impactos, configuraram-se como um dos maiores desastres naturais da história da região, exigindo uma resposta rápida, coordenada e orientada por princípios humanitários por parte das Forças Armadas.

Nesse cenário de calamidade pública, a atuação da assistência social – tanto no apoio à população civil quanto, de forma específica, à Família Militar – mostrou-se essencial para mitigar os efeitos imediatos da tragédia e preservar a integridade física, emocional e social dos afetados. A primeira fase da operação destacou-se pela pronta mobilização de recursos humanos, coordenados pela DAP, o que possibilitou o acolhimento, o suporte psicossocial e a manutenção da coesão das tropas envolvidas nas operações de resgate, além de promover a integração entre estruturas militares e civis.

Na segunda fase, voltada à implementação do AEF, ficou evidente a eficácia de uma política pública comprometida com a reconstrução da vida dos militares impactados, assegurando condições mínimas de habitabilidade, estabilidade econômica e dignidade. Previsto no PASEx (2023–2026), o AEF demonstrou ser uma ferramenta ágil, legítima e orientada por princípios de equidade e celeridade.

Essa iniciativa reforça a assistência social como eixo estruturante da política de pessoal do EB, ao reconhecer que o equilíbrio social e emocional dos militares é condição indispensável para a manutenção da capacidade operacional e da coesão institucional. O PASEx, ao enfatizar ações baseadas na prevenção, no acolhimento e na resposta imediata, sustenta a concepção do AEF não apenas como medida emergencial, mas também como instrumento estratégico de fortalecimento da resiliência da Família Militar em contextos de vulnerabilidade.

Um aspecto particularmente relevante foi o compromisso dos militares diretamente atingidos pelas enchentes, que, mesmo diante de perdas pessoais e do sofrimento vivenciado, mantiveram-se firmes no cumprimento de suas missões operacionais. Esses profissionais, que simultaneamente foram vítimas da calamidade e assistidos pela assistência social, representam um exemplo claro da força moral, da coesão e do espírito de corpo que caracterizam o EB. A resposta assistencial, ao reconhecer e atender essas situações com empatia e legitimidade, reafirma seu papel essencial na sustentação da resiliência institucional, promovendo dignidade, estabilidade emocional e o restabelecimento das condições mínimas para o pleno exercício da função militar, mesmo diante de adversidades extremas.

Em síntese, a experiência da Operação Taquari II demonstra que a assistência social no EB transcende o caráter emergencial e circunstancial, consolidando-se como um pilar essencial da valorização do capital humano. Ao reafirmar o compromisso institucional com a proteção, o cuidado e o bem-estar dos seus integrantes, o Exército Brasileiro evidencia sua capacidade de atuar com empatia, prontidão e eficiência diante de desafios complexos, fortalecendo-se como uma Força resiliente, coesa e solidária.

Além disso, a Operação Taquari II contribuiu para dar maior visibilidade à atuação da assistência social do EB diante da situação de calamidade, evidenciando seu potencial tanto para atuar na linha de frente, oferecendo acolhimento psicossocial aos combatentes, quanto para prestar apoio imediato àqueles que permanecem na retaguarda, abrangendo todos os integrantes da Família Militar.

Referências

BRASIL. Comando do Exército. Portaria - C Ex nº 1.724, de 18 de abril de 2022. **Aprova as Instruções Gerais sobre a Concessão de Auxílio Emergencial Financeiro** (EB10-IG-02-003), 2ª ed., 2022. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/002_instrucoes_gerais_reguladoras/01_gerais/port_n_1724_cmndo_eb_18abr2022.html. Acesso em: 15 abr. 2025

BRASIL. Comando do Exército. Portaria - DGP/C Ex nº 152, de 24 de novembro de 2022. **Aprova as Instruções Reguladoras para a Concessão de Auxílio Emergencial Financeiro no âmbito do Exército Brasileiro** (EB30-IR-50.016), 2ª ed., 2022. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/003_instrucoes_reguladoras/port_n_152_dgp_24nov2022.html. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Comando do Exército. Portaria - DGP/C Ex nº 442, de 12 de maio de 2023. **Aprova o Plano de Assistência Social do Exército 2023–2026 (PASEx 2023–2026)**, EB30-P-50.007, 1ª ed., 2023. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/04_planos/port_n_442_dgp_12maio2023.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Comando do Exército. Portaria nº 1.971, de 25 de abril de 2023. **Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército**, 3ª ed., 2023. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/002_instrucoes_gerais_reguladoras/01_gerais/port_n_1971_cmndo_eb_25abr2023.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Diário Oficial da União. Decreto nº 57.177, de 6 de setembro de 2023. **Declara estado de calamidade pública nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul afetados pelos eventos climáticos de chuvas intensas**, COBRADE 1.3.2.1.4, ocorridos entre os dias 2 e 6 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/CalamidadeRioGrandedoSul.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Estado do Rio Grande do Sul. Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024. Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência das enchentes ocorridas no mês de abril de 2024. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1 maio 2024. Disponível em: <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/2024/48447/materia997980.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Departamento-Geral do Pessoal. **Despacho nº 002, de 20 de maio de 2024**. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Portaria GM-MD nº 2.309, de 1º de maio de 2024. **Aprova a Diretriz Ministerial que regula o emprego temporário e episódico das Forças Armadas em atividades de apoio logístico às ações de Proteção e Defesa Civil nos municípios da Região Sul em situação de calamidade pública**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 3 Maio 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm-md-n-2.309-de-1-de-maio-de-2024-557684890>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PÔSTER 8

A assistência social do Exército atuando na Operação Acolhida: importante suporte na missão humanitária

Darlene de Araújo Silva¹

Resumo

O estudo aborda as contribuições da assistência social na intervenção às demandas dos militares na Força-Tarefa Logística Humanitária, na fronteira norte do país, compreendendo-a como importante ferramenta para a manutenção do poder combatente e para a operacionalidade das Forças Armadas.

PALAVRAS-CHAVE: Migrantes; Militares; Operação Acolhida; Suporte; Psicossocial.

Introdução

Este trabalho insere-se no âmbito da atuação do assistente social na Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida. É fruto da experiência da autora, enquanto assistente social do Exército Brasileiro, em dois contingentes (grupos de militares destacados para uma missão específica), nos anos de 2020 e 2024. O estudo ora apresentado detém-se na intervenção às demandas socioassistenciais do efetivo militar em um cenário de crise humanitária, bem como no trabalho interdisciplinar junto aos migrantes venezuelanos, na fronteira norte do país.

Diante da experiência obtida e considerando a peculiar natureza do trabalho do assistente social em uma missão humanitária, surgiu o interesse em sistematizar essa atuação, buscando fortalecer esse espaço sócio-ocupacional e contribuir para as pesquisas acerca da intervenção do assistente social nas

¹ Capitão do Exército Brasileiro. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Bacharela em Psicologia pelo Centro Universitário Farias Brito. Pós-graduada Lato-Sensu em Serviço Social, Trabalho e Ética pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Neuropsicologia pela Universidade de Fortaleza. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Atualmente, serve no Comando da 10ª Região Militar. E-mail: darlenedaraujo@yahoo.com.br.

Forças Armadas, a qual é, a nosso ver, capaz de promover mudanças positivas para a qualidade de vida dos militares e seus familiares - público-alvo do atendimento social.

A metodologia empregada foi de natureza exploratória, descritiva, reflexiva e analítica. Trata-se de um relato de experiência, cuja finalidade é promover reflexões sobre uma realidade vivenciada, visando à compreensão da Assistência Social do Exército Brasileiro como ferramenta de apoio aos militares empregados na missão, contribuindo para a higidez da tropa e para a manutenção do poder combatente.

A Operação Acolhida foi criada como resposta humanitária do Governo Federal ao fluxo migratório de venezuelanos na fronteira entre os dois países, com o objetivo de oferecer ajuda humanitária aos migrantes que ingressam no Brasil em decorrência da crise vivida pelo país vizinho. Visa garantir atendimento por meio da realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas em situação de vulnerabilidade, do estado de Roraima para outras cidades do Brasil.

A estimativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR é de que, até março de 2025, mais de 5,4 milhões de venezuelanos tenham deixado a Venezuela, migrando para outro país (ACNUR, 2025). Apesar de não se tratar de um dado exato e de haver discussões quanto ao rigor metodológico dessa contagem, trata-se de uma informação relevante, representando uma das maiores crises de deslocamento no mundo.

De acordo com o relatório do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2024), por meio do Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, os venezuelanos foram os que mais migraram para o Brasil no ano de 2024, conforme pode ser observado no mapa a seguir.

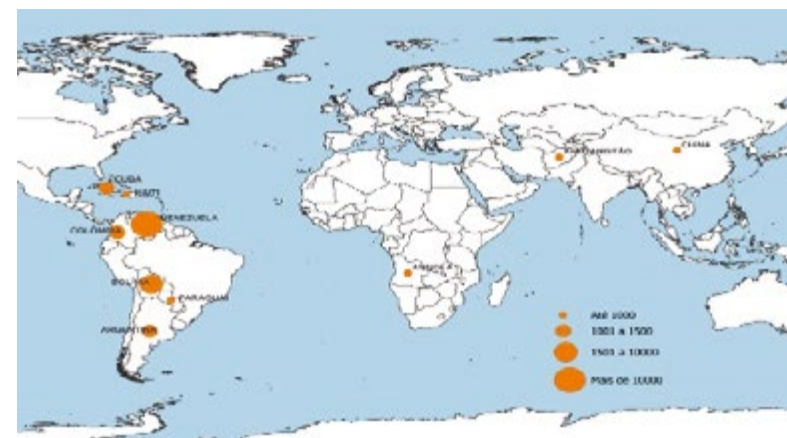


Figura 1 Número de registros de imigrantes no Brasil, segundo principais países de nascimento, agosto de 2024

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra)

Coordenada pelo Governo Federal, a Operação Acolhida é executada de forma conjunta entre o componente militar, denominado FT Log Hum, e cerca de 120 instituições civis, entre as quais se incluem Organizações Não Governamentais (ONGs); Órgãos Governamentais e Organismos Internacionais (OIs).

As Forças Armadas são responsáveis por prestar apoio logístico à operação nas áreas de infraestrutura, transporte, saúde e administração (BRASIL, 2025). Os militares são empregados na missão para exercer diversas funções, organizadas em três eixos: a organização da fronteira, o abrigamento e a interiorização de venezuelanos refugiados no Brasil, inserindo-os no ordenamento jurídico e laboral brasileiro.

Com o objetivo de realizar o acompanhamento psicológico, social e religioso do efetivo militar empregado na missão e/ou seus familiares é designada em cada contingente, uma equipe composta por assistente social, psicólogo e capelão².

Os resultados desta investigação concentram-se em uma apresentação sucinta das contribuições da assistência social, desde a fase preparatória do contingente até o suporte prestado frente as problemáticas psicossociais vivenciadas no campo de operação, reduzindo os impactos causados na vida dos militares por meio da prevenção do sofrimento emocional e psíquico, da promoção da saúde mental e do apoio social e psicológico aos militares e suas famílias.

O estudo permitiu identificar que, no contexto da Operação Acolhida, a atuação do assistente social contribui para a operacionalidade das Forças Armadas tanto na execução de suas atividades finalísticas – segurança e soberania do país (ordenamento da fronteira) – quanto nas subsidiárias – ações humanitárias voltadas ao bem-estar social e ao apoio às políticas públicas (abrigamento e interiorização de venezuelanos).

Contextualizando a intervenção militar na FT Log HUM

As singularidades das Forças Armadas

As Forças Armadas de uma nação exercem funções relacionadas à segurança e à defesa nacional. No Brasil, são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, instituições nacionais permanentes e regulares, sob a autoridade do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1999).

² A FT Log Hum conta com um rodízio de militares das três Forças Armadas, especialmente do Exército Brasileiro. No caso do Exército, os Comandos Militares de Área, em todo o território nacional, designam militares para compor um novo contingente a cada cinco meses. Atualmente, a equipe é assim composta: assistente social e capelão do Exército Brasileiro; e psicóloga da Força Aérea Brasileira. Contudo, tal composição não é fixa. No 8º Contingente, em 2020, assistente social, psicólogo e capelão eram todos militares do Exército.

Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, realizam ações subsidiárias que contribuem para o desenvolvimento nacional, o bem-estar social e o apoio a políticas públicas – colaborando, por exemplo, em projetos de infraestrutura, como a construção de estradas e pontes em regiões de difícil acesso; participando da vida da população em campanhas de saúde pública e ações cívico-sociais; e oferecendo suporte logístico-operacional em casos de calamidade, reduzindo o prazo de resposta das autoridades frente às contingências e no socorro às vítimas de desastres naturais.

De acordo com a Lei nº 6880/1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, em seu art. 3º: “Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares”.

A carreira militar apresenta especificidades que as diferenciam das carreiras civis, especialmente no que concerne a princípios e valores; à adaptação à vida militar, à estrutura hierarquizada e às práticas disciplinares. São manifestações essenciais do valor militar, segundo o art. 27 da referida lei:

I- o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida; II- o civismo e o culto das tradições históricas; III- a fé na missão elevada das Forças Armadas; IV- o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve; V- o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e VI- o aprimoramento técnico-profissional (BRASIL, 1980).

A Região Amazônica e as demandas postas ao militar

Geograficamente, a Região Amazônica, situa-se ao longo da linha do Equador, no Hemisfério Sul. Possui uma superfície estimada em 7,5 milhões de km², representando 44% do território sul-americano e abrange nove países: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A Amazônia Brasileira corresponde a 60% do território nacional e abrange toda a Região Norte e parte do estado do Maranhão, no Nordeste (NASCIMENTO, 2010).

Afirma Campos (2013, p. 210) que “o território Amazônico é [de] uma heterogeneidade paradoxal”. É considerado díspar quanto à dimensão social, à diversidade étnica e cultural, e aos extensos territórios, cujas vias de acesso comprometem o tempo de ação e elevam os custos de deslocamento.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Região está abaixo da média nacional:

[...] um grande número de cidades com população inferior a vinte mil habitantes. A maioria dessas pequenas cidades é constituída de aglomerados urbanos em profunda escassez de bens e serviços, principalmente de serviços públicos. (CAMPOS, 2013, p. 209).

A presença militar na Região vem desde o início do século XVII, quando os portugueses passaram a desbravá-la. O Comando Militar da Amazônia (CMA) remonta ao ano de 1956, com o Grupamento de Elementos de Fronteira, desempenhando não apenas papel militar, mas também social, prestando apoio às populações indígenas e ribeirinhas.

O trabalho militar nesta Região é considerado de natureza especial, havendo gratificação de 20% - parcela remuneratória mensal devida ao militar quando servindo em regiões inóspitas (Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001).

Até poucas décadas atrás, o militar destacado para servir numa unidade da Amazônia não era recrutado entre voluntários. Em geral, a transferência era encarada como punição. Atualmente a situação é diversa. Os militares [...] recebem incentivos materiais e simbólicos para cumprirem suas missões na Amazônia (MARQUES, 2007, p. 84).

A intervenção militar na Operação Acolhida

Como já mencionada na parte introdutória, a Operação Acolhida teve início em decorrência do fluxo migratório desordenado e imprevisível de pessoas oriundas da crise na República Bolivariana da Venezuela, o qual ocasionou situação de calamidade no estado de Roraima. O reconhecimento oficial deu-se por meio do Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018, e da Lei 13.684, de 21 de junho de 2018, que determinou a assistência emergencial a pessoas em vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Sob coordenação do Governo Federal, a operação é executada em sinergia com o componente militar, denominado Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), além de envolver Órgãos Governamentais; Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organismos Internacionais (OIs)³.

³ O Comitê Federal de Assistência Emergencial é presidido pela Casa Civil da Presidência da República. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) é o coordenador do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade. Os demais órgãos envolvidos são: Ministérios da Defesa, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Polícia Federal, Receita Federal, Defensoria Pública da União (DPU), Tribunal de Justiça de Roraima, Agência das Nações Unidas para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida> Acesso em 19 jun. 2025.

A Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Em seu art. 9º, prevê:

[...] § 2º - O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando os seguintes tópicos: I- cenário estratégico para o século XXI; II- política nacional de defesa; III- estratégia nacional de defesa; IV- modernização das Forças Armadas; V- racionalização e adaptação das estruturas de defesa; VI- suporte econômico da defesa nacional; VII- as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica; e VIII- operações de paz e ajuda humanitária (BRASIL, 2010).

Portanto, a participação das Forças Armadas em operações de ajuda humanitária perpassa pela decisão do Governo Federal em atender a solicitações de organismos internacionais de que o Brasil seja partícipe (SILVA, 2024). Sobre a Operação Acolhida e o incremento das Forças Armadas em sua constituição, afirma Oliveira (2018):

Pode ser vista simultaneamente como uma operação humanitária, conjunta, interagências e interministerial. Ela é humanitária porque tem por objetivo principal acolher migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. [...] é conjunta porque envolve efetivos militares do Exército, da Marinha e da Força Aérea. E é interagências, pois ocorre uma clara interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços, no sentido de acolher os venezuelanos desassistidos, de maneira organizada, sistemática e eficiente (OLIVEIRA, 2018, p. 6).

Em um primeiro momento é realizado o abrigamento no estado de Roraima (em Paracaima, na fronteira com a Venezuela, e na capital Boa Vista). A partir daí, busca-se interiorizar os venezuelanos para outros estados brasileiros, por meio da obtenção de vagas de empregos sinalizadas⁴ ou da reunificação familiar e social⁵. Em junho de 2024, estimava-se que os locais de acolhimento concentravam cerca de 9 mil migrantes (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2024).

⁴ Como parte do processo, há o Centro de Capacitação e Educação, que oferece instruções em diversas áreas de atuação, visando um futuro profissionalizante para os migrantes.

⁵ Modalidades da Operação Acolhida, focadas em auxiliar migrantes a se encontrarem com seus familiares e/ou responsáveis, que já residem em outras regiões do país, oferecendo suporte e moradia.

Sobre essa atuação, afirma Moraes e Simões (2014):

A Operação Acolhida apresenta consideráveis desafios, principalmente relacionados ao alto fluxo migratório venezuelano e à necessidade de adaptação das estruturas locais para acolher essa população vulnerável. No entanto, a atuação das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, foi importante para mitigar as vulnerabilidades enfrentadas pelos migrantes e refugiados. Com uma abordagem interagências, as Forças Armadas têm auxiliado na garantia da segurança humana ao oferecer serviços essenciais, como abrigo, alimentação, atendimento médico e apoio na interiorização. Essas ações não apenas suprimiram lacunas estruturais do Estado, mas também promoveram a dignidade e a proteção dos venezuelanos, evidenciando a importância do papel militar em missões humanitárias de grande escala (Moraes e Simões, 2024, p. 437).

O assistente social no campo de operação

A assistência social no Exército Brasileiro

O Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx) é regulado pela Portaria nº 1.971 -DGP/C Ex, de 25 de abril de 2023, que aprova as Instruções Gerais, e pela Portaria nº 114-DGP, de 4 de julho de 2016, que aprova as Instruções Reguladoras para o Funcionamento do SASEx. Esta última preceitua no art. 11, que o Serviço de Assistência Social do Exército tem por finalidades:

I- identificar situações de vulnerabilidades sociais que estejam interferindo, direta ou indiretamente no desempenho profissional e na convivência familiar e comunitária do público-alvo; II- apoiar o público-alvo a lidar com as situações de vulnerabilidades decorrentes das relações que estabelece com a realidade em que se insere nos seus diversos âmbitos; III- subsidiar decisões de Comando, quando se tratar de questões relacionadas aos programas, aos projetos e as atividades de assistência social do Exército.

A Portaria nº 1.971-DGP/C Ex, art. 27, afirma que: “A adoção e execução das atividades no âmbito do SASEx visam proporcionar a melhoria na qualidade de vida e prevenir possíveis vulnerabilidades psicossociais da Família Militar”.

Entre as atividades socioassistenciais a serem desenvolvidas, encontra-se o Programa de Atendimento Social à Família dos Militares e Servidores Civis

Participantes de Missões Especiais (PASFME), regulado pela Portaria nº 238-DGP, de 9 de novembro de 2016.

Este Programa visa prevenir e/ou minimizar o surgimento do agravamento de situações de vulnerabilidades sociais, que possam vir a acometer o núcleo familiar dos participantes de missões especiais. Tal ação contribui para a estabilidade psicossocial dos militares, servidores civis e familiares durante o cumprimento de missões especiais.

A “Missão Especial” é definida como aquela que acarreta o afastamento do militar de sua família e do seu ambiente social por um longo período, para desempenhar atividades em localidades isoladas ou para participar de operações militares empreendidas no contexto de missão de manutenção ou restabelecimento de paz.

Teixeira (2024 apud Bennett 2000) ressalta a importância de se realizar intervenções psicossociais capazes de ajudar os indivíduos a enfrentarem exigências específicas que se apresentam em diversos contextos. Portanto, além do acompanhamento familiar, faz-se necessária uma atuação psicossocial junto ao militar participante de missão especial: antes (preparo), durante (acompanhamento) e após a missão (controle), a fim de identificar sinais psicoemocionais e situações que necessitem de uma intervenção social e/ou psicológica, visando à manutenção do equilíbrio emocional.

Diante do exposto, e considerando a relevância da intervenção frente às demandas dos militares da FT Log Hum, enquanto suporte psicossocial favorável à higidez da tropa e contributivo para a manutenção do poder combatente, serão apresentados, nos tópicos seguintes, relatos da experiência profissional como Assistente Social na Operação Acolhida.

Uma crise sanitária em meio a uma crise humanitária – A experiência no 8º Contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum)

De março a agosto de 2020, ocorreu o 8º Contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária – FT Log Hum, da Operação Acolhida, composto por 603 militares das três Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica, sobretudo do Exército Brasileiro. Nesta missão, compus, enquanto assistente social, a equipe interdisciplinar (com a psicóloga e com o capelão – todos do Exército), destinada a prestar o acompanhamento social, psicológico e religioso da FT Log Hum.

Destaca-se que a intervenção do Serviço Social e da Psicologia foi consolidada no Quadro de Cargos Previstos (QCP), a partir de um diagnóstico social solicitado pelo Comando da FT Log Hum, em março de 2018; diagnóstico que apontou a necessidade de atendimento social e psicológico aos militares empregados na missão; na época, principalmente aqueles que trabalhavam nos abrigos (FAN, 2018).

Nesse sentido, as Diretrizes de Preparo dos Contingentes para a Operação, elaboradas pelo Comando de Operações Terrestres – COTER, buscam abranger desde a seleção dos militares, aspectos psicossociais a serem avaliados. Como pode ser verificado na Diretriz de Preparo do 17º Contingente para a Operação Acolhida:

Considerando-se as características da missão (humanitária, logística, interações e conjunta), o ambiente operacional, o tempo de permanência em atividade, entre outros aspectos, é desejável que os militares sejam voluntários e selecionados no âmbito das OM [...]. Entretanto, o interesse do serviço deve prevalecer e não está descartada a hipótese de militares não-voluntários serem selecionados para integrarem a FT Log Hum, observando-se o constante no QCP (Exército Brasileiro, 2023, p. 3).

Aspectos psicossociais também devem ser considerados na seleção do pessoal que comporá a FT Log Hum. Nesse sentido, é fundamental adotar procedimentos que permitam selecionar militares que estejam em plenas condições de se dedicarem integralmente à missão, sem a necessidade, por exemplo, de se afastarem da operação para atender às demandas particulares previsíveis (Exército Brasileiro, 2023, p. 4).

A intervenção psicossocial tem início ao integrar um conjunto de instruções que compõe o período de preparação dos militares para as tarefas inerentes à crise humanitária, por meio de uma avaliação sobre aspectos sociais e psicológicos, com o intuito de construir um psicodiagnóstico de cada militar. Segundo a referida Diretriz:

Conforme a disponibilidade de meios (pessoal e material) sugere-se que [...] conduzam atividades de acompanhamento do 17º Contingente da FT Log Hum, com os seguintes objetivos: a) levantar dados e apresentar subsídios que possam assessorar o processo de seleção de militares, segundo o perfil de emprego da tropa em missão humanitária, levando-se em consideração os aspectos psicológicos; b) detectar e antecipar soluções para eventuais questões individuais e de relacionamento pessoal, familiar e profissional que possam vir a ocorrer durante a missão, acarretando o retorno prematuro do militar. Sugere-se que, quando possível, haja a realização de uma avaliação social (com o preenchimento de ficha cadastral durante a entrevista), conduzida pelas Seções de Assistência Social das respectivas Regiões Militares. (Exército Brasileiro, 2023, p. 5).

Esta atividade tem como objetivo prevenir possíveis impactos causados aos militares – homens e mulheres, voluntários ou não-voluntários para a missão; que vivenciariam por cinco meses uma experiência díspar, distantes da família, no extremo norte do país, sob condições específicas de alojamento/alimentação/rotina diária/carga horária de trabalho; e muito contribuiu para produzir, orientar, monitorar e encaminhar ações e intervenções sobre a pessoa avaliada no campo de operação.

O termo psicossocial, assim como aponta Montañez (et al, 2007), em uma revisão documental sobre suas origens e referências, diz respeito à integração dos aspectos individuais e coletivos no bojo de uma análise psicológica, que sirva aos processos de prevenção, atenção ou intervenção. Enfatiza, portanto, uma relação de interdependência entre os aspectos psicológicos e os aspectos sociais.

Destaca-se, como fator presente no 8º Contingente, o início da emergência da pandemia do COVID-19, em março de 2020, período de desembarque dos militares no território para início de suas atividades. Tal situação de calamidade provocou um aumento de ansiedade em relação ao risco de contaminação dos militares concentrados, além de maior preocupação com seus familiares distantes, fazendo com que a assistência social intensificasse suas ações junto às famílias, visando, especialmente: contribuir para a estabilidade psicossocial dos militares e familiares durante o cumprimento da missão; e assistir à família do militar, promovendo a mobilização na busca de soluções adequadas em caso de situações adversas; objetivos previstos no PASFME.

As principais atividades realizadas pela equipe interdisciplinar, no 8º Contingente da FT Log Hum, foram (incluindo as regulamentares, a serem feitas em cada contingente; e as ações e os instrumentais adotados para alcance dessa nova realidade):

- Atendimento aos militares nas Bases de Boa Vista e Pacaraima (em Roraima) e na Base de Manaus (Amazonas). Nos abrigos o enfoque era a prevenção de níveis maiores de ansiedade e estresse junto aos militares em função de coordenação, pois estão na linha de frente gerenciando problemáticas e conflitos.
- Aplicação de Questionário Psicossocial – além de dados pessoais e familiares, busca identificar sinais psicoemocionais que estivessem sendo percebidos pelo militar.
- Avaliação Inicial – acolhimento e atendimentos aos militares que procuravam espontaneamente ou eram encaminhados pelos chefes de célula. Algumas dificuldades estavam interferindo na adaptação do militar à missão, à função e à cidade (em razão da falta de opções de lazer dadas às exigências de isolamento social, entre outros).

- Suporte psicossocial diante de situações e luto (houve seis falecimentos de familiares) e dificuldades no relacionamento interpessoal e familiar.
- Atendimentos em grupo – atendimentos/dinâmicas grupais com o pelotão da Polícia do Exército, onde se trabalhou assuntos relacionados às especificidades da função e à perda (falecimento) de 2 (dois) militares do pelotão no curso da missão.
- Aplicação de Escala de Ansiedade e Depressão – foi disponibilizado via intranet um questionário que visou aferir o nível de ansiedade e depressão do efetivo.
- Aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional – disponibilizou-se uma pesquisa via on-line, com 29 perguntas, cujo objetivo era aferir a percepção dos militares quanto a aspectos relacionados à missão, relações interpessoais, sentimentos e opiniões sobre o ambiente de trabalho. Os resultados foram apresentados ao Chefe do Estado-Maior da FT Log Hum e discutidas as oportunidades de melhoria. Participaram 329 militares voluntários, garantindo-se o anonimato, distribuídos em postos e graduações, conforme o gráfico que se segue.

1. Você é: (Marcar apenas uma opção)

329 respostas

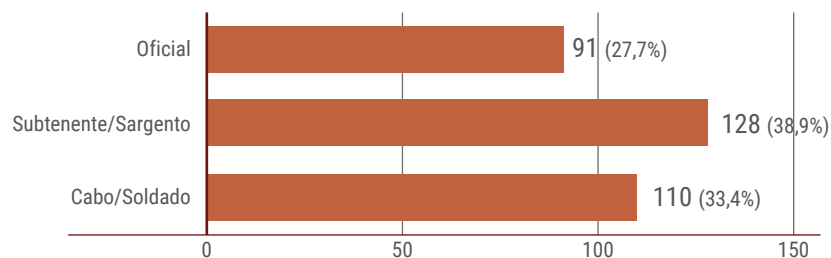


Figura 2. Perfil dos pesquisados

Fonte: Pesquisa de Clima Organizacional. Julho de 2020

Quanto à satisfação pessoal e profissional em participar da missão, a expressiva maioria, 92,1%, registraram satisfação. Falas que confirmam: “Novos amigos, nova língua, nova cidade, missão nova na carreira com pessoas de outras forças, e tem mais, servir o meu país é uma honra em qualquer momento” (Anônimo 1). “É uma missão humanitária onde estamos ajudando o próximo. Missão diferente de todas as que participei, colhe-se ensinamentos” (Anônimo 2). Tal resultado se coaduna com os valores militares, como vontade inabalável de cumprir o dever, a fé na missão elevada das Forças Armadas, o espírito de corpo, o amor, o orgulho e o entusiasmo pela profissão (Brasil, 1980).

2. Estou satisfeito(a) com minha missão na Acolhida? (Marcar apenas uma opção)

329 respostas

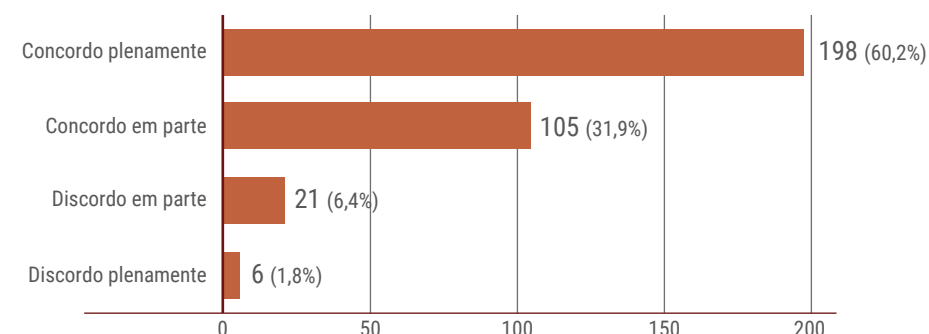


Figura 3. Satisfação pessoal e profissional em participar da missão

Fonte: Pesquisa de Clima Organizacional. Julho de 2020

Apenas 1,8% dos pesquisados plenamente insatisfeitos. Ressaltam-se a expectativa frustrada em não poder conhecer a Venezuela: “O fato de a fronteira estar fechada limita a experiência” (Anônimo 3); e a falta de flexibilidade em realizar novas atividades, diferentes das que desempenhava em sua Organização Militar de origem: “Estou fazendo missões que não são da minha área” (Anônimo 4).

O segundo chamado como assistente social – A experiência no 19º contingente da FT Log Hum

O 19º Contingente da FT Log Hum, no período de julho de 2024 a janeiro de 2025, foi formado, novamente, sobretudo, por militares do Exército Brasileiro. Após quatro anos, da minha primeira experiência, fui designada para a função de Assistente Social da Equipe de Verificação e Orientações Específicas – EVOE.

Entre as atividades realizadas estavam a busca ativa e identificação de migrantes em situação de rua, orientando-os quanto aos benefícios, no contexto da Operação Acolhida: do abrigo (oferta de alimentação, de segurança, de atendimento em saúde, entre outros); e da interiorização/integração por meio de vagas sinalizadas. Realizava a mediação entre demandas e direitos desta população junto aos Organismos Internacionais, Organizações Governamentais e Não Governamentais. Atuava buscando evitar o risco pessoal e social, especialmente da população mais vulnerável (mulheres desacompanhadas, crianças, idosos, pessoas com deficiência, casais homoafetivos, etc).



Figura 4. Abordagem noturna a migrantes venezuelanos em situação de rua

Como ressaltado, no tópico anterior, a intervenção do Serviço Social e da Psicologia se concretizou no Quadro de Cargos Previstos – QCP da Operação Acolhida, em 2018, para atendimento social e psicológico aos militares. Além dessa vaga, o QCP do 19º Contingente da FT Log Hum, continha uma segunda vaga de assistente social – para compor a equipe multiprofissional da EVOE. Contudo, por ter sido a única assistente social do efetivo militar, houve o desafio de realizar as atividades precípuas junto aos migrantes venezuelanos em situação de rua; e ser acionada para o atendimento às demandas socioassistenciais de militares.

É válido destacar algumas considerações: 1- demandas espontâneas de atendimentos por parte dos militares se apresentaram ao longo da missão; 2- a experiência adquirida em 2020 facilitou conseguir minimamente realizar o acompanhamento psicossocial que se fez necessário; 3- o psicólogo que compõe atualmente a FT Log Hum permanece na missão aproximadamente 40 dias. Tal periodicidade faz com que se faça necessário o repasse de cada caso para o psicólogo substituto. 4- Um dos motivos apresentados pelos militares, ao me procurar, na busca de um atendimento ou acompanhamento, era o de acreditar na sempre disponibilidade e no estabelecimento de um vínculo de confiança com alguém que estivesse durante todo tempo da missão (cinco meses). 5- Faz-se necessário, para um melhor suporte psicossocial à tropa, a participação exclusiva de um assistente social nesta função, trabalhando integralmente com o psicólogo e o capelão o apoio social, psicológico e religioso, respectivamente.

Considerações finais

Diante de uma oportunidade ímpar de experiência pessoal e profissional, o presente trabalho buscou descrever a abrangência da atuação profissional na atenção psicossocial aos militares em missão especial - a Força-Tarefa Logística Humanitária - fomentando reflexões acerca da assistência social enquanto ferramenta indutora do pronto emprego e do fortalecimento da Força Terrestre.

Os resultados permitem dimensionar a intervenção realizada frente às diferentes problemáticas apresentadas, com atuação diante de situações como ansiedade, humor deprimido, estresse, dificuldades de adaptação, problemas de relacionamento interpessoal, distanciamento da família, conflitos pessoais e familiares, desafios culturais frente ao trabalho com os venezuelanos imigrantes e enfrentamento do luto.

Ações socioassistenciais como atendimentos individuais e em grupo, bem como o suporte psicossocial aos militares e/ou familiares, mostraram-se necessárias durante todo o curso da missão. Destaca-se também a aplicação de questionários e escalas, que possibilitaram a identificação de sinais psicoemocionais e de situações que exigiram intervenção social e/ou psicológica. Notadamente,

ressalta-se, no bojo deste trabalho, a Pesquisa de Clima Organizacional realizada, que possibilitou uma apreensão mais próxima da realidade vivenciada pelos militares, constatando-se, também, por parte da grande maioria dos participantes, satisfação pessoal e profissional em integrar a Operação Acolhida.

De acordo com o art. 27 da Portaria – C Ex Nº 1.971, de 25 de abril de 2023, que aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército: “A adoção e execução das atividades visam proporcionar a melhoria na qualidade de vida e prevenir possíveis vulnerabilidades psicossociais da Família Militar. Dessa forma, devem ser objeto de ampla divulgação no âmbito do Exército Brasileiro”.

A presente pesquisa, portanto, colabora para a divulgação de ações de prevenção do sofrimento psicoemocional e de apoio social e psicológico aos militares e suas famílias, compreendendo a assistência social como um importante suporte para a manutenção do poder combatente e para a operacionalidade das Forças Armadas.

Nesse sentido, diante da experiência da autora e conforme evidenciado nos resultados deste estudo, revela-se não somente salutar, mas imprescindível o trabalho de profissionais como o assistente social e o psicólogo frente às demandas psicossociais verificadas ao longo da operação militar. Torna-se, portanto, necessária a continuidade da atenção psicossocial – e, mais precisamente, da intervenção de forma interdisciplinar - junto aos próximos contingentes de militares.

Referências

- ACNUR. **Emergências: Venezuela**. Brasília: ACNUR, 2025. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- ACNUR. **Relatório Anual de Tendências Globais do ACNUR**. Genebra; Panamá; Brasília: ACNUR, 2025. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018**. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 fev. 2018.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 1999. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2010.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 1999.
- BRASIL. **Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 1999.
- BRASIL. **Lei nº 6.880 de 09 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 dez. 1980.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001**. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º set. 2001.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Operação Acolhida**. Brasília: Casa Civil, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida> Acesso em: 03/06/2025.

CAMPOS, Edval. B. As sociedades amazônicas e o SUAS. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. **Coletânea de artigos comemorativos dos 20 anos da lei orgânica da assistência social**. Brasília: MDS, 2013.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Diretriz para o Preparo do 17º Contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária - Operação Acolhida**. Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2023.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria C Ex nº 1.971, de 25 de abril de 2023. **Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército**. 3. ed. Brasília, DF, 2023.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 114-DGP, de 4 de julho de 2016. **Aprova as Instruções Reguladoras do SASEx**. Brasília, DF, 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 238-DGP, de 9 de novembro de 2016. **Aprova as Instruções Reguladoras do PASFME**. Brasília, DF, 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Operação Acolhida já registra mais de um milhão de atendimentos**. Boa Vista, RR: 11 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/operacao-acolhida-abriga-cerca-de-9-mil-refugiados-venezuelanos/> Acesso em: 19 jun. 2025.

FAN, Ricardo. **Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima realiza diagnóstico na área de assistência social**. DEFESANET. Boa Vista, RR: 5 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/forca-tarefa-logistica-humanitaria-em-roraima-realiza-diagnostico-na-area-de-assistencia-social/> Acesso em 03 jun. 2025.

MARQUES, Adriana A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTÁNEZ, M. V. M. et al. **Lo psicossocial desde una perspectiva holística**. Revista Tendência & Retos, n. 12, p. 177-189, 2007.

MORAES, P.; SIMÕES, G. A segurança humana e o emprego dos contingentes militares na Operação Acolhida. **Boletim de Conjuntura**, v. 19, n. 57, p. 432-445, 2024.

NASCIMENTO, N. S. F. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da questão social**. Revista de Políticas Públicas. São Luís, ed. esp., p. 203-213, 2010.

OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais. **Relatórios**. Brasília, DF: 27 de agosto de 2024. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/2-sem-categoria/401893-ano-5-numero-8-agosto-2024/> Acesso em 19/06/2025.

OLIVEIRA, G. A. G. **A utilização do componente militar brasileiro frente à crise migratória da Venezuela**. Militar Review, n. 38, p. 1-12, 2018.

SILVA, M. V. G. da. Ajuda Humanitária: a contribuição da Operação Acolhida na estratégia de interiorização dos venezuelanos. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 11, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.26792/rbed.v11i1.75327> Acesso em 19 jun. 2025.

SIMÕES, G.; VAZ, L. O preparo e emprego militar na crise migratória venezuelana no Brasil. **Boletim de Conjuntura**, vol. 15, n. 45, p. 749-774, 2023.

TEIXEIRA, J. A. C. **Psicologia da Saúde**. Análise psicológica. Lisboa, v. 22, n. 3, p. 441-448, 2004.

PÔSTER 9

Apoio às missões especiais no Exército Brasileiro: contribuições para a manutenção da operacionalidade da tropa

Paulo Henrique Luz Mendes¹

Thiago Cristiano de Araujo Santos²

Resumo

A carreira militar envolve riscos que afetam os militares e suas famílias. O Exército Brasileiro realiza ações socioassistenciais, como o Apoio às Missões Especiais, com destaque para o Caderno de Orientação, que guia o suporte às famílias durante as missões.

PALAVRAS-CHAVE: Missões Especiais; Exército Brasileiro; Família Militar.

Introdução

A compreensão contemporânea sobre a gestão de pessoas ultrapassa os limites tradicionais da administração de recursos humanos, atribuindo um papel mais dinâmico, estratégico e humanizado aos profissionais nas organizações. Nesse sentido, diversos autores vêm contribuindo para a ampliação dessa perspectiva. Para Chiavenato (2000, p. 30 apud SANTOS, 2009):

A gestão de pessoas representa a maneira como as organizações procuram lidar com as pessoas que trabalham em conjunto em plena era da informação. Não como recursos organizacionais que precisam ser passivamente administrados, mas como

¹ Capitão do Exército Brasileiro. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrando em Planejamento e Controle da Gestão pela UFSC. Atualmente, serve no Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada. E-mail: luzph80@hotmail.com.

² Primeiro-Tenente do Exército Brasileiro. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Projeção. Pós-Graduado Lato Sensu em Serviço Social e Políticas Públicas e Sociais do Idoso, com Habilitação em Ensino Superior pelo Grupo Educacional Yadain Ovdot. Pós-Graduado Lato Sensu: MBA Executivo em Gestão do SUAS – Sistema Único de Assistência Social pelo Grupo Educacional Yadain Ovdot. Atualmente, serve na Diretoria de Assistência ao Pessoal. E-mail: thiagocaraujos@outlook.com.

seres inteligentes e proativos, capazes de responsabilidade e de iniciativa e dotados de habilidades e de conhecimentos que ajudam a administrar os demais recursos organizacionais inerentes e sem vida própria.

No âmbito do Exército Brasileiro, na esfera da gestão estratégica de pessoas, a Assistência Social tem se consolidado como um instrumento de apoio institucional, contribuindo de forma significativa para o bem-estar do efetivo e para a manutenção da capacidade operativa da tropa, destacando-se na promoção do bem-estar psicossocial dos militares e seus dependentes. Nesse contexto, merece destaque o Plano de Assistência Social do Exército 2023-2026 (PASEx 2023-2026), aprovado pela Portaria DGP/C Ex nº 442, de 12 de maio de 2023. O Plano estabelece que a missão da Assistência Social no Exército é coordenar e promover ações socioassistenciais de forma integrada, com o propósito de minimizar as interferências de situações sociais e psicológicas adversas que possam comprometer os recursos humanos da Força, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida. Assim, a Assistência Social se configura como uma ferramenta de liderança, indutora do pronto emprego e do fortalecimento da Força Terrestre.

O PASEx organiza sua atuação por meio de três grandes programas: o Programa de Valorização da Vida (PVV), o Programa de Apoio à Família Militar (PAFaM) e o Programa Ambiente Seguro (PAS). Cada um deles possui objetivos estratégicos que orientam os eixos de atuação e as respectivas ações socioassistenciais. Em relação ao PAFaM, destaca-se, entre seus objetivos, o de número 4, que visa contribuir para a mitigação dos impactos negativos causados pelo afastamento de militares e servidores civis participantes de missões e/ou situações especiais.

O emprego das tropas em missões e/ou situações especiais acaba submetendo os militares a exigências muito peculiares, onde, frequentemente os expõem à ausência prolongada do lar, gerando a perda temporária do vínculo e do convívio diário com seus familiares. Essas características não se restringem apenas ao campo profissional, afetando também o núcleo familiar do militar.

Diante dessas considerações, o objetivo deste trabalho é apresentar brevemente as medidas adotadas pelo Exército Brasileiro, visando ao equilíbrio psicossocial do militar, como forma de promover a saúde mental dos integrantes da Força Terrestre.

Discussão

O emprego de tropas em missões e/ou situações especiais e seus impactos na família militar

Schincariol e Vasconcelos (2005) realizaram estudo com familiares de militares do 2º Batalhão de Polícia do Exército (2º BPE), sediado em Osasco – SP, e que integraram a Força de Manutenção de Paz no Timor Leste. O estudo apontou evidências significativas dos efeitos provocados pelo emprego de militares em missões especiais. Observou-se que as áreas mais afetadas nessas famílias foram as dimensões pessoal-afetiva e de saúde. Nos inventários de estresse aplicados entre o 1º e 2º mês de afastamento dos militares, e antes da conclusão do segundo mês, verificou-se que mais da metade dos respondentes apresentava sinais ou sintomas de estresse, com predominância de manifestações psicológicas. O estudo destaca ainda que as esposas dos militares representam o grupo mais suscetível ao estresse, especialmente quando se trata de casais jovens e com pouco tempo de união.

Mendes (2013) reforça esse cenário ao descrever as adversidades enfrentadas nas missões de paz e seus reflexos na dinâmica familiar. Segundo o autor, tais missões são marcadas por carência de sono, condições inóspitas, riscos de doenças e epidemias, monotonia, tensão constante, além da possibilidade de ferimentos ou morte – ainda que as missões de paz não sejam, em regra, de combate. A separação prolongada de familiares e amigos, com prazos frequentemente indefinidos, gera impactos emocionais, financeiros e de segurança sobre o núcleo familiar, potencializando tensões nos relacionamentos e exigindo grande esforço de adaptação.

Do ponto de vista da família, os afastamentos decorrentes do emprego de militares em operações especiais, muitas vezes, fragilizam os vínculos afetivos e expõem o núcleo familiar a situações de vulnerabilidade e risco. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) compreende vulnerabilidade e risco como situações associadas à perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento ou sociabilidade; às diferentes fases do ciclo de vida; a identidades estigmatizadas; à exclusão social, econômica e cultural; ao uso de substâncias psicoativas; e a diversas formas de desproteção social que podem comprometer o desenvolvimento humano.

Nesse contexto, de enfrentamento das vulnerabilidades, às quais os membros das Forças Armadas e seus familiares estão expostos, o Ministério da Defesa, por meio da Portaria GM-MD nº 1.740, de 14 de abril de 2021, aprovou as Diretrizes de Assistência Social das Forças Armadas, que tem por objetivos:

São objetivos da Assistência Social nas Forças Armadas: [...] o aprimoramento da gestão da assistência social nas Forças Armadas, o incentivo à interoperabilidade entre as Forças; Fomento à qualifica-

ção dos profissionais da área, o acompanhamento da evolução doutrinária da assistência social nos âmbitos nacional e internacional; Adaptação às especificidades militares e a promoção da divulgação das ações socioassistenciais desenvolvidas. Cabendo aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica definir as normas, e Estratégias e prioridades específicas de cada Força.

A crescente demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tem se intensificado no atual contexto geopolítico, o que pode estimular o país a ampliar sua participação com o emprego de tropas nessas missões, fortalecendo sua projeção no cenário internacional. Contudo, esse maior envolvimento operacional também impõe desafios internos, especialmente no que se refere ao bem-estar dos militares mobilizados e de seus familiares.

O afastamento prolongado, a exposição a ambientes de risco e a imprevisibilidade inerente às missões podem ocasionar impactos emocionais, sociais e psicológicos significativos. Nesse contexto, a atuação da assistência social assume papel estratégico ao buscar mitigar os efeitos adversos dessas situações, por meio de ações preventivas, acompanhamento contínuo e suporte institucional à Família Militar.

As particularidades das Missões Especiais do Exército Brasileiro

O objetivo central da operacionalidade do Exército está na contribuição para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, garantia da lei e da ordem (GLO), salva-guardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Essa concepção está fundamentada no artigo 142 da Constituição Federal de 1988 e é reforçada nos principais documentos estratégicos da Defesa Nacional, como a Política de Defesa Nacional e o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 1988; BRASIL, 2020).

Desta forma, torna-se indispensável a execução de atividades voltadas para preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão. Podemos destacar batalhões especializados e responsáveis pelo preparo operacional do efetivo, quando acionados para o combate:

- Comando de Operações Especiais e Operações Psicológicas - C Op Esp (Goiânia/GO), sediado em Goiânia-GO, é uma das organizações militares de elite do Exército Brasileiro, subordinada diretamente ao Comando Militar do Planalto e, operacionalmente, ao Comando de Operações Terrestres (COTER). Seu efetivo é altamente especializado e preparado para atuar em situações complexas, muitas vezes de alto risco, tanto em território nacional quanto em missões internacionais.

- O 1º Batalhão de Forças Especiais (1º B F Esp), sediado em Goiânia, unidade de elite subordinada ao Comando de Operações Especiais (C Op Esp) do Exército Brasileiro, desempenha um papel fundamental na preparação da Força Terrestre, mantendo-a em constante estado de prontidão. Nesse sentido, realiza uma série de atividades específicas e altamente qualificadas.
- O Comando de Operações Terrestres (COTER) é o órgão do Exército Brasileiro responsável por planejar, orientar, coordenar e controlar as operações militares no âmbito da Força Terrestre, com o objetivo de mantê-la preparada para o emprego imediato em qualquer situação de conflito ou crise.
- O Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOpEsp), sediado em Niterói-RJ, desempenha papel essencial na preparação da Força Terrestre para atuar em missões de alta complexidade, contribuindo diretamente para a manutenção da prontidão operacional do Exército Brasileiro.
- A Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt), sediada no Rio de Janeiro-RJ, desempenha papel fundamental no preparo operacional da Força Terrestre, especialmente em missões que exigem rápida mobilização e capacidade de projeção de poder em ambientes variados.
- A Companhia de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear, sediada em Goiânia-GO, é responsável por realizar ações de proteção, monitoramento e descontaminação em ambientes afetados por agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares.
- No caso da Companhia de Forças Especiais, sediada em Manaus-AM, suas atribuições são fundamentais para a capacitação e preparação da tropa em ambientes operacionais de alta complexidade, especialmente na região amazônica. Esta unidade realiza treinamentos específicos em técnicas de guerra não convencional, infiltração, reconhecimento especial, ações de guerrilha, operações em terreno de selva e sobrevivência, além de promover exercícios contínuos para manter o preparo físico e psicológico dos seus integrantes. Esses treinamentos visam assegurar a rápida resposta e eficácia operacional da tropa, contribuindo decisivamente para a manutenção da segurança e soberania nacional em áreas estratégicas.

Diante da experiência do preparo e da necessidade do emprego de tropa de Operações Especiais (Op Esp) em Operações de Manutenção de Paz, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução 2098 (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Tal resolução prorrogou a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Congo (MONUSCO) e, ainda, criou a Brigada de Intervenção.

O Brasil faz parte do acordo de apoio às Nações Unidas para operações de manutenção da paz, reafirmando seu compromisso com a estabilidade inter-

nacional e a promoção dos direitos humanos. No âmbito do Exército Brasileiro, o preparo e envio de militares para Missões de Paz em caráter individual são coordenados pelo COTER, que é responsável pelo planejamento, coordenação e controle das operações terrestres, incluindo a seleção, treinamento e mobilização das tropas destinadas a essas missões, garantindo que os militares estejam preparados técnica, física e psicologicamente para atuar em ambientes complexos e muitas vezes hostis.

Além disso, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) desempenha papel fundamental nesse processo. O CCOPAB atua como o órgão central de formação e capacitação de militares brasileiros para Missões de Paz da ONU, promovendo cursos especializados, intercâmbios internacionais e a disseminação das melhores práticas em operações de manutenção da paz. Essa preparação avançada assegura que o contingente brasileiro atue com elevado padrão profissional, respeitando as normas internacionais e contribuindo para a credibilidade e eficácia das forças de paz da ONU.

Dessa forma, a coordenação entre o COTER e o CCOPAB é essencial para a manutenção da operacionalidade da tropa, garantindo que o Brasil cumpra seu papel de forma efetiva, responsável e alinhada com os compromissos multilaterais assumidos.

A ação socioassistencial de apoio a Missões Especiais

Com o objetivo de atender às diretrizes do Programa de Apoio à Família Militar (PAFaM), foi concebida a Ação Socioassistencial de Apoio às Missões Especiais, cujo foco está na promoção do amparo e acolhimento aos familiares dos militares em cumprimento de missões que impliquem em afastamento prolongado, exposição a riscos e alteração significativa na rotina familiar.

Essa ação tem como principal instrumento orientador o Caderno de Orientação “Apoio às Missões Especiais”, documento elaborado pela Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP) e coordenado tecnicamente pela Seção de Assistência Social (SAS) da diretoria. O caderno sistematiza diretrizes e boas práticas a serem adotadas pelas Seções de Assistência Social Regionais (SAS R) e Seções de Assistência Social de Guarnição (SAS Gu), incluindo:

- Levantamento prévio da situação familiar dos militares destacados para missões especiais;
- Contato sistemático e preventivo com os familiares, com atenção especial a casos de vulnerabilidade social ou emocional;
- Articulação com a rede de apoio local (interna e externa ao Exército), visando promover respostas efetivas às necessidades que possam surgir durante a missão;

- Realização de visitas domiciliares, rodas de conversa e atendimentos individuais, conforme o diagnóstico situacional; e
- Produção de relatórios e indicadores que permitam monitorar a efetividade das ações e contribuir com a formulação de políticas públicas no âmbito da Defesa.

Adicionalmente, a ação visa promover a valorização da família militar, fortalecendo o vínculo entre o Exército e seus integrantes, com reflexos diretos na manutenção da moral e da operacionalidade da tropa. Essa abordagem estratégica reconhece que o bem-estar dos familiares repercute diretamente na capacidade de concentração e rendimento do militar em missão, uma vez que “a estabilidade emocional da família repercute diretamente na saúde mental e na performance do militar, sobretudo em contextos de afastamento prolongado” (SILVA, 2015, p. 124).

O conjunto dessas ações demonstra que o cuidado com as famílias dos militares não é apenas uma medida assistencial, mas uma estratégia essencial para a manutenção da operacionalidade da tropa. Ao oferecer suporte estruturado, contínuo e sensível às necessidades dos familiares, o Exército Brasileiro fortalece a confiança institucional, reduz o impacto emocional das separações prolongadas e garante que o militar possa cumprir sua missão com tranquilidade e foco.

Essa abordagem integrada promove um ambiente de segurança emocional e estabilidade social, tanto para os militares quanto para seus entes queridos, refletindo diretamente na eficiência, prontidão e coesão das forças em campo. Além disso, os dados e aprendizados gerados a partir dessas práticas contribuem de forma relevante para a formulação de políticas públicas mais humanizadas e eficazes no âmbito da Defesa Nacional. Cuidar das famílias é, portanto, cuidar da missão e investir nesse apoio é garantir a resiliência e a continuidade da capacidade operativa do Exército Brasileiro.

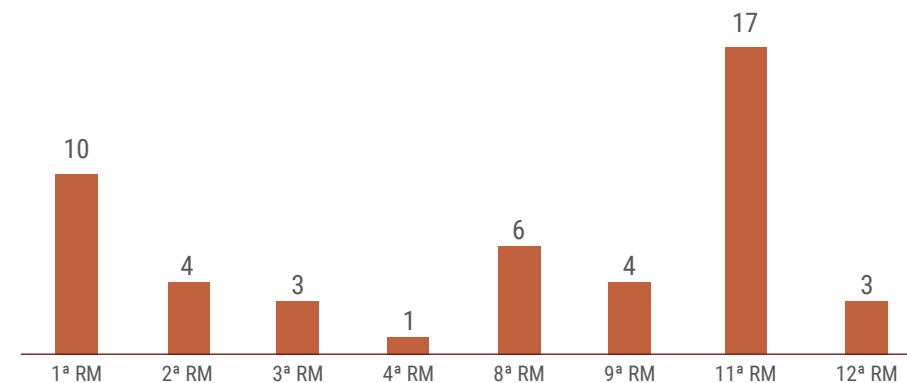


Figura 1. Quantidade de famílias atendidas em 2025 por RM em missões de paz

Fonte: Dados da DAP

Conforme previsto na ação socioassistencial, as Seções de Assistência Social Regionais desempenham papel ativo no apoio às famílias dos militares empregados em Missões Especiais. A Figura 1 ilustra a quantidade de famílias atendidas por Região Militar (RM), evidenciando a capilaridade e a importância da atuação coordenada pela Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP) nesse campo.

Desse modo, os dados apresentados na Figura 1 não apenas quantificam atendimentos, mas evidenciam a consolidação de uma atuação institucional sensível às necessidades humanas dos militares e seus familiares. Ao garantir esse suporte contínuo, o Exército fortalece sua coesão interna, preserva o equilíbrio emocional da tropa em missão e reafirma seu compromisso com os princípios de dignidade, solidariedade e responsabilidade social.

Considerações finais

O contexto atual das operações militares, marcado por missões de alta complexidade, longos períodos de afastamento e exposição a riscos diversos, impõe desafios significativos não apenas aos militares, mas também às suas famílias. Nesse cenário, torna-se imprescindível a adoção de medidas que assegurem o equilíbrio psicossocial do efetivo como fator determinante para a manutenção da operacionalidade e da prontidão da tropa.

A Ação Socioassistencial de Apoio às Missões Especiais, no âmbito do Exército Brasileiro, representa um avanço relevante na institucionalização do cuidado com a Família Militar. Ao reconhecer os impactos emocionais, sociais e práticos decorrentes do afastamento do militar, essa iniciativa promove uma resposta coordenada, sensível e eficaz às necessidades emergentes durante o período de missão.

Por meio do Caderno de Orientação “Apoio às Missões Especiais” e da atuação proativa das Seções de Assistência Social, o Exército Brasileiro reafirma seu compromisso com a valorização do ser humano, reconhecendo-o como elemento central e estratégico de sua força combatente. Ao cuidar da família, a Força cuida do próprio militar, fortalecendo os laços institucionais, a moral da tropa e a capacidade de cumprimento da missão.

Desse modo, as ações socioassistenciais desenvolvidas no âmbito das Missões Especiais configuram-se não apenas como medidas de apoio, mas como instrumentos estratégicos de liderança e gestão de pessoas, fundamentais para a sustentação da capacidade operativa da Força Terrestre.

Nesse contexto, ao tratar do apoio às Missões Especiais, a Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP), por meio da Diretriz do Comandante do Exército sobre o Fortalecimento da Dimensão Humana, tem como competência prestar suporte às famílias dos militares que, ao se afastarem do convívio familiar para o cumprimento de suas missões, podem ficar expostas a situações de vulnerabilidade e riscos sociais.

Esta modalidade protetiva é uma das linhas de ação das Seções de Assistência Social distribuídas entre as principais cidades do país. A SAS presta apoio e exerce pronto emprego nos casos em que a família do militar em missão perpassa por fragilidades advindas das múltiplas questões sociais que possam ocorrer naquele contexto familiar.

Com isto, a DAP elenca diversificadas ações pautadas em proporcionar à Família Militar uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, que permeia atividades e demandas que chegam à Assistência Social do Exército.

Por fim, o apoio às Missões Especiais previsto no PASEx é um dos principais instrumentos que orienta as SAS quanto aos cuidados com os familiares daqueles militares ausentes por estarem empregados em missões com duração de sessenta dias ou mais fora de sua Guarnição. Com isso, ratifica-se, então, a assistência social como ferramenta para pronto emprego, proteção social e fortalecimento da Dimensão Humana da Força Terrestre.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria DGP/C Ex nº 442, de 12 de maio de 2023. **Aprova o Plano de Assistência Social do Exército 2023–2026 (PASEx)**. Brasília, 12 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GM MD nº 1.740, de 14 de abril de 2021. **Aprova as Diretrizes de Assistência Social das Forças Armadas**. Brasília, 14 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF: MDS, 2004.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. apud SANTOS, 2009.
- MENDES, A. de F. **Impactos das missões de paz na dinâmica familiar**. Revista de Estudos Militares, v. 10, n. 2, p. 45 60, 2013.
- NAÇÕES UNIDAS. Resolução 2098 do Conselho de Segurança. **Prorroga a missão MONUSCO e cria a Brigada de Intervenção**. Nova Iorque, 2013.
- SANTOS, R. **Gestão de pessoas nas organizações da era da informação**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SCHINCARIOL, L.; VASCONCELOS, M. **Estresse e família militar: estudo com esposas de militares em Missão de Paz em Timor Leste**. Revista Psicologia Militar, v. 15, n. 1, p. 23 39, 2005.
- SILVA, P. R. **A dimensão humana na assistência social militar: guia para apoio às famílias**. Rio de Janeiro: Forças Armadas, 2015.

PÔSTER 10

O Protocolo SAD como ferramenta de apoio ao Comandante na seleção complementar no Exército

Patrícia Rodrigues de Siqueira¹

Jordana Ribeiro de Arruda Favão²

Jorimárcia Soares Sampaio³

Resumo

Este artigo apresenta o Protocolo SAD (*Stress, Anxiety and Depression*), ferramenta de triagem em saúde mental para seleção complementar de conscritos no Exército. Desenvolvido pelo Centro de Psicologia Aplicada do Exército e Diretoria de Assistência ao Pessoal, permite aplicação por não especialistas, auxiliando decisões e promovendo humanização no processo seletivo dos conscritos.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Psicologia militar; Triagem; Protocolo SAD; Conscritos.

Introdução

A seleção de pessoal constitui uma etapa estratégica e indispensável para o alcance dos objetivos organizacionais, sobretudo em instituições com altas demandas físicas, emocionais e disciplinares, como as Forças Armadas.

A escolha criteriosa de candidatos não apenas assegura maior compatibilidade entre os perfis individuais e as exigências institucionais, como também atua preventivamente na promoção da saúde mental e na redução de riscos psicossociais. Conforme Marras (2011), processos seletivos bem estruturados

¹ Capitão do Exército Brasileiro. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Psicologia pela UFF. Doutora em psicologia pela Universidade São Francisco. Atualmente, serve no Centro de Psicologia Aplicada do Exército Brasileiro. E-mail: patricia.cpaex@gmail.com.

² Primeiro-Tenente da Reserva Não-Remunerada do Exército Brasileiro. Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas. E-mail: jordana.fayao@gmail.com

³ Segundo-Tenente do Exército Brasileiro. Graduada em Psicologia pela Faculdade Integral Diferencial. Especialista em Terapia de Família e casal pelo Instituto Camilo Filho. Atualmente, serve na Diretoria de Assistência ao Pessoal do Exército Brasileiro. E-mail: jorimarciabb@gmail.com.

favorecem a diminuição de índices de rotatividade, inadequação funcional e adoecimento psíquico.

Neste escopo, o Departamento-Geral do Pessoal (DGP), por meio da Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP), órgão técnico-normativo responsável pelos temas relativos à Assistência Social, desenvolve e coordena o Programa de Valorização da Vida (PVV), cuja finalidade central é promover ações voltadas à saúde mental dos integrantes da Família Militar.

O PVV tem o foco preventivo, com ações voltadas especialmente para a promoção da saúde mental. Assim, o programa orienta a realização de atividades que contribuam para o equilíbrio das funções mentais necessárias para o enfrentamento e a superação de estados psíquicos de vulnerabilidade, com o objetivo de prevenir o uso abusivo de álcool e outras drogas e a ocorrência de casos de suicídio.

Com base nesse objetivo estratégico e preventivo do PVV, e visando à prevenção e à implementação de novas ações para diminuir os casos de suicídio na Força, o Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAEx), a pedido da DAP, desenvolveu o Protocolo SAD (*Stress, Anxiety and Depression*), um instrumento de triagem elaborado para realizar um rastreamento preliminar da saúde mental na seleção dos conscritos na seleção complementar.

A proposta de aplicação do Protocolo SAD reflete o compromisso do Exército Brasileiro em aprimorar continuamente o processo de seleção dos convocados para o serviço militar obrigatório, buscando alinhar os perfis selecionados à cultura e às exigências institucionais.

A ferramenta tem como finalidade indicar precocemente comportamentos relacionados a quadros de estresse, ansiedade e depressão, favorecendo uma triagem mais sensível às condições de saúde mental dos conscritos. Além disso, sua implementação contribui para mitigar riscos psicossociais no ambiente militar, especialmente considerando que os soldados operam com armamentos e estão submetidos a contextos de elevada exigência emocional e física, o que reforça a necessidade de uma seleção mais criteriosa e estruturada.

Assim, para verificar se o instrumento é adequado para a utilização em todo o Exército, a 7ª RM (Região Militar), realizou a aplicação do Protocolo SAD, de forma experimental, em um grupo de recrutas da Base Administrativa do Curado. A aplicação foi realizada na modalidade digital e escrita, porém na etapa de correção do questionário, a modalidade digital demonstrou resultados altamente positivos, destacando-se pela agilidade na aplicação e pela capacidade de tabular os dados automaticamente em tempo real, otimizando o processo e ampliando sua eficiência.

Diante dos resultados positivos obtidos no projeto piloto, a DAP em dezembro de 2024, fez a gestão da implantação do protocolo SAD para ser utilizado por todas as Regiões Militares durante o processo de Seleção Complementar em 2025. Assim, o Protocolo SAD surge, portanto, como uma ferramenta de

apoio à tomada de decisão dos comandantes, permitindo a detecção inicial de sinais de sofrimento psíquico de maneira objetiva, rápida e acessível, mesmo por avaliadores não especializados em saúde mental.

Pela relevância do Protocolo, constatou-se a necessidade de avaliar sua efetividade, aplicabilidade e percepção por parte dos usuários diretos. Desta forma, foi elaborada uma pesquisa para reunir evidências que embasem o aprimoramento e a consolidação do Protocolo SAD como ferramenta oficial de apoio à seleção complementar no âmbito do Exército Brasileiro.

Ao apresentar o desenvolvimento, a estrutura e a aplicação do Protocolo SAD, este artigo busca contribuir para o debate sobre o uso de ferramentas de rastreamento psicológico em contextos organizacionais militares. Além disso, apresentar os resultados de uma pesquisa institucional que teve como objetivo analisar a percepção dos profissionais responsáveis pela aplicação do protocolo, com vistas à obtenção de dados capazes de subsidiar propostas de aprimoramento em sua operacionalização e padronização no âmbito do Exército Brasileiro.

Fundamentação teórica

O Programa de Valorização da Vida (PVV)

O PVV, instituído pela Portaria DGP/C Ex nº 460, de 19 de setembro de 2023, regulamenta o planejamento e a execução de atividades socioassistenciais voltadas à promoção do bem-estar e à melhoria da qualidade de vida de militares, veteranos, pensionistas e seus dependentes. A referida normativa orienta as Seções de Assistência Social Regionais (SAS R) e de Guarnição (SAS Gu) na condução de ações direcionadas à promoção da saúde mental, sobretudo em contextos de vulnerabilidade emocional.

O PVV adota uma abordagem interdisciplinar na prevenção de transtornos mentais, integrando estratégias de capacitação, acolhimento e encaminhamento a profissionais especializados. Seu propósito é fortalecer a saúde mental e promover a resiliência no âmbito da Família Militar, por meio de ações articuladas que estimulem o autocuidado e fomentem redes de apoio abrangentes e eficazes.

O programa estrutura-se em quatro eixos fundamentais de atuação: (1) prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas entre os integrantes da Família Militar; (2) prevenção ao suicídio e à automutilação; (3) redução dos estados mentais de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais; e (4) promoção do cuidado contínuo com a saúde mental.

A temática da saúde mental tem ganhado relevância no contexto militar, dada a sua relação direta com a performance operacional e a qualidade de vida dos efetivos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), quadros como ansiedade e depressão são considerados fatores de risco para

o comportamento suicida, o que reforça a necessidade de implementação de políticas preventivas eficazes em instituições militares.

Nesse contexto, a utilização do Protocolo SAD alinha-se de maneira estratégica aos objetivos do PVV, particularmente nos eixos voltados à prevenção do suicídio e à mitigação de riscos para transtornos mentais. Desenvolvido como instrumento de rastreamento inicial da saúde mental, o Protocolo SAD permite identificar precocemente sinais sugestivos de sofrimento psíquico entre os conscritos, subsidiando intervenções preventivas e a atuação mais assertiva por parte dos comandantes e das equipes técnicas.

A implantação do Protocolo SAD ao processo de seleção complementar representa, portanto, uma medida concreta de prevenção de agravos à saúde mental no ambiente militar. Ao favorecer a triagem de indivíduos com indícios de ansiedade, depressão e estresse, o protocolo contribui para a identificação precoce de condições de vulnerabilidade psicológica, permitindo intervenções adequadas e fortalecendo a atuação das equipes multidisciplinares da Assistência Social frente às exigências institucionais, consolidando-se como ferramenta estratégica para a preservação da saúde mental e da operacionalidade da Força Terrestre.

Protocolo SAD (*Stress, Anxiety and Depression*)

O protocolo SAD trata-se de uma ferramenta para rastrear preventivamente uma vulnerabilidade psicológica em conscritos em relação a um adoecimento psicológico prévio. Assim, o Protocolo SAD é uma proposta de procedimentos objetivos quanto ao emprego de uma ferramenta com um ponto de corte para a tomada de decisão e uma orientação a respeito do encaminhamento para cada situação, numa tentativa de nortear a problemática anteriormente supramencionada.

A ferramenta desenvolvida partiu dos seguintes fatores condicionantes:

- a) **Premissa 1:** A administração da ferramenta precisava atender o efetivo dos conscritos, logo a aplicação deveria ser objetiva e administrada coletivamente;
- b) **Premissa 2:** Rapidez no resultado, uma vez que deveria ser empregada durante a seleção dos conscritos e uma tomada de decisão quanto à aptidão à carreira deveria ser realizada, sobretudo ao que tange à Saúde Mental; e
- c) **Premissa 3:** A possibilidade de a ferramenta ser aplicada por um *militar entrevistador, sem especialidade* em Saúde Mental, prescindiria, num primeiro momento, da atuação direta de um psicólogo, uma vez que não haveria psicólogos em cada Região Militar disponível para realizar essa seleção.

Sendo assim, um militar sem especialidade poderia administrar o instrumento para rastrear um conjunto de comportamentos que podem assessorar a tomada de decisão em termos de vulnerabilidade psicológica do conscrito. No primeiro momento, esse militar estaria realizando um rastreamento, por meio da ferramenta, e, em um segundo momento, caso o indivíduo pontuasse um escore alto no instrumento de rastreio, conforme a tabela do próprio protocolo SAD, encaminharia para um profissional de Saúde Mental (psicólogo clínico e/ou médico psiquiatra).

Vale salientar que a despeito de ser previsível supor o adoecimento psicológico de um indivíduo previamente, tal protocolo não possui essa finalidade, uma vez que seria necessária uma avaliação psicológica e acompanhamento clínico.

Sendo assim, compreende-se que o protocolo SAD *não possui fins diagnósticos*. No entanto, a ferramenta possui a sensibilidade para rastrear possíveis fatores de risco, por meio da identificação de comportamentos prevalentes relacionados ao estresse, à ansiedade e à depressão.

Em última análise, o protocolo SAD sinaliza pontos de atenção quanto à intensidade, à frequência de comportamentos contraproducentes ao contexto militar. Tais aspectos psicológicos necessários para o uso de armamentos dizem respeito à capacidade de controle, operar sobre aspectos atencionais e afetivos adequados, conforme prevê a Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) Nº 01, de 21 de janeiro de 2022.

O SAD possui 40 frases sobre comportamentos cotidianos. O indivíduo preenche o instrumento assinalando, de acordo com a frequência em que cada comportamento acontece. Quanto mais frequente for um comportamento, maior será a pontuação atribuída. O protocolo estabelece procedimentos para a correção do instrumento psicológico, fornecendo, respectivamente, a interpretação dos escores e sugerindo uma recomendação com base nos resultados da ferramenta.

Cada afirmação é pontuada conforme o relato do candidato, de acordo com os seguintes parâmetros: se o comportamento descrito ocorre de 0 a 1 vez, considera-se “Nada frequente”, atribuindo-se 0 ponto; se ocorre entre 2 a 5 vezes, é classificado como “Pouco frequente”, com 1 ponto; ocorrências entre 6 a 10 vezes são consideradas “Moderadamente frequentes”, com 2 pontos; ocorrências entre 11 a 20 vezes configuram “Frequente”, resultando em 3 pontos; E, por fim, se o comportamento ocorre de 21 a 31 vezes, é considerado “Muito frequente”, atribuindo-se 4 pontos.

A pontuação total possível varia de 0 a 160 pontos. A soma final obtida é utilizada como indicador da intensidade dos indícios de comprometimento emocional do candidato.

A pontuação total permite uma análise preliminar da condição psicológica do conscrito, segundo os seguintes intervalos de interpretação:

- 1. 0 a 40 pontos:** Não há sinais relevantes de desordem psicológica ou psiquiátrica. O perfil do candidato é considerado compatível com a rotina militar.
- 2. 41 a 80 pontos:** Há indícios moderados de sofrimento psíquico. Embora não sejam conclusivos, os sinais sugerem atenção por parte da equipe de seleção.
- 3. 81 a 120 pontos:** Os dados indicam indícios graves de comprometimento emocional, sendo recomendável o encaminhamento para avaliação especializada.
- 4. Acima de 120 pontos:** Observa-se indicio muito grave de sofrimento psicológico, com necessidade de análise prioritária e cautelosa pela comissão de seleção.

O desenvolvimento dos itens do instrumento baseou em entrevistas semiestruturadas, reuniões de consenso de especialistas, análise de itens de instrumentos vigentes em Saúde Mental, e, posteriormente, a testagem do instrumento foi realizada com uma amostra de 30 soldados.

Em linhas gerais, o instrumento mapeia com linguagem simples comportamentos relacionados ao humor deprimido, anedonia, desesperança, ideação suicida, preocupação excessiva, tensão, sintomas físicos persistentes, pensamentos autodestrutivos, irritabilidade, impulsividade e explosões emocionais.

Tais comportamentos refletem dificuldade de pensar antes de agir, baixa tolerância à frustração, ou seja, prejuízos de julgamento e controle dos impulsos, (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2022). Além do histórico de tentativas de suicídio ou de indícios de comportamento agressivo e descontrolado, esses fatores refletem em comportamentos desadaptativos, os quais correspondem a uma incompatibilidade com a carreira militar e com o manejo de armamentos.

Os resultados encontrados constataram que os soldados com baixo enfrentamento psicológico, de uma amostra preliminar, que refletiram a ausência de apoio de familiares, pontuaram mais alto na escala. Isso possibilitou discriminar a pontuação em relação ao somatório do escore do SAD. Assim, uma pontuação de 0 a 40 indica que o indivíduo não possui desordem psicológica ou psiquiátrica. Uma pontuação de 41 a 80, recomenda avaliação por um oficial em Saúde Mental. Já uma pontuação de 81 a 160 sugere a não indicação para o Serviço Militar.

Em última análise, o SAD atendeu aos requisitos de confiabilidade e validade, sendo considerado aceitável para mensurar o adoecimento em conscritos. Dessa forma, constitui uma ferramenta para embasar estratégias de seleção desses militares.

A importância de um instrumento de seleção de pessoas

A seleção de pessoas visa identificar, dentre os candidatos disponíveis, aquele que apresenta o melhor alinhamento entre competências, valores pessoais e as exigências da função e da Organização Militar (OM). Uma seleção bem estruturada pode maximizar o desempenho individual e coletivo, reduzir custos com readaptação e desligamentos, e contribuir para um ambiente organizacional mais estável e produtivo.

Para Chiavenato (2014), selecionar pessoas trata-se de decidir quem fará parte da organização e terá impacto direto em seus resultados. Quando o processo é conduzido de maneira criteriosa, as chances de incompatibilidade e conflitos são reduzidas. No entanto, escolhas equivocadas, especialmente em cargos de alta exigência, podem gerar consequências significativas, como baixa produtividade, absenteísmo, problemas disciplinares e até mesmo agravos à saúde mental do indivíduo e de seus pares.

O recrutamento e seleção devem seguir um processo estruturado, composto por etapas definidas que garantam a uniformidade e a equidade do processo (DUTRA, 2020). A padronização das ferramentas de avaliação é essencial para reduzir vieses, e assegurar que os candidatos sejam avaliados de maneira justa e precisa.

Para Chiavenato (2014) e Bohlander & Snell (2017), processos seletivos estruturados e compatíveis com a cultura organizacional contribuem significativamente para a integração funcional e para o bem-estar dos indivíduos em ambientes organizacionais exigentes.

De acordo com Lacombe e Heilborn (2003), a seleção abrange o conjunto de práticas e processos usados para escolher, dentre os candidatos disponíveis, aquele que parece ser o mais adequado para a vaga existente. Assim, uma seleção adequada e bem estruturada pode evitar a efetivação de conscritos com sintomas psíquicos relevantes, que podem comprometer a adaptação ao ambiente militar, impactar sua trajetória formativa e, potencialmente, a operacionalidade da Força.

No contexto das organizações militares, o processo de seleção apresenta particularidades que exigem atenção especializada. O ambiente de caserna impõe aos indivíduos condições específicas de pressão psicológica, adaptação a normas institucionais rigorosas, convivência em estruturas hierarquizadas, e exposição a treinamentos intensivos e atividades operacionais.

Diante dessas demandas, torna-se imprescindível avaliar não apenas a aptidão física dos conscritos, mas também questões de saúde mental, com o intuito de verificar sua capacidade de adaptação e desempenho diante das exigências da carreira militar. Nesse cenário e perante a grande escala do processo de incorporação anual e da limitação de recursos humanos especializados, torna-se inviável a aplicação de avaliações psicológicas em larga escala.

Nesse contexto, instrumentos de triagem psicológica assumem papel estratégico. Eles não substituem o diagnóstico clínico dos transtornos mentais, mas funcionam como filtros iniciais que ajudam a identificar indícios de sofrimento psíquico.

Diante do exposto, o Protocolo SAD insere-se exatamente nesse contexto, oferecendo um mecanismo preliminar e padronizado de rastreamento psicológico, que pode ser aplicado por militares designados para a seleção dos novos integrantes. Trata-se de uma ferramenta que otimiza o processo decisório do comandante da Organização Militar (OM), favorecendo a identificação de indícios de sofrimento psíquico e permitindo, assim, intervenções preventivas mais oportunas e direcionadas.

Metodologia

O presente artigo adota uma abordagem metodológica mista, de natureza aplicada e com finalidade descritiva, visando compreender, de forma abrangente, os impactos e a efetividade do Protocolo SAD no contexto da seleção complementar de conscritos no Exército Brasileiro. A combinação de dados quantitativos e qualitativos busca fornecer subsídios concretos para o aprimoramento, padronização e ampliação da aplicação do protocolo em todo o território nacional.

Conforme defendem Minayo, Assis e Souza (2005), as abordagens quantitativa e qualitativa podem ser utilizadas de maneira complementar, ampliando a capacidade explicativa e interpretativa dos fenômenos investigados. Com base nessa diretriz, a pesquisa foi estruturada em duas etapas metodológicas integradas: a primeira consistiu em uma revisão bibliográfica fundamentada em literatura científica, documentos institucionais, normativas internas do Exército Brasileiro e publicações sobre triagem psicológica e processos seletivos em ambientes organizacionais militares; a segunda envolveu uma investigação quantitativa, de caráter exploratório, voltada à coleta e análise de dados empíricos junto aos profissionais envolvidos diretamente na aplicação do Protocolo SAD.

A etapa documental e bibliográfica teve como objetivo mapear o estado da arte sobre a aplicação de instrumentos de triagem psicológica em contextos

militares, considerando fatores como validade científica e viabilidade operacional. Já a etapa empírica foi conduzida por meio de um questionário estruturado, elaborado com base em critérios técnicos e aplicado eletronicamente entre os dias 19 e 30 de maio de 2025. A amostra foi composta por três segmentos estratégicos: *Super Users* (gestores regionais do sistema), administradores das Organizações Militares (OM) e examinadores diretamente responsáveis pela condução das entrevistas com os conscritos.

Os dados obtidos foram organizados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise estatística descritiva, permitindo a identificação de padrões de uso da ferramenta, percepção de eficácia, limitações operacionais e sugestões de aprimoramento. Essa triangulação metodológica possibilitou uma análise mais robusta e integrada, articulando a percepção prática dos usuários do sistema, com os pressupostos técnico-científicos que orientam sua concepção e implementação. A utilização dessa abordagem mista fortalece a confiabilidade dos achados e contribui para a formulação de recomendações mais precisas e aplicáveis às rotinas institucionais da Força Terrestre.

Análise dos resultados e discussões

A fim de avaliar a implementação do Protocolo SAD nas OM do Exército Brasileiro, foi conduzida uma pesquisa nacional com um total de 1.871 respondentes, distribuídos entre as 12 Regiões Militares (RM). A amostra demonstrou ampla representatividade geográfica, destacando-se as Regiões com maior número de respostas: 1ª RM (Rio de Janeiro/RJ) (18,05%), 2ª RM (São Paulo/SP) (15,16%), 5ª RM (Curitiba/PR) (11,27%) e 3ª RM (Porto Alegre/RS) (9,98%).

A diversidade de OM vinculadas aos respondentes, detalhada nos resultados por RM, demonstra a capilaridade da pesquisa, abrangendo diferentes contextos operacionais e administrativos da Força Terrestre.

No que concerne aos papéis desempenhados na aplicação do protocolo, a pesquisa revela uma predominância expressiva dos entrevistadores, que constituíram 78,43% da amostra. Este dado sublinha a importância crucial destes militares na operacionalização do SAD, sendo eles a linha de frente na interação com os conscritos durante a seleção complementar.

Os Administradores de OM representaram 15,43% dos participantes, responsáveis pela gestão e supervisão do processo em nível local, enquanto os profissionais do Serviço de Assistência Social (SAS), com 6,03%. Essa distribuição de responsabilidades parece alinhada com a estrutura funcional esperada para a aplicação de um protocolo de triagem psicológica em larga escala.

Um dos achados mais relevantes da pesquisa é a alta taxa de adesão à ferramenta: 93,86% das OM representadas pelos respondentes afirmaram ter

realizado a aplicação do Protocolo SAD na seleção complementar. Este percentual sugere uma receptividade positiva e um esforço institucional considerável para a implementação do protocolo como ferramenta de apoio aos comandantes, na identificação de vulnerabilidades psicológicas nos futuros militares.

A introdução do SAD representa um avanço significativo na atenção à saúde mental desde as fases iniciais da vida militar, buscando mitigar riscos e promover um ambiente mais seguro e saudável.

Apesar da alta taxa de implementação, 6,03% das OM não aplicaram o protocolo. A análise dos fatores impeditivos revela um quadro multifacetado. A principal barreira apontada foi a “Falta de conhecimento da existência do Protocolo SAD” (35,40%), seguida de perto pela “Falta de infraestrutura tecnológica” (32,74%). Estes dois fatores, somados, indicam possíveis falhas na disseminação da informação sobre o protocolo e carências de recursos tecnológicos (computadores, rede, acesso ao sistema) em algumas unidades. A “Dificuldade no treinamento dos aplicadores” (20,35%) também emergiu como um obstáculo relevante, sugerindo a necessidade de aprimorar as estratégias de capacitação. Problemas técnicos com o sistema (8,85%), resistência dos conscritos (7,08%) e questões relacionadas ao servidor/base de dados (4,42%), foram menos frequentes, mas ainda presentes.

A categoria “Outros” (38,05%) agrupou diversas justificativas, como a OM não incorporar soldados, atraso no recebimento das diretrizes, falta de pessoal e problemas com VPN (Rede Virtual Privada), evidenciando a complexidade da implementação em uma estrutura tão vasta e heterogênea quanto o Exército.

Entre as OM que aplicaram o protocolo, 75,88% relataram tê-lo feito sem dificuldades, o que é um indicador positivo da viabilidade da ferramenta. No entanto, 24,06% encontraram percalços. A principal dificuldade reportada foi novamente a “Falta de infraestrutura tecnológica” (26,86%), reforçando este como um ponto crítico para a plena operacionalização do SAD. Problemas técnicos no sistema, como instabilidade ou lentidão (14,42%), também foram significativos. A “Resistência dos conscritos em responder” (6,83%) e a “Dificuldade no treinamento dos aplicadores” (6,62%) apareceram com menor expressão, mas não devem ser negligenciadas.

A resistência pode estar associada à percepção dos conscritos sobre o processo seletivo ou à dificuldade em compreender as perguntas, como apontado em respostas abertas (“conscritos tendem suas respostas de acordo com seu interesse ou não de servir”, “dificuldade para o conscrito entender o número de ocorrências mensais”, “Perguntas um pouco vagas”). A categoria “Outros” (6,57%) incluiu questões como tempo excessivo para aplicação, necessidade de mais pessoal, lentidão do sistema, e a percepção de perguntas confusas ou repetidas.

A discussão destes resultados aponta para a relevância e a pertinência da implementação do Protocolo SAD como um instrumento de apoio à decisão na seleção de conscritos, alinhado às crescentes preocupações com a saúde mental na sociedade e nas Forças Armadas.

A alta taxa de adesão inicial é promissora, mas os desafios identificados, especialmente os relacionados à infraestrutura tecnológica, comunicação/disseminação de informação e treinamento, precisam ser endereçados para garantir a efetividade e a sustentabilidade do protocolo. A padronização dos procedimentos e a capacitação contínua dos entrevistadores são fundamentais para assegurar a qualidade da coleta de dados e a fidedignidade das avaliações. A superação das barreiras tecnológicas e a garantia de acesso estável ao sistema são igualmente cruciais. Em suma, os resultados indicam que o Protocolo SAD tem potencial para fortalecer o processo seletivo, contribuindo para a identificação precoce de vulnerabilidades e para a promoção da saúde mental na tropa.

Considerações finais

A implementação do Protocolo SAD no âmbito da seleção complementar dos conscritos representa um avanço significativo no cuidado com a saúde mental no interior das Forças Armadas brasileiras. Essa ferramenta demonstrou-se eficaz no rastreamento precoce de sinais de estresse, ansiedade e depressão, permitindo ao comandante uma tomada de decisão mais consciente, estratégica e alinhada às necessidades psicossociais dos recrutas. Os dados obtidos por meio da pesquisa com os aplicadores indicam uma aceitação muito positiva do instrumento, evidenciando sua relevância como apoio às ações preventivas no contexto militar. Ainda assim, desafios como a adequação da infraestrutura tecnológica e a capacitação contínua dos militares envolvem esforços permanentes para garantir a consolidação e ampliação de sua operacionalização.

Nesse contexto, destaca-se o papel da Assistência Social como agente articulador fundamental na preservação do poder de combate. Atuando na prevenção de agravos psicológicos, no suporte técnico às Organizações Militares e na promoção do bem-estar da tropa, os profissionais da área contribuem decisivamente para a formação de efetivos mais saudáveis, resilientes e aptos ao cumprimento da missão institucional.

A atuação do Serviço de Assistência Social, ao apoiar a aplicação do Protocolo SAD e fomentar a consolidação de programas como o Programa de Valorização da Vida (PVV), reafirma seu papel estratégico na preservação do capital humano militar – elemento central para a manutenção da operacionalidade contínua e eficaz da Força Terrestre.

Do ponto de vista técnico-científico, a triagem sistemática de fatores psi-

cossociais no ingresso à carreira militar representa uma importante inflexão nas práticas de gestão de pessoal, ao incorporar conceitos da psicologia preventiva, da saúde coletiva e da epidemiologia em saúde mental. O reconhecimento precoce de sintomas permite intervenções oportunas, o redirecionamento de funções quando necessário e a construção de planos de cuidado individualizados. Tal abordagem é coerente com os princípios da promoção de saúde da Organização Mundial da Saúde, ao priorizar a identificação de riscos e a mitigação de fatores estressores, contribuindo para reduzir o adoecimento mental e, por consequência, o absenteísmo, o suicídio e os afastamentos prolongados por transtornos mentais comuns.

Dessa forma, ao integrar instrumentos de triagem psicológica à política institucional de valorização da vida, o Exército Brasileiro reforça seu compromisso com a promoção da saúde integral do seu efetivo e reconhece, de forma inequívoca, a Assistência Social como eixo estruturante da prontidão militar, da coesão da tropa e da sustentabilidade do poder combatente no país.

Referências

- ADAMSON, K. A. et al. **Reliability: measuring internal consistency using Cronbach's α . Clinical Simulation in Nursing**, 2013.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. (5ª ed., texto rev.), Porto Alegre: Artmed, 2022. <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425787>.
- BOATENG, G. O. et al. **Best practices for developing and validating scales for health, social, and behavioral research: A primer**. *Frontiers in Public Health*, 2018.
- BOHLANDER, G. W.; SNELL, Scott A. **Administração de Recursos Humanos**. 16. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- BRASIL, Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria DGP/C Ex Nº 460, de 19 de setembro de 2023**. Programa de Valorização da Vida. Boletim do Exército, Brasília, DF, 19 set. 2023.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01, de 21 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Avaliação Psicológica para concessão de registro e porte de arma de fogo e revoga a Resolução CFP nº 18, de 09 de dezembro de 2008, a Resolução CFP nº 02, de 30 de março de 2009 e a Resolução CFP nº 10, de 21 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-21-de-janeiro-de-2022-376060371>. Acesso em: 02 jun. 2025
- COSTA, M. et al. **Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira**. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 21, p. 217-222, 2007.
- DA SILVA, A. S. et al. **Prevalence of symptoms of depression, anxiety and stress in military police/Prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse em policiais militares**. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, v. 15, 2023.

DELACRUZ, P. J. et al. **The impact of stress to the quality of life of the college students during the COVID-19 pandemic.** Psychology and Education: A Multidisciplinary Journal, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. **Administração: princípios e tendências.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017

MARRAS, J. P. **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, L. C. X.; KUHN, L. **Prevalência de transtornos mentais comuns em jovens brasileiros recém-incorporados ao Serviço Militar Obrigatório e fatores associados.** Acesso em 27 de maio de 2025.

PÔSTER 11

O trabalho do Serviço Social do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo II: uma interlocução do Sistema de Serviço Social da Aeronáutica e a manutenção do Poder Combatente

Roberta Mischiatti de Latorre¹

Dábila Natieli de Paiva²

Fernanda Bruna Sorgato Pitt³

Resumo

O trabalho aborda a atuação do Serviço Social na Guarnição de Aeronáutica de Curitiba, com foco na manutenção do poder combatente, por meio do fortalecimento psicossocial dos militares. Evidenciando a capacidade de dialogar com as múltiplas dimensões da vida destes, valorizando o elemento humano como recurso estratégico.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Combatente; Serviço Social; Psicossocial.

Introdução

O presente trabalho é fruto da experiência profissional das assistentes sociais autoras na Guarnição de Aeronáutica de Curitiba (GUARNAE-CT), no que diz respeito às ações desenvolvidas pela Seção de Serviço Social, alcançando os militares em diversos aspectos e momentos de suas carreiras. Compreendendo

¹ Primeiro-Tenente da Força Aérea Brasileira. Bacharel em Serviço Social pela Faculdades Integradas Espírita do Paraná. Pós-Graduada Lato Sensu: Formação Pedagógica do Docente de Nível Superior pela Faculdade Doutor Leocádio José Ferreira. Pós-Graduada Lato Sensu: Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis pela UFPR. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente, serve no Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo II (CINDACTA II). E-mail: mischiattiml@fab.mil.br.

² Segundo-Tenente da Força Aérea Brasileira. Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Pós-Graduada Lato Sensu: Gestão de Políticas, Programas e Projetos Sociais pela PUC-PR. Atualmente, serve no CINDACTA II. E-mail: paivadnp@fab.mil.br.

³ Aspirante da Força Aérea Brasileira. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER. Especialista em Atenção Hospitalar à Saúde da Mulher pelo Complexo Hospital de Clínicas - (CHC-U-FPR). Atualmente, serve no CINDACTA II. E-mail: fernandapittfbsp@fab.mil.br.

que a interface com os demais determinantes da vida social do efetivo reflete direta e indiretamente nas condições objetivas desses militares e na atuação diária.

O estudo foi construído com o objetivo de registrar as atividades planejadas pelo Serviço Social da GUARNAE-CT no ano de 2025, o qual insere a questão da saúde mental nos atendimentos individuais e ações coletivas, cuja finalidade é a manutenção do poder combatente de seu efetivo. As atividades coletivas buscam sensibilizar o efetivo quanto à atenção às doenças que envolvem a saúde mental, os recursos disponíveis na rede de atenção pública e, ainda, desmistificar situações do cotidiano. Para o ano de 2025, foram planejados nove projetos coletivos, envolvendo o processo de formação de recrutas; a integração de novos militares incorporados à organização militar e/ou transferidos; a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho; a sensibilização quanto à discussão sobre meio ambiente; a atenção aos militares em destacamentos subordinados ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo II (CINDACTA II); a educação financeira; e a atenção à terceira idade e à reserva.

O método que norteou a presente pesquisa baseia-se no materialismo histórico-dialético, buscando a análise enquanto totalidade, conforme salientado por Medeiros e Sviercoski (2020, p. 66): “[...] com base na ideia de totalidade para ser revelado o processo contraditório e complexo no qual se constitui o objeto, sempre tendo como perspectiva o contexto em que este está inserido.”

Deste modo, compreende-se que, para discutir sobre o poder combatente do efetivo, faz-se necessário tratar da totalidade dos aspectos biopsicossociais de cada militar. Ou seja, não se pode falar em saúde mental sem se debruçar sobre aspectos econômicos, institucionais, organizacionais, sociais, ambientais, de saúde física e emocional, bem como demais fatores internos ou externos que possam impactar o efetivo da GUARNAE-CT. Compreendendo a saúde mental como um fenômeno global e não contemporâneo e, enquanto comprometimento ético-político do/a profissional de Serviço Social, a intervenção nas expressões da questão social torna-se fundamental para minimizar os impactos, sendo imprescindível a inserção do efetivo nas ações coletivas supracitadas, assim como o atendimento individual, quando necessário, a esses militares. Assim, é responsabilidade do/a Assistente Social manter-se inserido/a e atualizado/a nos debates sobre o tema, pois uma atuação alinhada ao projeto ético-político exige o conhecimento do contexto histórico, a aproximação com a realidade dos sujeitos demandantes e o planejamento da intervenção profissional, sempre com base nos referenciais teórico-metodológicos, nos marcos normativos e nos instrumentos técnico-operativos que fundamentam a profissão.

A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de embasar teoricamente as ações do Serviço Social desenvolvidas na GUARNAE-CT. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de livros, artigos e legislações voltados à atuação profissional, bem como sobre o tema da saúde

mental e da Organização Militar (OM). Já a pesquisa documental concentrou-se na análise de materiais internos da própria Seção de Serviço Social, como formulários (Google Forms), relatórios, registros fotográficos e pesquisas aplicadas junto aos usuários. Além disso, foi utilizada uma abordagem quantitativa e qualitativa para a coleta e análise dos dados.

A dimensão quantitativa mensurou aspectos como participação nos projetos coletivos e o percentual de respostas obtidas nas pesquisas de avaliação, possibilitando uma leitura objetiva dos resultados. Já a abordagem qualitativa permitiu compreender a percepção dos usuários, as experiências vivenciadas e os impactos das ações sobre o efetivo militar, considerando os aspectos subjetivos e sociais que influenciam a realidade estudada. A análise dos dados foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, possibilitando a interpretação das informações coletadas nas fontes supracitadas e, dessa maneira, a compreensão das práticas do Serviço Social e sua relação com a manutenção do poder combatente.

O poder combatente e a atuação do Serviço Social da Aeronáutica

No contexto das Forças Armadas, a compreensão de poder combatente, em geral é entendida sob a perspectiva técnico-operacional, voltada à capacidade de desempenho dos meios materiais:

“Poder baseado nas características relativas à capacidade, ao armamento, à blindagem, à média de surtidas provável, à manutenção e ao alcance das aeronaves que possam ter ligação com a missão específica.” (BRASIL, 2015, p. 211)

Embora esse conceito acentue elementos estratégicos importantes, ele não esgota a definição. Complementarmente, diz respeito à capacidade de resposta da instituição, isto é, às condições do efetivo de cumprir a missão de maneira eficiente. Todavia, sua estrutura é sustentada pelos pilares físico, intelectual e moral, os quais determinam o pronto emprego da tropa, ou seja, a razão de ser do sistema de defesa da Pátria e, no caso da Força Aérea Brasileira, a defesa do espaço aéreo e da soberania nacional.

Este estudo destaca a Dimensão Humana (DH) do poder combatente, temática que tem ganhado espaço nos estudos de defesa contemporâneos, com a proposição de uma abordagem mais ampla na preparação e no emprego da tropa.

Nesse sentido, ressalta-se o brilhante trabalho de análise de Celestino (2024) sobre as normativas do Exército Americano, que esclarece como o conceito de Dimensão Humana tem sido estruturado e valorizado naquele contexto, especialmente diante da lacuna sobre o tema no Brasil.

O artigo evidenciou o deslocamento do foco da operacionalidade para a valorização do elemento humano como recurso estratégico, perspectiva que considera as subjetividades, os vínculos sociais e as condições psicossociais dos militares, destacando que o desempenho da tropa depende também de fatores não materiais, como bem-estar emocional, a coesão e a liderança sensível.

“A DH tal como refletida pelo U.S. Army congrega os aspectos morais, sociais, cognitivos e físicos que permeiam o componente militar, por meio dos sujeitos, grupos e/ou do ambiente institucional. Sendo assim, as ações inscritas em sua fundamentação compreendem não só o suporte ao militar e a sua família, mas a formação, o treinamento e o emprego do pessoal das Forças Armadas (incluindo os civis), abrangendo, também, as questões ambientais, culturais e relacionais que envolvem os conflitos.” (CELESTINO, 2024, p. 12)

Esse entendimento sustenta, portanto, o poder combatente, reforçando a importância de políticas, programas e projetos que promovam o bem-estar e a coesão da tropa, particularidades nas quais o Serviço Social exerce papel relevante, especialmente por meio do fortalecimento do pilar moral⁴.

Todavia, quando se observa a partir da perspectiva crítica do Serviço Social, é possível refletir sobre como e de que forma essa estrutura teórica se manifesta no cotidiano militar e se, de fato, dá conta da complexidade das relações sociais vividas pelo efetivo. Verifica-se que o cotidiano militar é atravessado por exigências que testam o equilíbrio emocional e a capacidade de resiliência: jornadas longas, mudanças constantes, isolamento, pressão por desempenho e ambiente disciplinar rigoroso são fatores que impactam a saúde psicossocial desses militares.

A Portaria Normativa do Gabinete do Ministro do Ministério da Defesa nº 1.740/GM-MD de 14 de abril de 2021, que aprovou as diretrizes de Assistência Social das Forças Armadas, é um importante instrumento de apoio à Estratégia Setorial de Defesa. Ela é compreendida por meio de um conjunto de ações desenvolvidas através de programas, projetos e serviços, objetivando o suporte aos militares e seus familiares, promovendo o acompanhamento psicossocial e a melhoria da qualidade de vida no âmbito castrense.

No tocante ao tema, o Serviço Social se revela um ator fundamental na sustentação desse pilar, ao atuar diretamente nos aspectos que influenciam o

⁴ Vale destacar que o uso do termo “moral”, nas Forças Armadas, refere-se ao conjunto de valores institucionais voltados à coesão, disciplina e engajamento com a missão militar. Contudo, no campo do Serviço Social, a ideia de “moral” pode suscitar tensionamentos, já que o termo historicamente esteve vinculado a práticas de normatização e julgamento de condutas que desconsideravam as condições concretas de vida dos sujeitos. Portanto, ao abordar o pilar moral neste trabalho, adota-se uma perspectiva que reconhece sua relevância para a estrutura militar.

bem-estar e o pronto emprego. Sob essa ótica, é importante entender que o componente humano do poder combatente não pode ser interpretado exclusivamente sob uma lógica funcionalista ou disciplinadora.

Como ressalta Iamamoto (2010), o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, atravessada pelas contradições do capital e do Estado. Por isso, mesmo em um ambiente altamente institucionalizado como o militar, a profissão deve manter seu compromisso ético-político com a ampliação dos direitos sociais e com a emancipação dos sujeitos.

Portanto, a atuação do Serviço Social junto aos militares e seus familiares não deve se limitar a colaborar com a prontidão operacional; ela também assume papel de ponte entre as exigências da instituição e as reais necessidades das pessoas que dela fazem parte. Trata-se de uma atuação desafiada pelos limites entre disciplina e cuidado, entre autoridade e escuta qualificada.

A Diretriz do Comando da Força Aérea 100 (DCA 11-45), assinada em 2016, propõe uma reestruturação da Força Aérea Brasileira (FAB) até 2041 e aponta a necessidade de mudanças nos modelos de gestão, nas estruturas hierárquicas e nos processos internos da instituição. A própria FAB reconhece que o excesso de verticalização e a burocracia dificultam respostas mais ágeis e humanas no trato com seu pessoal. Como ressalta Silva (2018), em sua tese de doutorado, esse novo cenário atribui ao Serviço Social um papel mais estratégico — não apenas no âmbito assistencial, mas também na produção de diagnósticos sociais, na articulação com outras áreas e na consolidação de políticas internas voltadas ao bem-estar da tropa. Em suma, o Serviço Social dentro das instituições militares deve reafirmar sua capacidade técnica e seu compromisso ético em meio a um ambiente marcado por constantes tensões entre a rigidez das normas e a pluralidade das demandas sociais vividas pelos seus usuários. É essa postura, alinhada ao projeto ético-político da profissão, que permite transformar o pilar moral do poder combatente em um espaço legítimo de escuta, crítica e promoção da dignidade humana. Autores como Iamamoto (2010) e Minayo et al. (2011) destacam que o trabalho do assistente social em instituições marcadas por forte controle disciplinar e alta exigência emocional, como é o caso da Força Aérea Brasileira, exige um olhar atento ao sofrimento psicossocial dos indivíduos.

Esse sofrimento, longe de ser uma experiência meramente individual, deve ser compreendido como uma das expressões da questão social na contemporaneidade. Conforme evidenciado em estudo realizado com profissionais da segurança pública, Minayo, Assis e Oliveira (2011) demonstram que a exposição prolongada à pressão, ao risco e à rigidez hierárquica tende a produzir impactos significativos na saúde mental, demandando intervenções institucionais não apenas reativas, mas também preventivas e estruturantes.

Por isso, o trabalho do Serviço Social militar precisa avançar para além das respostas imediatistas ou meramente assistencialistas. É preciso construir espaços de escuta qualificada e acolhimento, nos quais o sofrimento seja reconhecido não como sinal de fragilidade, mas como um indicador legítimo das tensões vividas no exercício da profissão militar. Ao trazer esse debate para dentro das instituições armadas, o Serviço Social contribui não apenas para humanizar as relações, mas também para fomentar uma cultura organizacional mais sensível às dimensões subjetivas do trabalho.

Compreender a vulnerabilidade social como parte das múltiplas expressões da questão social permite ao assistente social elaborar diagnósticos mais precisos e propor intervenções que dialoguem com as necessidades reais do efetivo. Essa postura exige compromisso ético e rigor técnico, mas também coragem para tensionar os receios em torno das dores que não se veem. Ao fazer isso, o Serviço Social reafirma seu papel de mediador entre as estruturas e os sujeitos, fortalecendo o pilar moral do poder combatente como espaço de cuidado, empatia e transformação.

Do exposto, torna-se importante compreender como essas dimensões se expressam no cotidiano institucional, reconhecendo as especificidades que passam os sujeitos que compõem o efetivo em sua diversidade de experiências, origens, condições de saúde, ciclos de vida e vínculos sociais. Portanto, este estudo segue uma abordagem metodológica orientada à identificação, sistematização e análise das ações concretas desenvolvidas pelo Serviço Social no CINDACTA II.

Busca compreender de que modo essas ações dialogam com os pilares que sustentam o poder combatente, com atenção especial ao pilar moral e à promoção da saúde psicossocial, sem negligenciar os impactos das desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias dos (as) profissionais militares. A seguir, são apresentados os procedimentos técnicos e analíticos que fundamentaram a produção do trabalho em questão.

Atuação do Serviço Social na Guarnae-CT

O Serviço Social (SESO-CT) na Guarnição de Aeronáutica de Curitiba (GUARNAE-CT) atua por meio de atendimentos individuais e coletivos. Por se tratar de uma Guarnição, o SESO-CT abrange atendimentos com finalidades distantes, como o acesso a benefícios socioassistenciais e encaminhamentos relacionados à Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Mulher Vítima de Violência, Pessoas fora do mercado de Trabalho, entre outras situações.

De acordo com a Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 163-5/2024 - Instruções Reguladoras dos Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica, tem como objetivo em seu Art 13:

“[...] fomentar iniciativas que impulsionem a melhoria da qualidade de vida no trabalho, identificando e atuando nos condicionantes sociais que possam vir a afetar o bom desenvolvimento das atividades laborais na caserna, proporcionando apoio ao homem.” (ICA 163-5/2024)

Assim, mesmo atuando no campo organizacional, o SESO-CT é responsável por atender às demandas de todo o efetivo local, dos 12 destacamentos subordinados, e ainda se insere nos campos da Saúde, da Educação e do Operacional.

O Serviço Social do SESO-CT tem atuado intensamente no apoio aos militares e suas famílias, especialmente por meio de projetos sociais voltados à saúde mental. Destacam-se as ações coletivas crescentes nessa área, como o projeto Recrutadas em Ação, realizado semestralmente desde 2013, em parceria com o Grupo de Segurança e Defesa de Curitiba (GSD-CT). Esse projeto tem como objetivo apoiar jovens em formação militar obrigatória, promovendo o desenvolvimento pessoal e prevenindo desgastes emocionais. Os temas abordados nas duas turmas incluem: Violência contra Mulher; Direção Defensiva; Serviço Social no Comando da Aeronáutica (COMAER); Apresentação da FAB e Carreira Militar; Apresentação do Trabalho na Polícia Científica do Paraná; Orientações sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis; Educação Financeira; Uso de substâncias Etilicas e Químicas; Programa Integrar; Qualidade de Vida no Trabalho e Prevenção a Hábitos que acarretam vícios; e a Importância da Qualificação Profissional.

A possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de potencialidades dos novos militares e de instruí-los acerca de outros temas relativos à vida social coaduna com as prerrogativas atribuídas ao trabalho coletivo e socioeducativo, conforme previsto na ICA 163-5/2024 – Instruções Reguladoras dos Sistema de Serviço Social do COMAER.

Além disso, a ICA 30-10/2023 – Apoio Socioemocional e Humanístico ao Efetivo do Comando da Aeronáutica – traz como “atividade permanente das assistentes sociais o tema de saúde mental e suicídio, de forma direta ou transversal, nas ações referentes à atenção aos militares em formação” (ICA 30-10, p. 20, 2023).

Outro assunto fundamental para este projeto se relaciona à ICA 30-13/2024, que trata sobre “os procedimentos para prevenção e enfrentamento ao assédio no âmbito do Comando da Aeronáutica”.

É notório que as demandas sociais do efetivo se apresentam de maneiras muito diversas, por vezes explícitas, mas, em sua maioria, veladas, especialmente no tocante às relações intrafamiliares, que afetam, conseqüentemente, outras dimensões da vida, como aquelas desenvolvidas na escola e/ou trabalho, interferindo diretamente no desempenho da ação militar.

Outro público atendido pelo SESO-CT, nesta perspectiva da manutenção do Poder Combatente, refere-se aos militares recém-chegados à Guarnição.

Essas ações estão amparadas pela ICA 164-2/2015 - Programa Integrar - que versa sobre a finalidade do Programa Integrar, quanto ao estabelecimento “de procedimentos para a recepção de integrantes militares e civis recém-chegados ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e às Organizações Militares subordinadas, proporcionando a adaptação pessoal e profissional” (p.5, 2015). Considerando, ainda, as prerrogativas do ambiente militar e a realidade de constantes movimentações de seu corpo técnico para as mais diversas localidades, o Serviço Social, pela sua expertise profissional, capta as complexidades do mundo do trabalho, que conforme Guerra:

“A instrumentalidade do Serviço Social, dada pela forma na qual a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e resposta pela dinâmica da realidade social, tanto vincula a profissão a outros ramos de atividade profissional quanto atribui à profissão um status peculiar, já que contempla as ações pelas quais o profissional é reconhecido e requisitado socialmente”. (Guerra, 2011, p.159)

Portanto, em concordância com Guerra, compreende-se que é necessário conhecer e analisar o processo de trabalho engendrado pelo Serviço Social no âmbito militar. Ao executar programas como este, torna-se possível minimizar fatores que acarretam possíveis dificuldades no desenvolvimento do trabalho, bem como na adaptação da família aeronáutica.

Nesta linha de enfrentamento às expressões da questão social presentes na vida dos militares da GUARNAE-CT, outro projeto social executado é o de Atenção aos Destacamentos. De acordo com essa instrução, o Serviço Social (SESO) da GUARNAE-CT é considerado como SESO de Guarnição (G), ou seja, deve responder por todas as demandas sociais da localidade.

Enquanto atuação no Campo Organizacional, o Serviço Social deve “prezar pela atenção às demandas do efetivo ativo do COMAER, incluindo os militares em destacamento; pelo atendimento integral à família aeronáutica; bem como pela atenção aos militares veteranos, servidores civis aposentados e pensionistas” (ICA 163-5/2024, Art. 13, §1º).

Prevê ainda, no mesmo Art. 13 e § 2º:

“O Serviço Social organizacional contribuirá para o fortalecimento da função protetiva da Família Aeronáutica, por intermédio do atendimento social, apoiando famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, potenciali-

zando a autonomia, promovendo acesso às políticas públicas e serviços públicos federais, estaduais e municipais e viabilizando direitos sociais a partir, também, da concessão de benefícios socioassistenciais”. (ICA 163-5/2024, Art. 13, §2º)

O Serviço de Atendimento aos Militares em Destacamento está discriminado dentre os quatro serviços previstos, com inúmeras possibilidades de atuação, que vão desde o atendimento social in loco até o desenvolvimento de atividades socioeducativas.

Para além da ICA 163-5/2024, o Serviço Social se respalda para a execução deste projeto na ICA 164-3/2003 - Programa de Atenção aos Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo, que prevê o desenvolvimento de ações diretas com o efetivo e dependentes em destacamentos.

Nessa perspectiva, o Serviço Social da GUARNAE-CT, ao compreender a singularidade da profissão militar e dos aspectos inerentes, os quais requerem conhecimento do cotidiano, o qual permite o desvelamento da complexidade inata à carreira militar, atrelada às demandas individuais e familiares.

De acordo com Mostaro, Laplagne e Silva (2021):

“A singularidade da profissão militar nos faz repensar a atuação do Serviço Social neste espaço e refletir se as atuais intervenções têm sido suficientes para melhoria das condições de vida e de trabalho da/o militar que possui tamanha dedicação e abnegação no cerne de sua profissão. Outrossim, o cumprimento dos interesses nacionais encontram-se intrinsecamente relacionados ao fator humano. Assim, para o cumprimento da missão-fim, o fator humano é o grande pilar e, prestar apoio às diversas necessidades sociais demandas pelos recursos humanos torna-se fundamental”. (MOSTARO, LAPLAGNE e SILVA, p. 50, 2021)

O projeto propõe atuar junto aos destacamentos subordinados ao CINDACTA II, tendo como público-alvo os militares e suas famílias, reconhecendo seu papel essencial na manutenção da missão militar. Com base em Baptista (2010), entende-se que a família influencia processos culturais e decisões que impactam diretamente o militar. O objetivo é contribuir para mudanças que melhorem a qualidade de vida do efetivo e fortaleçam o pronto emprego.

Além disso, o SESO-CT atua na área socioeconômica com o projeto Empreendendo na Vila, que oferece aos dependentes de militares a oportunidade de divulgar e vender produtos ou serviços, contribuindo para o aumento da renda familiar. Este projeto está vinculado ao Programa de Educação Finan-

ceira (PEF), as ações do qual estão previstas no Manual do Comando da Aeronáutica - MCA 163-1/2025 - da Gestão do Programa de Educação Financeira aprovado pela Portaria do Comando Geral do Pessoal - COMGEP nº 480/AS-GOV, de 26 de fevereiro de 2025.

O Art. 24 do referido documento detalha sobre a metodologia a ser adotada para a realização das feiras:

“§ 6º Com relação às exposições de produtos, feiras e similares, as Comissões Locais devem coordenar junto às famílias, a criação de espaços que possibilitem geração de renda, de modo a contribuir para a autonomia dos seus membros. Pode ser oferecido apoio aos familiares do efetivo, para que realizem exposições, comercialização de produtos de artesanato, culinária, vestuários, decoração, alimentos, entre outros, nos espaços comunitários e das vilas militares, mediante reunião prévia de planejamento junto aos interessados. Deve-se observar que incentivar a organização por parte das famílias favorece a promoção de sua autonomia, de forma que os empreendedores possam adquirir habilidades para realizar as interações necessárias”.

Desse modo, o Serviço Social desenvolve, desde 2022, feiras no espaço da Vila dos Suboficiais (SO) e Sargentos (SGT) do CINDACTA II, o que contribui para a organização de um grupo de mulheres que se fortalecem mutuamente. Além disso, promove a autonomia e as interações entre as integrantes, bem como o fomento articulações externas que permitem à feira perenidade e sustentabilidade, de maneira que ultrapasse o apoio dado pelo Serviço Social.

O SESO-CT, para além das ações já citadas e no movimento de ampliação das iniciativas coletivas, planejou para o ano vigente dois projetos voltados às demandas específicas de Cabos e Soldados, entendidas como diretamente relacionadas à manutenção do poder e combate, são eles: Projeto Empregabilidade: O jovem no mercado de trabalho e o Projeto Soldado em Formação: Qualificando os profissionais do Futuro.

Por serem militares temporários, é comum que eles manifestem preocupação com o futuro, uma vez que dedicação à caserna exige grande parte de seu tempo e atenção. Nesse contexto, o retorno ao meio civil, diante da realidade social e econômica do país, e a consequente inserção no mercado de trabalho sem preparo técnico adequado, podem gerar impactos na saúde mental desses militares, ocasionando possíveis fragilidades que comprometem a manutenção do poder combatente.

Os projetos estão vinculados ao Sistema de Serviço Social da Aeronáutica (SI-SESO) e ao Programa de Atenção aos Recrutados e Soldados (PARES) da Diretoria de

Administração do Pessoal (DIRAP). Trata-se da atuação do Serviço Social da GUARNAE-CT, com a finalidade de promover a qualificação profissional dos soldados que passaram pela formação militar inicial, contribuindo também para sua preparação e inserção no mercado de trabalho após o término do serviço militar.

Assim, além de oferecer apoio e direcionamento, esses projetos atuam de forma preventiva, auxiliando na redução dos impactos como o subemprego, o desemprego, a desinformação, a vulnerabilidade social e o desperdício de potenciais desses profissionais. Ao incentivar a capacitação técnica, o protagonismo e o fortalecimento da autonomia, essas ações se tornam uma ponte importante entre a vida militar e novas possibilidades no mundo civil.

Análise crítica

De acordo com a metodologia adotada, verificou-se que as ações realizadas pela SESO-CT da GUARNAE-CT, até o momento da elaboração deste trabalho, apresentam impactos concretos das ações desenvolvidas. Os resultados evidenciam que a atuação da Seção contribui diretamente para a criação de um ambiente de acolhimento, escuta e orientação, refletindo positivamente na saúde psicossocial e, conseqüentemente, na manutenção da prontidão operacional. Um exemplo emblemático é o projeto Momento Integrar, voltado ao acolhimento de recém-chegados à GUARNAE-CT, sejam novos integrantes ou transferidos. Os dados coletados indicam que 97,4% dos participantes relataram sentir-se motivados com o novo ambiente de trabalho, enquanto 100% pontuaram que a atividade proporcionou um espaço de acolhimento. Esses resultados indicam que a ação promoveu identificação e senso de pertencimento, fatores essenciais para o fortalecimento do pilar moral do poder combatente. Os feedbacks espontâneos registrados nos formulários reforçam essa interpretação, como demonstram os relatos: “É a primeira vez que tenho contato com o programa. Bastante enriquecedor e pertinente ao efetivo. É fundamental fortalecer o programa, a fim de proporcionar melhor acolhimento.”; “Foi excelente, realmente um espaço de acolhida!”, ilustrando o impacto subjetivo da ação e ratificando o compromisso com o olhar estratégico voltado ao fortalecimento do pilar moral.

Da mesma maneira, o Projeto Recrutados em Ação com 84,3% de avaliações como “ótimo” e 14,6% como “bom”, índice relevante de satisfação por parte dos soldados ainda em estágio de formação. Os temas abordados nas atividades foram considerados oportunos, conforme indicam relatos como: “[...] afirmo que foi de extrema importância e com certeza muito significativa para o recruta. Sugiro que continuem o projeto e agradeço a todos que ministraram instruções”; “Poxa, essa semana com o Serviço Social me surpreendeu e superou minhas expectativas. Portanto, não tenho muito a pensar no que melhorar. Mas,

talvez mais tempo seria ótimo”, o que exemplifica as perspectivas positivas dos recrutas. No que tange ao Projeto Atenção aos Destacamentos, voltado ao efetivo localizado em regiões distantes da GUARNAE-CT, as ações executadas são de apoio psicossocial e de orientação quanto às demandas socioassistenciais.

Esse tipo de intervenção, quando a instituição vai ao encontro do efetivo, transforma a prática em uma estratégia de fortalecimento institucional da presença social, ratificando o compromisso com a equidade no acesso aos serviços, independentemente da localização geográfica do efetivo. Como indica o depoimento de um militar: “Não imaginei que alguém viria até nós, longe da sede”, evidencia-se o quanto o isolamento geográfico pode reverberar em isolamento institucional e emocional.

Contudo, o Projeto Feira da Vila, que incentiva a organização dos familiares, fomenta iniciativas de geração de renda, bem como a autonomia para além dos atendimentos individuais, demonstrou ser um mecanismo de fomento à autonomia do grupo de empreendedores. Além disso, revelou-se como um caminho possível para que os familiares de militares pudessem se desenvolver profissionalmente a partir de suas habilidades e conhecimentos, contribuindo também para o provimento de recursos financeiros às suas famílias, efetivando, assim, o preconizado no eixo de Geração de Renda da MCA 163-1/2021 (Gestão do Programa de Educação Financeira).

Essas análises confirmam as reflexões promovidas neste estudo, de que as ações coletivas são importantes espaços de intervenção psicossocial e territórios de fortalecimento da prontidão e do sentimento de pertencimento, que são elementos essenciais da manutenção do poder combatente.

Considerações finais

Concluiu-se que as intervenções do Serviço Social na Guarnição de Aeronáutica de Curitiba (GUARNAE-CT) revelam um compromisso sólido com a promoção da saúde psicossocial do efetivo militar, reafirmando seu papel estratégico na manutenção do poder combatente. As iniciativas coletivas e os atendimentos individuais realizados pela equipe de Serviço Social contribuem significativamente para a construção de um ambiente mais acolhedor e humanizado, mesmo em uma instituição marcada pela disciplina e hierarquia.

Os projetos sociais elaborados e implementados em 2024, bem como aqueles planejados para execução no ano de 2025, evidenciam a capacidade do Serviço Social de dialogar com as múltiplas dimensões da vida dos militares, considerando suas particularidades psicossociais. A inclusão da temática da saúde mental nas atividades socioeducativas, aliada à criação de espaços de escuta e acolhimento, qualifica e fortalece a intervenção profissional.

Os resultados quantitativos e qualitativos coletados e analisados evidenciam que os projetos sociais geram impactos concretos na motivação, na adaptação e no sentimento de pertencimento dos militares à organização, elementos essenciais para a manutenção da prontidão operacional. A valorização do *feedback* dos próprios participantes reforça a importância de se investir em ações que dialoguem com suas necessidades reais e percepções subjetivas.

Outro aspecto relevante é a atuação do Serviço Social junto aos destacamentos subordinados, reafirmando o compromisso com a equidade no acesso aos serviços e contribuindo para mitigar o isolamento geográfico e emocional vivenciado por esses militares. Esse olhar ampliado e inclusivo contribui para fortalecer a coesão institucional e promover a dignidade humana, elementos centrais do projeto ético-político que orienta a profissão.

Cabe destacar que a inserção do Serviço Social em um ambiente militar, marcado por contradições entre a disciplina rígida e as demandas sociais variadas, exige dos profissionais uma postura ética e técnica que conjugue autoridade e escuta qualificada. A prática reflexiva e crítica, fundamentada em conhecimento técnico-científico, é indispensável para enfrentar os desafios e potencializar os efeitos positivos das intervenções. Desse modo, o Serviço Social na GUARNAE-CT evidencia sua relevância não apenas como suporte operacional, mas também como agente de transformação social dentro da instituição, promovendo saúde mental, fortalecimento dos vínculos e ampliação dos direitos sociais do efetivo militar e de suas famílias. Essa atuação integrada é indispensável para assegurar a sustentabilidade do poder combatente em seus múltiplos pilares.

Compreende-se, portanto, a importância da continuidade e ampliação das ações do Serviço Social na GUARNAE-CT, com investimento em formação, fortalecimento e ampliação de políticas internas voltadas ao meio militar. Assim, torna-se possível o enfrentamento das contradições institucionais, garantindo um ambiente mais acolhedor e preparado.

Referências

- BAPTISTA, N. Q. Metodologia de trabalho social com famílias. In: ACOSTA, A. R. E.; VITALE, M. A. F. (Orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 11-45 – Força Aérea 100**. Brasília: COMAER, 2016.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.042/GC3, de 2 de outubro de 2023. **Aprova a ICA 30-10 Apoio Socioemocional e Humanístico ao Efetivo do Comando da Aeronáutica**. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria DECEA nº 183/SDAD, de 11 de dezembro de 2003. **Aprova a ICA 164-3 Programa de Atenção aos Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo**.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria DECEA nº 429/DGCEA, de 14 de dezembro de 2015. **Aprova a Reedição da ICA 164-2 "Programa Integrar"**.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria DIRAP nº 288/4POG, de 26 de março de 2024. **Aprova a ICA 163-5, que estabelece as Instruções Reguladoras do Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica.**

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria GABAER/GC3 nº 1.489, de 15 de agosto de 2024. **Aprova a edição da ICA 30-13, que dispõe sobre os procedimentos para prevenção e enfrentamento ao assédio no Comando da Aeronáutica.**

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **MCA 163-1/2025 de 26 de fevereiro de 2025. Gestão do Programa de Educação Financeira.**

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Glossário das Forças Armadas: termos e expressões de uso comum nas Forças Armadas.** 5. ed. com alterações. Brasília: MD, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GABAER nº 576/GC3, de 28 de setembro de 2023. **Aprova a Instrução sobre o Apoio Socioemocional e Humanístico ao Efetivo do Comando da Aeronáutica.**

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GM-MD nº 1.740, de 14 de abril de 2021. **Estabelece as Diretrizes de Assistência Social das Forças Armadas.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 70, p. 52, 15 abr. 2021. Disponível em: https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_html/?NUM=1740&ANO=2021&SER=A. Acesso em: 26 jul. 2025.

CELESTINO, Darlane. A dimensão humana no contexto militar: apontamentos a partir das doutrinas do Exército americano. In: PINTO, Érika; FERREIRA, Gabriel et al. **Abordagens em segurança, desenvolvimento e defesa: a pesquisa no LAB-SDD.** 1. ed. Brasília: Escola Superior de Defesa, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/esd/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/abordagens-de-pesquisa-e-m-seguranca-desenvolvimento-e-defesa.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MEDEIROS, J. M.; SVIERCOSI, V. **O sabor do saber científico: TCC no Serviço Social.** Curitiba: Intersaberes, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, R. V. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, p.2199-2209, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/630/63018472019.pdf>. Acesso em 29 maio 2025.

MOSTARO, E. A. O.; LAPLAGNE, P. F. G.; SILVA, R. K. A. O Serviço Social no COMAER: ultrapassando o paradigma da assistência social. In: SOUZA, L. A. S. (Org). **Serviço Social e Instituição Militar: sistematização do exercício profissional na FAB.** Campinas-SP: Saberes e Práticas, 2021.

SILVA, Rita Emília Alves da. **Serviço Social na Força Aérea Brasileira: a política de defesa nacional e as novas requisições para a profissão no espaço militar.** 2018. 305 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/dirap/index.php/siseso/artigos-e-publicacoes>. Acesso em: 20 maio 2025.

VERONEZE, R. T. **Pesquisa em Serviço Social: dimensão constitutiva do trabalho do assistente social.** Curitiba: Intersaberes, 2020.

PÔSTER 12

Os impactos do laudo social como instrumento técnico-operativo do Serviço Social no assessoramento aos dirigentes da Força Aérea na Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos

Larissa Soares Franco Miranda¹

Ariane Rocha dos Santos Carvalho²

Mesne Victomar Lucindo³

Resumo

O presente artigo aborda os impactos dos instrumentos técnico-operativos, com destaque para o laudo social, utilizado pelo Serviço Social do Grupamento de Apoio de São José dos Campos para subsidiar decisões sobre a situação sociofamiliar de militares e civis da Força Aérea Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Laudo Social; Assessoramento.

Introdução

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)⁴ é

¹ Capitão da Força Aérea Brasileira. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Pós-Graduada Lato Sensu em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. Pós-Graduada Lato Sensu em Gerontologia pela Universidade do Vale do Paraíba. Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté. Atualmente, serve no Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ). E-mail: larissalsfm@fab.mil.br.

² Segundo-Tenente da Força Aérea Brasileira. Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Taubaté. Pós-Graduada Lato Sensu em Políticas Sociais e Trabalho em Grupo pela Universidade de Taubaté. Pós-Graduada Lato Sensu em Políticas Sociais e Trabalho com Famílias pela Universidade Paulista de Serviço Social. Atualmente, serve no Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ). Email: arianeochaarsc@fab.mil.br.

³ Aspirante da Força Aérea Brasileira. Graduado em Serviço Social pela Faculdade de Minas. Pós-Graduado Lato Sensu em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Universidade Estácio de Sá, 2016. Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF). Atualmente, serve no Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ). E-mail: mesnemvl@fab.mil.br.

⁴ Criado pelo Decreto nº. 5.657, de 30 de dezembro de 2005, através de uma reestruturação organizacional entre o antigo Centro Técnico Aeroespacial e o Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento, o DCTA é o órgão do Comando da Aeronáutica ao qual compete a consecução dos objetivos da Política Aeroespacial Nacional para os setores da Ciência, Tecnologia e Indústria e a contribuição para a formação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais

composto por 20 Organizações Militares (OM), sendo 18 unidades sediadas na cidade de São José dos Campos/ SP, que formam a atual Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos (GUARNAE-SJ), e duas unidades sediadas em outras localidades, estando todas vinculadas a missões nas áreas de ensino, pesquisa, desenvolvimento e de infraestrutura e apoio da Força Aérea Brasileira (FAB).

Considerando a composição do DCTA, a GUARNAE-SJ possui os três campos de atuação do Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica (SISESO), previstos em legislação (Instrução do Comando da Aeronáutica, 2024), haja vista a subordinação, respectivamente a esses campos, do Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ), do Grupo de Saúde de São José dos Campos (GSAU-SJ) e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) ao DCTA.

Assim, o único Elo Executivo de Serviço Social na GUARNAE-SJ, o Serviço Social do Grupamento de Apoio de São José dos Campos (SESO-SJ), foi estruturado para atuar no atendimento social de todas as Organizações Militares e da Família Aeronáutica da área de jurisdição de São José dos Campos (Norma do Sistema Comando da Aeronáutica 163-1/2024), a fim de dar unidade ao atendimento de Serviço Social à Guarnição e à localidade.

Nesse contexto, o SESO-SJ tem o objetivo de fomentar iniciativas que impulsionem a melhoria da qualidade de vida no trabalho, identificando e atuando nos condicionantes sociais que possam vir a afetar o bom desenvolvimento das atividades laborais na caserna; atender às demandas sociais dos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica; atuar nas demandas de vulnerabilidade e risco social presentes na rotina do âmbito escolar; e atender às demandas de militares e servidores civis em missão, seus familiares, bem como da população civil e estrangeira, quando acionado (ICA 163-5/2024).

Isto posto, o público potencial do SESO-SJ é composto por aproximadamente 21.528 pessoas, entre militares e servidores civis, ativos, veteranos e aposentados, seus respectivos dependentes, pensionistas, além de alunos. Desse universo, cerca de 4.661 são militares e servidores civis ativos vinculados à GUARNAE-SJ.

Diante desse expressivo contingente de trabalhadores, faz-se necessário identificar e atuar nas demandas sociais que possam impactar negativamente a prestação do serviço militar, bem como a manutenção e a segurança do poder combatente da Força Aérea. Em consonância com o previsto no Campo Organizacional do SISESO, que preza pela atenção às demandas do efetivo do Comando da Aeronáutica (COMAER), cumprindo, portanto, a finalidade de contribuir com a operacionalidade e o comprometimento do efetivo com a missão institucional, a partir do atendimento das

demandas sociais dos militares e servidores civis ativos da Aeronáutica, é que o SESO-SJ assessora seus Comandos por meio de instrumentos técnicos da categoria profissional do Serviço Social.

Dessa forma, considera-se relevante e reconhece-se a importância do tema para a conscientização tanto dos assistentes sociais, quanto dos próprios usuários e, até mesmo, de superiores hierárquicos, no que diz respeito ao uso de instrumentos técnicos do Serviço Social como ferramenta de assessoramento e garantia de direitos.

Ademais, o presente estudo faz-se também relevante para o meio acadêmico, por contribuir e integrar a literatura científica das Ciências Sociais e Humanas, especialmente na área de Serviço Social, além de diversificar as fontes de pesquisas relacionadas ao tema proposto.

Portanto, considerando as especificidades da vida castrense e as publicações existentes sobre o tema, o presente estudo tem como objetivo apresentar alguns casos acompanhados pelo SESO-SJ, nos quais a utilização de laudos sociais foi uma ferramenta primordial para a viabilização de direitos sociais junto aos usuários atendidos, bem como para a formulação de estratégias de assessoramento junto à Instituição, com vistas à sua proteção diante de possíveis futuras situações de risco e comprometimento da segurança institucional.

Desenvolvimento

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho deram origem a uma nova realidade social no ambiente organizacional, nos últimos anos. Quando a relação entre bem-estar e trabalho passa a influenciar e impactar na qualidade dos serviços prestados pelo trabalhador, o clima organizacional harmonioso torna-se um desafio para as organizações, pois uma visão inadequada ou a leniência diante desse fenômeno pode acarretar graves prejuízos pessoais e institucionais, além de contribuir para um ambiente de trabalho conflituoso e adoecedor.

Foi diante disso que o Comando da Aeronáutica (COMAER) resolve instituir, em suas diretrizes de governança, a “*dotação de recursos humanos adequados às peculiaridades da profissão militar, permanentemente qualificados, preparados e motivados*”, (objetivo Setorial de Defesa nº 3 da Política Setorial de Defesa 2020-2031), apontando para Assistência Social várias ações diretas e transversais, como: “*contribuir para o desenvolvimento nacional, o bem-estar e a responsabilidade social*” e “*fortalecer a dimensão humana, desenvolvendo as estruturas e os mecanismos de assistência social*”, conforme previstos no Objetivo Setorial de Defesa nº 11 da Política Setorial de Defesa 2020-2031.

Observa-se, atualmente, a crescente necessidade de valorização do trabalhador nas organizações como ser humano que agrega valor à Instituição. Compreende-se que a preocupação com o ambiente laboral é papel essencial dos gestores, incluindo o assistente social, exigindo uma postura de mediação para o desenvolvimento de políticas gerenciais e administrativas, com o intuito de fazer jus às condições humanas e éticas no trabalho. Além disso, destaca-se a pertinência de serem propositivos na análise dos processos sociais que permeiam o hemisfério dos trabalhadores, com vistas a primar pela qualidade de vida no trabalho (BORRALHO, 2011).

No âmbito do COMAER, o assistente social encontra-se inserido no macroprocesso de gestão e suporte ao efetivo, tendo como tema a melhoria da qualidade de vida do efetivo em seu escopo de abrangência, conforme o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018 – 2027. O Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica (SISESO) visa à proteção social do seu público-alvo e preconiza os seguintes princípios: “atenção às demandas sociais do efetivo; o acesso aos direitos sociais; e a proteção à família aeronáutica” (NSCA 163-1, 2024).

Contudo, os princípios ético-políticos supraditos, presentes no compromisso constitutivo da categoria profissional do Serviço Social, por si só não são suficientes para uma formação profissional permanente, crítica, comprometida, consciente e criativa. Esses princípios precisam se somar às dimensões teórico-metodológica e técnico-operativo, com vistas a alcançar a plenitude da capacidade de leitura e interpretativa da visão de mundo e da relação entre o homem, a sociedade e o objeto estudado.

Como afirma a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2006), o assistente social é o profissional que atua nas expressões da questão social e formula propostas de ação para o seu enfrentamento, com base na compreensão estrutural e conjuntural da problemática apresentada, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. À vista disso, cabe ao assistente social, quando solicitado ou não, apresentar de forma criativa proposições, caminhos e estratégias às instâncias de gestão, a partir de uma leitura crítica da realidade e do compromisso com o projeto profissional.

Contudo, é a concepção tecnicista do Serviço Social, caracterizada pela associação direta entre competência técnica e competência profissional, que lhe confere o aspecto técnico na formação e credita aos instrumentos e às técnicas a responsabilidade pela eficiência e eficácia da sua ação (SANTOS, 2013).

Isto posto, os instrumentos constituem um dos elementos técnico-operativos do Serviço Social. São os meios e as ferramentas de trabalho da pro-

fissão, expressando a forma como ela se materializa na prática e a dimensão pela qual é conhecida e reconhecida. A dimensão técnico-operativa permite reconhecê-la como síntese do exercício profissional, sendo composta também pelo conhecimento de categoria, pelas qualidades subjetivas dos agentes, pelas condições objetivas de trabalho, pelo projeto profissional, pela ética e pelos valores (SANTOS, FILHO, BACKX, 2019). Entre os instrumentos mais estudados, destacam-se o Relatório Social, Parecer Social, Laudo Social, Perícia Social, Estudo Social, Entrevista Social e Visita Domiciliar.

Podemos observar que os instrumentos permitem a operacionalização da ação. Mas, é válido destacar que esse processo não é esvaziado de escolhas e valores, logo, não é possível neutralidade no uso de instrumentos profissionais, conforme explanado abaixo:

A intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra, ela está travejada pela dimensão ético-política, e esta por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, onde a capacidade de um profissional vir a compreender os limites e as possibilidades não como algo interno ou inerente ao exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social. (Yolanda Guerra, 2012, p. 43)

O assistente social não pode ser um profissional neutro, e é justamente por essa característica que é requisitado para apresentar a realidade sociofamiliar do usuário, com a finalidade de subsidiar decisões e ações que tramitam na esfera do trabalho.

Considerando os condicionantes sociais que possam afetar o bom desenvolvimento das atividades laborais na caserna, e entendendo os impactos desastrosos que um militar e/ou servidor civil desmotivado e/ou em situação de vulnerabilidade ou risco social pode causar, o Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos (SESO-SJ) promove ações com vistas a minimizar os fatores que influenciam negativamente a vida pessoal e, conseqüentemente, profissional do efetivo, buscando a promoção do bem-estar, da qualidade de vida, da produtividade e do desempenho no trabalho.

Visando, sobremaneira, à prontidão e às condições ideais do efetivo da Força Aérea para o cumprimento da sua missão institucional, a partir do atendimento às demandas sociais apresentadas, o SESO-SJ volta suas atenções para a valorização de seus instrumentos técnicos como ferramentas importantes para o assessoramento de gestores.

O SESO-SJ, atualmente, recebe demandas para atendimento e apoio aos casos sociais dos pacientes do Grupo de Saúde de São José dos Campos (GSAU-

-SJ); dos alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); dos funcionários da Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ); e do efetivo das Divisões de Recursos Humanos das Organizações Militares sediadas dentro da Guarnição.

As demandas que chegam até o SESO-SJ, advindos do GSAU-SJ, estão relacionadas à avaliação para liberação de serviço de internação domiciliar, assistência domiciliar e/ou internação em Instituição de Longa Permanência para pessoas idosas; avaliações para compor o parecer da Junta Médica de Saúde nos casos de licença para acompanhar tratamento de saúde de familiar, redução de carga horária para tratamento de pessoa com deficiência na família, transferência de militar por motivo de saúde de membro familiar e prioridade na fila do Próprio Nacional Residencial (PNR) por questões de saúde; atendimentos sociais nos casos de ausência de retaguarda familiar e ausência de recursos para continuidade adequada dos tratamentos de pacientes do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU); bem como atendimentos sociais nos casos de suspeita ou comprovação de violação de direitos, além de suporte nos casos que envolvem demandas sociais e/ou familiares importantes de beneficiários do SISAU.

Quanto ao ITA, as demandas encaminhadas ao Serviço Social estão mais relacionadas ao apoio ao efetivo, com atendimentos sociais e orientações sobre a rede de serviços do município e os benefícios socioassistenciais previstos na legislação do Sistema de Serviço do Comando da Aeronáutica (SISESO). Vale mencionar que o apoio aos alunos é realizado, prioritariamente, pela assistente social que presta serviço na referida instituição, embora existam casos que são encaminhados ao SESO-SJ para suporte no atendimento.

A PASJ encaminha ao SESO-SJ todos os casos relacionados à troca do Próprio Nacional Residencial (PNR), por motivos de redimensionamento familiar. No entanto, o Serviço Social também atua junto aos casos de solicitação por questões de saúde, os quais são encaminhados pela Junta Médica de Saúde do GSAU-SJ, com solicitação de avaliação complementar.

Já as solicitações encaminhadas pelas Divisões de Recursos Humanos estão relacionadas ao serviço de apoio ao efetivo da GUARNAE-SJ, nas mais diversas configurações: problemas relacionados à violência doméstica, uso inadequado de álcool e outras substâncias psicoativas, excessos de faltas ou ausências prolongadas durante o expediente, problemas familiares e financeiros com impacto na esfera profissional, conflitos interpessoais no trabalho, suspeita de situação de risco e/ou violação de direitos, entre outros.

Dessa forma, o SESO-SJ recebe solicitações e encaminhamentos para atendimento diuturnamente, além dos atendimentos realizados por demanda espontânea, oferecendo acolhimento qualificado, escuta especializada e inter-

venções na realidade social posta, a fim de dar respostas eficientes às demandas apresentadas, o que inclui, por vezes, a emissão de laudo social como embasamento teórico aos assessoramentos.

O laudo social é um documento específico do Serviço Social que oferece elementos de base social para formação de um juízo e tomada de decisão que envolve direitos fundamentais e sociais. É resultado de um processo de perícia social, apresentando o registro das informações mais relevantes do estudo e da análise realizada (CFESS, 2013).

Diante disto, vale destacar que, de junho de 2024 a março de 2025, o SESO-SJ emitiu 40 laudos sociais, sendo realizados estudos sociais; “processo metodológico específico do Serviço Social que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social” (CFESS, 2013, p. 42); pareceres sociais; elaboração de planos de acompanhamentos individuais; articulação com a rede interna de atendimento intra-institucional e com a rede socioassistencial de atendimento e proteção social; e encaminhamentos.

Esses 40 laudos sociais emitidos foram gerados a partir de atendimentos sociais, procedimento técnico que toma em consideração a singularidade e a particularidade do sujeito atendido, a partir da dimensão sócio-histórica de sua constituição e a análise conjuntural em que ele vive, realizados nas diversas áreas em que a assistente social do COMAER atua (CFESS, 2013).

Diante desse cenário, foram selecionados cinco casos para apresentação no presente artigo, conforme evidenciado na Tabela 1, visando apresentar a importância dos instrumentais técnicos do Serviço Social no assessoramento aos dirigentes da Força Aérea Brasileira. Tais instrumentos visam à garantia de direitos sociais junto ao efetivo e asseguram à Instituição respaldo quanto às possíveis consequências laborais no que tange aos aspectos pessoais e sociofamiliares dos membros da Família Aeronáutica. Cabe ressaltar que, por se tratar de um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado na análise documental dos casos acompanhados e dos laudos sociais emitidos pelo SESO-SJ, não se aplica a noção de perdas amostrais, uma vez que não houve definição de amostra probabilística previamente delimitada.

Tabela 1 – Casos da GUARNAE-SJ com emissão de Laudos Sociais para assessoramento/ garantia de direitos:

Usuário / Área	Demanda Inicial	Causa Raiz	Impacto Pessoal / Familiar / Social
Usuário 1 (Saúde)	Licença para tratamento de saúde de membro familiar	Doença de membro familiar – esposo da militar	Sobrecarga de atividades; baixo rendimento no trabalho; dificuldade no cuidado/suporte ao esposo e filho; ausências constantes da militar durante o expediente.
Usuário 2 (PNR)	Troca de Próprio Nacional Residencial	Diagnóstico de TEA do filho do militar, com hipersensibilidade a barulho	Dificuldade no relacionamento com os vizinhos; denúncias constantes na Prefeitura; alteração na rotina familiar devido ao prejuízo do sono; impacto no relacionamento intrafamiliar; baixo rendimento no trabalho.
Usuário 3 (Saúde)	Redução de carga horária para acompanhamento de filho com deficiência	Filho do militar com diagnóstico de TEA	Baixo rendimento no trabalho devido à sobrecarga emocional; avaliação de CPG abaixo do esperado; duas transgressões disciplinares; impacto no relacionamento intrafamiliar; descontinuidade do tratamento do filho.
Usuário 4 (Apoio ao Efetivo)	Movimentação de militar por motivo de saúde de membro familiar	Filho do militar com diagnóstico de doença degenerativa	Baixo rendimento no trabalho devido à sobrecarga emocional; tratamento de saúde do militar e da esposa prejudicado pela situação familiar.
Usuário 5 (Apoio ao Efetivo)	Acompanhamento social de militar transferida por motivo de violência doméstica	Violência doméstica sofrida por militar	Adoecimento da saúde mental; afastamento de amigos e familiares por medo e ameaça; incapacidade temporária para atividades laborais; tentativa de suicídio.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Procedimentos	Resultados Alcançados	Impacto para a FAB
Acolhimento de demanda; escuta qualificada; orientação social; avaliação socioeconômica; concessão de benefício socioassistencial; emissão de laudo social.	Redução da jornada de trabalho da militar para suporte e acompanhamento do tratamento do esposo.	Maior produtividade da militar; cumprimento da missão com maior qualidade.
Acolhimento de demanda; escuta qualificada; orientação social; avaliação socioeconômica; visita domiciliar; emissão de laudo social.	Troca de PNR para casa sem morador no pavimento superior e em uma das laterais.	Maior produtividade do militar; ausência de acionamento na rede de suporte da Vila Militar.
Acolhimento de demanda; escuta qualificada; orientação social; avaliação socioeconômica; articulação com a rede intra e extra-institucional; encaminhamentos; emissão de laudo social.	Redução da jornada de trabalho para meio expediente.	Melhoria da produtividade e qualidade dos serviços prestados; ausência de PATD.
Acolhimento de demanda; escuta qualificada; orientação social; articulação interna ao COMAER; emissão de laudo social.	Transferência do militar para a localidade pleiteada.	Prevenção do adoecimento do militar e família; cumprimento da missão institucional.
Acolhimento de demanda; escuta qualificada; orientação social; articulação com a rede intra e extra-institucional; encaminhamentos; emissão de laudo social.	Proibição da entrada do ex-companheiro na GUARNAE-SJ; emissão de credencial de acesso; Junta Regular de Saúde no GSAU-SJ.	Preservação da segurança institucional; redução do risco de macular a imagem institucional.

Considerações finais

A imersão do assistente social num cotidiano tenso e complexo, marcado por uma rotina peculiar à vida na caserna, torna-se um desafio constante aos profissionais no que se refere ao exercício conjugado ao projeto ético-político do Serviço Social. Esse projeto é direcionado à garantia de direitos humanos e sociais e a efetivação de proteção à Família Aeronáutica, a partir do atendimento às demandas sociais latentes.

Considerando que o Serviço Social da Aeronáutica atua frente às demandas decorrentes das relações sociais do seu efetivo ativo, composto por militares e servidores civis, projeta-se o protagonismo dos usuários atendidos, previne-se situações de risco social e contribui-se para a superação das vulnerabilidades sociais presentes (NSCA, 2024). Nesse contexto, o SESO-SJ entende que o domínio técnico sobre os instrumentos da categoria profissional faz-se imperativo para o desenvolvimento de assessorias eficientes aos gestores da Instituição e, por conseguinte, ao poder combatente da Força.

A consecução dessas assessorias fundamenta-se na segurança da Proteção Social, efetivada por meio de procedimentos de caráter preventivo, protetivo e promocional. Essa atuação se dá por intermédio de uma abordagem individual, que viabiliza ao público-alvo dos atendimentos e acompanhamentos sociais o acesso às Seguranças de Acolhida, de Convívio Familiar e Comunitário, e de Desenvolvimento da Autonomia.

As atribuições privativas do assistente social, intermediadas pelos documentos específicos do Serviço Social, intenciona promover aquisições sociais aos usuários do SISESO da GUARNAE-SJ, por meio do acesso a uma ambiência acolhedora para identificação de demandas, escuta qualificada e humanizada, repasse de orientações socioassistenciais, articulações e encaminhamentos intra e extra-institucionais. Além disso, busca-se possibilitar o desenvolvimento de potencialidades, autoestima, autonomia e sustentabilidade do efetivo, a partir de um trabalho ao fortalecimento e à ampliação da cidadania.

Essa atuação reverbera positivamente na operacionalidade da Força Aérea Brasileira, uma vez que a dimensão humana da Força se sente apoiada, protegida, motivada e com suas demandas sociais atendidas, estando sempre pronta e em condições de cumprir sua missão institucional.

Referências

- BORRALHO, A.C. T. **O Assistente Social atuando na área de Recursos Humanos para a melhoria do clima organizacional**. Araguaiana, MT, 2011.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. ICA 163-5/2024. **Instruções reguladoras do Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica**. Brasília, 2024.
- BRASIL. Lei 8742/1993. **Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 01 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Sistema Único de Assistência Social-SUAS**. Brasília, 2015.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. NSCA 163-1/2024. **Serviço Social no Âmbito do COMAER**. Brasília, 2024.
- BRASIL. Portaria Normativa n.26/GM-MD, de 16 de abril de 2019. **Aprova a Estratégia Setorial de Defesa 2020-2031**. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/institucional/estrategia_setorial_de_defesa.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.
- BRASIL. Portaria Normativa n.25/GM-MD, de 16 de abril de 2019. **Aprova a Política Setorial de Defesa e o Mapa Estratégico do Setor de Defesa 2020-2031**. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/institucional/estrategia_setorial_de_defesa.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.
- BRAVO, M. I.; MATOS, M.C. (orgs). **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2012.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética da/o Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 01 abr. 2025.
- CORREIA, Maria Valéria da Costa. **Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.
- GUERRA, Y A. **Instrumentalidade do Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: *Direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2019
- SANTOS, Claudia Mônica. **Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2013.
- SANTOS. C. M.; FILHO, R.S.; BACKY, S.A. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão**. In: SANTOS, C. M; BACKY, S.; GUERRA, Y. (org). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UEJF, 2012.

PÔSTER 13

As contribuições do assistente social na manutenção da operacionalidade: um estudo de caso na Força Aérea Brasileira

Ana Carolina Azevedo Pinto¹

Alisilvia Leão Pedroso²

Dannyele Rocha da Costa³

Resumo

O artigo aborda a atuação do Serviço Social na Força Aérea Brasileira, destacando sua contribuição na pesquisa de clima organizacional e mediação de conflitos, alinhada ao fortalecimento da dimensão humana no planejamento estratégico, visando um ambiente de trabalho mais saudável.

PALAVRAS-CHAVE: Força Aérea Brasileira; Relações de trabalho; Clima organizacional; Serviço Social.

Introdução

As relações de trabalho, especialmente em instituições hierarquizadas como as organizações militares, apresentam especificidades que impactam diretamente no clima organizacional, na dinâmica de conflitos e nos níveis de produtividade. A caserna, por suas características estruturais e operacionais, exige uma equipe coesa, com comunicação clara e condições adequadas de trabalho para que os objetivos institucionais sejam alcançados.

¹ Primeiro-Tenente da Força Aérea Brasileira. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atualmente, serve na Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica. E-mail: anacarolinaacap@fab.mil.br.

² Segundo-Tenente da Força Aérea Brasileira. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Nilton Lins. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Atualmente, serve no Grupamento de Apoio de Manaus. E-mail: silvialeao@gmail.com.

³ Segundo-Tenente da Força Aérea Brasileira. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Pós-Graduada Lato Sensu em Políticas Sociais no SUS (Sistema Único de Saúde) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social), com ênfase em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas pelo Instituto Líder Educacional. Atualmente, serve no Grupamento de Apoio de Manaus. E-mail:dannyeledrc@fab.mil.br.

A cultura organizacional fortemente pautada por valores como hierarquia e disciplina, exerce papel fundamental nas configurações das relações socioprofissionais, instigando as formas de enfrentamento dos conflitos no cotidiano. Para Luz (2003, p. 10), o clima organizacional como o conjunto de percepções dos membros da organização sobre seu ambiente de trabalho, refletindo o grau de satisfação material e emocional das pessoas no trabalho, o que influencia a produtividade do indivíduo. Chiavenato (2003, p. 106), enfatiza que o clima organizacional influencia diretamente a motivação e o desempenho, sendo resultado das práticas gerenciais, da cultura organizacional e da qualidade das relações interpessoais.

A mensuração do clima organizacional surge como um instrumento estratégico para diagnosticar o ambiente interno, mensurando o grau de satisfação, as aspirações e as expectativas dos colaboradores. Luz (2003, p. 134) afirma que a pesquisa de clima organizacional desponta como a abordagem mais abrangente para mapear o contexto interno das organizações, fornecendo informações cruciais para identificar oportunidades, formular planos de ação e promover mudanças no ambiente de trabalho, fatores esses que resultam diretamente na otimização do desempenho dos profissionais.

O Serviço Social, articula dimensões subjetivas, institucionais e sociais, apresenta técnicas e instrumentos para a promoção de pesquisas sociais, contribuindo para a compreensão do clima organizacional e os processos de mediação de conflitos.

Nesse contexto, a Assessoria de Serviço Social de uma das Organizações Militares (OM) que compõe a Força Aérea Brasileira, foi acionada para intervir em uma das seções da referida organização militar, a qual vivenciava situações de conflitos internos recorrentes que vinham impactando nos resultados operacionais. Para preservação da identidade, neste artigo tal seção será denominada Seção X.

Visando promover a missão de apoio ao homem e assegurar a manutenção da operacionalidade da tropa, o Serviço Social desenvolveu uma pesquisa sócio-organizacional destinada a identificar os fatores estruturais, organizacionais e relacionais que contribuíram para os conflitos e desmotivação, a fim de propor estratégias eficazes de intervenção e melhoria.

A intervenção teve como ponto de partida a realização de uma pesquisa, conduzida entre julho de 2023 e janeiro de 2024. A metodologia adotada combinou técnicas qualitativas e quantitativas, incluindo aplicação de questionários, dinâmicas de grupo, palestras e rodas de conversa, segmentadas por posto e graduação. Esses instrumentos, utilizado tanto para coleta de dados e de intervenção na Seção, foram fundamentados em métodos participativos, visando promover a adesão dos militares, com a finalidade de compreender os aspectos relacionados à organização do trabalho, as condições físicas e materiais do ambiente e às relações socioprofissionais na equipe.

Ressalta-se que o questionário, elaborado com perguntas abertas e fechadas, foi aplicado ao efetivo da Seção X, incluindo oficiais, graduados e soldados. A coleta de dados também incluiu rodas de conversa, divididas por postos e patentes. Nessas oportunidades, foram aplicadas dinâmicas e/ou conduzidas reflexões sobre integração de equipe, relações interpessoais no trabalho e comunicação no ambiente de trabalho. O encerramento da intervenção ocorreu por meio de reuniões com as Chefias da Seção e da organização militar, realizadas no primeiro trimestre de 2024, nas quais foram apresentados os resultados e discutidas as possibilidades de intervenção.

Este artigo apresenta as possibilidades de atuação do Serviço Social no suporte ao pessoal militar, com base em uma experiência desenvolvida na Força Aérea Brasileira, envolvendo pesquisa de clima organizacional e mediação de conflitos.

O papel do assistente social na manutenção da operacionalidade da tropa

A cultura organizacional militar distingue-se de outras instituições por sua estrutura rígida, hierarquizada e fortemente orientada por valores como disciplina, obediência, lealdade e espírito de corpo, que são elementos essenciais para a execução de suas atividades operacionais e administrativas (ALMEIDA, 2004, p. 45; CELESTINO, 2022, p.78).

Particularmente na Força Aérea Brasileira, a estrutura de comando baseia-se em uma cadeia hierárquica claramente definida, em que cada nível possui atribuições e responsabilidades específicas. Essa verticalidade extrapola o campo organizacional, mas também assume um caráter simbólico, que molda as expectativas institucionais sobre disciplina e produtividade. A lógica vigente está orientada para o desempenho, na prontidão operacional e na atuação irrestrita à missão. Conforme aponta Oliveira (2010, p. 32), “a disciplina não é apenas um valor moral na caserna, mas um dispositivo funcional que regula a vida cotidiana do militar, inclusive fora do expediente.” Entretanto, essa cultura organizacional, embora eficaz do ponto de vista técnico-operacional, pode impactar as estratégias de gestão do efetivo, como a redução de espaços de diálogo (STICCA et al., 2021, p.15).

Apesar disso, observam-se avanços nas estratégias e diretrizes que orientam a atuação das Forças Armadas, especialmente no que diz respeito ao suporte ao efetivo. Destaca-se, nesse contexto, a incorporação do fortalecimento da “dimensão humana” como diretriz institucional no Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD) (BRASIL, 2024).

Conforme estudo de Celestino (2024, p. 20), a noção de dimensão humana representa uma perspectiva ampliada e mais complexa sobre o meio militar, os conflitos armados, a guerra, e sobretudo, o papel desempenhado pelo solda-

do. Acerca do estudo deste conceito a partir das doutrinas do Exército norte-americano, a autora inclui a referência a um conjunto de habilidades e atributos que envolvem aspectos cognitivos, emocionais, morais e éticos, considerados fundamentais na formação, qualificação e no emprego dos militares.

No Brasil, de acordo com Celestino (2024, p. 10), “a utilização do conceito de dimensão humana tem sido identificada, preponderantemente para referenciar ações de suporte ao pessoal militar, em âmbito global, esse conceito refere uma gama mais ampla e complexa de apropriação”.

Na Política Setorial de Defesa, o fortalecimento da dimensão humana está relacionado à promoção de ações para atrair, motivar e reter recursos humanos, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes, essenciais ao alcance dos resultados institucionais. Além disso, envolve o aperfeiçoamento dos mecanismos de valorização e assistência ao efetivo. Entre as estratégias definidas para esse fortalecimento, destacam-se o aperfeiçoamento da gestão de pessoas, a promoção de ações que contribuam para a valorização profissional e a intensificação de ações que promovam a melhoria contínua do clima organizacional.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de investir em abordagens participativas e dialógicas, capazes de favorecer atuações mais eficazes à melhoria do trabalho e ao bem-estar dos militares, alinhada à dimensão humana estabelecida na Política Setorial. Nessa perspectiva, a compreensão da cultura organizacional torna-se elemento fundamental para interpretar os conflitos e orientar as estratégias de intervenção. É nesse cenário que se destaca a atuação técnica, ética e política das assistentes sociais, cujas práticas exigem harmonizar a lógica institucional com a escuta qualificada das demandas humanas.

Sticca (2019, p. 600) ressalta que apenas a realização de um diagnóstico organizacional que inclua, em sua análise, todos os componentes do trabalho são capazes de fornecer subsídio para intervenções no ambiente físico e psicossocial, que possam de fato transformar o espaço de trabalho, visando à promoção de saúde e, ao mesmo tempo, a produtividade.

Nesse sentido, é fundamental compreender o ambiente organizacional não apenas como um espaço de execução de tarefas, mas como um campo de relações sociais e produção de sentidos, no qual os indivíduos permanecem grande parte do seu dia.

A capacidade investigativa do assistente social se expressa como uma das dimensões fundamentais de sua prática profissional, especialmente quando inserido em contextos organizacionais complexos, como os da esfera militar. Trata-se de uma competência que transcende a simples coleta de dados: envolve a análise crítica das relações sociais, das dinâmicas institucionais e das expressões da questão social no ambiente de trabalho. Ao lançar mão de instrumentos como entrevistas, observação direta, análise documental e apli-

cação de questionários, o assistente social estrutura um diagnóstico que não apenas revela as fragilidades do clima organizacional, mas também identifica potencialidades e estratégias de intervenção.

Iamamoto (2001, p. 124) destaca que o acompanhamento dos processos sociais e a pesquisa da realidade social são componentes indissociáveis do exercício profissional. A pesquisa é momento constitutivo do trabalho profissional, vinculada ao processo de conhecimento e à construção de estratégias de intervenção que respondam às demandas concretas da realidade social, o que respalda a atuação do assistente social na investigação de conflitos e de outros aspectos do trabalho.

As pesquisas de clima organizacional, ou mesmo pesquisas mais simples de satisfação dos militares, podem ser medidas estratégicas para melhor compreensão de determinado espaço de trabalho. Tais pesquisas constituem espaços de escuta daqueles que estão vivenciando o problema. O ato de ouvir, interpretar e sistematizar experiências é fundamental para decifrar o contexto e embasar intervenções mais assertivas e eficazes.

Para além da dimensão investigativa, considera-se também função do Serviço Social a mediação das relações de trabalho, buscando promover condições mais adequadas ao exercício das atividades militares. No contexto organizacional, o Serviço Social assume caráter estratégico na prevenção e resolução de conflitos, o que pode se materializar por meio de ações socioeducativas, do assessoramento às chefias e da elaboração de relatórios sociais que apresentem uma análise crítica das questões que geram conflitos no trabalho, a partir da escuta qualificada.

De acordo com Cesarr (1998, p. 128, apud BOTELHO et al, 2007, p. 2451):

(...) no momento atual, marcado pela multifuncionalidade e horizontalização, as atividades do Serviço Social aproximam-se, cada vez mais, da função gerencial. Por isso mesmo, o Serviço Social, como os demais segmentos da área de recursos humanos, vem assumindo o papel de assessoramento dos gerentes, para que estes possam melhor 'administrar pessoas', propiciando confiabilidade, amizade, aprendizado, crescimento e satisfação de seus colaboradores.

Dessa maneira, o trabalho do Serviço Social pode ser usado para aperfeiçoar a administração, contribuindo para o alcance das atividades-fim e para a melhoria das condições de vida dos militares. Com esse propósito, foi demandada a intervenção de profissionais de Serviço Social de uma das Organizações da Força Aérea Brasileira. Os resultados decorrentes do trabalho investigativo realizado serão apresentados na seção a seguir.

Análise da pesquisa sócio-organizacional na Seção X

A escolha por realizar a análise da pesquisa realizada na Seção X a partir do olhar dos sujeitos que vivência e constroem essa realidade teve como objetivo compreender a percepção do grupo sobre as condições físicas e materiais de trabalho, as relações socioprofissionais e a organização e comunicação nesse espaço. Nesse sentido, o referido processo de investigação caracterizou-se como uma pesquisa participante.

O olhar do Serviço Social buscou apreender as questões apresentadas sob uma perspectiva qualitativa, incorporando discussões em grupo e referências teóricas que subsidiam a prática profissional, elementos constitutivos da metodologia adotada.

A pesquisa estruturou-se em três eixos centrais: condições físicas e materiais de trabalho; relações socioprofissionais; e organização/comunicação no trabalho. Cabe ressaltar que a participação no preenchimento dos questionários foi voluntária, de modo que nem todos os militares que participaram das atividades contribuíram com essa etapa do levantamento.

O levantamento incluiu a participação de militares com diferentes tempos de serviço: 28,6% possuíam 15 anos ou mais atuação, enquanto 22,9% acumulavam menos de um ano na OM. Essa pluralidade de perfis proporcionou uma diversidade de percepções em relação às rotinas, aos desafios enfrentados e às expectativas profissionais, enriquecendo a compreensão do ambiente organizacional.

Em relação à satisfação no trabalho, os dados apontaram a remuneração (40%) e a estabilidade (40%) como os principais fatores positivos. Por outro lado, os aspectos mais citados como insatisfatórios foram a falta de reconhecimento profissional (72,7%) e as condições inadequadas do ambiente físico (60,6%). No que se refere às perspectivas de promoção na carreira, a maior proporção dos militares avaliou como boas (45,7%) ou excelentes (20%).

Nesse contexto, a remuneração (40%) e a estabilidade (40%) destacaram-se como principais fatores de satisfação no trabalho. Além disso, o relacionamento interpessoal também foi identificado como um dos pontos de satisfação. Por sua vez, os fatores de insatisfação mais recorrentes referiram-se às condições do ambiente físico (60,6%) e a falta de reconhecimento profissional (72,7%).

Condições Físicas e Materiais de Trabalho

As condições de trabalho representam um fenômeno complexo, englobam não apenas a execução das atividades laborais, mas os elementos que se situam em torno dele, os quais impactam diretamente a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar físico e psicológico dos militares. Essas condições podem ser categorizadas em físicas e materiais, quando relacionadas ao espaço, às insta-

lações e aos equipamentos; em contratuais e jurídicas, quando referentes aos processos, à organização e à execução das atividades; e em ambientes sócio-gereciais, relacionadas às interações interpessoais e às práticas de gestão (SILVA e BORGES, 2015 apud STICCA et al, 2019, p. 584).

Nesta categoria, apresentam-se os resultados da pesquisa referentes às condições físicas de trabalho, abrangendo aspectos às condições das instalações, equipamentos e materiais disponibilizados para a execução das atividades na Seção X. A maior parte dos participantes considerou as condições físicas e materiais da seção como regulares ou ruins. Entre os pontos críticos, destacaram-se problemas como a necessidade de investimento em equipamentos para melhorar a qualidade de vida do efetivo no trabalho.

No que se refere à Segurança do Trabalho, 37,1% dos participantes consideraram regular e 25,7% como péssimo a disponibilização de EPIs pela instituição. Por sua vez, quanto ao uso efetivo desses equipamentos, 41,2% aliaram o cumprimento dessa obrigação como regular e 20,6% como ruim. Esses dados indicam que, embora os equipamentos de proteção estejam disponíveis, seu uso nem sempre é efetivo. Nesse aspecto, cabe avaliar os motivos do desuso, incluindo a adequação dos EPIs às atividades desempenhadas, o que pode influenciar diretamente na adesão ao uso desses recursos.

No que concerne ao espaço físico e à estrutura, incluindo máquinas e materiais disponíveis, 28,6% dos participantes avaliaram as condições como regular, 22,9% como péssimo e 20% como ruim.

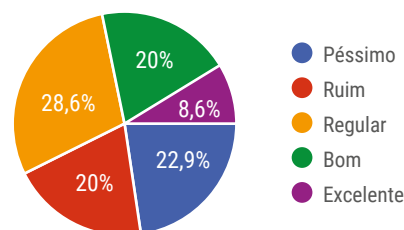


Figura 1: Espaço físico e estrutura
Fonte: Pesquisa sócio-organizacional na Seção X

Em julho de 2023, durante a primeira atividade realizada, os registros do efetivo nas rodas de conversa e nos questionários evidenciaram as principais demandas à estrutura física da Seção X, destacando-se a reforma do ambiente, manutenção dos maquinários e aquisição de equipamentos adequados às atividades desenvolvidas. Ressalta-se que as sugestões de manutenção e aquisição de maquinários podem reduzir significativamente a demanda de trabalho.

Durante a devolutiva dos resultados da pesquisa iniciada em julho de 2023 à chefia da Seção X, realizada em janeiro de 2024, foram relatados alguns avanços, como a manutenção e revisão de equipamentos, além da pre-

visão de recebimento de novas máquinas. Contudo, não foi realizada nova pesquisa junto ao efetivo após implementações dessas melhorias.

Nesse sentido, o relatório final deste trabalho investigativo destacou a necessidade de adequar as condições físicas de trabalho às normas regulamentadoras, caso ainda não tenham sido atendidas. Além disso, outra sugestão, nesse aspecto, foi solicitar a atuação contínua da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) na Seção X, com o objetivo de gerenciar os riscos ocupacionais, incluindo avaliação, registro, controle de monitoramento dos riscos⁴, conforme previsto na Instrução de Comando da Aeronáutica (ICA) 206-1/2023.

Essa intervenção deve possibilitar, de forma qualificada, a avaliação dos possíveis perigos, lesões ou agravos à saúde dos militares que trabalham nessa seção, com assimilação das fontes ou das circunstâncias, identificação dos riscos gerados pelos perigos⁵ observados e indicação dos grupos de trabalho sujeitos a esses riscos, assim como das medidas de prevenção cabíveis.

Relações Socioprofissionais

Entre os fatores que interferem diretamente no clima organizacional em qualquer ambiente de trabalho estão as relações interpessoais, por isso esse foi um dos pontos de análise escolhidos.

As relações socioprofissionais apresentaram aspectos positivos entre pares, mas evidenciaram tensões entre subordinados e superiores. Com base na pesquisa realizada em julho de 2023, quase 60% dos participantes avaliaram a relação como seus subordinados como boa, enquanto 25% a consideraram regular. Em relação aos colegas de trabalho, a interação foi avaliada como boa por 48,6% e excelente por 25,7%. Entre os participantes e seus superiores imediatos o relacionamento de trabalho foi considerado ruim para 29,4%, bom para 26,5% e excelente para 20,6%. Os dados apresentados seguem nos gráficos a seguir:

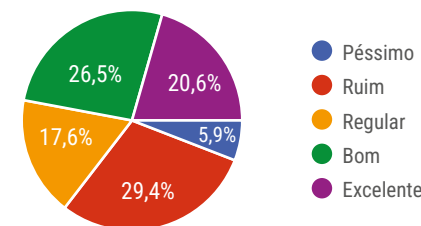


Figura 2: Relacionamento com os superiores imediatos
Fonte: Pesquisa sócio-organizacional na Seção X

⁴ Gerenciamento de risco é o processo de planejar, de organizar, de dirigir e de controlar os recursos humanos e materiais de uma organização, no sentido de minimizar os problemas decorrentes de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais, de acordo com a ICA 206-1/2023.

⁵ Perigo, de acordo com a descrição da ICA 206-1/2023, trata-se de situação na qual se encontra ameaça, à existência ou integridade física de uma pessoa, um animal ou um objeto. É uma variável intrínseca ao processo e deve ser considerada e avaliada, continuamente, nas ações de prevenção.

Considerando as questões apontadas pelas praças, em julho de 2023, destacou-se a demanda por mais atividades que contribuíssem para a integração da tropa. Entre as algumas sugestões apresentadas, foram: aniversariantes do mês, reuniões entre o efetivo, atividades socioeducativas. Além disso, foi identificada a necessidade de aprimorar as relações interpessoais entre esses participantes e os superiores imediatos.

Nesse aspecto, ratificou-se a importância de proporcionar ou ampliar os espaços e ações que contribuam para fortalecer o vínculo e a confiança entre a equipe (superiores e subordinados), assim como a construção ou manutenção de relacionamentos de trabalho saudáveis e de valorização da tropa.

Entende-se que o vínculo profissional é uma relação humana entre pessoas reunidas para realizar um trabalho em conjunto, visando atingir as mesmas finalidades e objetivos. Nessa relação, pode haver diferenças de opiniões e conflitos; contudo o conhecimento e a integração dos membros da equipe facilitam a construção de vínculos.

Percebeu-se, também, a necessidade de acolhimento e valorização da tropa por parte das chefias da seção e da própria organização militar em voga, tendo em vista a pressão e a sobrecarga de trabalho frequente. Observou-se, ainda, a importância do restabelecimento da confiança dessas chefias com os subordinados.

O bom relacionamento e o respeito entre os pares, assim como entre superiores e subordinados, influenciam diretamente na satisfação no trabalho e, inclusive, nos resultados alcançados. Nesse aspecto, observou-se a necessidade de investir em uma comunicação assertiva e respeitosa, de modo que isso possa gerar relações mais saudáveis e colaborativas.

Organização e Comunicação

Em relação às atribuições que realizam, 51,4% mostraram-se parcialmente satisfeitos com suas atribuições no trabalho, e 25,7% parcialmente insatisfeitos. E no que se refere à organização e funcionamento do setor em que atuam, 40% avaliaram como regular e 28,6% como bom. Nesse aspecto, cabe destacar algumas demandas ressaltadas pelos militares: mudança na divisão da escala atual, períodos de intervalo no trabalho e espaços de troca de informações entre a equipe.

De forma unânime entre os oficiais e as praças, o número reduzido do efetivo da Seção X revelou-se como um fator que gerava sobrecarga e interferia diretamente na organização do trabalho. De acordo com o relato de um dos participantes, de 2019 até a data da primeira pesquisa, houve uma redução de 50% ou mais no efetivo. Em todos os grupos realizados, apontou-se, ainda, que o trabalho nessa seção é desgastante e a rotina, intensa. Destacou-se uma grande demanda de trabalho, com diversas atividades que ocorrem simultaneamente, o que gera uma pressão diária para que a equipe responda a uma série de demandas com entregas em tempo curto.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada, 71,4% dos participantes entenderam que, nas seções que trabalham, as orientações que recebem são claras e objetivas. E quanto à comunicação no trabalho, na pesquisa realizada dia 16 de novembro de 2023, a maioria (48,6%) dos participantes avaliou como regular.

Tendo em vista outros dados coletados acerca da comunicação, avaliou-se como necessário investir em estratégias que favoreçam a escuta, as trocas de opiniões e de informações. Nessa esteira, é importante pontuar que, quando a equipe entende que pode influenciar na tomada de decisões, compromete-se ainda mais com as atividades e os objetivos da organização, gerando maior engajamento e motivação. Esse processo de organização deve ser pautado em uma comunicação assertiva, respeitosa e empática.

Outra questão relevante, pontuada pelas chefias, foi a possível dificuldade que alguns subordinados tiveram sobre a aceitação de chefias do sexo feminino e com vínculo temporário. Nesse contexto, é importante destacar que as Forças Armadas vêm passando por um processo gradual de desconstrução da exclusividade masculina nos cargos de chefia. Torna-se urgente enfrentar e ressignificar práticas e percepções arraigadas que, historicamente, contribuíram para a desvalorização da mulher no espaço militar. Essa mudança demanda não apenas ajustes formais, mas uma transformação cultural mais profunda, capaz de promover relações de trabalho pautadas no respeito, na equidade de gênero e na valorização da competência profissional, independentemente do sexo.

Destaca-se, ainda, uma última questão nesse tópico, que está relacionada às oportunidades de aprendizagem e formação. Alguns participantes sugeriram um maior empenho da instituição na oferta de treinamentos e capacitações. A pesquisa revelou que 40% estão parcialmente satisfeitos e 28,6% estão parcialmente insatisfeitos com as possibilidades que têm sido oferecidas nesse âmbito. O aprimoramento no trabalho pode contribuir para atividades específicas realizadas na Seção X. Nesse sentido, apesar de terem sido mencionadas ações de reconhecimento da equipe, percebeu-se a necessidade de maior investimento em capacitação do efetivo, tendo em vista que essa é uma forma de aprimoramento dos processos, assim como de reconhecimento profissional, que também foi apontado como uma necessidade da equipe.

Considerações finais

A pesquisa realizada revelou uma série de desafios que interferem diretamente no clima organizacional e no bem-estar dos militares. A insatisfação com as condições físicas de trabalho, a fragilidade nas relações entre chefias e subordinados, e a comunicação interna pouco eficiente foram fatores destacados com recorrência pelos participantes.

A partir desses dados, conclui-se que a melhoria do ambiente de trabalho passa por três eixos principais: investimento na infraestrutura da seção, com manutenção preventiva e adequação às normas de segurança; fortalecimento das relações socioprofissionais, por meio de ações de integração, escuta ativa e valorização do efetivo; e qualificação da comunicação organizacional, garantindo espaços de participação e formação contínua.

Apesar das medidas corretivas apontadas, percebe-se a necessidade de acompanhamento técnico e contínuo para garantir as adequações necessárias das condições observadas. Salienta-se que a pesquisa teve um recorte de temporal específico e não foi aplicado novo instrumento investigativo para monitoramento posterior da seção, o que seria relevante para um trabalho continuado.

Por fim, ressalta-se que entre as principais estratégias de intervenção sugeridas com base na análise dos resultados da pesquisa, destacam-se: a continuidade das ações socioeducativas; a instituição de espaços regulares de escuta e participação; além da avaliação periódica das condições de trabalho, por meio de indicadores técnicos e sociais. Tais medidas contribuem para um ambiente organizacional mais justo, humano e eficiente, alinhado aos princípios institucionais e ao bem-estar coletivo.

Destaca-se, ainda, que o bom desempenho organizacional no contexto militar depende não apenas da obediência à hierarquia, mas também da escuta ativa, da valorização do efetivo e da criação de condições adequadas de trabalho. Investir em infraestrutura, capacitação, comunicação e relações interpessoais saudáveis é fundamental para prevenir conflitos e fortalecer os vínculos entre chefias e subordinados.

Em conclusão, além das oportunidades de melhorias identificadas na pesquisa sócio-organizacional e apresentadas neste relatório social, avaliou-se a necessidade de dar continuidade às ações de conscientização na Seção e de estabelecer estratégias contínuas de identificação de melhorias, em conjunto com a equipe. Essas mudanças podem contribuir significativamente para o desenvolvimento do trabalho, para a saúde e o bem-estar dos militares, bem como para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Nesse sentido, ao longo deste estudo, foi imprescindível destacar o papel do assistente social na prevenção de conflitos e na melhoria do clima organizacional, sendo a prática investigativa o ponto de partida para intervenções mais adequadas à realidade dos militares. Especificamente, a pesquisa de clima organizacional permite conhecer as percepções do efetivo, daqueles que vivem as facilidades e dificuldade da rotina de trabalho. O assistente social é um profissional habilitado para a escuta qualificada e a mediação de conflitos, o que possibilita o cumprimento mais eficaz das ações voltadas ao fortalecimento da dimensão humana, prevista na Política Setorial das Forças Armadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. T. de. **Burocracia e Política: O Poder Disciplinar e a Cultura Organizacional Militar**. São Paulo: Editora da USP, 2004.
- BOTELHO, Maria Claudia; RANGEL, Maria Fabiana Soares; CAMPOS, Marina de Moura e INOCENTE, Nancy Julieta. Contribuição do Assistente Social no Clima Organizacional. **Anais do XI ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA e VII ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO**, 2007, São José dos Campos. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2007. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER)** – RMA 29-1. Brasília, 1975.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Resolução CONSUG-MD nº 20, de 27 de novembro de 2024**. Aprova o Planejamento Estratégico Setorial de Defesa - PESD 2024-2035.
- CELESTINO, Sabrina (org.). **A Família Militar no Século XXI: Perfis, Experiências e Particularidades**. Rio de Janeiro: Gráfica do Exército, 2023.
- CELESTINO, Sabrina. Dimensão humana nos estudos de defesa. **Abordagens em segurança, desenvolvimento e defesa: a pesquisa no LAB-SDD** / Viviane Machado Caminha, Cláudia Pinheiro Nascimento, organizadores. Brasília: Projeção, 2024
- CELESTINO, Sabrina. Políticas Públicas e Forças Militares: Contribuições para Análise do Tema. **Revista Silva**, v. 1, n. 2, 2022.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.
- GUERRA, Yolanda. **Trabalho e Projeto Profissional do Assistente Social**. São Paulo: Cortez, 2012.
- LUZ, Ricardo. **Clima organizacional e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- OLIVEIRA, Lucas da Silveira. **Disciplina e Obediência: Um Estudo sobre a Cultura das Forças Armadas Brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2010.
- STICCA, M.; MANDARINI, V.; SILVA, M. **Segurança do trabalho e qualidade de vida nas organizações**. Revista Gestão & Saúde, São Paulo, 2019.
- STICCA, Marina Cabral et al. Saúde Mental e Trabalho nas Forças Armadas: Diálogos entre Medicina, Psicologia e Serviço Social. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, e13, 2021.

PÔSTER 14

Educação financeira como estratégia de manutenção do poder combatente: a experiência do Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de Recife

Heitor da Silva Codiceira¹

Julyane Christiny Matias Patrício dos Santos²

Jéssica Alline de Melo e Silva³

Resumo

O presente artigo aborda a importância da educação financeira como ferramenta estratégica para a manutenção do poder combatente, destacando as ações desenvolvidas pelo Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de Recife voltadas à promoção do bem-estar do efetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira; Serviço Social; Qualidade de Vida; Poder Combatente.

Introdução

As sociedades capitalistas vivenciam, na atualidade, a cultura do consumo, na qual homens e mulheres, de diferentes faixas etárias, são constantemente estimulados, por estratégias midiáticas, a ampliar e diversificar o que consomem. Essa oferta excessiva de bens simbólicos possui amplas implicações na relação entre cultura, economia e sociedade (FEATHERSTONE, 1995, p. 32).

¹ Primeiro-Tenente da Força Aérea Brasileira. Graduado em Serviço Social pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Serviço Social pela Faculdade Internacional Signorelli. Atualmente, serve no Grupamento de Apoio do Recife. E-mail: heitorhsc@fab.mil.br.

² Primeiro-Tenente da Força Aérea Brasileira. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, serve no Grupamento de Apoio do Recife. E-mail: julyanematiasjcmps@fab.mil.br.

³ Segundo-Tenente da Força Aérea Brasileira. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Cuidados Paliativos pelo Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira. Atualmente, serve no Hospital de Aeronáutica de Recife. E-mail: jessicaallinejams@fab.mil.br.

O consumo, portanto, é utilizado como forma de suprir carências ou de atender a desejos de *status* e pertencimento, influenciando diretamente as relações interpessoais. Nesse contexto, os objetos de consumo tornam-se mecanismos para busca de estabilidade emocional e autoafirmação.

No âmbito da Família Aeronáutica, observa-se um comprometimento significativo da renda familiar, em decorrência de situações de endividamento e superendividamento, que repercute diretamente na capacidade de atender a necessidades básicas, como alimentação, moradia, educação e lazer. Essa realidade impacta negativamente não apenas os aspectos pessoais e familiares dos militares, mas também seu desempenho laboral. Tais fatores comprometem o bem-estar do efetivo e podem gerar prejuízos ao poder combatente, afetando, por conseguinte, o cumprimento da missão institucional da Força Aérea Brasileira (FAB).

Nesse sentido, a educação financeira, aliada a uma perspectiva de ampliação de conhecimentos sobre processos financeiros, economia, direitos sociais, seguridade social e mundo do trabalho, configura-se como uma estratégia eficaz de prevenção e enfrentamento das demandas emergentes advindas das relações de consumo.

Essa abordagem pretende estimular a capacidade crítica e o processo decisório dos militares e de seus familiares, permitindo uma melhor compreensão das armadilhas do consumo desenfreado e do acesso facilitado ao crédito, fomentando o uso consciente dos recursos financeiros e a promoção da sustentabilidade.

Segundo Almeida e Freitas (2021, p. 64), são necessárias iniciativas que promovam reflexões ampliadas sobre a lógica do consumo e suas transformações na sociedade globalizada, com foco na dimensão coletiva, e não em uma perspectiva estritamente individual, de modo a refutar a tendência de atribuir ao usuário a responsabilidade exclusiva por sua situação.

Tal realidade impõe ao Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de Recife (GUARNAE-RF) um papel essencial, pautado em ações socioeducativas e preventivas que abordem, de forma abrangente, essa temática. Essas iniciativas visam não apenas minimizar o endividamento e seus impactos sobre a renda familiar, mas também fortalecer a autonomia e a cidadania dos militares e de suas famílias. Consequentemente, podem contribuir para a manutenção do poder combatente, na medida em que promovem estabilidade socioeconômica e bem-estar psicológico.

Com essa perspectiva, este artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a sociedade de consumo e seus desdobramentos no cotidiano do efetivo; discutir a relação entre poder combatente, bem-estar social e educação financeira; e compartilhar algumas estratégias de intervenção desenvolvidas pelo

Serviço Social da GUARNAE-RF frente à problemática do endividamento e superendividamento do efetivo. Não se pretende esgotar a temática, mas, sim, instigar e ampliar as reflexões sobre essa questão atual e relevante para a manutenção da prontidão e da coesão da tropa.

Reflexões sobre a sociedade do consumo e seus desdobramentos no cotidiano do efetivo

A sociedade contemporânea, marcada pelo predomínio do consumo como mediador das relações sociais, exerce profundas influências na vida dos indivíduos, impactando diretamente o cotidiano do efetivo militar. No contexto das Forças Armadas, essas influências se manifestam de maneira concreta no comportamento de consumo e nas dificuldades financeiras enfrentadas por grande parte do efetivo e de suas famílias.

Segundo Bauman (2008, p. 70), vivemos em uma “sociedade de consumo” na qual o valor social do indivíduo está diretamente relacionado à sua capacidade de consumir. Essa lógica estimula a busca incessante por bens e serviços como forma de pertencimento e reconhecimento social. O consumo, portanto, deixa de ser apenas um meio para a satisfação de necessidades básicas e passa a ocupar um papel central na constituição das identidades e na inserção social dos sujeitos.

No contexto militar, essas dinâmicas se manifestam de maneira particular. Diante das exigências e responsabilidades da carreira, o efetivo muitas vezes recorre ao consumo como forma de compensação simbólica pelas renúncias e desafios impostos pela vida castrense. Assim, o consumo pode ser compreendido não apenas como uma prática individual, mas também como uma resposta a demandas sociais e simbólicas relacionadas ao status, ao sentimento de pertencimento e à integração nos grupos de referência.

Contudo, a busca por reconhecimento e status social, mediada pelo consumo, frequentemente leva a situações de endividamento e superendividamento, que impactam diretamente o bem-estar social e a qualidade de vida do efetivo. Vale destacar que o endividamento é um fenômeno multifacetado e complexo, refletindo tanto as contradições estruturais do capitalismo contemporâneo quanto a precariedade das condições de vida de parte significativa da população. Com base nos atendimentos sociais realizados cotidianamente pelo Serviço Social da GUARNAE-RF, percebe-se que essa realidade se manifesta nas dificuldades enfrentadas pelos usuários em suprir suas necessidades básicas como saúde, moradia, alimentação, educação e lazer, podendo acarretar comprometimentos na rotina, na prontidão e na coesão da tropa.

Por trás das demandas emocionais e comportamentais frequentemente observadas no efetivo, existem dimensões sociais que não podem ser ignoradas. A sociedade de consumo cria expectativas muitas vezes inatingíveis, alimentadas pela publicidade e pelos apelos do mercado, que pressionam os indivíduos a consumir para demonstrar sucesso e integração social. Essa lógica impacta diretamente a saúde mental e o equilíbrio socioeconômico dos militares e de suas famílias, criando situações de vulnerabilidade que exigem respostas coletivas e políticas institucionais.

Nesse sentido, a abordagem da sociedade de consumo e de seus desdobramentos no cotidiano do efetivo precisa considerar não apenas a dimensão econômica, mas também os aspectos simbólicos e culturais que envolvem o consumo. A identidade militar, por exemplo, está atravessada por expectativas de sucesso e estabilidade que muitas vezes colidem com a realidade econômica vivida. Ao mesmo tempo, as condições de trabalho e a pressão por desempenho impõem desafios adicionais ao equilíbrio socioeconômico e ao bem-estar do efetivo.

Sabe-se que as estratégias de captação do mercado, como a publicidade e o marketing agressivo, incentivam o consumo de bens e serviços além das reais necessidades dos indivíduos. O resultado disso pode ser o endividamento e, em muitos casos, o superendividamento, que se tornam mecanismos de inclusão precária e ilusória no mundo do consumo. A capacidade de acesso ao crédito passa a ser vista como uma forma de inserção social, mas, paradoxalmente, pode levar à exclusão e ao comprometimento do bem-estar social.

Dessa forma, no âmbito do trabalho e da vida cotidiana, essas consequências se traduzem em instabilidades financeiras que afetam diretamente a saúde mental, a produtividade e as relações interpessoais (LOUREIRO, 2021). Esses reflexos são percebidos pelas Organizações Militares, que precisam responder a essas demandas por meio de ações preventivas e socioeducativas, voltadas à reflexão crítica sobre o consumo e à promoção da educação financeira como estratégia para fortalecer a autonomia dos indivíduos e minimizar os impactos gerados.

Correlação entre o poder combatente, o bem-estar social e a educação financeira

As Forças Armadas brasileiras, compostas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, essenciais à defesa da Pátria e à garantia da lei e da ordem. Conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estão organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e têm como principais funções assegurar a sobe-

rania nacional e a integridade do território, bem como garantir os poderes constitucionais e, quando solicitadas, a ordem interna (BRASIL, 1988). Essas instituições exercem funções de suma relevância na preservação da paz social e na defesa dos interesses nacionais e no fortalecimento da coesão social, configurando-se, desse modo, como pilares do Estado Democrático de Direito. Em complemento às atribuições constitucionais, a Força Aérea Brasileira, tem por missão- síntese “manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria” (BRASIL, Comando da Aeronáutica, 2018). Para tanto, deve dispor de efetivo preparado para as inúmeras e complexas atribuições demandadas.

Nessa perspectiva, o Poder Combatente de uma Força Armada é um conceito que abrange a capacidade total de uma tropa para cumprir suas missões e operar de forma eficaz. Essa capacidade não depende apenas de armamentos e tecnologia, mas também de fatores sociais, disciplina, moral, coesão, prontidão física e psicológica do efetivo, além de suporte logístico e administrativo. No Brasil, essa concepção está presente em diversas diretrizes de defesa, como o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, Ministério da Defesa, 2020), que destaca a importância do pronto emprego para respostas rápidas e efetivas a situações de ameaça ou crise, sempre que houver necessidade de salvaguardar os interesses do Estado e a Segurança Nacional.

É importante destacar que, por trás dos processos de trabalho e do cumprimento das atribuições institucionais, encontram-se homens e mulheres que, muitas vezes, enfrentam demandas sociais relacionadas ao endividamento e ao superendividamento. Tais questões podem comprometer o bem-estar social desses profissionais, impactando negativamente suas condições de vida, suas relações familiares e o próprio desempenho funcional. Entre as consequências identificadas no efetivo e na Instituição decorrentes desse fenômeno, conforme prontuários sociais de 2024 e 2025 do Serviço Social da GUARNAE-RF, destacam-se: elevados níveis de estresse e ansiedade, que prejudicam o foco e a disciplina; baixa autoestima e crises familiares, afetando o apoio social e emocional; aumento das licenças médicas, absenteísmo e presenteísmo; e perda da coesão do grupo.

Nesse contexto, a educação financeira configura-se como ferramenta capaz de fortalecer a autonomia e a capacidade crítica diante dos diversos estímulos mercantis. Ações como palestras, oficinas e orientações individualizadas têm potencial para auxiliar os militares a desenvolver uma relação mais consciente com o dinheiro e com as dinâmicas da sociedade de consumo. Tais iniciativas favorecem o pensamento crítico no processo de tomada de decisão, contribuem para a superação de vulnerabilidades socioeconômicas, promovem o bem-estar psicossocial do efetivo e, conseqüentemente, reforçam o Poder Combatente da Força.

Intervenções do Serviço Social da GUARNAE-RF no âmbito da educação financeira

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tem como principal objeto de atuação o enfrentamento das manifestações da Questão Social. A prática do/a assistente social ocorre no contexto das relações sociais, com ênfase nas diversas expressões dessa questão, buscando responder às demandas e necessidades dos sujeitos sociais.

As expressões da Questão Social têm se transformado e se tornado mais complexas, especialmente em decorrência das mudanças nas dinâmicas sociais e no mundo do trabalho. Diante desse cenário, cabe ao/a assistente social compreender como essas expressões se concretizam no cotidiano e em seus diferentes espaços de atuação, identificando-as como demandas que exigem intervenção qualificada, bem como ampliando a consciência acerca dos processos que produzem e reproduzem as desigualdades e as vulnerabilidades.

É nesse contexto que o endividamento e o superendividamento se destacam e se materializam como:

“conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2007, p. 27).

No âmbito da GUARNAE-RF, o Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica (SISESO) conta, nesse território, com os chamados ‘elos’, vinculados a diversas Organizações Militares. Esses elos centralizam o atendimento social ao efetivo de militares e servidores civis da ativa, veteranos, aposentados, bem como aos seus dependentes e pensionistas, totalizando um público potencial superior a 10 mil usuários.

A atuação do Serviço Social frente às demandas sociais do efetivo se materializa, de forma resumida, por meio do seguinte tripé: desenvolvimento de programas e projetos sociais; prestação de atendimento social; e concessão de benefícios socioassistenciais.

Conforme registros históricos, as primeiras intervenções sociopedagógicas do Serviço Social da GUARNAE-RF no âmbito da temática de educação financeira tiveram início em 2008, com o Projeto Social de Educação para o Consumo. A iniciativa tinha como objetivo fomentar estratégias para a ges-

tão das finanças pessoais e a consequente promoção da qualidade de vida dos usuários. Naquele período, os atendimentos sociais já apontavam aumento significativo do comprometimento da renda da Família Aeronáutica.

É importante destacar que, em decorrência de condições sociais e estruturais adversas, como desemprego, adoecimento ou exigências laborais, os usuários podem encontrar-se em situação de vulnerabilidade social, abrangendo a dimensão socioeconômica, de forma temporária ou prolongada. O Serviço Social deve abordar essas situações considerando-as como expressões da Questão Social, compreendendo que tais vulnerabilidades não decorrem de escolhas individuais, mas de processos socioeconômicos que impactam as condições de vida e de trabalho.

Na perspectiva da educação financeira, a prática profissional deve buscar identificar e articular essas expressões por meio de políticas públicas e ações de proteção social, ampliando a cidadania e contribuindo para a superação de desigualdades historicamente construídas. O Projeto de Educação Financeira da GUARNAE-RF surgiu da necessidade de identificar as reais demandas subjacentes às solicitações de benefícios socioassistenciais previstos no âmbito do SISESO.

Considerando que muitas famílias já se encontram em situação de endividamento, torna-se imprescindível criar espaços que promovam estratégias de economia criativa, incentivo à geração de renda, educação sobre direitos do consumidor e planejamento de vida, entre outras iniciativas. A seguir, apresentam-se algumas das ações já desenvolvidas pelo Serviço Social da GUARNAE-RF:

- 1. Feiras Mensais de Geração de Renda:** Atividade promovida pelo Projeto de Educação Financeira, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários por meio do gerenciamento de recursos financeiros familiares. Participam militares ativos, veteranos, servidores civis, dependentes e pensionistas. As feiras, realizadas pelo Serviço Social do Grupamento de Apoio de Recife (GAP-RF), expõem produtos como artesanato, culinária, vestuário, bijuterias, decoração, alimentação e cosméticos, nos espaços comunitários das vilas militares. São realizadas, também, reuniões mensais de planejamento e parcerias para capacitações sobre orçamento doméstico, precificação, educação para o consumo, estratégias de marketing, entre outros temas.
- 2. Atividades Socioeducativas:** Intervenções educativas presenciais sobre educação financeira, por meio de rodas de conversa, dinâmicas e palestras, conforme diretrizes do Programa de Educação Financeira do Comando da Aeronáutica e demandas institucionais locais.
- 3. Semana da Educação para o Consumo:** Ação itinerante com três temas específicos – Economia Doméstica e Educação para o Consumo; Empreendedorismo; e Finanças Pessoais/Investimentos.

4. Cursos Gratuitos (Cozinha Brasil/Unidade Móvel SESI): Oficinas sobre gestão do orçamento familiar, alimentação nutritiva de baixo custo, aproveitamento dos alimentos e combate ao desperdício.

5. Mutirões para atendimento in Company: Atendimentos ao efetivo voltados para renegociação de dívidas, orientação sobre direitos do consumidor, revisão de taxas de juros abusivos de contratos celebrados, entre outros serviços.

Dessa forma, o Serviço Social da GUARNAE-RF, ao atuar na temática do consumo e de seus desdobramentos, busca desenvolver estratégias que integrem o fortalecimento da cidadania, a promoção da proteção social e o enfrentamento das vulnerabilidades que impactam o efetivo. Isso inclui ações socioeducativas de educação financeira, campanhas de sensibilização para o consumo responsável e articulação com políticas públicas que garantam condições dignas de vida, saúde e trabalho para os militares e suas famílias.

Considerações finais

A análise apresentada ao longo deste artigo evidencia que as sociedades contemporâneas, profundamente marcadas pela lógica do consumo, impõem desafios complexos ao cotidiano dos indivíduos, em especial aos militares e às suas famílias. No âmbito da Família Aeronáutica, a cultura do consumo revela-se como um fenômeno que transcende a mera aquisição de bens e serviços, assumindo contornos simbólicos e afetivos que afetam diretamente as relações pessoais, familiares e profissionais do efetivo. A busca por status, pertencimento e reconhecimento social, incentivada por estratégias midiáticas e por apelos mercadológicos cada vez mais agressivos, acaba por pressionar os indivíduos a um consumo que frequentemente extrapola as possibilidades reais de seus orçamentos. Essa dinâmica, quando associada às vulnerabilidades socioeconômicas atravessadas pelas famílias e à conjuntura econômica da sociedade brasileira, pode resultar em situações de endividamento e superendividamento, com repercussões diretas sobre a qualidade de vida, a saúde mental e o desempenho laboral dos militares.

Nesse contexto, a problemática do consumo e de seus desdobramentos exige uma abordagem ampla e crítica, que considere tanto os fatores econômicos e financeiros quanto as dimensões culturais, simbólicas e subjetivas que orientam as práticas de consumo.

Como discutido ao longo deste trabalho, o consumo na sociedade capitalista assume um papel central na construção das identidades e na inserção social, mas também revela as contradições estruturais do sistema, que produz

desigualdades e limitações no acesso aos bens materiais e simbólicos. A vivência cotidiana do efetivo militar reflete essas contradições, evidenciando a necessidade de estratégias que visem à superação das vulnerabilidades e ao fortalecimento da cidadania.

Em face disso, as intervenções desenvolvidas pelo Serviço Social da GUARNAE-RF têm se mostrado eficazes no enfrentamento dessas demandas. Por meio de projetos como Feiras de Geração de Renda, atividades socioeducativas, entre outras ações, o Serviço Social contribui não apenas para minimizar os impactos do endividamento e superendividamento, mas também para estimular a autonomia, o protagonismo e a consciência crítica do efetivo e de seus familiares. Essas iniciativas articulam a educação financeira a uma perspectiva de proteção social e de promoção de direitos, fundamentais para a construção de condições dignas de vida.

Além disso, ao reconhecer que o endividamento e o superendividamento são expressões da Questão Social e não resultados de escolhas individuais isoladas, o Serviço Social reafirma seu compromisso ético e político com a defesa dos direitos sociais e com o enfrentamento das desigualdades históricas que atravessam a sociedade brasileira. Esse olhar crítico e ampliado é essencial para desconstruir narrativas que culpabilizam os indivíduos e para construir respostas coletivas que considerem as múltiplas dimensões do consumo na sociedade contemporânea.

Por fim, ressalta-se a estreita conexão entre o bem-estar social do efetivo e o poder combatente da Força Aérea Brasileira. A prontidão e a coesão da tropa não se fundamentam apenas em aspectos técnicos ou na qualidade dos armamentos, mas também do atendimento às demandas sociais de seus integrantes. A educação financeira, inserida em uma perspectiva crítica e cidadã, revela-se, portanto, como ferramenta estratégica para ampliar a autonomia e o comprometimento do efetivo, contribuindo diretamente para o cumprimento da missão institucional da Força Aérea.

Referências

ALMEIDA, Joyce Anne Pereira de; FREITAS, Tatiana Soares Barroso de. **Serviço Social e Educação Financeira**: um olhar no Comando da Aeronáutica. In: SOUZA, Lilian Angélica da Silva (org.). Serviço Social e Instituição Militar: sistematização do exercício profissional na FAB. Rio de Janeiro: Comando da Aeronáutica, Diretoria de Administração do Pessoal, Assessoria de Serviço Social; Campinas, SP: Saberes e Práticas, 2021. p. 60-75.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/politica-defesa/livro-branco>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Concepção Estratégica Força Aérea 100**, MCA 163-1, 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Gestão do Programa de Educação Financeira**, DCA 11-45, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

LOUREIRO, Daniel Dias. **Endividamento do servidor público: a possibilidade de estudo da realidade do MPDFT sob a perspectiva do PES. 2021**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, 2021.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Operação Taquari II: o olhar do Serviço Social sobre as demandas sociais da tropa e o apoio à manutenção do poder combatente

Luana Ribeiro dos Santos¹

Larissa Santos da Silva²

Resumo

Este artigo apresenta uma análise da pesquisa aplicada durante a Operação TAQUARI II, que mapeou o perfil e as demandas sociais dos militares envolvidos, evidenciando a relevância do Serviço Social no apoio ao poder combatente, ao promover o cuidado à tropa e subsidiar ações preventivas no âmbito do Comando da Aeronáutica.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Poder Combatente; Demandas Sociais; Perfil Sociodemográfico; Emergência; Calamidade.

Introdução

Este artigo apresenta uma análise dos resultados obtidos a partir da aplicação de um questionário digital junto ao efetivo acionado para compor a equipe da Operação Taquari II, realizada em Canoas/RS, no primeiro semestre de 2024. Essa operação foi mobilizada em resposta ao maior desastre ambiental e social já registrado no município, que afetou de forma significativa a população residente em territórios de maior vulnerabilidade.

Diante desse contexto de calamidade pública, conforme preconiza a Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 1-1/2020), a operação teve como objetivo prestar apoio à população, por meio do fornecimento de módulos logísticos, técnicos e administrativos. Paralelamente, no que se refere ao efetivo, o Serviço Social atuou com foco na análise qualitativa dos fatos

¹ Primeiro-Tenente da Força Aérea Brasileira. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, serve na Diretoria de Administração do Pessoal. E-mail: luanaribeirolrs@fab.mil.br.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estagiária na Diretoria de Administração do Pessoal. E-mail: casilarissa22@gmail.com.

res que permeiam as condições de vida dos usuários. A aplicação do questionário buscou, portanto, conhecer o perfil desses profissionais, ampliar a compreensão de sua realidade social e subsidiar a formulação de políticas sociais mais efetivas.

Entre as atribuições previstas nos dispositivos legais que regem o Órgão Central do Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica, destaca-se a realização de pesquisas. Conforme as Instruções Reguladoras do Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica (ICA 163-5/2024), compete ao Serviço Social identificar e responder às demandas sociais da tropa mobilizada, de modo a garantir o bem-estar dos militares e a manutenção de sua operacionalidade. Nesse sentido, o Órgão Central elaborou o questionário com o objetivo de identificar o perfil dos militares mobilizados, bem como mapear possíveis vulnerabilidades sociais e demandas possíveis de acolhimento e atendimento pelo Serviço Social do COMAER.

Os resultados obtidos reforçaram, de forma significativa, a importância da atuação do Serviço Social em cenários de emergência e calamidade. Constatou-se que a preparação e o acompanhamento psicossocial dos militares são cruciais para o êxito das operações, uma vez que impactam diretamente sua operacionalidade. Ademais, mediante intervenções de acolhimento, escuta qualificada e encaminhamentos adequados, o Serviço Social e a Psicologia contribuíram para mitigar os efeitos estressantes da operação, oferecendo suporte emocional aos militares quando necessário.

Cabe salientar que, além da pesquisa aplicada ao efetivo acionado, o Serviço Social atuou junto à população atingida, articulando-se com a rede de proteção social local e desempenhando atividades como gerenciamento de doativos e viabilização de direitos sociais básicos aos civis afetados. Durante a Operação Taquari II, por exemplo, foram realizados cerca de 1.991 atendimentos sociais à população civil, incluindo orientações, encaminhamentos à Proteção Social Básica e Especial, e a distribuição de doativos essenciais arrecadados pela Defesa Civil e por meio de doações da sociedade civil.

Assim, a atuação do assistente social do Comando da Aeronáutica, no contexto de calamidade pública, revelou-se essencial tanto no atendimento à população atingida quanto no levantamento e análise das demandas sociais dos militares empregados na operação.

A seguir, apresenta-se o referencial teórico que embasa esta discussão, abrangendo o fazer profissional do Serviço Social no âmbito do COMAER, seus instrumentos operacionais e a vinculação à Política Nacional de Defesa, bem como a sistematização e análise dos dados obtidos na pesquisa realizada com os militares.

Referencial teórico

A priori, em contextos de desastres e calamidades públicas, como na Operação Taquari II, a atuação do Comando da Aeronáutica é regida por diretrizes da Política Nacional de Defesa e pelo Livro Branco de Defesa Nacional, que orientam a prontidão e a atuação das Forças Armadas no apoio à população civil. Nessa perspectiva, as missões de caráter humanitário envolvem não apenas a mobilização de recursos materiais e técnicos, mas também o emprego do efetivo de profissionais da Assistência Social das Forças Armadas, com o intuito de apoiar as ações de planejamento, coordenação e execução das atividades destinadas à população.

De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional (2020) – documento que norteia as atividades da Defesa do Brasil e preconiza as políticas e ações relacionadas à segurança e à proteção da soberania Nacional –, o conceito de “poder combatente” desejado para as Forças Armadas abrange também a capacidade de resposta em situações não convencionais, como ações subsidiárias e missões de apoio à Defesa Civil, nas quais o preparo físico, psicológico e técnico do efetivo é fator essencial para a eficácia das operações. Nesse sentido, vale ressaltar que a prontidão operacional demanda, além de equipamentos e estratégias, um efetivo preparado e amparado institucionalmente.

Contudo, é importante considerar que os militares acionados para essas missões, embora ocupem o lugar de “quem cuida” da população civil, também podem estar sujeitos a vulnerabilidades sociais, que tendem a ser agravadas diante de cenários de calamidade e da intensificação das exigências físicas e emocionais. Assim, ao serem inseridos em contextos como enchentes ou outros desastres naturais, esses profissionais enfrentam não apenas os desafios logísticos da operação, mas também um conjunto de fatores estressores que impactam diretamente sua saúde mental, desempenho e qualidade de vida. Essa realidade reforça a importância de políticas institucionais que promovam o cuidado com o efetivo empregado, reconhecendo que o poder combatente também se sustenta na preservação da integridade psicossocial dos integrantes da tropa.

Em virtude disso, o Serviço Social, enquanto profissão inserida nas estruturas institucionais das Forças Armadas, participa ativamente das missões humanitárias por meio da escuta qualificada, acolhimento, encaminhamento e articulação com a rede de proteção social local. Conforme estabelecem as Instruções Reguladoras do Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica (ICA 163-5/2024), compete ao Serviço Social identificar vulnerabilidades sociais, contribuir para o bem-estar do efetivo e garantir a manutenção da operacionalidade. Essa atribuição exige do profissional não apenas conhecimento técnico, mas também um olhar atento às expressões da questão social.

Alinhado aos aparatos legais do Sistema de Serviço Social da Aeronáutica, o Programa Acolhendo o Acolhedor (ICA 160-57/2023) foi desenvolvido com o objetivo de instituir espaços de escuta qualificada e cuidado voltados aos profissionais da área da saúde. Este Programa inspirou a presente pesquisa, ao reconhecer que o cuidado com quem cuida constitui um compromisso ético, institucional e organizacional. Tal concepção também se observa em políticas públicas civis, como a Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (HumanizaSUS), que tem como um de seus princípios a valorização das relações interpessoais e o fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários, promovendo práticas de cuidado integradas e humanizadas. No contexto militar, o referido programa busca mitigar os efeitos do estresse ocupacional sobre os profissionais da saúde, compreendendo que a qualidade do cuidado oferecido ao outro depende, em grande medida, da promoção do autocuidado e do suporte contínuo às equipes de trabalho.

Adicionalmente, para além das atribuições institucionais previstas para o Serviço Social, a realização de pesquisas que identifiquem demandas e vulnerabilidades sociais no interior da tropa encontra respaldo também na dimensão ética da profissão. Conforme estabelece o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 2010), o exercício profissional deve pautar-se pelo respeito à dignidade humana, pelo compromisso com a qualidade dos serviços prestados e pela defesa intransigente dos direitos humanos. Nessa perspectiva, “acolher quem acolhe” transcende o campo da técnica e assume contornos ético-políticos, reafirmando o compromisso da profissão com a proteção integral dos sujeitos, inclusive daqueles que se encontram na linha de frente das ações de apoio humanitário. No âmbito da atividade militar, isso implica reconhecer que o cuidado com o efetivo mobilizado é condição indispensável não apenas para a promoção do bem-estar individual, mas também para a manutenção da coesão, do desempenho e da operacionalidade da tropa.

Metodologia

A pesquisa, intitulada “Mapeamento de Perfil/Demandas Sociais do Efetivo”, teve natureza aplicada e descritiva, sendo conduzida por meio de um formulário digital elaborado no Google Forms. O instrumento foi desenvolvido pelo Órgão Central do Serviço Social do COMAER, contendo questões fechadas que abrangeram dados sociodemográficos, situação familiar, condições de saúde, aspectos do bem-estar psicossocial e acesso a redes de apoio.

A aplicação ocorreu durante a Operação Taquari II, sendo direcionada a todo o efetivo mobilizado, com exceção das assistentes sociais envolvidas na operação, a fim de evitar vieses. A coleta de dados concentrou-se no segundo

e último contingente de militares enviados à operação, garantindo, assim, o registro das experiências e necessidades identificadas tanto nas fases iniciais quanto nas finais da operação.

Ao todo, foram obtidas 52 respostas válidas ao questionário, correspondentes ao efetivo engajado na operação. Os participantes incluíram militares de diversas guarnições e das Organizações de Saúde (OSA) da Força Aérea Brasileira (FAB). Destaca-se a expressiva participação de militares oriundos de hospitais da FAB, especialmente graduados das áreas de saúde, como técnicos de enfermagem, enfermeiros e profissionais de apoio médico. Esse dado reflete a composição da operação, que contou significativamente com efetivo das OSA da Aeronáutica para o atendimento à população atingida.

As respostas foram coletadas de forma anônima, garantindo o sigilo ético, e os resultados foram sistematizados em eixos temáticos para análise. A seguir, apresentam-se e discutem-se os principais achados empíricos, organizados em quatro eixos: perfil sociodemográfico; conhecimento sobre o Serviço Social; experiência e capacitação; e bem-estar psicossocial do efetivo.

Resultados da aplicação da pesquisa de mapeamento de demandas sociais

Perfil sociodemográfico

O levantamento realizado com o efetivo acionado para a Operação Taquari II, no ano de 2024, revela que o grupo é composto, majoritariamente, por militares pertencentes ao círculo de graduados (61,5%), seguido de oficiais intermediários (17,3%), oficiais subalternos (15,4%) e oficiais superiores (3,8%). Observa-se, ainda, que 2% dos respondentes declararam pertencer a outro círculo hierárquico.

Destaca-se que a maioria dos participantes está vinculada a unidades hospitalares, indicando que muitos dos mobilizados tinham formação na área de saúde ou experiência prévia em atendimento à população, o que foi estratégico para a operação, na qual também havia predominância de profissionais de enfermagem, embora houvesse diversidade de especialidades representadas, como médicos e farmacêuticos.

No que se refere às características sociodemográficas, verifica-se predominância do sexo feminino (57,7%), contrapondo-se a um histórico de predominância masculina nas Forças Armadas, especialmente em ações operacionais. Já em relação à raça/cor, 52% dos participantes se autodeclararam brancos, 38,5% pardos e 9,5% pretos.

Quanto à faixa etária, observa-se concentração dos respondentes entre 30 e 39 anos (46,2%), seguida da faixa de 40 a 49 anos (32,7%), o que indica um efetivo composto majoritariamente por militares em plena maturidade

profissional. Além disso, 17,3% encontram-se na faixa de 18 a 29 anos e 3,8% possuem 50 anos ou mais, demonstrando relativa heterogeneidade geracional.

No que tange ao estado civil, constata-se que 42,3% são casados, 38,5% solteiros, 11,5% vivem em união estável e 7,7% são divorciados. Observa-se, ainda, que a maioria (57,7%) reside com o(a) companheiro(a), enquanto 15,4% vivem com os pais e 13,5% residem sozinhos ou em outras configurações domiciliares. Em relação à parentalidade, 46,2% não possuem filhos, enquanto 53,8% possuem pelo menos um filho, sendo que 25% têm um filho, 21,2% possuem dois e 7,7% possuem três filhos.

Conhecimento sobre o Serviço Social

No que se refere ao conhecimento acerca do Serviço Social, observa-se que a maioria dos militares acionados para a Operação Taquari II declarou possuir compreensão sobre a atuação do profissional de Serviço Social no âmbito da Força Aérea Brasileira. Contudo, evidencia-se a necessidade de ampliar e fortalecer a divulgação das atribuições e dos serviços oferecidos pelo Sistema de Serviço Social (SISESO) da FAB, estruturado sobre três eixos fundamentais: atendimento social; concessão de benefícios socioassistenciais – abrangendo as áreas de saúde, educação, habitação e alimentação –; e desenvolvimento de programas e projetos sociais.

Ressalta-se que tais ações configuram-se como direitos assegurados a todos os militares e servidores civis contribuintes dos Recursos da Assistência Social (RAS), sendo, portanto, essencial que esses dispositivos sejam de amplo conhecimento entre o efetivo.

Experiência e Capacitação

No que tange à experiência e à capacitação, os dados levantados indicam que 50% dos militares respondentes já haviam sido acionados anteriormente em situações de desastre ou calamidade pública, e 52% relataram possuir capacitações prévias específicas para a atuação em contextos emergenciais.

Esses indicadores demonstram que aproximadamente metade do efetivo mobilizado para a Operação Taquari II detém tanto experiência prática quanto formação especializada, evidenciando avanços significativos nas estratégias de pré-emergência no campo operacional, fruto das ações de capacitação promovidas no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Em contrapartida, apesar dos progressos observados, torna-se evidente a necessidade de ampliar e consolidar continuamente os investimentos em formação e qualificação, de modo que, em médio prazo, um percentual ainda mais expressivo esteja devidamente preparado para atuar em cenários de desastres e calamidades. Dessa forma, reafirma-se que, embora aproximadamente me-

tade da equipe acionada demonstra preparo técnico adequado para enfrentar as demandas da operação, o aprimoramento contínuo configura-se como uma exigência inalienável para assegurar a efetividade das ações e a qualidade no atendimento às populações afetadas.

Bem-estar psicossocial

Quanto ao histórico de psicopatologias (ansiedade, depressão, esquizofrenia, transtornos do pânico, entre outras), verificou-se que 84,6% não apresentaram histórico, ao passo que 15,4% relataram alguma ocorrência.

No tocante à motivação para atividades cotidianas, 82,7% afirmaram não se sentir frequentemente desmotivados, enquanto 17,3% relataram desmotivação frequente.

Sobre a rede de apoio familiar, 63,5% declararam residir próximos de sua rede de apoio, ao passo que 36,5% vivem em localidades distantes.

Quanto ao autocuidado, 69,2% relataram não negligenciar a saúde física e mental, enquanto 30,8% reconheceram ter negligenciado tais cuidados.

Em relação ao ambiente laboral, 60% dos respondentes o percebem como estressante, contra 40% que não compartilham dessa percepção.

Por fim, 46% dos militares afirmaram precisar frequentemente se afastar por longos períodos de suas famílias por conta do trabalho, enquanto 54% não enfrentam essa situação de forma recorrente.

Os dados evidenciam que, embora a maioria dos militares mobilizados para a Operação Taquari II em 2024 não apresente histórico prévio de psicopatologias (84,6%), a própria dinâmica operacional expôs o efetivo a condições que impactam significativamente o bem-estar psicossocial. Ressalta-se que 60% percebem o ambiente de trabalho como estressante e 46% frequentemente precisam se afastar por longos períodos de suas famílias, fatores que impõem custos emocionais e sociais relevantes. A situação é ainda mais desafiadora para os 36,5% que residem afastados de sua rede de apoio familiar, o que potencializa o estresse e amplia a vulnerabilidade psicossocial.

Além disso, embora 82,7% relatem não se sentir frequentemente desmotivados, o índice de 17,3% que afirmam vivenciar desmotivação recorrente merece atenção, sobretudo diante da elevada exigência física, mental e emocional da missão. A constatação de que 30,8% negligenciaram os cuidados com a própria saúde física e mental reflete, em parte, uma cultura organizacional que prioriza o cumprimento das tarefas operacionais em detrimento do autocuidado.

Esse quadro indica sobrecarga emocional, intensificada pelas responsabilidades familiares, já que grande parte dos respondentes é casada e possui filhos. Diante desse cenário, reforça-se a relevância das equipes multiprofissio-

nais, não apenas no atendimento à população atingida, mas também no suporte psicossocial aos militares acionados, garantindo a preservação de sua saúde e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Intervenções sociais

À luz dos dados acima expostos, diversas ações interventivas foram desencadeadas pelo Serviço Social do COMAER durante a Operação Taquari II, com foco tanto no apoio à tropa quanto no atendimento à população civil afetada. A partir da escuta, os militares foram direcionados às unidades de referência para o atendimento do Serviço Social e inserção nos programas e projetos desenvolvidos no âmbito do COMAER.

No que tange à atuação com a população civil, as intervenções ocorreram com os equipamentos da Assistência Social do território, incluindo orientações sobre o acesso aos benefícios eventuais disponibilizados para os desabrigados e desalojados, identificados nos atendimentos sociais prestados pelos técnicos do Hospital de Campanha (HCAMP). Nesse contexto, a atuação conjunta do Serviço Social e da Psicologia configurou-se como porta de entrada para os atendimentos da população civil no HCAMP, priorizando o direcionamento e a inserção da população atingida pela enchente em medidas emergenciais, como transferência para abrigos temporários, distribuição de cestas básicas e atendimento imediato em saúde.

Paralelamente, foram promovidas ações educativas e de orientação, visando mitigar os impactos das vulnerabilidades mapeadas. Como medida preventiva, o programa “Acolhendo o Acolhedor” foi ativado no contexto da operação, enfatizando a importância do autocuidado e informando o efetivo sobre os recursos de apoio disponíveis, tais como linhas de cuidado em saúde mental, capelanias, assistentes sociais de plantão.

No início dos atendimentos à população, foi realizado *briefing* para prestar orientações sobre o acesso aos benefícios ofertados às pessoas desabrigadas ou desalojadas, em conformidade com as diretrizes do município. A partir da escuta profissional, quando identificadas demandas específicas para o Serviço Social e a Psicologia, os casos eram encaminhados para atendimento individual ou familiar, bem como para os serviços da rede de proteção social.

Em relação aos atendimentos com os militares, foram prestadas orientações sobre o Sistema de Serviço Social do COMAER, os benefícios sociais ofertados e a inserção em ações coletivas destinadas a militares e servidores civis.

Quanto à população civil atingida, o Serviço Social atuou de forma integrada com os órgãos locais de assistência. Entre as principais intervenções, destacam-se: encaminhamentos para abrigos temporários (formas de acolhi-

mento institucional emergencial) de famílias desalojadas; articulação com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados (CREAS) do município para encaminhamento de casos que demandavam proteção social básica ou especial (idosos vulneráveis, crianças desacompanhadas, pessoas com deficiência necessitando de acolhimento, entre outros); e a distribuição de donativos essenciais (alimentos, água potável, kits de higiene e roupas) arrecadados pela Defesa Civil e parceiros, assegurando prioridade aos grupos em maior vulnerabilidade. Os assistentes sociais militares também participaram de grupos interprofissionais de avaliação, juntamente com psicólogos, médicos e autoridades locais, para discutir as necessidades emergentes da comunidade, tais como riscos de surtos de doenças e demandas por documentação civil perdida durante a enchente.

Importa destacar que todas essas ações foram conduzidas com o compromisso de evitar práticas assistencialistas ou pautadas unicamente no voluntarismo, alinhando-se aos princípios éticos que orientam o exercício profissional. O foco manteve-se na garantia de direitos e no fortalecimento da rede de proteção social. Nesse sentido, a presença do Serviço Social das Forças Armadas nas situações de desastre configurou-se como elo entre a resposta militar e as políticas públicas de assistência: de um lado, auxiliando os cidadãos a acessarem benefícios, serviços e informações a que tinham direito; de outro, dando suporte aos militares para que desempenhassem suas funções humanitárias sem negligenciar a própria saúde e segurança.

Em síntese, essa dupla frente de trabalho – cuidar da população e do cuidador – demonstrou-se essencial para o êxito da Operação Taquari II. Conforme apontam os estudos sobre desastres, a atuação do assistente social nesses cenários deve ser ampla, abrangendo tanto a gestão das vulnerabilidades sociais quanto a proteção dos profissionais envolvidos. A experiência da missão analisada confirmou essa premissa, revelando na prática a importância de um olhar profissional atento aos múltiplos sujeitos.

Considerações finais

Em suma, a aplicação do questionário Mapeamento de Perfil/Demandas Sociais do Efetivo junto aos militares da Operação TAQUARI II permitiu uma compreensão mais aprofundada sobre as condições de vida, os desafios e as demandas sociais enfrentadas em contextos de calamidade pública. Ao evidenciar aspectos que vão desde o perfil sociodemográfico até o bem-estar psicossocial do efetivo, os resultados reforçam a importância de estratégias institucionais que assegurem a escuta, o acolhimento e o suporte contínuo a esses profissionais, especialmente em cenários marcados por exigências extremas.

Outrossim, a atuação do Serviço Social do COMAER revelou-se fundamental não apenas para o atendimento à população civil atingida, mas também para o cuidado com o efetivo militar, que frequentemente ocupa o lugar de “quem acolhe”, mas que também pode vivenciar situações de vulnerabilidade. O reconhecimento dessas vulnerabilidades e a construção de respostas qualificadas, seja por meio da pesquisa, seja pela intervenção direta, demonstram o compromisso ético e técnico da profissão com a proteção social e a promoção da dignidade humana em sua integralidade.

Por conseguinte, a realização deste estudo, ao lançar luz sobre a vivência dos militares acionados, contribui para o fortalecimento das políticas institucionais voltadas à saúde mental, ao bem-estar e à operacionalidade do efetivo, reafirmando a centralidade do Serviço Social nas missões de caráter humanitário conduzidas pelas Forças Armadas. Além disso, evidencia-se a relevância da produção de conhecimento sistematizado como ferramenta estratégica para subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas e internas, que assegurem a humanização da atuação militar em situações de crise.

Paralelamente, destaca-se que a continuidade de estudos dessa natureza é imprescindível para o aprimoramento constante da prática profissional no âmbito do COMAER, fortalecendo o papel do Serviço Social como elo entre a estrutura militar e as necessidades humanas que emergem nos territórios afetados por desastres e situações emergenciais. Nesse sentido, recomenda-se o fortalecimento de programas permanentes de apoio psicossocial aos militares, com a institucionalização de práticas como o “Acolhendo o Acolhedor” em todas as grandes operações.

Em síntese, sugere-se o aprofundamento da capacitação das equipes multiprofissionais de saúde e Serviço Social das Forças Armadas para a atuação em cenários de desastre, incluindo protocolos de prevenção da síndrome de burnout, como forma de desmitificar o tema e fomentar o debate no âmbito das Organizações Militares. Recomenda-se, ainda, o trabalho junto às famílias, reforçando a importância do fortalecimento dos vínculos familiares diante dos longos períodos de afastamento decorrentes das atribuições militares, bem como a promoção de debates sobre questões diversas relacionadas à saúde integral.

Referências

- ÁVILA, M. R. R. **Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional.** Serviço Social & Sociedade, n. 129, p. 260–279, maio/ago. 2017. DOI: 10.1590/0101-6628.112.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. **ICA 160-57: Programa Acolhendo o Acolhedor.** Rio de Janeiro, 2023.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **ICA 163-5: Instruções Reguladoras do Sistema de Serviço Social do COMAER**. Rio de Janeiro, 2024.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **NSCA 163-1: Norma do Serviço Social no Âmbito do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, 2024.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Manual de Mobilização (SISESO)**. [S.l.: s.n.], [2024].

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: CNAS, 2009.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. (Brasília : Ministério da Defesa, 2020).

BRASIL, Ministério da Defesa. Portaria GM-MD Nº 1.283, de 28 de fevereiro de 2023. **Aprova as diretrizes para o emprego e a atuação dos profissionais de assistência social das Forças Armadas**. Brasília: MD, 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 1.173/MD, de 06 de setembro de 2006. **Aprova a Política de Assistência Social das Forças Armadas**. Brasília: MD, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015. **Atualiza a Política de Assistência Social das Forças Armadas** (revoga a Port. Norm. nº 1.173/MD/2006). Brasília: MD, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (HumanizaSUS) – Documento Base**. Brasília: MS, 2004.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 (atualizada em 2011).

GOMES, D. F. S.; BELÉM, A. O.; TELES, S. S. **Saúde mental de militares: uma revisão integrativa do cenário brasileiro**. Revista de Saúde Pública de Santa Catarina, v. 7, n. 3, p. 88–102, set./dez. 2014.

SARMENTO, G. G. S. **Das missões humanitárias ao governo: As Forças Armadas e suas conexões políticas**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 32, n. esp. 2, e023016, 2023. DOI: 10.14244/tp.v32iesp.2.1005.

TORREÃO, P. L.; DUNNINGHAM, W. A.; BARRETO FILHO, R. C. **Cenário de adoecimento dos bombeiros militares pela Síndrome de Burnout: uma revisão sistemática de literatura**. Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria, v. 26, n. 1, p. 58–70, 2022.

WANDERLEY, A. **A enfermidade mental ainda é um tabu dentro das Forças Armadas**. Migalhas – Coluna Migalhas de Peso, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/376501/a-enfermidade-mental-ainda-e-um-tabu-dentro-das-forcas-armadas>. Acesso em: 22 maio 2025.





DIA 02

Oficinas de Trabalho: instalação e desenvolvimento das atividades

Na sequência da mesa-redonda que tratou o tema sob a perspectiva operacional das Forças Armadas, foram instaladas as oficinas de trabalho, com a finalidade de promover o aprofundamento das discussões e a troca de experiências entre os participantes.

Cada Força ficou responsável pela condução de um subtema, de modo a explorar os aspectos relacionados às suas práticas institucionais e às contribuições específicas da assistência social em diferentes contextos de atuação.

A Marinha do Brasil conduziu a oficina intitulada “A importância da saúde mental e assistência social para o poder combatente”, abordando a integração entre o cuidado psicossocial e a manutenção da prontidão operacional. O Exército Brasileiro foi responsável pela oficina “Estratégias de apoio social em situações de emergência e calamidade pública”, na qual foram discutidas as formas de atuação da assistência social em contextos de crise e calamidade. A Força Aérea Brasileira, por sua vez, coordenou a oficina “O papel da assistência social na preparação do militar para a prontidão operacional em situações de mobilização”, destacando a importância das ações preventivas e de orientação voltadas ao bem-estar do efetivo.

As atividades desenvolvidas nas oficinas possibilitaram o aprofundamento dos temas debatidos na mesa-redonda e contribuíram para o fortalecimento do entendimento comum acerca do papel estratégico da assistência social na sustentação do poder combatente das Forças Armadas. As discussões realizadas também forneceram subsídios que fomentarão o processo de revisão das Diretrizes de Assistência Social das Forças Armadas, em consonância com os princípios e finalidades estabelecidos pelo Ministério da Defesa.





DIA 03

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

Fortalecendo o poder combatente: a Assistência Social como pilar de bem-estar nas Forças Armadas brasileiras¹

Sabrina Celestino²

Introdução

A conferência “Fortalecendo o poder combatente: a Assistência Social como pilar de bem-estar nas Forças Armadas brasileiras” propôs uma reflexão sobre a trajetória, os desafios e as potencialidades da atuação do(a) assistente social no contexto militar. A abordagem adotada pela conferencista articulou dimensões vivenciais e teóricas, partindo de sua experiência profissional como oficial técnica temporária do Exército Brasileiro (2012–2015) e de sua trajetória acadêmica voltada à pesquisa sobre o campo da Defesa Nacional.

A exposição teve como eixo central a análise da Assistência Social como componente estratégico da dimensão humana da Defesa, compreendendo-a não apenas como ação setorial, mas como um pilar de sustentação do bem-estar e da prontidão do efetivo militar e de suas famílias.

A inserção profissional nas Forças Armadas: entre o pertencimento e a dualidade

A conferencista iniciou destacando as tensões vivenciadas ao ingressar nas Forças Armadas, considerando a distância entre a formação universitária em Serviço Social – orientada pela defesa dos direitos humanos e da justiça social – e a natureza institucional de uma força que tem como missão “manter a paz e, se necessário, fazer a guerra”.

¹ Texto adaptado da Conferência de Encerramento do X Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa, proferida pela professora doutora Sabrina Celestino.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente redistribuída por interesse da Administração Pública para o Comando do Exército. Ex-oficial temporária do Exército Brasileiro. Atualmente, é Pesquisadora do Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército. E-mail: anirbasuff@hotmail.com.

Essa dualidade identitária – representada simbolicamente na figura “com farda” e “sem farda” – refletiu os dilemas éticos, políticos e existenciais que marcaram sua inserção inicial na instituição militar.

O ingresso, segundo relatado, gerou um processo de adoecimento e reflexão sobre o sentido da prática profissional em um espaço social distinto do campo das políticas públicas tradicionais. Com o tempo, contudo, essa vivência se ressignificou, dando lugar a um sentimento de pertencimento e reconhecimento das especificidades da atuação do Serviço Social na Defesa.

A partir dessa experiência, a autora convoca os profissionais a refletirem sobre autoestima e identidade profissional, enfatizando que a legitimidade do Serviço Social nas Forças Armadas depende da autovalorização da equipe e do reconhecimento do próprio trabalho como essencial à missão institucional.

Defende, assim, que o(a) assistente social é um profissional tecnicamente qualificado para atuar em qualquer espaço institucional, desde que conheça profundamente seu contexto de intervenção e sua finalidade social.

O Fator Humano na Defesa Nacional

A conferencista propôs uma reflexão sobre o fator humano como elemento estruturante da Defesa Nacional, ressaltando que, historicamente, as Forças Armadas sempre tiveram como foco a defesa da Pátria, mas que o reconhecimento da própria humanidade de seus integrantes é um fenômeno recente.

Nesse sentido, destacou a importância de compreender a dimensão humana para além da noção administrativa de “recursos humanos”. Em países como os Estados Unidos, a “dimensão humana” é tratada como um compósito técnico e estratégico, envolvendo aspectos físicos, cognitivos, emocionais e éticos do combatente.

Assim, a prontidão operacional não se restringe à mobilização material, mas envolve o preparo integral do indivíduo para o cumprimento da missão, inclusive em contextos de estresse e de tomada de decisão ética em ambientes de conflito.

A conferencista observou que, no contexto brasileiro, o termo “fator humano” aparece de forma incipiente na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), sendo necessário ampliar sua compreensão e operacionalização nas políticas de pessoal das Forças Armadas.

Destacou, ainda, que o(a) assistente social, ao atuar na preservação da saúde mental e na promoção do bem-estar, contribui diretamente para a manutenção da capacidade de dissuasão e para a eficiência operacional da Força.

Desenvolvimento histórico da assistência social nas Forças Armadas

Ao abordar o percurso histórico da assistência social no meio militar, a conferencista propôs um recorte analítico centrado no marco da guerra como elemento mobilizador das ações assistenciais e das políticas de suporte ao militar e à sua família.

- **1899 – Criação do Imperial Colégio Militar da Corte (Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)):** com o intuito de atender aos filhos dos militares e formar os que desejassem seguir a “carreira das armas”.
- **1902 – Inauguração das Instalações oficiais do Hospital Central do Exército.**
- **1917 – Criação da Associação Abrigo do Marinheiro (AMN):** instituída em meio à Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de apoiar famílias de militares, evidenciando a vinculação entre conjuntura bélica e emergência de ações sociais.
- **1942 – Fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA):** criada para atender famílias de militares durante a Segunda Guerra Mundial, marco apontado por Yamamoto e Carvalho (1982) como origem da assistência social organizada no Brasil³.
- **Décadas de 1950 -1990:** criação das primeiras diretorias de assistência e início da contratação de profissionais civis, configurando as bases normativas e institucionais do sistema de assistência social militar.
- **Anos 2000 em diante:** consolidação da assistência social como área de suporte à vida e à carreira, com ênfase na qualificação técnica, na ampliação de programas e na inserção dos(as) assistentes sociais em programas de pós-graduação e pesquisa aplicada.

Esse processo, segundo a conferencista, reflete uma transição de paradigma: da assistência vinculada à guerra para a assistência orientada à sustentabilidade da vida militar em tempos de paz.

A assistência social como pilar do poder combatente

Na parte conclusiva, a conferencista relacionou o conceito de poder combatente – tradicionalmente associado à capacidade operacional das forças – ao campo do bem-estar e da sustentação humana.

³ A conferencista ressaltou, contudo, a ausência de estudos específicos sobre a atuação da LBA junto às Forças Armadas e suas repercussões na consolidação de uma política social voltada ao público militar.

Com base em estudos internacionais, como os publicados na *Military Review*, destacou que o poder combatente contemporâneo abrange dimensões integradas: inteligência, proteção, sustentação, comando e controle, nas quais o fator humano é decisivo.

A Assistência Social, nesse contexto, constitui-se como um pilar do poder combatente, ao assegurar:

- suporte psicossocial e familiar ao militar;
- preservação da coesão e da moral da tropa;
- prevenção de agravos à saúde mental;
- fortalecimento da dimensão humana da Defesa; e
- promoção de qualidade de vida e de condições de prontidão.

Esses elementos, segundo a autora, legitimam a Assistência Social como instrumento estratégico de apoio à missão institucional das Forças Armadas, integrando o escopo mais amplo da Política de Defesa Nacional e contribuindo para a manutenção do poder dissuasório do Estado brasileiro.

Considerações finais

A conferencista concluiu reafirmando a necessidade de reconhecimento institucional da Assistência Social como ação essencial e permanente da Defesa, e não apenas como política de suporte setorial.

Defendeu que a consolidação dessa área requer:

- valorização da formação e da pesquisa sobre o campo militar;
- ampliação dos estudos sobre a história e as práticas assistenciais das Forças Armadas;
- fortalecimento da identidade profissional dos(as) assistentes sociais no ambiente militar; e
- integração efetiva entre assistência social, gestão de pessoal e saúde mental.

Por fim, convidou os profissionais a assumirem uma postura de autovalorização e compromisso ético com sua prática, reafirmando que a sustentabilidade do poder combatente depende, em grande medida, do bem-estar de seus integrantes e do reconhecimento da centralidade do fator humano na Defesa Nacional.



PALAVRAS DE ENCERRAMENTO

Diretora do Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa

Brigadeiro Médica Carla Regina Marchon

Senhoras e Senhores, boa tarde.

É com grande satisfação que chegamos ao encerramento do X Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa. Nosso principal objetivo foi refletir sobre como a assistência social tem atuado como uma ferramenta estratégica, permitindo que nossos militares cumpram suas missões com a máxima competência.

A escolha do tema se deu pela necessidade de aprimorar um modelo de apoio social que compreenda a complexidade do contexto atual das forças armadas, com suas demandas cada vez mais multifacetadas e interligadas.

A presença da assistência social nesse cenário vai muito além do simples acolhimento, pois trata-se de um pilar essencial à manutenção da coesão, da resiliência e da saúde mental de nossas tropas, elementos imprescindíveis para o cumprimento da missão de defesa nacional.

Ao longo destes três dias, tivemos a oportunidade de refletir, debater e aprofundar nossos conhecimentos por meio de palestras, mesas redondas, apresentação de pôsteres e oficinas temáticas, que proporcionaram um aprofundamento técnico sobre as práticas atuais e os desafios da assistência social dentro das forças armadas, além de apresentarem novas perspectivas para as questões emergentes.

Agradeço aos Comandos Militares por seu valioso apoio, que se manifestou no envio de seus profissionais para este décimo Fórum. O empenho em incentivar a participação desses especialistas foi crucial para o fortalecimento da interoperabilidade da assistência social no âmbito das Forças Armadas.

A atualização das diretrizes da assistência social foi um dos principais focos do fórum, com vistas a uma maior adequação à realidade vivida pelos militares, considerando tanto a rotina de trabalho quanto os desafios pessoais que eles enfrentam.

Foram momentos de intenso aprendizado, troca de experiências e construção coletiva, sempre com o propósito de fortalecer ações que garantam o bem-estar do nosso efetivo militar e de seus familiares — elementos fundamentais para a manutenção do poder combatente.

Ao valorizar o ser humano e buscar o equilíbrio entre a missão institucional e o cuidado integral com o militar e sua família, a assistência social se torna fundamental, ao oferecer amparo em momentos de vulnerabilidade, o que sustenta a eficiência e o bem-estar das nossas tropas.

Aos palestrantes, moderadores, facilitadores e participantes, nosso reconhecimento por enriquecerem as discussões com suas experiências, criando um ambiente de aprendizado coletivo.

Estendo também nosso agradecimento à Escola Superior de Guerra por ceder suas instalações e fornecer o indispensável apoio logístico e de pessoal, que foi essencial para a realização deste evento.

Parabenizo a equipe organizadora do Fórum pelo brilhante trabalho e dedicação ao longo deste ano para viabilizar este evento.

Deixo um especial agradecimento à força anfitriã, a Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Assistência Social da Marinha, sob a liderança do Contra-Almirante Leonardo Vianna, cuja contribuição foi decisiva para a realização deste evento de maneira eficiente e exitosa.

Que os conhecimentos compartilhados aqui reverberem em ações concretas, e que a reedição das diretrizes de assistência social das forças armadas represente um marco na evolução dessa área, garantindo uma atuação cada vez mais integrada, efetiva e comprometida.

Desejamos a todos um excelente retorno às suas organizações, com a certeza de que o trabalho que realizamos juntos aqui será um ponto de partida para novas iniciativas que fortalecerão ainda mais o papel da assistência social nas Forças Armadas brasileiras.

E que os frutos deste Fórum sigam inspirando, aperfeiçoando e consolidando o trabalho de cada um.

Muito obrigada!





MINISTÉRIO DA
DEFESA



ISBN: 978-65-01-55424-2

CDL



9 786501 554242

